

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

MARCELO SATHLER

A EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA
E O IMPACTO NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARENEMA

NAZARÉ PAULISTA

2014

MARCELO SATHLER

A EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA
E O IMPACTO NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE JACARENEMA

Dissertação apresentada à Escola Superior de
Conservação Ambiental e Sustentabilidade, como
parte dos requisitos para obtenção de título de
Mestre na área de Ecologia.

Comitê de Orientação

Dr. Claudio Benedito Valladares-Padua

Dra. Cristiana Saddy Martins

Dra. Maria Jose Zakia Brito

NAZARÉ PAULISTA

2014

Ficha Catalográfica

Sathler, Marcelo

A Expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória e o Impacto no Parque Natural Municipal de Jacarenema, 2014. 281 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

BANCA EXAMINADORA

Nazaré Paulista, 2014

Claudio Benedito Valladares-Padua

Prof. Dr.

Cristiana Saddy Martins

Prof. Dr.

Maria Jose Zakia Brito

Prof. Dr.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 CONSERVAÇÃO X ATIVISMO POLÍTICO	19
1.2 OBJETIVO	23
1.3 METODOLOGIA	23
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E ATUAIS PROBLEMAS	28
2 PROCESSO SOCIAL	48
2.1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL: O INÍCIO DO CONFLITO	48
2.1.1 INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	48
2.1.2 PERÍODO 2000-2005	53
2.1.3 ANO 2000	53
2.1.4 ANOS 2002-2005	54
2.1.5 ELUCIDAÇÃO 2000-2005	55
2.1.6 ANO 2006	56
2.1.7 ELUCIDAÇÃO 2006	57
2.1.8 ANO 2007	57
2.1.9 ELUCIDAÇÃO 2007	62
2.1.10 ANO 2008	62
2.1.11 ELUCIDAÇÃO 2008	63
2.1.12 PERÍODO 2009-2010	63
2.1.13 ANO 2009	63
2.1.14 ANO 2010	64
2.1.15 ELUCIDAÇÃO 2009-2010	67
2.1.16 ANO 2011	69
2.1.17 ELUCIDAÇÃO 2011	77
2.1.18 ANO 2012	79
2.1.19 ELUCIDAÇÃO 2012	84
2.1.20 ANO 2013	88
2.1.21 ELUCIDAÇÃO 2013	104

2.2 ATORES	
2.2.1 MAX FILHO	108
2.2.2 NEUCIMAR FRAGA	108
2.2.3 RODNEY MIRANDA	114
2.2.4 MARCOS RODRIGUES	120
2.2.5 IVAN CARLINI	121
2.2.6 ALMIR NERES	123
2.2.7 JOEL RANGEL	127
2.2.8 JOÃO ARTEM	130
2.2.9 ROGÉRIO CARDOSO	131
2.2.10 ANDINHO	134
2.2.11 RICARDO CHIABAI	136
2.2.12 VALDIR DO RESTAURANTE	139
2.2.13 VALTER ROCON	142
2.2.14 OSVALDO MATURANO	145
2.2.15 DUDA DA BARRA	146
2.2.16 ARNALDINHO BORGIO	148
2.2.17 ZÉ NILTON	149
2.2.18 BELO	152
2.2.19 ANADELSON	153
2.2.20 WEDSON	155
2.2.21 LUÍS GALVÊAS	156
2.2.22 TEIXEIRA HOLZMANN EMPREENDIMENTOS	163
2.2.23 ANTÔNIO CLAUDIO DINIZ DE OLIVEIRA SANTOS	166
2.2.24 OUTROS ATORES E EMPREENDIMENTOS	171
2.3 PROCESSO SOCIAL - FRAMEWORK	173
3 PROCESSO DE DECISÃO	176
3.1 PROCESSO SOCIAL - FRAMEWORK	180
4 ORIENTAÇÃO DO PROBLEMA	181
4.1 ESCLARECIMENTO DOS OBJETIVOS	182
4.2 TENDÊNCIAS	187

4.2.1 OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA	188
4.2.2 PORTOS: A CONSTRUÇÃO DO SUPERPORTO	198
4.3 CONDIÇÕES	209
4.4 PROJEÇÕES	211
4.5 ALTERNATIVAS	214
4.6 ORIENTAÇÃO DO PROBLEMA - <i>FRAMEWORK</i>	221
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223

AGRADECIMENTOS

O agradecimento, para mim, autor deste trabalho, é a parte mais prazerosa e, ao mesmo tempo, a mais complicada. Prazerosa por ser a oportunidade de me lembrar de cada pessoa que me ajudou no processo de aprendizagem que gerou este trabalho: os membros do núcleo acadêmico - colegas de classe, professores, pesquisadores, comitê de orientação - e as pessoas residentes no Espírito Santo que colaboram para a construção de uma cidade mais sustentável - os técnicos, os ambientalistas, os ativistas, os correligionários políticos, os membros da situação e da oposição, todos, inclusive aqueles leves indivíduos que me cercaram de afeto nas horas mais difíceis. Me lembrar de todos vocês é muito agradável. E complicado. Porque me falta espaço nesta pequena área de agradecimento para todos os nomes. Porém, saibam, recordo-me de cada um de vocês, de como me ajudaram a crescer, nas diferentes maneiras de interação vividas. Um agradecimento especial aos membros dos partidos que me convidaram para ingressar nas suas legendas. Recebi cada convite como um elogio, por visualizarem em mim, e principalmente neste trabalho, um apoio para a tão necessária mudança. Sigo, como sempre fui, sem ligação político-partidária. Agradeço a vocês todos as informações fornecidas: pena que o curto período de pesquisa me impediu de aproveitá-las de forma mais contudente. Estão todas guardadas, quem sabe um dia me serão úteis, até mesmo necessárias. Ressalto que vocês foram essenciais para a compreensão do contexto político do Parque Natural Municipal de Jacarenema e do momento político do Espírito Santo. Contudo, meu agradecimento principal vai para a Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS). Este trabalho não seria possível sem a existência da mesma, onde aprendi a utilizar esta metodologia, tão complexa e distinta. Nunca me senti um “biólogo”, predestinado por minha graduação em ciências biológicas, e sempre foi difícil a identificação com um local onde eu poderia continuar minha vida acadêmica unindo as diversas ciências. São poucas as faculdades dispostas e preparadas para atuar na difícil tarefa de união das ciências, na necessária abordagem holística dos desafios da nossa sociedade, que é o futuro do ensino. A vocês, criadores e membros do mestrado, meu grande obrigado.

“Quando dois elefantes brigam, quem sofre é a grama”

Provérbio Africano

RESUMO

A perda acentuada de recursos naturais e de biodiversidade é reconhecida como um dos maiores problemas da civilização moderna. Os efeitos antrópicos negativos nos meios naturais e as suas respectivas consequências há tempos são reconhecidos pelas sociedades, contudo, o conhecimento gerado sobre isso não foi capaz de ocasionar uma mudança na forma de uso dos recursos naturais e a valorização dos serviços ambientais prestados por eles. O presente trabalho presta-se a entender o conflito de interesses no Parque Natural Municipal de Jacarenema, identificando os seus atores e as respectivas intenções, e sugerir alternativas para a sua conservação. Além de proteger a biodiversidade local, a unidade de conservação e sua área de amortecimento possuem baixa cota altimétrica em relação ao mar e têm a função social de absorver as águas das chuvas e diminuir os alagamentos no município de Vila Velha/ES, estes que flagelam proporção relevante da população anualmente e são um grande problema local. No Parque encontra-se a foz do Rio Jucu, rio responsável pelo abastecimento da maioria dos moradores da região metropolitana da grande vitória. A área é habitat de 22 espécies de anfíbios, 18 espécies de mamíferos, 16 espécies de peixes, 32 espécies de répteis, destacando-se pela presença de lontras (*Lontra longicaudis*) e guaiamum (*Cardisoma guanhumí*). Jacarenema sofre degradação devido à pesca, à caça, à contaminação por agrotóxicos, à descarga de esgoto, ao assoreamento do Rio Jucu, à extração de areia e à expansão da malha urbana em sua direção, esta que ameaça a existência da unidade de conservação. Por sua localização à beira-mar, a área da reserva possui valor bilionário para a construção civil e há indivíduos que almejam a extinção do Parque. No momento, existe uma grande coesão entre a classe política e a empresarial, que resulta em políticas desenvolvimentistas abusivas, inclusive desrespeitadoras das normas legais e que ameaçam todas as áreas naturais do município. O sul do município de Vila Velha, onde se encontra a reserva e sua zona de amortecimento, é a única região que possui área para a especulação imobiliária. A única garantia para a permanência da unidade de conservação a longo prazo é o envolvimento da população. Esta desconhece a importância de Jacarenema para a qualidade de vida em Vila Velha e, uma vez aterrada a sua zona de amortecimento para a construção de moradias, maiores serão os problemas de macrodrenagem da cidade e pior a qualidade de vida dos habitantes.

ABSTRACT

The intense loss of natural resources and biodiversity is recognized as one of the greatest problems faced by modern civilization. The negative human impact upon nature and their respective consequences have long been recognized by society. Nevertheless, the knowledge produced on that matter was unable to cause a change in the use of natural resources or the appreciation of the environmental services provided by them. The present study aims at understanding the conflict of interests in the Jacarenema Municipal Natural Park, identifying its players and their respective intentions, as well as suggesting alternatives for its conservation. Besides protecting the local biodiversity, the low lands of this conservation unit and its buffer zone have the social function of absorbing pluvial waters, thus reducing floods in the municipality of Vila Velha (ES), which impact a relevant share of the population annually and pose as a great local problem. The Park also shelters the mouth of the Jucu River, which supplies water for most of the inhabitants of the Great Vitória's metropolitan area. The area is the habitat for 22 amphibian species, 18 mammal species, 16 fish species, and 32 reptile species, with special attention to the presence of otters (*Lontra longicaudis*) and blue land crabs (*Cardisoma guanhumi*). Jacarenema is under degradation due to fishing, hunting, pesticide contamination, sewer discharge, siltation of the Jucu River, sand extraction and the expansion of the urban mesh towards its location, which threatens the very existence of the conservation unit. Because of its shoreline, the area is worth billions for the civil. construction segment and some look forward to its extinction. Presently, there is intense cohesion between political and corporate actions, which results in abusive developmental policies, including disrespect to legal rules which threaten all natural areas in the municipality. The south of the municipality of Vila Velha, where the area is located, is the only region where real estate speculation is still possible. The long-term permanence of the conservation area can only be guaranteed through the engagement of the local population. People are unaware of the importance of Jacarenema for the quality of life in Vila Velha. If its buffer area goes under earthwork for the construction of housing units, the city and its inhabitants will suffer with even greater macrodrainage issues.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População rural e urbana do Estado do Espírito Santo 1950 - 1980	196
Tabela 02 - População rural-urbana do Brasil 1950 - 1980	196
Tabela 03 - Variação da população dos municípios da Grande Vitória entre 1950 e 1970	196
Tabela 04 - Crescimento populacional em Vila Velha, Espírito Santo e Brasil	201
Tabela 05 - Movimentação de Cargas nos portos do Brasil em 2010	205

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Enquadramento político-administrativo do Parque Natural Municipal de Jacarenema	28
Figura 02 - Parque Natural Municipal de Jacarenema e sua área de amortecimento	29
Figura 03 - Parque Natural Municipal de Jacarenema	30
Figura 04 - Limite norte do Parque Natural Municipal de Jacarenema	31
Figura 05 - Atuais bairros do município de Vila Velha/ES	33
Figura 06 - Parque Natural Municipal de Jacarenema e Morro da Concha	34
Figura 07 - Parque Natural Municipal de Jacarenema e cota altimétrica em relação ao mar	34
Figura 08 - Canal de Guaranhuns despejando esgoto no Rio Jucu	36
Figura 09 - Extração de areia legalizada na área de amortecimento de Jacarenema	37
Figura 10 - Extração ilegal de argila em morro na zona de amortecimento de Jacarenema	37
Figura 11 - Rio Formate e invasões em suas margens	38
Figura 12 - Áreas circunvizinhas ao Parque Natural Municipal de Jacarenema	38
Figura 13 - Regiões administrativas de Vila Velha	41
Figura 14 - Distribuição dos moradores na Grande Terra Velha	42
Figura 15 - Inundação da região administrativa 5 de Vila Velha	43
Figura 16 - Max Filho	53
Figura 17 - Governador Paulo Hartung	54

Figura 18 - Símbolo da ONG Espírito Santo em Ação e do grupo CEPEMAR	54
Figura 19 - Símbolo do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025	56
Figura 20 - Max Filho (PTB)	57
Figura 21 - Jonimar Santos (PTB)	57
Figura 22 - Ex-vereador José de Oliveira Camilo (PSDB)	58
Figura 23 - Cristina Puppim, do Move	59
Figura 24 - Eduardo Merhi, da Associação de Moradores da Praia da Costa	59
Figura 25 - Logo da ASEVILA	59
Figura 26 - Divisão do município de Vila Velha de acordo com a Lei nº 4.575/2007	61
Figura 27 - Neucimar Fraga (PR)	63
Figura 28 - Folder do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha	65
Figura 29 - Área adjacente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema alterada pelo decreto 178/2010	65
Figura 30 - Renato Casagrande votando no dia 03 de outubro de 2010	66
Figura 31 - Antônio Challub, responsável pelo projeto inicial do PDM da Lei nº 052/2010	67
Figura 32 - Ricardo Ferraço (PMDB), Renato Casagrande (PSB) e Paulo Hartung (PDMB)	68
Figura 33 - Magno Malta e Renato Casagrande durante a última campanha para o governo do Espírito Santo	68
Figura 34 - João Nardoto, ex-secretário de Meio Ambiente de Vila Velha	70
Figura 35 - Vereadores de Vila Velha que votaram pelo PL 052/2010	71
Figura 36 - Sargento Ozias Zizi (PRB) e João Batista Babá (PT), os únicos vereadores a votarem contra o PL 052/2010	72
Figura 37 - Sebastião Ângelo de Moura, coordenador geral da FAMOPES	73
Figura 38 - Cartaz do seminário “Vila Velha: Rumos do Crescimento”	74
Figura 39 - Promotora Nícia Regina Sampaio	75
Figura 40 - Vereador Ivan Carlini	75
Figura 41 - Promotor Fernando Zardini	75
Figura 42 - Pedra do Sapo	78
Figura 43 - Pedra do Sapo	78
Figura 44 - Desembargador Carlos Simões Fonseca	79

Figura 45 - José Lima de Andrade Neto, presidente da Petrobras Distribuidora, Governador Renato Casagrande e Prefeito Neucimar Fraga	80
Figura 46 - Henrique Casamata, Sec. de Desenv. Urbano entre 2009-2012	80
Figura 47 - ArcelorMittal, Gerdau, Vale e Usiminas	83
Figura 48 - Paulo Hartung (PMDB) e Rodney Miranda (DEM)	83
Figura 49 - Prefeito Neucimar Fraga promovendo o evento Porto Indústria	84
Figura 50 - Praia da Costa antes da urbanização	86
Figura 51 - Grande enchente na década de 60	87
Figura 52 - Bairro Itapuã durante a grande enchente da década de 60	87
Figura 53 - Comparação de imagens: colégio Marista, no Centro de Vila Velha, durante a enchente de 60, e o colégio cercado pela urbanização na década de 90	88
Figura 54 - Rodney Miranda no momento da sua diplomação como prefeito	89
Figura 55 - Série histórica da estação meteorológica localizada no município de Vitória/ES	90
Figura 56 - Rafael Tardin	90
Figura 57 - Ana Marcia Erler	91
Figura 58 - Promotora Isabela de Deus Cordeiro.	91
Figura 59 - Desembargador Dair José Bregunce	92
Figura 60 - Vereador José Nilton (PT)	93
Figura 61 - Protesto em Vitória	94
Figura 62 - Irene Leia Bossois	95
Figura 63 - Gustavo de Biase com Marina Silva	96
Figura 64 - Gustavo de Biase com Renato Casagrande e Eduardo Campos	96
Figura 65 - Vereadores que votaram a favor do PL nº 035/2013	97
Figura 66 - Mr Catra replicando mensagem de pedido de ajuda lançada por Ivete Sangalo	99
Figura 67 - Alagamentos presentes em quase todo município de Vila Velha	100
Figura 68 - Área 05 do Decreto nº 019/2014	102
Figura 69 - Destruição da praia de Jacarenema em tentativa infrutífera de diminuir os alagamentos em Vila Velha	102
Figura 70 - Destruição da praia de Jacarenema em tentativa infrutífera de diminuir os alagamentos em Vila Velha	103

Figura 71 - Destruição da praia de Jacarenema em tentativa infrutífera de diminuir os alagamentos em Vila Velha	103
Figura 72 - Destruição da praia de Jacarenema em tentativa infrutífera de diminuir os alagamentos em Vila Velha	103
Figura 73 - Jader Mutzig Bruna, Secretário de Meio Ambiente de Vila Velha	103
Figura 74 - Petrus Lopes, do Instituto Jacarenema de Pesquisas Ambientais	103
Figura 75 - Notificação do MPES sobre a recuperação dos danos causados pela abertura de vala na praia do Parque Natural Municipal de Jacarenema	105
Figura 76 - Engarrafamento de guinchos retirando carros danificados pela chuva no bairro Praia das Gaivotas	107
Figura 77 - Planície de inundação do Rio Jucu no período de chuvas	109
Figura 78 - Bairro Pontal das Garças em período de chuvas	110
Figura 79 - Inundação do Rio Jucu afetando o bairro Pontal das Garças	110
Figura 80 - Max Filho fazendo campanha na Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças	111
Figura 81 - Perfil da Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças, mostrando ao público o interesse em promover melhorias na infraestrutura do bairro	111
Figura 82 - Folder da campanha de reeleição de Neucimar Fraga para a prefeitura de Vila Velha	114
Figura 83 - Carisma de Rodney Miranda	117
Figura 84 - Rodney Miranda e a sua postura pouco carismática	117
Figura 85 - Obras de dragagem e demolição de rochas do Canal da Costa	118
Figura 86 - Almir Neres apoiando Neucimar Fraga	124
Figura 87 - repúdio ao Douglas Pinheiros por matéria no jornal A Gazeta	125
Figura 88 - repúdio ao Douglas Pinheiros por matéria no jornal A Gazeta	125
Figura 89 - Douglas na Rede Sustentabilidade	126
Figura 90 - Perfil do <i>Facebook</i> de Douglas, mostrando-o associado ao Partido Solidariedade	126
Figura 91 - Imagem do grupo Eleição Santa Rita	126
Figura 92 - Imagem sobre a eleição do presidente da Associação de moradores do bairro Santa Rita	126
Figura 93 - Joel Rangel e a sua proximidade da Família Mauro	127

Figura 94 - Associação de Mulheres do bairro Pontal das Garças mostrando apreço por Joel Rangel	128
Figura 95 - Joel Rangel (PSB) em passeata com Giuliano Nader, ex-presidente do PSDB Vila Velha.	128
Figura 96 - Joel Rangel promovendo a discussão sobre proteção, defesa e bem-estar dos animais	129
Figura 97 - Joel Rangel promovendo a discussão sobre proteção, defesa e bem-estar dos animais	129
Figura 98 - Joel Rangel advogando pela defesa das mulheres	129
Figura 99 - Joel Rangel exibindo-se doando sangue	129
Figura 100 - Vereador Rogerio atribuindo a si obras de macrodrenagem do Canal da Costa	131
Figura 101 - Álbum de projetos de lei do vereador Rogerio Cardoso	132
Figura 102 - Vereador Rogério Cardoso afirmando possuir uma equipe que trabalha em obras de macrodrenagem no bairro Santa Inês	132
Figura 103 - Ligação religiosa de Rogerio Cardoso	133
Figura 104 - Ligação religiosa de Rogerio Cardoso	133
Figura 105 - Rogério Cardoso e Esmael (Ma�)	134
Figura 106 - Esmael fazendo propaganda para Rogério Cardoso	134
Figura 107 - Quiosques no bairro Praia de Itaparica	135
Figura 108 - Andinho, Andre Garcia, Rodney Miranda e Paulo Hartung	136
Figura 109 - Rodney em visita ao bairro Santos Dumont, a convite do vereador Valdir do Restaurante.	140
Figura 110 - Morador do bairro Santos Dumont reclamando da ausência do movimento comunitário na visita do prefeito	141
Figura 111 - Valter Rocon e Rodney Miranda em mutirão de limpeza	145
Figura 112 - Marcello Costa, líder comunitário de Barramares, mostrando indigna�o com a atual administra�o pública	145
Figura 113 - Duda da Barra e Neucimar Fraga durante campanha	147
Figura 114 - Arnaldinho Borgo e Neucimar Fraga	149
Figura 115 - Z� Nilton compartilhando álbum mostrando sua participa�o no protesto dos professores	151
Figura 116 - Caminhão do Cata Móveis	153

Figura 117 - Vereador Anadelso no campo da empresa Chocolates Garoto	154
Figura 118 - José Luís Galvêas e os prédios sombreando a praia	156
Figura 119 - Ícone da Galwan	157
Figura 120 - Expedito Ximenes recebendo o prêmio Marcas Ícones	158
Figura 121 - Ailton Menini e Heberson Lacerda	158
Figura 122 - Riviera Park	162
Figura 123 - Riviera Park visualizado pelo Google Earth durante dez. 2013	163
Figura 124 - Empreendimento da Teixeira Holzmann após as chuvas de dezembro de 2013	164
Figura 125 - Área proposta para o descarte dos efluentes tratados das futuras casas do Royal Park Jacarenema	164
Figuras 126 - Características da área do terreno do Royal Park Jacarenema	165
Figura 127 - Características da área do terreno do Royal Park Jacarenema	165
Figuras 128 - Aspecto da área, em período chuvoso, requisitada pela Teixeira Holzmann dentro do Parque para a escavação e formação de um lago em período chuvoso	166
Figura 129 - Aspecto da área, em período chuvoso, requisitada pela Teixeira Holzmann dentro do Parque para a escavação e formação de um lago em período chuvoso	166
Figura 130 - Área do Green Village demonstrada no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha	169
Figura 131 - Região do Green Village	169
Figura 132 - Vista aérea da área do Green Village após as chuvas de dezembro	170
Figura 133 - Área 01 do Decreto 019/2014	170
Figura 134 - Empreendimento Bauen	172
Figura 135 - Empreendimento Bauen	172
Figura 136 - Terreno que a Chamon Empreendimentos pretende lotear e a casa do ex-prefeito Vasco Alves	173
Figura 137 - Mapa das forças atuantes em Jacarenema	179
Figura 138 - Evolução da malha urbana no município de Vila Velha	193
Figura 139 - Evolução da malha urbana no município de Vila Velha	193
Figura 140 - Evolução da malha urbana no município de Vila Velha	193

Figura 141 – Expansão imobiliária na cidade de Vila Velha	197
Figura 142 - Expansão imobiliária na cidade de Vila Velha	197
Figura 143 - Expansão imobiliária na cidade de Vila Velha	197
Figura 144 - Complexo Portuário de Vitória	201
Figura 145 - Carta da Intersindical da Orla Portuária do ES para o presidente da CODESA	208
Figura 146 - Vasco Alves	219
Figura 147 - Carta da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo para o presidente da CODESA	220

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
APA – Área de Proteção Ambiental
ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ASSMPG – Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças
CAOA – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, de Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico, Paisagístico e Urbanístico do Ministério Público Estadual do Espírito Santo
CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento
CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo
COMDUMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente ES – Espírito Santo
FPDVV – Fórum Popular em Defesa de Vila Velha
FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INJAPA – Instituto Jacarenema de Pesquisas Ambientais
MPES – Ministério Público do Espírito Santo
ONG – Organização Não Governamental
PDDUS – Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável

PDM – Plano Diretor Municipal de Vila Velha

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMVV – Prefeitura Municipal de Vila Velha

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PL – Projeto de Lei

PMVV – Prefeitura Municipal de Vila Velha

PR – Partido da República

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSERVAÇÃO X ATIVISMO POLÍTICO

A perda acentuada de recursos naturais e biodiversidade é reconhecida como um dos maiores problemas da sociedade moderna (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991; MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005a). Dados apontam escassez de recursos importantes em várias partes do mundo, sendo prevista para o ano de 2050 uma carência generalizada de elementos essenciais para a sociedade, como, por exemplo, água, condição que já afeta um bilhão e duzentos milhões de pessoas no mundo (UNESCO, 2012).

Para cada refugiado de conflitos no mundo existem dois refugiados devido à fome, às inundações¹ e aos desastres ambientais (UNHCR, 2002). Registram-se diásporas modernas provocadas pela perda de ecossistemas e a cada ano elas aumentam de frequência, participando ativamente na configuração da geopolítica mundial (NIERENBER; HALWEIL, 2011). A mais recente nação do planeta, o Sudão do Sul, confirma essa afirmativa por ter sido originada por um colapso político em que, entre os principais elementos da desavença, estavam a disputa por terras férteis e a movimentação humana involuntária por motivos de desertificação (KOK et al, 2009; UN-HABITAT, 2012).

Muitos países possuem sua economia e bem-estar dependentes da conduta dos processos climáticos. Bangladesh e Etiópia são destaques quanto a isso, embora antagônicos. O primeiro sofre com enchentes catastróficas anualmente (BRAMMER, 2010) e o segundo tem o baixo índice pluviométrico como um dos maiores impedimentos para a própria estabilidade (NANA-SINKAM, 1995; MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005b; GRAY; MUELLER, 2012). Conforme afirmam as Nações Unidas e outros organismos internacionais, hoje milhões estão à mercê dos fenômenos da natureza, não havendo infraestrutura ou instituições nacionais capazes de mitigar as mazelas ocasionadas. E os desastres não somente são

¹ Inundação representa o transbordamento das águas de um curso d'água, atingindo a sua respectiva planície de inundação ou área de várzea. As enchentes ou cheias são definidas pela elevação do nível d'água no canal de drenagem devido ao aumento da vazão, atingindo a cota máxima do canal, porém, sem extravasar. O alagamento é um acúmulo momentâneo de águas em determinados locais por deficiência no sistema de drenagem (BRASIL, 2007), ou, como este trabalho mostrará, fruto da ocupação humana em áreas inadequadas.

capazes de ocorrer, mas esperados (UNHCR, 2002; MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005a; UNESCO, 2012).

Essas informações e tantas outras sobre os efeitos antrópicos negativos nos meios naturais e suas respectivas consequências há tempos são difusos, abertamente discutidos na mídia e facilmente acessíveis na internet. As denúncias e as reivindicações socioambientais são ouvidas pelos indivíduos à frente dos governos, porém, como também é sabido, dificilmente são acatadas (WWF et al, 2012). As informações científicas embasam os clamores do drama ambiental afirmando que ele ocorre em diversas partes do mundo (WWF et al, 2012). Não é preciso de muito esforço para notar que os dados acadêmicos não foram capazes de ocasionar uma mudança significativa na sociedade global, nem ao menos frear o aumento do uso insustentável dos recursos naturais (MEFFE; CARROLL et al, 1997).

À medida que advogam por meio de reações governamentais em prol de uma sociedade mais sustentável, pesquisadores são frustrados nas tentativas de aplicar o conhecimento científico que produzem ao ordenamento jurídico ou às atividades que compõem as/resultam das políticas públicas (MEFFE; CARROLL et al, 1997). Não obstante, como coloca Clark et al (2000) “podemos, de fato, estar treinando “sábios idiotas”, indivíduos hábeis em certas áreas, mas amplamente inaptos em outros aspectos do campo”. Os berços acadêmicos mostram natureza cartesiana (GROOM et al, 2006) e as diversas esferas intelectuais admitem a visão limitada, fracionada e afetada culturalmente das mais fidedignas fontes de informação que a humanidade até o momento conseguiu construir (MORIN, 2006).

A irreduzibilidade dos governantes e a incapacidade dos ambientalistas de influenciarem adequadamente as políticas para o meio ambiente pede uma nova abordagem para conservação, a compreensão dos processos políticos (CLARK et al, 2000). Da mesma forma que diferentes pessoas, com diferentes objetivos políticos, estudam políticas públicas para aprenderem como promoverem suas opções (BIRKLAND, 2011), é razoável que os biólogos da conservação adotem esse comportamento para alcançarem os seus objetivos (CLARK, 2002).

O estudo de políticas públicas pede mente aberta e exige o conhecimento das características do ambiente político (CLARK et al, 2000). Frequentemente é necessário abdicar do conhecimento tradicional adquirido nas áreas acadêmicas ou,

ao menos parte do treinamento responsável por enraizar a visão predominante dos profissionais originados de outras áreas (CLARK et al, 2000), pois muitos treinamentos condicionam e impossibilitam a compreensão da situação e do contexto que aportam a realidade e o desenrolar político regente (CLARK et al, 2000; MORIN, 2006).

Evidentemente é necessário compreender o que é política pública e como ela ocorre (BONAVIDES, 2012). Essa sempre se refere às ações da administração pública e às intenções definidoras dessas ações (COCHRAN et al, 1999), em outras palavras, qualquer coisa que os dirigentes públicos, no comando do governo, resolvam ou não fazer em relação à sociedade (DYE, 1992). Alguns autores afirmam que as políticas públicas consistem em decisões políticas para a criação de programas, com intuito de se alcançar os objetivos da sociedade (COCHRAN; MALONE, 1995). Outros colocam as políticas públicas como ações resultantes de disputas entre aqueles que detêm o poder, sobre quem consegue o que (COCHRAN et al, 1999), e que diferença isso faz (SOUZA, 2006).

Independentemente do conceito, é inegável que as políticas públicas sejam a soma das atividades governamentais, de forma direta ou através dos agentes, e que elas influenciam na vida dos cidadãos (PETERS, 1999), sendo fruto do trabalho, das ações e das escolhas de pessoas que compõem o corpo institucional dos governos, nos diferentes níveis - através das agências, ministérios, comissões e todos os possíveis ambientes de decisão, deliberação e execução. A maior parte desse corpo são os funcionários públicos ou empresas terceirizadas responsáveis pela execução das decisões efetuadas nas mais altas hierarquias por homens eleitos pela sociedade ou que ascenderam dentro das instituições governamentais (PALUDO, 2012; BONAVIDES, 2012).

Numa sociedade poucas são as pessoas que decidem as políticas públicas: o que deve ser feito, como deve ser feito, quando deve ser feito, quem fará cada uma das atividades estabelecidas e o que deve ser obedecido pela população (DYE, 1992; EZROW; FRANTZ, 2011). A abordagem conservacionista sugerida por Clark (2000; 2002), que estabelece a linha de pesquisa desta dissertação, acredita ser essencial a identificação desses atores, seus entendimentos, suas formas de atuação e como eles conseguem legitimidade para agir, reconhecendo ser imperativa a descoberta

de suas alianças (CLARK, 2002), já que mesmo nas monarquias totalitárias o poder não surge do homem isolado (EZROW; FRANTZ, 2011).

As decisões, muitas vezes materializadas em políticas, são tomadas por aqueles que dominam a sociedade ou o grupo social em questão e esses influenciados pouco podem fazer, sendo manipulados pelos dominadores e incitados de acordo com o interesse deles. Usualmente há divergência entre os soberanos e as suas camarilhas, o que resulta em agremiações disputando o controle societal. Os detentores do poder sempre se agremiam a um grupo com o qual os interesses coincidem (EZROW; FRANTZ, 2011). Na democracia, o interesse das lideranças age conforme coloca Bonavides (2012):

Esses interesses, parcialmente coletivos e em busca de representação, servem-se na democracia pluralista do Ocidente de dois canais para chegarem até ao Estado²: os partidos políticos e os grupos de pressão.

Através desses canais é que as decisões surgem. Ambos exercem o poder quando a política acontece, isto é, quando o governo homologa sobre como se deve abordar um problema público em qualquer nível. Tais homologações podem ser encontradas em diversos tipos de regulamentos, como constituições, leis, portarias, jurisprudências, etc, ou mesmo no estímulo de alteração de comportamento de servidores públicos, independentemente de suas funções ou níveis hierárquicos (BIRKLAND, 2011). Como não é admissível na sociedade contemporânea uma vida fora do Estado, todos os cidadãos são obrigatoriamente vinculados à vida política e assim aos interesses dos governos, aos partidos políticos, aos grupos de pressão e a todos aqueles que dirigem esses grupos (BONAVIDES, 2012).

É inevitável reconhecer a carência de biólogos, ecologistas ou conservacionistas atuando ou influenciando nas mais altas hierarquias de poder (MEFFE; CARROLL et al, 1997). Sem isso os estudos científicos conservacionistas se assemelham mais a registros históricos das espécies e dos ecossistemas do que a ferramentas de conservação desses, como se espera. O presente trabalho, seguindo as afirmações acima, busca colaborar com a conservação do Parque Natural Municipal de Jacarenema através da produção de um *framework* de ciências políticas criado por Tim Clark (2002).

² O autor refere-se ao controle do Estado.

O *framework* busca a organização dos eventos, pessoas e decisões para a compreensão do jogo político relacionado à disputa pela área da unidade de conservação. A compreensão da situação permitirá a identificação dos reais problemas e o aperfeiçoamento das estratégias ambientalistas, tornando as iniciativas de proteção da área mais eficientes (CLARK, 2002). O estudo sobre conflitos de interesse pela área do Parque é importante também para a conservação de outras áreas protegidas no Brasil, uma vez que a área da reserva sofre diversas pressões características daquelas sofridas por outras unidade de conservação brasileiras próximas a malha urbana.

1.2 OBJETIVO

O presente estudo objetiva identificar as forças, sejam elas sociais, políticas, econômicas, ou quaisquer outras, que atuem e afetem na conservação do Parque Natural Municipal de Jacarenema e nas áreas circunvizinhas, através da produção de um *framework* de ciências políticas criado por Tim Clark (2002). Os principais atores envolvidos serão mencionados, igualmente como eles se relacionam para promoverem-nas ou sustentá-las. Ao se concluir a dissertação, deve-se ter os elementos fundamentais pertencentes aos processos sociais e políticos que envolvem o Parque, sejam aqueles à vista ou ocultos, dos convergentes aos divergentes, e, como produto final, um “mapa” da atual condição de conservação de Jacarenema será produzido. Nele deve haver uma descrição das tendências que levaram à atual condição e as projeções decorrentes caso o atual status seja mantido, e também alternativas para garantir a conservação da unidade de conservação e seu entorno.

1.3 METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou o *framework* de ciências políticas elaborado por Tim W. Clark (CLARK, 2002) - uma ferramenta para abordagem de processos sociais e políticos que gera um retrato das forças operantes em determinado local e momento. O *framework* compreende três principais dimensões: o Processo Social, o Processo de Decisão e a Orientação do Problema.

O Processo Social, exposto no capítulo II, consiste na identificação dos principais atores e no mapeamento do contexto. Inicialmente se esclarecerá o conflito e elencar-se-á os principais participantes. As circunstâncias do conflito serão mostradas, incluindo a dimensão geográfica, ecológica, temporal, e a institucionalização do mesmo e as crises decorrentes. Para entender como atores participam da arena política, suas características são descritas, destacando seus respectivos valores e suas perspectivas individuais, da mesma forma as de cada grupo que eles formam.

O apreço oferecido pela sociedade às categorias que esses indivíduos compõem, por exemplo, empresários, políticos, ambientalistas, etc, será explícito. Tão importante como as demais coisas enfatizadas são as estratégias utilizadas por essas agremiações para alcançarem seus objetivos ou manterem-se nas posições que ocupam. O conjunto de todas as ações se transformam nos resultados, suscitando os impactos dessas relações sociais. Este detalhamento é essencial para entender como as decisões são tomadas e, evidentemente, por quem.

O capítulo III é dedicado à segunda parte do *framework*, o Processo de Decisão. Esta etapa presta-se à descrição de como as decisões em determinada arena política são tomadas, no caso em especial para o uso da área de Jacarenema e entorno. Segundo Clark e Brunner (1996), o processo de decisão é um meio de reconciliação (ou pelo menos de gestão) de conflitos por meio da política, a fim de encontrar uma especificação de trabalho de interesse comum de uma comunidade.

As decisões políticas ou do jogo do poder resultam nas normas e nas regras que existem nas sociedades, sejam elas formais, como as normas presentes no ordenamento jurídico ou nas regulações institucionais (portarias, instruções normativas, etc), ou informais, como as pressões morais e religiosas (CLARK, 2002). A tomada das decisões é dependente dos agentes políticos de maior influência e só é compreendida quando a teia de relações dos atores enfocados no capítulo anterior é adequadamente organizada.

O capítulo IV é a Orientação do Problema. Depois de esclarecido como e por quem as decisões são feitas, resta a identificação de soluções. O propósito dessa fase é evitar perda de tempo e energia em uma tentativa de solução inapropriada, não contempladora de todas as particularidades do conflito. A etapa é composta de cinco

estágios: o Esclarecimento dos Objetivos, a Descrição das Tendências, a Análise das Condições, as Projeções e a Produção de Alternativas.

O Esclarecimento dos Objetivos do pesquisador é uma revisão da situação. Após elucidada a arena política, realiza-se nova observação do cenário e revisão dos problemas que ocorrem, buscando-se uma compreensão mais profunda do que a existente no início da pesquisa. Naturalmente isso afeta os objetivos iniciais.

A descrição das tendências envolve aprofundamento histórico para se adquirir clareza das forças que determinam os movimentos e as direções que o conflito se encaminha. É a descrição do passado para se entender como o atual cenário surgiu e que forças levaram a tanto. Também, saber se elas ainda estão em atuação e, se sim, como configuram o presente.

A análise das condições, em resumo, é a identificação da conjuntura que os que advogam por Jacarenema se encontram e a percepção da influência deles no conflito. As projeções, exatamente como o nome da etapa sugere, é a descrição do futuro do caso não ocorra intervenção alguma ou alteração nas forças vigentes.

A Produção de Alternativas é a última etapa da Orientação dos Problemas e do *framework*. Trata-se da invenção, avaliação e seleção de alternativas para se evitar a continuidade do passivo ou ameaça ambiental. No fim toda a inquirição, ou conclusão do *framework*, deve responder às dúvidas existentes antes da abordagem do problema e permitir novos pontos de vista, cada qual com suas complicações, resultando na compreensão da “engenharia política” do problema-alvo, para assim, se possível, os interessados influenciarem os processos políticos (CLARK, 2002; CLARK et al, 2000).

Para atender o *framework*, o processo de pesquisa realizará, na seqüência, as seguintes etapas: análise de mídia, levantamento bibliográfico, observação participante, coleta de informação sobre os atores, entrevistas e observação aérea da região.

Análise de mídia

A primeira etapa é dividida em: 1) seleção dos jornais, 2) análise das matérias, 3) identificação dos atores nos jornais, 4) avaliação dos atores nas matérias, e 5) detecção de agremiações.

1) A primeira parte será a identificação dos jornais mais relevantes – seja por influência na população ou por regularmente produzirem matérias sobre Jacarenema – e que permitam a possibilidade de estudo (conteúdo acessível);

2) Uma vez selecionados, cabe averiguar como os jornais escolhidos abordam ou divergem dos mesmos assuntos, com o propósito de tentar identificar a posição deles sobre Jacarenema e, dessa maneira, obter informações sobre o conflito com maior qualidade. Para tanto, serão selecionadas todas as matérias publicadas as terças, as quartas e as quintas-feiras, durante um período de dois meses. Em cada matéria será identificado o tema e avaliada a opinião do jornal a respeito dele, em cinco níveis: muito negativo, negativo, neutro, positivo e muito positivo. Os textos jornalísticos, uma vez julgados, servirão de base para aquisição de informações;

3) Segue a identificação dos atores nos textos. Será o momento de discriminação de todos aqueles capazes de tomar decisões ou influenciar nas decisões ou nos meios de comunicação escolhidos - políticos, empresários, patrocinadores e líderes de todas as naturezas;

4) Após identificados, incumbirá observar como os jornais julgam os atores nos contextos que os apresentam e até mesmo detectar se há alguma distorção no contexto de forma a influenciar na imagem do ator;

5) A última etapa da análise da mídia focará os grupos de poder. Conforme os atores se agrupam em suas greis e coalizões, as divisões entre os grupos muitas vezes podem ser identificadas na mídia: comumente alguns atores serão bem apresentados em certo veículo de comunicação enquanto outros, de distinta facção, surgirão de forma não positivas nas matérias, o que permite, superficialmente, descobrir alianças entre os atores.

Levantamento bibliográfico

Na segunda etapa, orientada pelos supostos indícios do conflito identificados na análise de mídia, buscar-se-á aprofundamento e averiguação de informações nos

diários oficiais - da Câmara Municipal de Vila Velha, da Prefeitura de Vila Velha, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales), e do Governo do Estado do Espírito Santo, e aquisição de novas informações através de livros, periódicos acadêmicos, teses e dissertações.

Observação participante

Ao final das leituras citadas acima, segue a ocasião de envolvimento na rotina dos atores participantes do conflito, em primeira pessoa. Ocorrerá o comprometimento no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores, frequentando de forma regular e repetitiva os ambientes onde os atores se relacionam e realizam as suas ações. Trata-se de uma abordagem comum na pesquisa etnográfica, considerado, nas ciências sociais, momento de identificação de quem são e o que fazem os atores, porque e como, com quem e com quais propósitos depreendem energia.

Coleta de informação sobre os atores

Após maior domínio das particularidades do conflito e identificado, aparentemente, os principais atores envolvidos, seguirá a pesquisa individual dos mesmos e discriminação das suas posturas e atitudes em relação à conservação da unidade de conservação. Eles serão observados no *Linked In*, *Facebook*, *Google+*, *Orkut*, *Soundcloud*, *Youtube* e demais mídias digitais de interação disponíveis, além de pesquisados nos mecanismos de busca da internet.

Entrevistas

Assim que esgotadas as possibilidades de aquisição de informações das maneiras citadas, serão realizadas entrevistas com os atores acessíveis.

Observação aérea da região

A visualização aérea da malha urbana e dos condomínios no entorno de Jacarenema ocorrerá concomitante com as demais etapas. Serão realizadas três viagens aéreas para Estados ao sul do Espírito Santo, uma no início da pesquisa, outra ao fim do levantamento bibliográfico e a última ao fim das entrevistas. A decolagem e a aterrissagem das linhas aéreas entre Vitória e os Estados ao Sul, independente de quais sejam, ocorrem à baixa altitude e próximas de Jacarenema, ora leste, ora oeste da mesma, permitindo visualização total da paisagem. As saídas ocorrem ao leste da unidade de conservação; as chegadas em Vitória ocorrem ao

oeste. A segunda viagem será noturna para aproveitar o detalhamento que a iluminação urbana oferece.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E ATUAIS PROBLEMAS

O Parque Natural Municipal de Jacarenema, inicialmente chamado de Reserva Biológica, é uma unidade de conservação à beira-mar, localizada no município de Vila Velha, Espírito Santo (Figura 01 e 02).

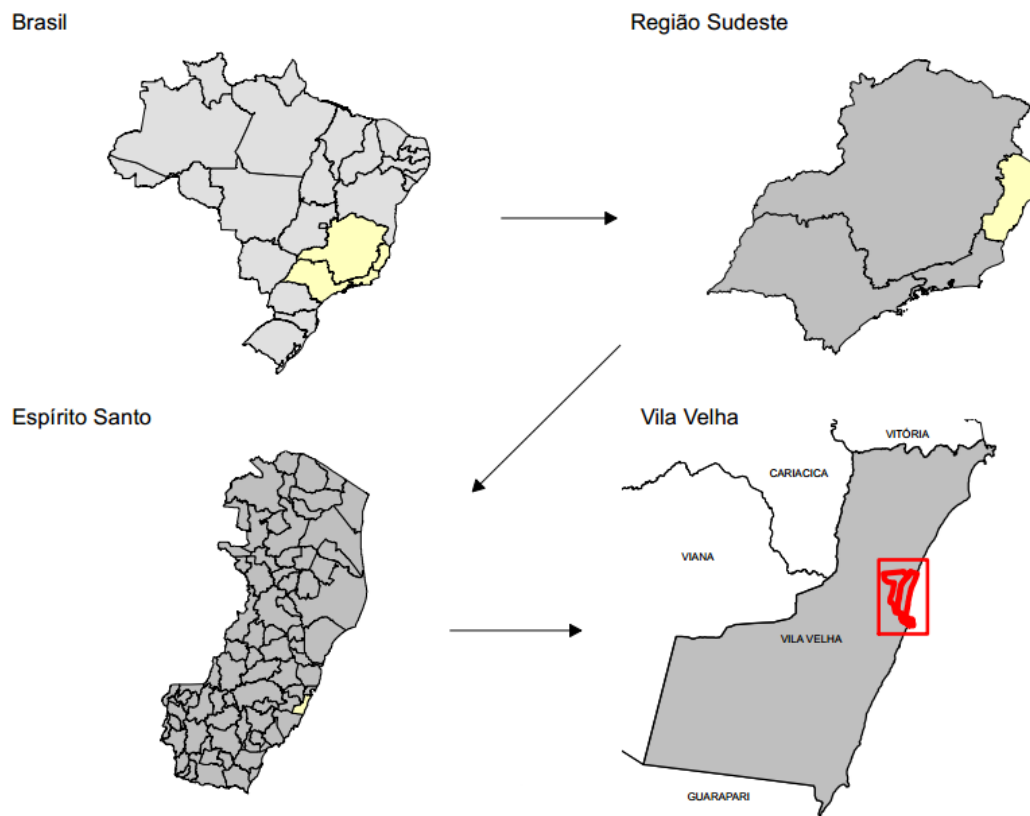


Figura 01 - Enquadramento político-administrativo do Parque Natural Municipal de Jacarenema.
Fonte: ENVIRONLINK, 2010.

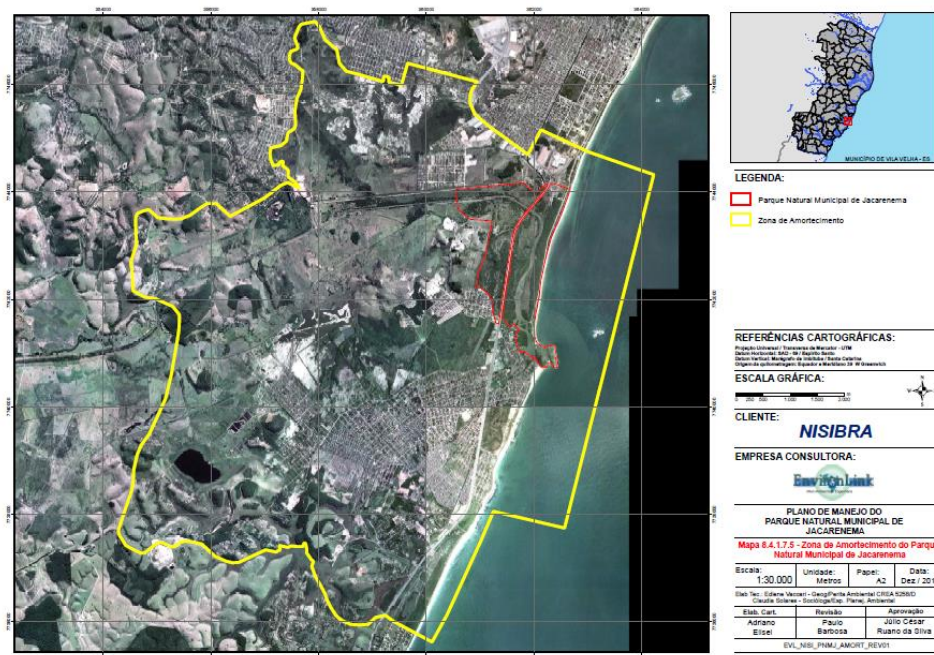


Figura 02 - Parque Natural Municipal de Jacarenema e sua área de amortecimento.
 Fonte: Environlink, 2010.

A unidade de conservação foi criada pela Lei Estadual nº 5.427 de 28 de julho de 1997³ - iniciativa do atual deputado estadual Claudio Vereza, atualmente líder da Frente Parlamentar Ambientalista do estado - e sancionada pelo governador à época, Vitor Buaziz. O município protegeu a área através do Decreto Municipal nº 033 de 09 de fevereiro de 2003, assinado por Max Filho, reeditado posteriormente pelo prefeito, no Decreto Municipal nº 26 de 07 de fevereiro de 2008, que inseriu os detalhes da unidade de conservação.

A vegetação predominante dessa área é a restinga, uma formação vegetal que cobre planícies quaternárias arenosas litorâneas, formando um conjunto de fatores bióticos e abióticos peculiares (SUGUIO; TESSLER, 1984; SILVA, 1990). No Parque há diferentes comunidades de plantas, resultantes das características do local, influenciado pelo mar, pelo Rio Jucu e pelo vento, e composto por mangues, cordões arenosos, planícies alagadas e áreas arenosas (MUSSO; LIMA, 2002c). Considerada um comunidade edáfica, a vegetação sofre maior influência do solo - dotado de diferentes profundidades de lençol freático - do que do clima (ARAÚJO; HENRIQUES, 1984; ARAÚJO, 1987).

³ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação em vigência foi criado no ano de 2000. A categoria "Reserva Ecológica" não existe atualmente.

O solo predominante é o Neossolo Quartzarênico, composto de, no mínimo, 95% de quartzo, calcedônia e opala, com minerais primários sujeitos ao intemperismo pouco presentes ou até mesmo ausentes. É predominantemente grosseiro em textura, a qual, além da composição, resulta em baixa capacidade de retenção de partículas e alta permeabilidade, conseqüentemente sensibilidade à erosão e à contaminação do lençol freático (EMBRAPA, 2006; MUSSO; LIMA, 2002c), amplificando os efeitos negativos da aproximação da malha urbana, que influencia nos limites físicos da reserva.

A unidade de conservação é dividida por uma rodovia, a ES-060, conhecida como Rodovia do Sol. Trata-se de uma rodovia radial estadual que liga as cidades de Vila Velha e Guarapari e tem 31 km de extensão. Uma parte é limitada entre o mar e a rodovia, dotada de maior vegetação, limítrofe ao norte com os bairros Jockey de Itaparica e Darly Santos, onde se encontra o Trevo da Barra do Jucu. Essa parte litorânea da reserva é ao sul limitada pelo bairro Barra do Jucu, onde se localiza a foz do Rio Jucu (Figura 03 e 04).

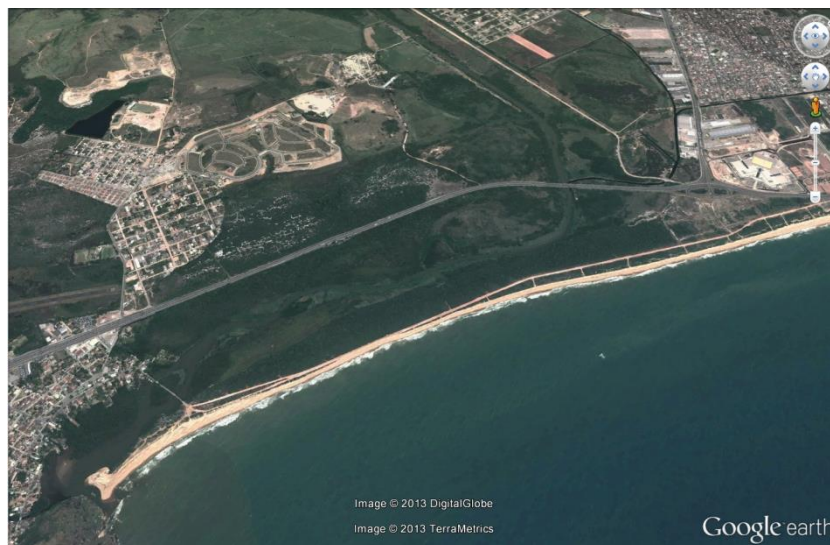


Figura 03 - Parque Natural Municipal de Jacarenema. À esquerda, no canto inferior, parte sul da Reserva e a foz do Rio Jucu, entre o final da praia e o Morro da Concha. À direita, margeando a orla e a rodovia, onde é possível visualizar o trevo da barra do jucu, limite norte da reserva. A área descampada justaposta ao trevo faz parte da reserva. O Rio Jucu entra na reserva por debaixo da ES-060 e a divide.

Fonte: Google Earth.



Figura 04 - Limite norte do Parque Natural Municipal de Jacarenema. O trevo é local de união da ES-060 com a rodovia Darly Santos. A maior edificação na imagem é o Shopping Boulevard Vila Velha, recentemente inaugurado (a imagem antecede em alguns meses a inauguração). O solo marrom exposto nos terrenos adjacentes ao shopping denuncia atividades de urbanização e construção de edificações. A área da unidade de conservação descampada próxima ao trevo foi resultado de um incêndio (ZANOTTI, 2013).

Fonte: Google Earth.

Do outro lado da pista, a unidade é limítrofe ao norte com os bairros Darly Santos e Pontal das Garças e ao Sul com os bairros Santa Paula I e II. Essa área da reserva é frequentemente alagada, com poucos locais não ficando submersos periodicamente, e é fronteira ao oeste com dois loteamentos de imóveis, o bairro Itapuera da Barra e com área rural (Figura 05).

A área protegida alcança um pouco mais de 3 km de comprimento em determinados locais e possui largura variável, totalizando 346,27 hectares (VILA VELHA, 2003). Conforme as imagens mostram, a unidade de conservação é dividida pelo Rio Jucu, local de desembocadura da sua foz.

Na área há ocorrência de 22 espécies de anfíbios (MUSSO; LIMA, 2002a), 121 espécies de aves (MUSSO; LIMA, 2002b), 18 espécies de mamíferos (MUSSO; LIMA, 2002d), 16 espécies de peixes (MUSSO; LIMA, 2002e) e 32 espécies de répteis (MUSSO; LIMA, 2002f). A região é refúgio de aves migratórias que encontram na unidade um local para repouso e alimentação, como o saí-andorinha (*Tersina viridis*). O gavião-pombo-pequeno (*Leucopternis lacernulatus*), ave em estado vulnerável de extinção, de acordo com a IUCN (IUCN, acesso em 06 maio 2013), já foi registrado na reserva (MUSSO; LIMA, 2002b).

A reserva destaca-se ainda pela presença de lontras (*Lontra longicaudis*), cujo status de conservação é carente de dados (IUCN, acesso em 07 maio 2013), e do guaiamun (*Cardisoma guanhumi*), espécie na lista nacional de invertebrados aquáticos ameaçados de sobre-exploração (BRASIL, 2003). Segundos pesquisadores da Universidade de Vila Velha, os animais são importantes por prestarem papel de indicador ecológico da saúde da reserva e do rio Jucu, rio responsável pelo abastecimento de quase toda Grande Vitória, proporcionando água para mais de um milhão de habitantes (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2010).

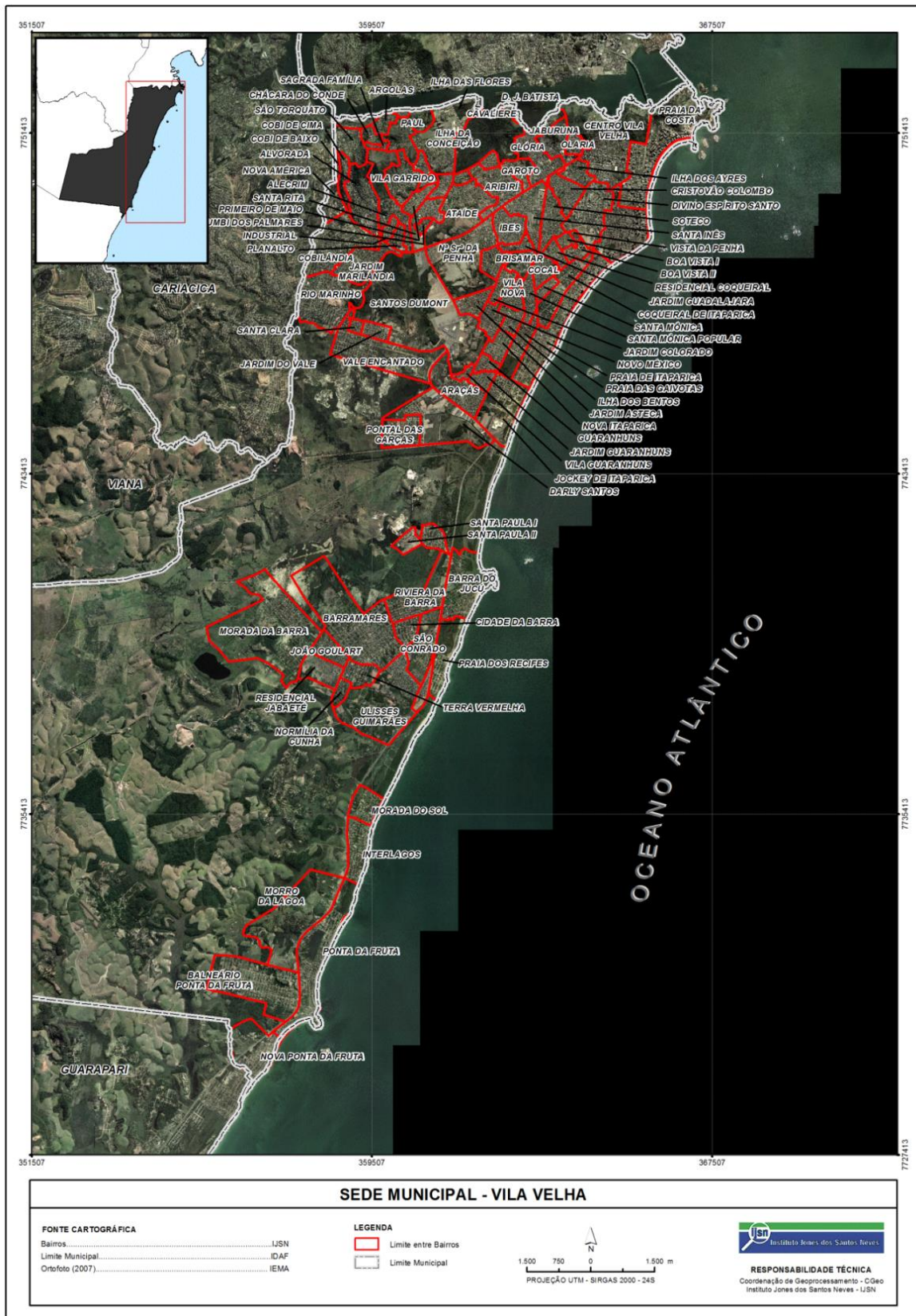


Figura 05 - Atuais bairros do município de Vila Velha/ES. Ao norte da reserva existe a divisa com os bairros Jockey de Itaparica e Darly Santos e ao sul com Barra do Jucu. Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves.



Figura 06 - Parque Natural Municipal de Jacarenema e Morro da Concha. A formação rochosa banhada pelo mar, ligada ao continente, é o Morro da Concha. A maior urbanização à direita da Rodovia do Sol são os bairros da Grande Terra Vermelha. A primeira área urbanizada à direita da Rodovia é o bairro Santa Paula I e parte do Bairro Santa Paula II, visível também na Figura 08. Ambos bairros são fronteiriços com o Parque.

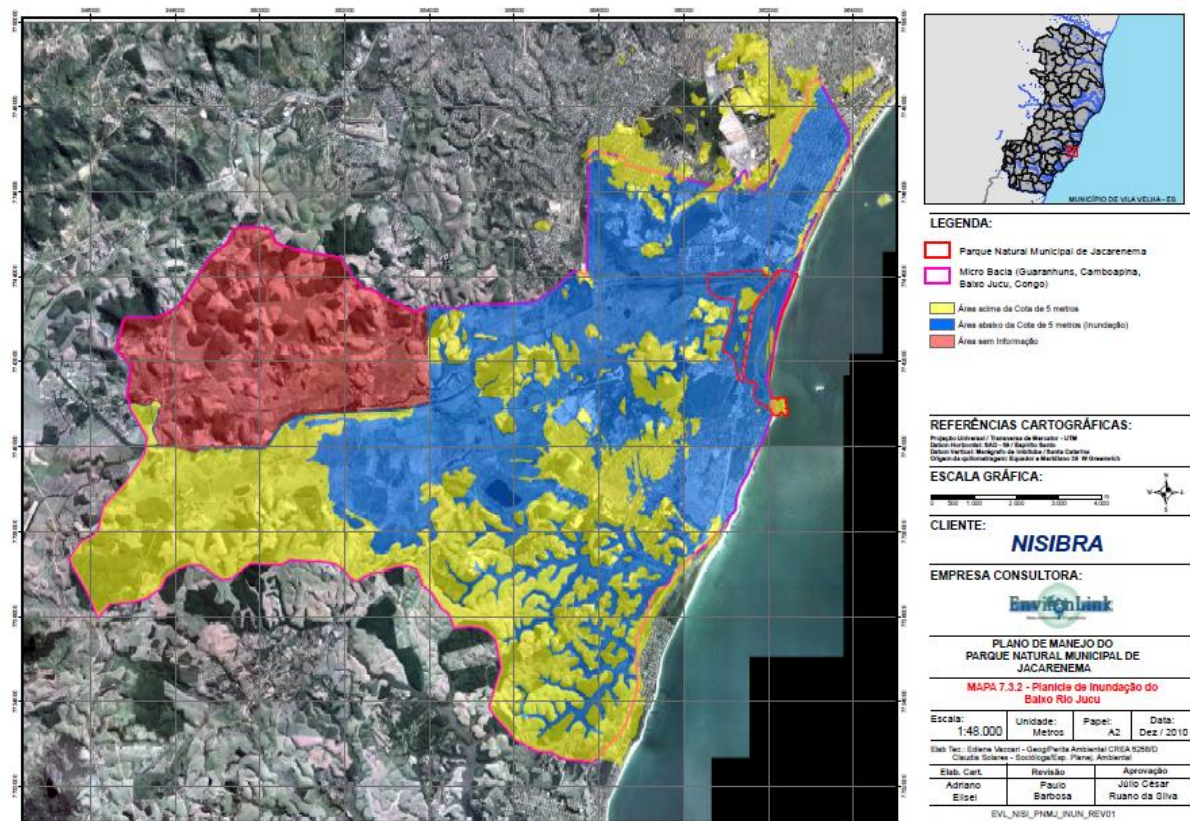


Figura 07 - Parque Natural Municipal de Jacarenema e cota altimétrica em relação ao mar. Em amarelo áreas acima da cota de cinco metros, em azul áreas abaixo da cota de cinco metros e sujeitas à inundação, em rosa áreas sem informação.
 Fonte: Environlink, 2010.

Conforme as figuras 06 e 07 mostram, o rio possui grande influência na área de conservação. Segue à montante da reserva, formando uma bacia hidrográfica de aproximadamente 2.200km² de área de drenagem com intensa atividade agrícola, granjas de médio porte, suinocultura, pecuária, ausência de mata ciliar, plantação de eucalipto (TERRA et al, 2008), atividade industrial, como a Guaraná Coroa, entre outros fatores impactantes (DEINA, 2013).

O Rio Jucu é formado por dois eixos principais, o chamado braço norte, com 123km de extensão, e o braço sul, com 80km. O curso principal do rio se desenvolve numa extensão aproximada de 166km até desaguar na foz, e esses 43 km de diferença do maior braço correspondem ao trecho após a união dos braços norte e sul (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2010).

O principal problema encontrado na qualidade da água do Rio Jucu é a chamada poluição difusa, causada pelo despejo *in natura* de esgoto e escoamento superficial de agrotóxicos nas áreas cultivadas na região médio-alta da bacia (DEINA, 2013). O Rio recebe canais de drenagem de Vila Velha ao adentrar no perímetro urbano, e no município de Vila Velha não há separação da rede pluvial e da rede de esgoto. Antes do rio entrar na unidade de conservação, que o faz por debaixo da Rodovia do Sol (ES-060), desemboca o Canal de Guaranhuns, um canal de águas negras que despeja o esgoto de Araçás e vizinhança (figura 08).

Na parte oeste da reserva, à esquerda do rio, constroem-se condomínios para público de classe A (COMETTI, 2013a), na área de amortecimento do parque e em terrenos fronteiros ao mesmo. Nesse lado da unidade de conservação ocorre extração legalizada de areia (figura 09) e extração clandestina de argila (Figura 10), o que, devido ao raso lençol freático, ao sol e ao vento, pode causar danos ecológicos irreversíveis (PEREIRA, 2003; MAGNANO et al, 2007; BASTOS, 1995). Próximo à outra margem existe a Estrada do Dique, não asfaltada e sobre o dique que protege a cidade de inundação no período de cheia do Rio Jucu.

A estrada, com cerca de cinco quilômetros de extensão, conecta o trevo da Barra do Jucu aos bairros de baixa renda do município de Cariacica. Esses subúrbios expandem-se em região antes agropecuária e em direção ao litoral. A via de acesso facilita a ocupação do local e a borda da estrada é pouco habitada em quase toda a sua extensão, situação que começou a mudar com a implantação do bairro Pontal

das Garças, situado entre a Estrada do Dique e o bairro Darly Santos - que tem como um dos limites a Rodovia Darly Santos (figuras 05 e 11).

A rodovia Darly Santos tem uma das extremidades no trevo da Barra do Jucu (figura 04). Ela liga a rodovia do Sol à avenida Carlos Lindenberg, um dos principais eixos de movimentação da cidade e uma das vias de acesso à capital, Vitória. É uma avenida com grande influência sobre Jacarenema. A rodovia possui poucas edificações em suas laterais, todavia, na última legislatura municipal (2009-2012), foram feitos aterros e algumas indústrias foram instaladas à margem da rodovia, próximas ao trevo da Barra do Jucu.

Algumas indústrias localizadas na Darly Santos despejam resíduos no canal de Guaranhuns e os direcionam, juntamente com o esgoto de Araçás e de outros bairros, para estações de tratamento de esgoto. Essas são incapazes de efetuar tratamento adequado, por isso os resíduos chegam praticamente *in natura* ao Rio Jucu, contaminando a reserva. Entrevistas com pesquisadores da Universidade de Vila Velha informaram que necrópsias de lontras encontradas mortas denunciaram alterações morfológicas de fígado, indicativo de que esses animais sofreram alguma intoxicação.



Figura 08 - Canal de Guaranhuns despejando esgoto no Rio Jucu. Foto tirada na 25ª Descida Ecológica do Rio Jucu, ocorrida em 25 de março de 2014.
Foto: Zanete Dadalto.



Figura 09 - Extração de areia legalizada na área de amortecimento de Jacarenema.



Figura 10 - Extração ilegal de argila em morro na zona de amortecimento de Jacarenema.



Figura 11 - Rio Formate e invasões em suas margens. Encontra-se em Cariacica. Ligado ao Rio Marinho, este que se conecta ao Rio Jucu, é um indicativo de problemas futuros no Rio Jucu caso políticas não sejam direcionadas para impedir a criação de aglomerados subnormais.
Fonte: ACQUATOOL CONSULTORIA, 2009.

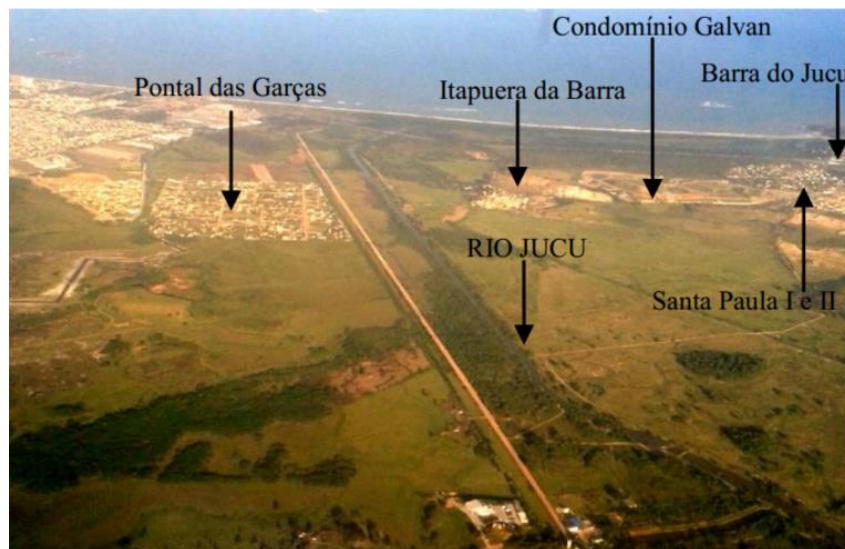


Figura 12 - Áreas circunvizinhas ao Parque Natural Municipal de Jacarenema. Pontal das Garças é um bairro frequentemente inundado pelas cheias do Rio Jucu. Entre o bairro e o rio é visível a Estrada do Dique, sobre o dique que impede a inundação da cidade de Vila Velha nos períodos de cheia. Itapuera da Barra é um bairro pequeno e pouco urbanizado. O “condomínio Galvan” é um loteamento feito pela construtora Galvan, no momento ausente de licença para construção. Barra do Jucu e os bairros Santa Paula são os limites sul do Parque.
Fonte: DEINA; COELHO, 2013.

A região administrativa 5 está limitada entre o município de Viana (ao oeste) e o litoral (ao leste), e o Rio Jucu (ao norte) e o município de Guarapari (ao sul), e é conhecida como Grande Jucu (figura 13). É composta por 21 bairros (Barra do Jucu, Balneário Ponta da Fruta, Barramares, Cidade da Barra, Interlagos, Jabaeté, João Goulart, Morada da Barra, Morada do Sol, Morro da Lagoa, Normília da Cunha, Nova Ponta da Fruta, Ponta da Fruta, Praia dos Recifes, Riviera da Barra, Santa Paula I, Santa Paula II, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e 23 de Maio), com muitas propriedades rurais e pobreza, originada de loteamentos irregulares. Existem muitos locais carentes de saneamento básico (SNIS, 2011) (Ver a figura 05 para melhor compreensão. Há ausência de certos bairros na imagem, embora seja recente (2013) e elaborada por um órgão do governo. O problema do zoneamento do solo de Vila Velha, mostrado a seguir, no capítulo I, em “Plano Diretor Municipal: o início do conflito”, é um dos responsáveis pela má identificação dos bairros da cidade).

A concentração da pobreza encontra-se na chamada Grande Terra Vermelha, formada por 11 bairros (Cidade da Barra, Morada da Barra, Normília da Cunha, Barramares, João Goulart, Residencial Jabaeté, Riviera da Barra, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e 23 de Maio). Observa-se que aproximadamente 45% da população residente no aglomerado vive nos bairros Barramares e Ulisses Guimarães, com Barramares abrigando 28,5% dos habitantes da Grande Terra Vermelha (ESPÍRITO SANTO, 2011a) (figura 14). O bairro Barramares é considerado o maior aglomerado subnormal⁴ do estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

A Grande Terra Vermelha é a região mais violenta de Vila Velha (HANTEQUESTE et al, 2008) e esse fato não é por acaso, pois possui antecedentes. Se fosse uma cidade, a Região Metropolitana da Grande Vitória seria considerada a 16ª mais violenta do mundo, de acordo com a ONG Mexicana Seguridad, Justicia y Paz (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2014). Segundo o Instituto Sangari essa foi a região metropolitana do Brasil com maior índice de violência homicida em 2009, o

⁴Aglomerado subnormal: áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros. É um aglomerado de casas carentes, mínimo de 51 unidades, distribuídas de forma densa e irregular, ocupando ou tendo ocupado terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Espírito Santo foi o segundo estado e Vitória a terceira capital dentro desse índice (WAISELFISZ, 2010). Em meio a isso, com índices também altos de violência, encontra-se a Grande Terra Vermelha.

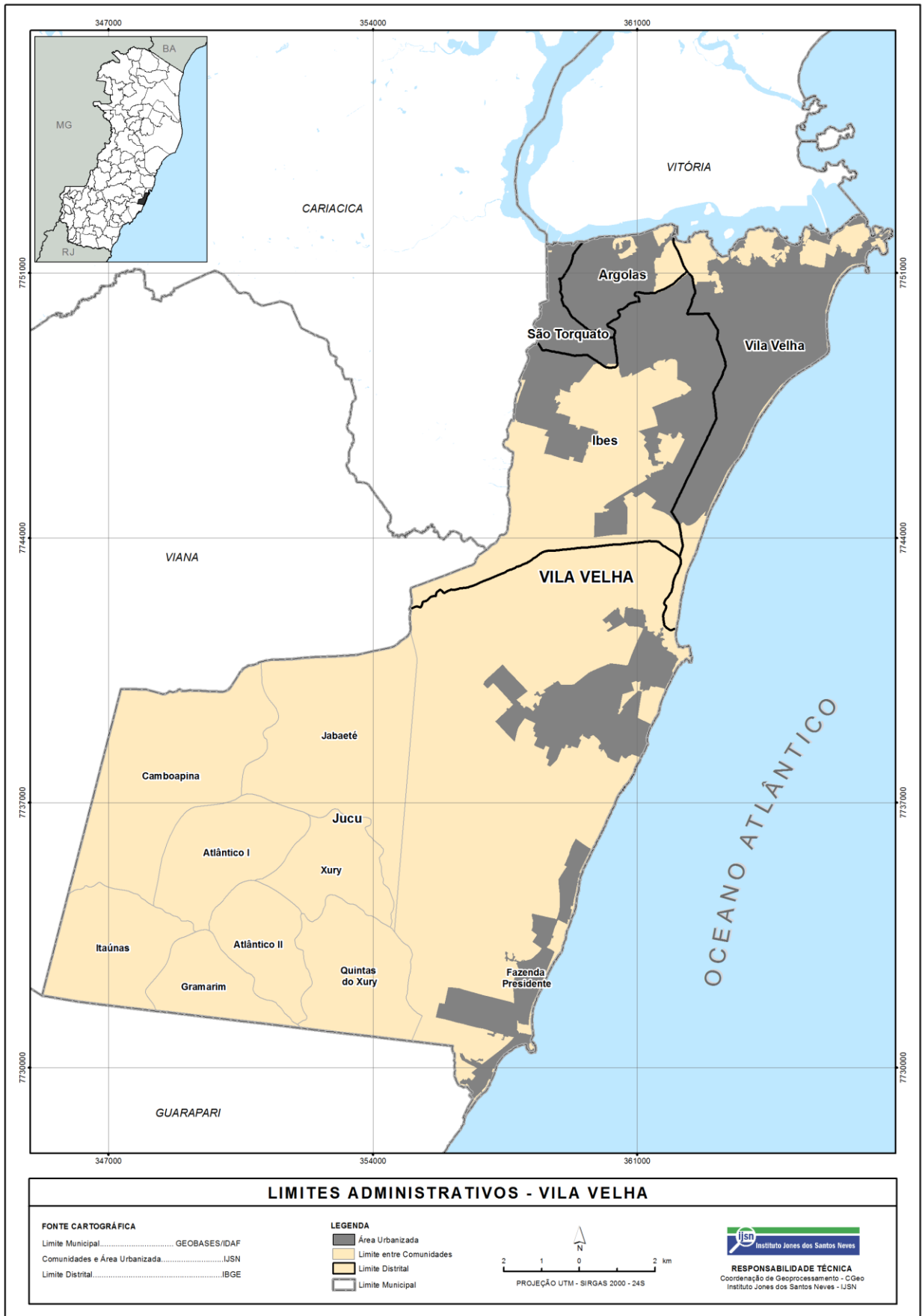


Figura 13 - Regiões administrativas de Vila Velha. A região mais ao sul do município é chamada de Grande Jucu. Fonte: Instituto Jones Santos Neves.

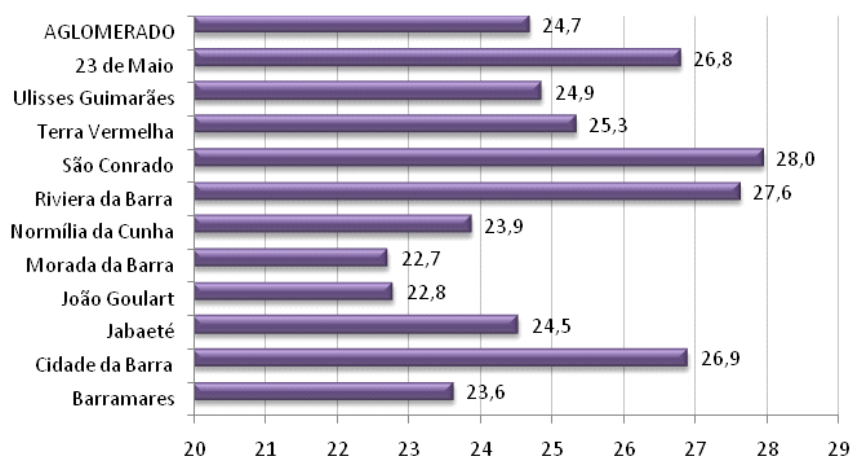


Figura 14 - Distribuição dos moradores na Grande Terra Velha (ESPÍRITO SANTO, 2011b).

Assim, como esperado, a taxa de mortes por causas externas⁵ da população de Vila Velha é alta. Em 2000 representou 16,7% das mortes e em 2009, 15,9%. Os homicídios foram responsáveis pela morte de 59,6% dos jovens em 2000 e 69,7%, em 2009, aumento gradativo ocorrido durante a década (ESPÍRITO SANTO, 2010c).

No Brasil a terceira causa de morte são as chamadas causas externas (MASCARENHAS et al, 2011?) e o mesmo ocorre em Vila Velha (ESPÍRITO SANTO, 2010a). Da mesma maneira, essa causa de morte é predominante em pessoas de até 39 anos nas duas abordagens (ESPÍRITO SANTO, 2010b; MASCARENHAS et al, 2011?). As vítimas majoritárias de homicídios apresentam cores de cútis “parda”/“mestiça”, seguidas pelas pretas (em 2007 foram 68% e 13% das vítimas, respectivamente) (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2008).

Os pardos são predominantes na Grande Terra Vermelha. A ocupação de Terra Vermelha foi feita principalmente por baianos originários do sul da Bahia, que trouxeram consigo o hábito da caça. A Bahia é o estado com maior número de emigrantes dentre todas as unidades da federação (AZEVEDO, 2000; OLIVEIRA, 2004) e a proximidade do ES favoreceu a migração.

⁵De acordo com MASCARENHAS et al (2011?), as causas externas de morbidade e mortalidade consideram as decorrentes de violências (agressões/homicídios, suicídios, tentativas de suicídio, abusos físicos, sexuais e psicológicos) e de acidentes (relacionados ao trânsito, afogamento, envenenamento, quedas ou queimaduras).

Os primeiros habitantes de terra vermelha se instalaram próximos a áreas verdes e a localização favoreceu a manutenção do hábito de caça e de pesca, problemas que acometem a unidade de conservação. Algumas das lontras necropsiadas na Universidade de Vila Velha foram encontradas também com estilhaços de chumbos. Esses animais tendem a quebrar as armadilhas dos pescadores em busca dos peixes capturados e são atacadas por essa razão. Não obstante, o hábito de caça, além do impacto na fauna, provavelmente gera um grande problema de saúde para a população.

Vila Velha é um município hiper endêmico para hanseníase (SAMPAIO et al, 2012), com o maior número de contaminações do estado⁶. Pesquisas relacionam a doença à caça. Em Cariacica, município vizinho e também acometido pela doença, percebeu-se o consumo de tatu (*Dasypus novemcinctus*), animal muito caçado pelo moradores de Terra Vermelha, antecedendo o diagnóstico de hanseníase em 90,4% dos casos do município (DEPS et al, 2003) e a relação entre o contato com tatu e a infecção de hanseníase foi confirmada em estudo controlado (DEPS et al, 2008).

Um agravamento é que a hanseníase é transmitida pela água (HRUSKA; KAEYSKA, 2012). Alguns bairros da Terra Vermelha foram construídos sem preparação e em áreas naturais de inundação do Rio Jucu (ENVIRONLINK, 2010), o que, além de limitar a construção de edificações por razões de instabilidade do solo, favorece na manutenção da endemia. Além da imagem abaixo (figura 15), tirada após as intensas chuvas de dezembro de 2013, a comparação entre as figuras 05 e 07 permite melhor dimensionamento do problema.

Em conjunto, os problemas tornam a Grande Terra Vermelha não só um local com as características usuais dos bolsões de pobreza - tráfico de drogas, falta de saneamento básico, violência, etc - mas também com particulares problemas de saúde e de inundações, tornando-a uma área de difícil aplicação de políticas públicas.

Mesmo fora da região da Grande Terra Vermelha os problemas com a água são comuns. Vila Velha possivelmente está entre as 10 cidades com maior problema de macrodrenagem do país, de tal forma que, em 2013, a Prefeitura Municipal de Vila

⁶ Casos da doença no ES: 34,9% em Vila Velha, 26,3% em Vitória, 23% em Serra, 14,5% em Cariacica e 1,3% nos demais municípios) (MONTENEGRO et al, 2011).

Velha (PMVV) se viu obrigada a decretar estado de emergência duas vezes por razão de chuva (MARCARINI, 2013). Trata-se do segundo município mais populoso do Espírito Santo, perdendo em quantidade de habitantes apenas para o município de Serra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (acesso em 18 abr. 2014; acesso em 19 abr. 2014).



Figura 15 - Inundação da região administrativa 5 de Vila Velha no final de dezembro de 2013. A imagem mostra parte da área da bacia de inundação do Rio Jucu (exibida na figura 07) e, através da cor da água no mar, é perceptível a vazão do Rio Jucu (o Morro da Concha, junto à foz, auxilia na localização). O Morro está melhor visível na figura 06). É possível ver a proximidade entre os prédios na orla e o Parque Municipal de Jacarenema. No canto superior esquerdo da imagem, o efeito do dique na contenção das águas do Jucu: o rio estava com a cor amarronzada no período da foto, mostrando como o dique impediu a inundação nas áreas mais urbanizadas da cidade (urbanização exposta na figura 05). Do outro lado da barreira, as águas apresentaram outra cor, por serem alagamentos oriundos da água caída do céu. Toda área urbanizada da imagem sofreu inundação ou alagamento. A área urbanizada mais próxima do centro da imagem é o bairro Morada da Barra.

Fonte: Naipesky (2013).

Vila Velha compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória - formada por Cariacica, Fundão, Guarapari, Viana, Vila Velha e Vitória (ESPÍRITO SANTO, 2005) - e encontra-se ao sul da capital, separada da mesma pela Baía de Vitória. Apesar de muita pobreza, o município de Vila Velha possui o litoral mais demandado do estado (NETO, 2012).

O metro quadrado (m²) dos apartamentos localizados em frente ao mar e próximos ao Parque, na Praia de Itaparica, podem ultrapassar R\$ 6.489,00 (SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013a), pelo fato de que são edificações de alto padrão, dotadas de imóveis de até mais de 300m², construídas principalmente pelas construtoras Galwan e Lorenge. A maior especulação imobiliária do estado se encontra em Vila Velha (SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013a) e as edificações com muitos pavimentos aumentam a descarga nos canais fluviais, cuja capacidade de vazão encontra-se sobrecarregada, agravando os alagamentos (DEINA, 2013).

Alterações urbanísticas contínuas, promovidas pelas políticas do município, principalmente na orla, fomentam a criação dessas edificações, as quais são adquiridas por administradores públicos e legisladores. Nesse sentido, a maior evidência é o fato do antigo e atual prefeito, assim como seu vice, e um ex-vereador, serem proprietários de apartamentos do mesmo condomínio, inaugurado há três anos e localizado na Praia de Itaparica (segundo a declaração dos mesmos no site do Superior Tribunal Eleitoral), distante cerca de 4 km da reserva.

Outras torres foram inauguradas em 2013 e ainda mais próximas do Parque Natural Municipal de Jacarenema (conforme a figura 15 mostra). Uma vez a orla repleta de prédios ao norte, nos bairros Praia da Costa, Itapuã e Praia de Itaparica (localização na figura 05), e o interior da cidade ocupado por edificações menores, a construção de prédios tem movido-se para o sul, onde ainda existem terrenos livres e próximos da praia. O retorno financeiro da construção de prédios residenciais no litoral supera qualquer construção em outra área do município, sendo o litoral de Vila Velha a melhor opção para a indústria da construção civil, logo, do Espírito Santo.

Ao norte da unidade de conservação, a construção de edifícios de alto padrão segue de encontro à unidade de conservação e à sua área de amortecimento. Não obstante, e apesar da presença de grande pobreza e fragilidade ambiental, a região administrativa 5 de Vila Velha foi chamada de “o novo *El Dorado*” pelo ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, demonstrando a alta especulação da região e o desejo da última administração municipal de urbanizá-la (THOMPSON, 2011).

Por ser à beira-mar, a área da reserva possui um valor de mensuração bilionária para o mercado imobiliário.

Além da especulação imobiliária e a urbanização descontrolada na região administrativa 5, há uma outra possível ameaça no sul da reserva. O Espírito Santo possui parte considerável da sua economia apoiada no sistema portuário (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2011), atualmente obsoleto, salvo os portos privados (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). O Governo do Estado do Espírito Santo estuda a construção de um porto público, com extremidade distante da costa e em águas profundas, associado a indústrias metal-mecânicas e aeroporto de carga, em Ponta da Fruta (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009; ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2010).

A área fica a menos de 5 km da Grande Terra Vermelha e a cerca de 8,5 km da reserva, distâncias ligadas pela Rodovia do Sol e passíveis de rápido deslocamento. Esse porto, chamado de superporto, porto-indústria ou porto de águas profundas, é tratado como prioridade política para estado (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009; ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2010). Também é parte das políticas federais. Quatro grandes empresas, ArcelorMittal, Vale, Usiminas e Gerdau impediram a construção do mesmo próximo aos seus portos (TOMAZELLI, 2012), considerado como o melhor local de instalação de acordo com um estudo elaborado pelo governo estadual, restando a segunda melhor opção, Ponta da Fruta, em Vila Velha, como local para construí-lo (DTA ENGENHARIA, 2012). O porto será o maior porto público do estado e promoverá impactos consideráveis no local instalado e nas regiões vizinhas.

Essas pressões - aglomerados subnormais, especulação imobiliária, superporto, atividades extrativistas - somadas a outras motivaram a alteração ilegal da lei de uso e ocupação do solo do município (ESPÍRITO SANTO, 2013b). Em uma alteração da lei, o Parque Natural Municipal de Jacarenema foi descaracterizado e permitiu-se, obscuramente, a construção de prédios residenciais na área do mesmo (VILA VELHA, 2011a).

Protestos da sociedade civil organizada conseguiram reestabelecer a proteção legal da área. Ambientalistas tentaram proteger a reserva e denunciaram queimadas no Parque, muitos acreditando serem ações orquestradas por pessoas interessadas na área, enquanto indivíduos que atuaram na descaracterização do Parque e que advogam pelo progresso urbanístico e econômico afirmaram que certos grupos são contrários ao desenvolvimento de Vila Velha.

Nesse cenário a sociedade civil e o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) se posicionam contrários àquilo que consideram abusivo, insustentável e ilegal mas, por outro lado, muitos pressionam para que as regulações do Plano Diretor Municipal (PDM) fiquem mais amplas, abrangentes e vagas possíveis, conforme discorrerá o Capítulo I desta dissertação, havendo o risco de extinção do Parque Natural Municipal de Jacarenema.

2 PROCESSO SOCIAL

Neste capítulo são analisados os principais atores e as empresas cujas ações afetam diretamente o Parque Natural Municipal de Jacarenema. As intromissões no Parque, contudo, não se limitam à ação deles. A tentativa de revogar a lei estadual que criou a unidade de conservação - descrita abaixo - feita pelo Governador Casagrande, logo após sanção da Lei nº 5.155/2011 por Neucimar Fraga, esta que permitia a construção de edificações na área do Parque, é um exemplo da complexidade e da extensão das relações que afetam Jacarenema.

Contudo, devido às limitações de tempo de pesquisa e da credibilidade de certas informações adquiridas nas entrevistas e na análise bibliográfica, que exigiam uma investigação mais profunda para serem utilizadas neste trabalho, foram focados os principais atores municipais, capazes de alterar legalmente a unidade de conservação e até de extingui-la, e os empreendimentos na área de amortecimento do Parque apresentados ao respectivo conselho gestor. De fato, percebe-se que a coerência entre os empresários e os políticos, exposta abaixo, resultou numa urbanização acelerada e num movimento progressista que ameaça todos os ecossistemas do Espírito Santo.

Primeiramente é detalhado o início da ameaça à Jacarenema e esclarecida a arena política que a envolve. Depois, de forma descritiva, são expostos os atores que mais influenciam no conflito, aqueles que ocuparam ou ocupam a chefia da prefeitura, acompanhados dos vereadores em exercício e, em seguida, os empreendimentos previstos ou em andamento. Por último, o Processo Social é concluído de forma analítica, através do *framework*.

2.1 PLANO DIRETOR MUNICIPAL: O INÍCIO DO CONFLITO

2.1.1 INTRODUÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O conflito iniciou-se com tentativas irregulares de alteração do PDM. Segundo o Estatuto de Cidade, o PDM pode ser definido como um conjunto de princípios e regras feitos para orientar a ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano (BRASIL, 2001). A política de desenvolvimento urbano o utiliza como

instrumento para o planejamento municipal (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1990).

A Constituição Federal, no capítulo sobre política urbana, esclarece que o PDM é indispensável para cidades com mais de 20 mil habitantes (BRASIL, 1988). O capítulo e os seus artigos (182 e 183) são disciplinados pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), definidor, de modo geral, das diretrizes para as políticas urbanas que devem ser aplicadas nos municípios brasileiros. Em seu primeiro artigo, o Estatuto destaca o que a lei estabelece:

Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O segundo artigo detalha o objetivo do instrumento legal e, no inciso IV, reforça a questão ambiental:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

(...)

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O Estatuto não deixa dúvidas dos cuidados necessários com a proteção ambiental e a responsabilidade do administrador público, passível de sofrer improbidade administrativa, caso desrespeite a norma. O responsável pela criação do PDM é o executivo municipal e a aprovação passa pela Câmara Municipal de Vereadores. Para tanto, o executivo deve articular os órgãos e os setores técnicos envolvidos (BRASIL, 1988; BRASIL, 2001; VILA VELHA, 1990) e, segundo as correntes modernas da administração pública, adotar uma abordagem conhecida como *bottom-up*, que é a consulta dos funcionários públicos e dos populares antes da criação das políticas (COMMITTEE OF EXPERTS ON PUBLIC ADMINISTRATION, 2005).

A participação dos funcionários públicos presentes nos órgãos e nos setores técnicos na formulação das políticas ocasiona melhor embasamento para a construção das ações e dos regulamentos públicos, aumentando a eficiência, a

eficácia e a efetividade em comparação às políticas criadas somente a partir da leitura de relatórios preparados por eles. Ainda, a qualidade da implementação das políticas aumenta, já que são esses mesmos funcionários que a executarão, e também sabem, ao menos naquilo que os cabem, o que é viável ou não (VAN METER; VAN HORN, 1975; PALUMBO; HARDER, 1981).

O envolvimento aumenta a aceitação da nova política. Toda exigência de alteração de comportamento pode gerar complicações na gestão pública por resistência dos funcionários públicos e, principalmente, por parte dos cidadãos afetados. Estudiosos também afirmam haver aumento qualitativo da política quando os cidadãos são consultados (VAN METER; VAN HORN, 1975; PALUMBO; HARDER, 1981), recomendação endossada pelo Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas (COMMITTEE OF EXPERTS ON PUBLIC ADMINISTRATION, 2005). Os legisladores foram cautelosos e detalharam essa importância no Estatuto da Cidade:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
 I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 II – debates audiências e consultas públicas;
 III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Não diferente, reconhecendo a importância da legislação não conflitar com a percepção da população, o mesmo está reforçado na Lei Orgânica do Município de Vila Velha (nº 01/1990), no art. 148, que também inclui a importância ambiental:

Art. 148. O plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento, devendo expressar os interesses da população local e as exigências de ordenação do território, através de normas e diretrizes de ordem econômica, social, físico-territorial, ambiental e administrativa do Município, nos seguintes termos:

I - proteção de mananciais de áreas de preservações ecológicas, do patrimônio paisagístico, histórico e cultural;
 II - desenvolvimento econômico do Município, observando os seguintes aspectos:
 a) estímulo ao associativismo a ao cooperativismo;
 b) privilégio à geração de empregos;
 c) incentivos às atividades que utilizem tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;
 d) incentivo à pequena produção artesanal ou mercantil, e as micro, pequenas e médias empresas locais;
 e) racionalização do uso dos recursos naturais;

Recentemente, em 2013, surgiu mais um documento técnico reforçando a importância do PDM, com a assinatura do Governo do Espírito Santo - o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações no Estado do Espírito Santo, um dos documentos norteadores da Defesa Civil do ES, criado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) - órgão estadual vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEAMA) - uma entidade autárquica cuja finalidade é a gestão da política estadual. Logo no início, o documento destaca a importância de se considerar das áreas inundáveis no PDM (INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS, 2013).

Com isso verifica-se que o mapeamento das áreas de risco à inundação é um instrumento importante para orientar a ocupação do espaço urbano, e, portanto, para a preparação dos Planos Diretores Municipais, definidos no Estatuto das Cidades como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município, além de medida preventiva para minimizar os impactos desse e de outros desastres naturais.

É importante ressaltar que, anterior ao Estatuto da Cidade, a promulgação da Constituição Federal e de todos os documentos técnicos criados na era democrática brasileira, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispunha sobre o parcelamento do solo e esclarecia sobre a proibição de parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos à inundação sem prévias garantias de escoamento da água. Não há omissão na legislação brasileira quanto à relação entre as inundações e a ocupação do solo, algo que a maioria dos legisladores de Vila Velha não leva em consideração.

O conflito com a lei de ocupação e uso do solo de Vila Velha iniciou-se na gestão do ex-prefeito Max Filho. Considerando estudos técnicos, respeitando a legislação e efetuando consultas populares, Max Filho, enquanto prefeito, apresentou proposta para alteração da legislação reguladora do desenvolvimento do município.

Max Filho assumiu a prefeitura em 01 de janeiro de 2000 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05 nov. 2013) e iniciou o processo de mudança na legislação de ocupação e uso do solo dois anos depois (FORNAZIER, acesso em 14/08/2014). Eram mudanças necessárias, pois a economia da cidade e sua população pressionavam por planejamento de crescimento. A cidade de Vila Velha

vinha se desenvolvendo com pouca participação do poder público e com muitas invasões de terrenos (MATTOS, 2013).

Entre 2005 e 2006 foi elaborado um Projeto de Lei (PL) para um novo PDM de acordo com o ordenamento jurídico e todas as exigências formais e técnicas. A preparação demorou 11 meses e realizaram-se aproximadamente 80 encontros com a população, compreendendo fóruns, seminários temáticos e reuniões com os segmentos produtivos, separados por polos regionais e por grupos de acompanhamento comunitário (FORNAZIER, acesso em 14/08/2014). Embora o PL tenha sido elaborado consoante à formalidade esperada, o trâmite legislativo foi considerado ilegal e o PDM tornou-se um imbróglio.

Os prefeitos seguintes, Neucimar Fraga e Rodney Miranda, propuseram alterações no PDM, aceitas pela Câmara Municipal de Vereadores de Vila Velha e sua respectiva composição política dos períodos. Contudo, ambos também foram considerados irregulares e o litígio prolongou-se, criando um “vácuo” legislativo para as construções, e ameaçando os ecossistemas do município e a qualidade de vida dos moradores.

Para compreender os atuais problemas da ocupação do solo da cidade e as ameaças ao Parque Natural Municipal de Jacarenema, é preciso entender o histórico da cidade e as recentes alterações na regulamentação da ocupação do solo. O histórico do município está no capítulo III, em Descrição das Tendências, segunda parte da Orientação dos Problemas. Nele estará o histórico da cidade, do início do século passado até a eleição de Max Filho.

Segue abaixo as alterações recentes do PDM de Vila Velha, com os principais atores e os eventos de destaque. Para cada evento exposto haverá um respectivo comentário para melhor compreensão. Os eventos serão agrupados por intervalos de tempo variáveis, influenciados pelas legislaturas e pelos pensamentos políticos dominantes, e acompanhados ao final de elucidações, que são textos explicativos e de contextualização do período em destaque.

A linha do tempo inicia-se em 2000, na eleição do ex-prefeito Max Filho (ex-PTB, atual PSDB), passando pelas alterações ocorridas no período Neucimar Fraga (ex-PR, atual PV), prefeito de Vila Velha de 2009 a 2012, até as ações tomadas pelo

atual prefeito, Rodney Miranda (DEM), terminando em janeiro de 2014. As imagens facilitam a familiarização com os atores, os grupos e os acontecimentos.

2.1.2 PERÍODO 2000-2005

2.1.3 ANO 2000

Max Filho torna-se prefeito de Vila Velha

01 de Janeiro de 2000 - Mandato: 1º de janeiro de 2000 até 31 de dezembro de 2004. Max Filho (PTB) é eleito com 67,604% dos votos. Jorge Anders (PSDB) fica em segundo lugar, com 21,564% dos votos, e Genario Jose da Mata em terceiro, com 16.019% (TSE, 2013). Jorge Anders antecedeu Max Filho (TSE, 2013).



Figura 16 - Max Filho.
Fonte: Chico Guedes / GZ.

2.1.4 ANOS 2002 – 2005

Paulo Hartung no poder

01 de janeiro de 2002 - Paulo Hartung se torna governador do Espírito Santo em momento de instabilidade institucional. O Estado quase sofreu intervenção federal devido aos muitos problemas durante a gestão do governador anterior, José Ignácio. O ES estava falido e começa a ser reestruturado.



Figura 17 - Governador Paulo Hartung (membro do PSB em 2002).
Fonte: Portal 27.

Construção da agenda 21 de Vila Velha

Julho de 2002 a julho de 2004 - Max Filho constrói a agenda 21 do município para o período de 2004 a 2015. A agenda foi base para a revisão do Plano Diretor Municipal.

Surge a ONG Espírito Santo em ação

2003 - Surge a Organização Não Governamental (ONG) Espírito Santo em Ação, formada por empresários de diversos setores (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2009). Em algum momento o grupo CEPEMAR torna-se um dos mantenedores da organização.



Figura 18 - Símbolo da ONG Espírito Santo em Ação e do grupo CEPEMAR.

Max Filho é reeleito

01 de janeiro de 2005 - Mandato: 1º de janeiro de 2005 até 31 de dezembro de 2008. Max Filho (PDT) vence com 65,078% dos votos. Vasco Alves (PTB) fica em segundo lugar, com 39,907%, e Diogo Filadelfo (PPS) em terceiro, com 9,002% dos votos (TSE, 2013).

2.1.5 ELUCIDAÇÃO 2000 - 2005

Max Filho é filho de Max Mauro, ex-governador do Espírito Santo (1986-1990) (TSE, 2013). Quando assumiu a prefeitura de Vila Velha, o Espírito Santo passava por uma crise político-institucional e era governado por José Ignácio Ferreira (PSDB), eleito em 1998 (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2010; TSE, 2013), e com quem Max tinha uma relação amistosa. Em 2002, Paulo Hartung, adversário de Ignácio e da família Mauro, assume o governo, e Vila Velha perde o apoio do estado. Mesmo sendo o município mais populoso do ES à época (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, acesso em 06 dez. 2014), Vila Velha possuía baixa arrecadação tributária e era dependente do repasse de verba estatal (VILA VELHA, 2011b). A transição de poder no governo foi turbulenta. Hartung assumiu o governo enquanto vários políticos influentes, como o ex-presidente da ALES, José Carlos Gratz, e o próprio José Ignácio, sofriam acusações de estarem associados ao crime organizado. O presidente da ALES e alguns deputados foram afastados e o novo governador assumiu o executivo estadual sob risco de morte, sendo inserido no Programa Nacional de Segurança Pública do Governo Federal (FAPESP, 2003). Em 2002, o Estado era um dos mais violentos - essa situação perdura - e desestruturados da nação: os gastos públicos eram maiores do que a arrecadação, o salário do funcionalismo público estava atrasado e havia um caos político (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2010; WAISELFISZ, 2010). Hartung demonstra saber manejar o poder adquirido, de maneira a reparti-lo adequadamente entre os diversos atores e evitar o conflito com eles e entre eles. Como resultado, os agentes políticos começam a apoiar as propostas do governador e o estado em crise institucional começa a restaurar as contas públicas. As políticas para o desenvolvimento, antes falhas, começam a ser efetivas (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2009). Visualizando a estabilidade e não querendo retrocesso na gestão pública, empresários se reúnem e formam um novo grupo de pressão. A CEPEMAR, dita à época ser a maior empresa de consultoria ambiental do Brasil, assume a maioria dos estudos e dos relatórios de impacto ambiental dos novos grandes empreendimentos no Espírito Santo (CEPEMAR, 2011; CEPENAR, 2010; FUNDAÇÃO PROMAR, 2005; CEPENAR, 2009; BERNARDES, 2008). Hartung nomeia Maria da Glória Brito Abaurre, funcionária da CEPENAR, Secretária de Estado de Meio Ambiente (MEDEIROS, 2013a;

ABAURRE, acesso em 25/11/2013), pasta posteriormente assumida por Paulo Ruy Carnelli (CARNELLI, acesso em 26/11/2013), hoje na Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN). Nesse período, o novo governador reestruturava o estado e produzia um planejamento estratégico estadual, enquanto Max Filho preparava a lei que regularizaria a ocupação do solo de Vila Velha, o que, conforme a legislação e os trabalhos científicos que tratavam da questão, supostamente deveria dar segurança à Jacarenema.

2.1.6 ANO 2006

Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 é apresentado

Junho de 2006 - Concretiza-se o planejamento estratégico estadual. O ES 2025 é uma iniciativa conjunta do Governo do Estado do Espírito Santo, da ONG Espírito Santo em Ação e da Petrobras. O estudo demonstra a situação do estado, as possíveis aptidões para o crescimento e as ações necessárias para o desenvolvimento da economia. O plano foi apresentado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Economia (ESPÍRITO SANTO, 2006) (figura 19).



Figura 19 - Símbolo do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (também considerado um símbolo do governo Paulo Hartung). O símbolo era exibido em diversos sítios eletrônicos institucionais, como a página do IJSN, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento com o propósito de gerar conhecimento e embasar políticas públicas, e o Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. O site do Espírito Santo em Ação exibia, bem como agora exibe, o símbolo do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, um ajustamento do ES 2025 feito pelo sucessor e candidato de Hartung nas eleições para governo após sua saída, Renato Casagrande.

Max Filho entrega o Projeto de Lei nº 034/2006 à Câmara dos Vereadores

Em 30 de agosto 2006 - O projeto tinha como objeto um novo PDM e foi entregue ao presidente da Câmara, Jonimar dos Santos. Foram realizadas audiências públicas para discuti-lo, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal e em outras normas regulamentadoras. O trabalho foi iniciado em julho de 2005 e estruturado a partir de 31 seminários regionais, cinco fóruns regionais, cinco reuniões do Conselho Comunitário e encontros com membros da sociedade civil organizada. A Câmara

teria até a primeira quinzena de outubro (2006) para aprovar o projeto. Este PDM inovava pela instituição do IPTU progressivo para o combate da especulação imobiliária e a outorga onerosa do direito de construir, incluindo tempo máximo para conclusão das obras (FORNAZIER, acesso em 14/08/2013).



Figura 20 - Max Filho (PTB). Fonte: Folha Vitória.

Figura 21 - Jonimar Santos (PTB), que teve a candidatura à reeleição indeferida (TSE, 2013). Fonte: Capixabão.

2.1.7 ELUCIDAÇÃO 2006

A harmonia política capitaneada por Hartung resulta na produção do ES 2025. É um plano para o desenvolvimento do Espírito Santo e não levou em consideração a iniciativa de organização do município de Vila Velha feita por Max Filho. O estado fez o planejamento estadual sem dialogar com um dos seus municípios mais importantes. O ES 2025 norteou as políticas públicas estaduais e foi uma realização do executivo estadual e do grupo de pressão ES em Ação. Desde a eleição de Hartung, o executivo se sobrepôs ao legislativo no processo decisório, resultando em grande influência do ES em Ação (RAINHA, 2012).

2.1.8 ANO 2007

Presidente da CMVV participa de audiência na AMPC

18 de junho de 2007 - Quase após um ano de entregue à Câmara Municipal de Vereadores de Vila Velha (CMVV), o PDM continua sem votação. A Associação de Moradores da Praia da Costa (AMPC) questionou a demora dos trâmites. O presidente da CMVV em exercício, vereador José de Oliveira Camilo, disse que a demora se devia às 115 emendas adicionadas (83 propostas pela CMVV e 32 por

entidades comunitárias). Afirmou que a CMVV enviou um termo de ajuste ao MPES solicitando maior tempo de análise do PDM (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DA COSTA, 2007).



Figura 22 - Ex-vereador José de Oliveira Camilo (PSDB), presidente da CMVV de 01/01/2007 a 31/12/2008.
Fonte: CMVV

CMVV devolve PDM ao Executivo acrescentando 253 artigos

Julho de 2007 - PL modificado agora se torna Autógrafo de Lei⁷ e é devolvido ao prefeito. Eduardo Merhi, ex-diretor da AMPC (JORNAL PRAIA DA COSTA ONLINE, acesso em 01/12/2013):

O resultado disso foi que um Projeto de Lei substitutivo retornou ao poder executivo com 459 artigos, ou seja, mais do que o dobro.

Cristina Puppim, do Movimento Vida Nova Vila Velha (MOVIVE), assevera (JORNAL PRAIA DA COSTA ONLINE, acesso em 01/12/2013):

O resultado disso foi que um Projeto de Lei substitutivo retornou ao poder executivo com 459 artigos, ou seja, mais do que o dobro. A Câmara não possui competência para elaborar um projeto substitutivo do PDM, cabendo à função apenas ao executivo municipal.

⁷Autógrafo de lei - documento oficial com o texto da norma aprovada em definitivo por uma das Casas do Legislativo (SENADO FEDERAL, acesso em 15 set. 2013).



Figura 23- Cristina Puppim, do Move. Fonte: Facebook.

Figura 24 - Eduardo Merhi, da AMPC. Foto: acervo de Doutor Hércules Silveira.

Poder Executivo analisa o Projeto de Lei substitutivo e o devolve à Câmara

20 de agosto de 2007 - O Executivo dá 117 vetos. Ele vetou os artigos que os vereadores mudaram em relação ao projeto original. A CMVV votaria o documento (PL nº 034/2006) no dia 25 de setembro, contudo, devido às emendas, o MPES pede adiamento para a interação da sociedade. Câmara acata o pedido (JORNAL PRAIA DA COSTA ONLINE, acesso em 03/12/2013).

ASEVILA é formalizada

21 de novembro de 2007 - Empresários de Vila Velha criam a ASEVILA – Associação de Empresários de Vila Velha. É um grupo de pressão voltado para o desenvolvimento econômico do município (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2009), similar ao ES em Ação.



Figura 25 - Logo da ASEVILA. Fonte: Site da ASEVILA.

CMVV vota os vetos ao PDM realizado pelo Executivo

04 de dezembro de 2007 - Os artigos vetados foram analisados pelas Comissões de Justiça e Redação e de Política Urbana Rural e Habitação. Dos 117 artigos vetados, o legislativo derrubou 114 vetos propostos pelo executivo, referentes às questões de parcelamento do solo (96 vetos), tamanho do Parque Natural Municipal de Jacarenema e construções no Morro do Moreno. O Prefeito Max Filho teve 48 horas

para se manifestar, não o fez, e a Câmara de Vila Velha promulgou o PDM em 03 de janeiro de 2008 (VILA VELHA, 2007). A altura máxima estabelecida para edifícios ficou em 52,60 m para edifícios entre a praia de Itapuã e de Itaparica. Cada prédio pode chegar a 18 andares, contando com o térreo, mezanino, garagem e cobertura. O projeto inicial previa 32 m de altura máxima, independentemente do número de pavimentos, e na Praia da Costa e no Parque das Castanheiras a altura máxima poderia ser 37,40 m e 14 andares, sendo 10 pavimentos de apartamentos e quatro de garagem. O PL nº 032/2006, após os procedimentos descritos acima, torna-se a Lei nº 4.575/2007. O PDM incorporou cerca de 70% das propostas da Agenda XXI (FÓRUM POPULAR EM DEFESA DE VILA VELHA, 2012; JORNAL PRAIA DA COSTA ONLINE, acesso em 03/12/2013).

Novo Plano Diretor Municipal é sancionado em Vila Velha.

20 de dezembro de 2007 - A Lei nº 4.575/2007 é publicada no Diário Oficial (VILA VELHA, 2007). A imagem seguinte mostra como ficou a divisão do território vilavelhense (Figura 26).

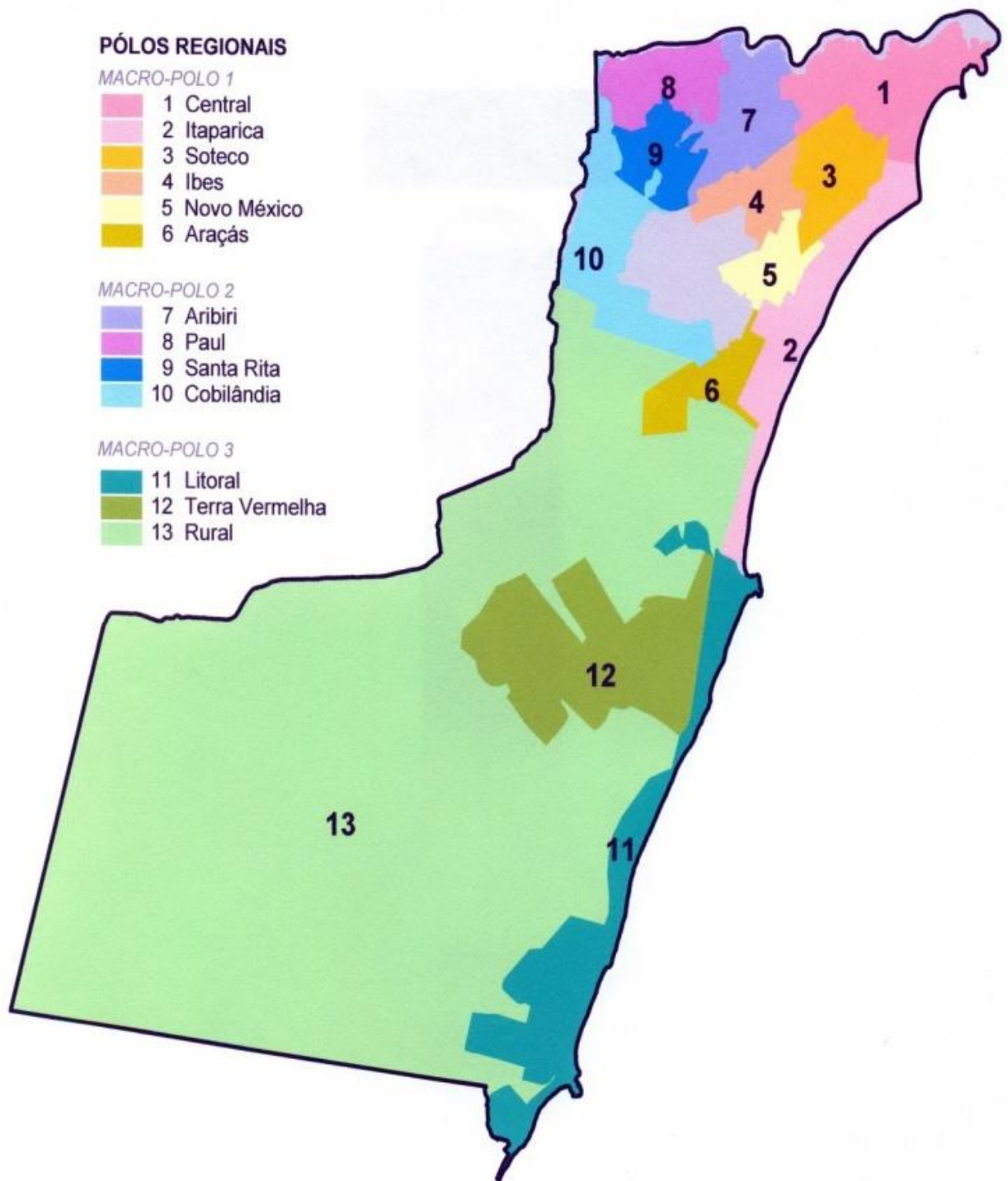


Figura 26 - Divisão do Município de Vila Velha de acordo com a Lei nº 4.575/2007. A lei dividiu o município em 13 polos regionais (ou áreas). Aproximadamente 60% é zona rural, onde se encontra a maioria das Zonas Especiais de Interesse Ambiental (Espírito Santo, 2011c).

2.1.9 ELUCIDAÇÃO 2007

Max Filho não conseguiu o apoio dos vereadores para o PL nº 034/2006 e o MPES acusou desrespeito ao processo legislativo. O capital político de Max foi se enfraquecendo: a eleição de Hartung, a reeleição do prefeito e a reeleição à frente do Governo do Estado marcaram seis anos sem repasse estadual de verbas para Vila Velha. Como o próprio Max comentou recentemente sobre o período em que era prefeito e Hartung era governador, respondendo à pergunta em entrevista para o jornal A Gazeta (FACHETTI, 2012):

Fui treinado no deserto, sem ajuda do Estado, e dei conta do recado.

Com o bloqueio de Paulo Hartung, as políticas promovidas por Max Filho no desenvolvimento da cidade não obtiveram resultados expressivos. No quesito ambiental, ele regulou o Parque Natural Municipal de Jacarenema e outras áreas, a ocupação e o uso do solo, apesar da intervenção excessiva dos vereadores no processo legislativo do PL nº 034/2006. Durante esse período, não havia muita pressão para um zoneamento do município visando o progresso econômico. O ambiente não era atraente para negócios e investimentos, pelo contrário, a ausência de políticas públicas estaduais não os favoreciam.

2.1.10 ANO 2008

Novo Plano Diretor Municipal é instaurado

01 de janeiro de 2008 - Entra em vigor como Lei nº 4.575/2007.

Ministério Público ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei nº 4.575/2007

27 de Março de 2008 - ADI nº 1000800068346834. A Ação Civil Pública pede a inconstitucionalidade de 13 artigos do PDM, referentes aos índices construtivos. Max Filho havia vetado esses 13 artigos, inseridos pelos vereadores, mas o veto foi derrubado pelos legisladores.

2.1.11 ELUCIDAÇÃO 2008

Um novo PDM é instaurado no último ano do mandato de Max. O MPES ajuíza a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei nº 4.575/2007, alegando invalidade processual, danos ao meio ambiente e perda de qualidade de vida dos moradores. De acordo com o MPES, os índices construtivos da lei permitiram edificações sem afastamento e de proporções superiores à capacidade de suporte de Vila Velha. O município é essencial para o crescimento do Espírito Santo. Na legislatura municipal seguinte Max Filho sai do poder. O ambiente político muda e surgem novas forças, muito mais intensas, pressionando pelo crescimento da cidade.

2.1.12 PERÍODO 2009 - 2010

2.1.13 ANO 2009

Neucimar Fraga assume prefeitura de Vila Velha

01 de janeiro de 2009 - Mandato: 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2012.



Figura 27 - Neucimar Fraga (PR) indo votar na eleição para prefeito de Vila Velha em 2008. À direita dele, Senador Magno Malta (PR). À esquerda, sua ex-esposa, Sandra Fraga. Atrás dela, o atual vereador Marcos Rodrigues.

Fonte: Fábio Vicentini/A Gazeta/ES/AE.

Loteamento Green Village é aprovado

04 de fevereiro de 2009 - Anunciado em 2002, o Decreto Municipal nº 012/09 aprova o loteamento (ESPÍRITO SANTO, 2009). Uma área de inundação do Rio Jucu de 500.000 mt² torna-se passível de aterro, e, caso isso aconteça, a delicada hidrodinâmica municipal ficará ainda mais impactada.

Convocação de Debate Público sobre Alterações no PDM

30 de junho de 2009 - Neste dia é exibida a convocação no DIO, a ser realizada no dia 02 de julho de 2009. O edital destaca que serão tratadas alterações sobre os empreendimentos sujeitos à apresentação de estudo de impacto de vizinhança, as atividades e estabelecimentos considerados polos geradores de tráfego, o cálculo de coeficiente de aproveitamento para as edificações de uso residencial, alterações a respeito do afastamento das edificações e sobre processos administrativos de aprovação de projetos de arquitetura (VILA VELHA, 2009).

2.1.14 ANO 2010

Lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha

18 de março de 2010 - A PMVV e a ASEVILA apresentam estudo sobre políticas para o desenvolvimento de Vila Velha. O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha recomenda a extinção de quase toda zona rural do município e a construção de distritos industriais. Além disso, advoga pela instalação de um porto público de águas profundas próximo ao Parque Municipal de Jacarenema e pela instalação de empresas em áreas pouco urbanizadas perto da unidade de conservação - outras medidas desenvolvimentistas (ASEVILA, 2010). A ASEVILA contratou um consórcio para a elaboração do Plano, composto pela IVISTA, atuando na consultoria imobiliária, pela CEPEMAR, responsável por questões ambientais, pela Futura, que fez o levantamento de dados sócio-econômicos, e pela Prosul, que elaborou o projeto viário (IVISTA, acesso em 15 ago. 2013).



Figura 28 - Folder do lançamento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha.

Alterada regulamentação de área adjacente à reserva de Jacarenema

29 de julho de 2010 - O Decreto 178/2010 é publicado no Diário Oficial e altera a legislação sobre a área adjacente ao Parque de Jacarenema, tornando-a de uma categoria onde o coeficiente de aproveitamento permite maior exploração de infraestrutura. Neucimar Fraga altera o espaço urbano para o desenvolvimento da cidade às margens do Parque Natural Municipal de Jacarenema. Percebe-se que Neucimar Fraga começa a atender às propostas do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha.

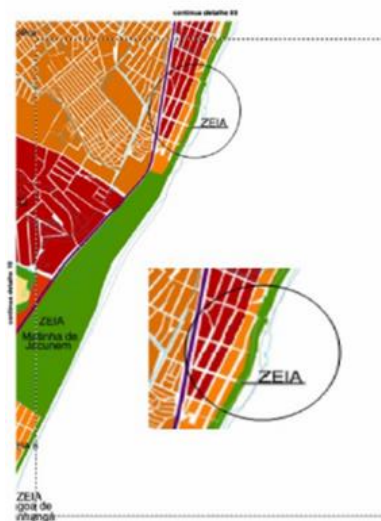


Figura 29 - Área adjacente ao Parque Natural Municipal de Jacarenema alterada pelo decreto 178/2010. A área verde nomeada de Matinha de Jacunem é a parte leste da unidade de conservação. Fonte: Diário Oficial, 29/07/2010

Eleições estaduais: Renato Casagrande é o novo governador do estado

03 de outubro de 2010 - Renato Casagrande (PSB) vence a eleição para governador. Obteve uma vitória acachapante contra o segundo colocado, Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB). Casagrande recebeu 83,30% dos votos válidos (1.502.070 votos) e seu adversário acumulou 15,5% dos votos (282.910 votos). Há tempos, na política, Casagrande foi vice-governador (1995-1999) (ESPÍRITO SANTO, [s.d.]) e era o candidato apoiado por Paulo Hartung nessa eleição.



Figura 30 - Renato Casagrande votando no dia 03 de outubro de 2010.
Fonte: Bianca Pimenta/Futura Press.

Código Municipal de Meio Ambiente é instituído

20 de outubro de 2010 - A Lei nº 4.999/2010 é o novo Código Municipal de Meio Ambiente. Essa lei concedeu à PMVV o direito de atuar na concessão de licenciamentos ambientais, prerrogativa antes exclusiva do IEMA (VILA VELHA, 2010a).

Projeto para alteração do PDM é apresentado à câmara

23 de dezembro de 2010 - O PL nº 052/2010 é apresentado à CMVV. Dispõe sobre alterações na Lei nº 4.575, de 26 de novembro de 2007, sobre o PDM e dá outras providências (VILA VELHA, 2010b).



Figura 31 - Antônio Challub, responsável pelo projeto inicial do PDM da Lei nº 052/2010. O PL que sofreu diversas e extensas alterações durante o processo legislativo. Ele é o atual Secretário de Desenvolvimento Urbano de Guarapari (VILA VELHA, 2011c).
Fonte: Facebook.

2.1.15 ELUCIDAÇÃO 2009 - 2010

Com apenas seis meses de mandato, Neucimar Fraga manifesta intenção de alterar o PDM do município. Depois de expressá-la, em menos de um ano apresenta o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha, uma “simbiose” entre o interesse empresarial e as políticas públicas, e, logo após a apresentação, começa a segui-lo. O Decreto 178/2010 é uma comprovação, pois o Plano prioriza o desenvolvimento daquela região e de todo entorno da Rodovia Darly Santos. Os eventos seguintes demonstrarão como o Plano embasa as políticas de Neucimar, inclusive foi utilizado como norteador para a elaboração do PDM apresentado no PL nº 052/2010. É importante ressaltar que Antônio Challub produziu um PDM técnico, descaracterizado posteriormente por pressões políticas no processo legislativo. A eleição de Renato Casagrande, candidato de Paulo Hartung, indica continuidade do grupo político dominante. Ambos se elegeram governadores pelo PSB. O presente governador, Renato Casagrande (PSB), foi eleito através da coligação Juntos Pelo Espírito Santo (PT - PSB - PMDB), apoiado por Hartung (agora no PMDB) e pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB), políticos com envergadura para se candidatarem ao governo do estado em 2014 (Ferraço foi eleito Senador, em 2010, com 1.557.409 votos e Casagrande foi eleito governador com 1.502.070 votos) (Figura 32). Apesar de presente na coligação, o PT é um partido de menor influência no Espírito Santo, diferente do restante do país, e é rechaçado pelo poder instalado para não conseguir mais espaço. A última eleição para presidência (2010) foi reveladora quanto à

influência petista no estado: Marina Silva venceu no primeiro turno, José Serra, no segundo (REIS, 2010), logo o eleitorado do PT é pequeno. A eleição de Casagrande garantiu a continuidade da unanimidade política surgida no estado durante a gestão de Paulo Hartung. Além do apoio de Hartung e de Ferraço, o Senador Magno Malta também apoiou Casagrande. Em todo o intervalo, tanto a ASEVILA e o ES em Ação, as organizações empresariais de maior influência do estado, seguiram unidas e promovendo *lobby*.



Figura 32 - Ricardo Ferraço (PMDB), Renato Casagrande (PSB), Paulo Hartung (PMDB).
Foto: Leandro Moreira.



Figura 33 - Magno Malta e Renato Casagrande durante a última campanha para o governo do Espírito Santo.
Foto: Magno Malta.

2.1.16 ANO 2011

Primeira audiência pública sobre o PL nº 052/2010

24 de maio de 2011 - Nessa data é realizada na Câmara Municipal de Vereadores a primeira audiência pública sobre o PL nº 052/2010. A Lei nº 4.575/2007 estabelecia que um novo PDM apenas poderia ser adotado ao final de cinco anos da sanção do primeiro, que seria em dezembro de 2012 (VILA VELHA, 2011f).

Segunda audiência pública sobre a alteração do PDM (PL nº 052/2010)

14 de junho de 2011 - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha apresenta o projeto do polo industrial em audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Vereadores. O objetivo da audiência foi discutir a alteração na Lei nº 4.575/2007, para permitir a mudança do zoneamento e possibilitar a implantação de indústrias, empresas de logística, aeroporto de cargas, zona de processamento de exportação e um superporto (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2011).

Terceira audiência pública sobre a alteração do PDM (PL nº 052/2010)

04 de julho de 2011 - Ocorre um debate sobre as propostas apresentadas na segunda audiência pública e uma discussão das emendas inseridas. O MPES expôs uma Notificação Recomendatória pedindo arquivamento do projeto de lei em questão. A reação da CMVV é negativa, conforme exposto na Ata da Audiência Pública (VILA VELHA, 2011c):

O Presidente Ivan Carlini informou que dará continuidade à Audiência Pública, pois já havia sido agendada e divulgada, que a Notificação seria avaliada pela Procuradoria da Câmara e que a votação do referido projeto será efetuada em outra ocasião.

Reunião entre os representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha e os técnicos das secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

04 de Julho de 2011 - O propósito da reunião foi de esclarecer sobre as alterações no Plano Diretor Municipal. O Secretário de Meio Ambiente, João Nardoto, afirmou para assessoria de comunicação da prefeitura (IANA, 2012):

A alteração das áreas não implicará em perdas ambientais para o município, já que todo o processo de implantação de indústrias será previamente analisado, levando em consideração os impactos ambientais. Estamos equilibrando o desenvolvimento da cidade e a proteção ambiental.



Figura 34 - João Nardoto, ex-secretário de Meio Ambiente de Vila Velha. Ao sair de Vila Velha assumiu o mesmo cargo em Viana e atualmente exerce o mesmo no Município de Serra. João Nardoto é vice-presidente do Partido Verde no estado (PARTIDO VERDE, acesso em 24/08/2013), partido que supostamente detém as pastas de meio ambiente nos municípios, possível razão dessa mobilidade.

Fonte: Facebook.

Conselho de Meio Ambiente cria comissão para alterar PDM

06 de Julho de 2011 - A prefeitura, através da sua assessoria de comunicação, diz que sete por cento da área rural do município será transformada em áreas de interesse industrial (IANA, 2011).

PL 052/2010 é aprovado na Câmara Municipal de Vila Velha

14 de Julho de 2011 - Os vereadores de Vila Velha aprovam as mudanças do PDM pouco mais de um mês após a segunda audiência pública sobre a alteração do PDM. O município perde 13% de área rural, 5% a mais do anunciado, transformada em área urbana de interesse industrial. O PL agora retorna para Neucimar Fraga sancioná-lo (VILA VELHA, 2011a).



Figura 35 - Vereadores de Vila Velha que votaram pelo PL 052/2010. Da esquerda para direita, de cima para baixo: Ternório Merlo (PT do B), Ivan Carlini (PR), Almir Neres (PRP), Valdir do Restaurante (PT do B), Jonimar (PDT), Wanderson Pires (PT), Heliosandro Matos (PMN), João Artem (PSB), Duda da Barra (PMDB), Rogério Cardoso (PSDB), Belarmino (PRB), Robson Batista (PSDC), Valtter Rocon (PDT), Tareba (PPS) e Antonio Marcos (PPS) (VILA VELHA, 2013d). Foram reeleitos Ivan Carlini, Almir Neres, Valdir do Restaurante, João Artem, Duda da Barra, Rogério Cardoso, Belarmino e Valtter Rocon (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05/11/2013). Fracassaram na reeleição Ternório Merlo, Wanderlei Pires, Heliosandro, Robson Batista, Tareba, Antonio Marcos e Sargento Ozias (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso

em 05/11/2013). Jonimar teve a candidatura indeferida e Babá candidatou-se à prefeitura, mas perdeu (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05/11/2013).



Figura 36 - Sargento Ozias Zizi (PRB) e João Batista Babá (PT), os únicos vereadores a votarem contra o PL 052/2010. Sargento Ozias não foi reeleito e Babá candidatou-se e perdeu a eleição para a prefeitura de Vila Velha.

Fonte: Facebook.

Asevila se reúne com secretários do eixo de desenvolvimento de Vila Velha

25 de julho de 2011 - O Conselho Operacional da Asevila reúne-se com secretários municipais de Vila Velha para atualizarem o Plano de Desenvolvimento Sustentável do município. Secretário presentes: Henrique Casamata, secretário de Desenvolvimento Urbano; Jésus Silva Gonçalves, de Planejamento, Orçamento e Gestão; Harlen Silva, de Desenvolvimento Econômico; João Nardoto, de Meio Ambiente; e José Antônio Caliman, secretário adjunto de Cultura e Turismo. Em acordo, percebeu-se que a cidade precisa de políticas voltadas para a criação de empreendimentos comerciais (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2011).

Sociedade Civil Organizada promove a carreata “Caravana por Vila Velha”

06 de agosto de 2011 - Como forma de protesto contra a aprovação do PL nº 052/2010, entidades da sociedade civil saem em carreata. Os participantes saíram do centro de Vila Velha e seguiram até a região do Xuri, área rural do município que sofreria urbanização, passando pelo Parque Natural Municipal de Jacarenema, reforçando o simbolismo dos locais para a proteção da natureza. Ao término do deslocamento, no Xuri, os participantes fizeram um abraço simbólico na Lagoa Jabaeté. Adjacente a ela seria criado o Distrito Industrial 01, caso o PL 052/2010 fosse sancionado por Neucimar Fraga. O Fórum Popular em Defesa de Vila Velha foi o responsável pela mobilização, encabeçado pelas Associações de Moradores dos bairros Praia da Costa e Praia das Gaiotas, o MOVIVE e a Federação das

Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Estado do Espírito Santo (FAMOPES) (PUPPIM, 2011).

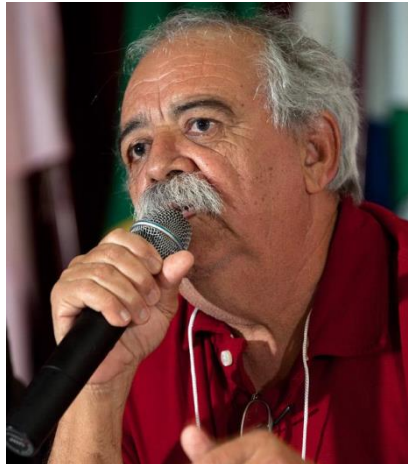


Figura 37 - Sebastião Ângelo de Moura, coordenador geral da FAMOPES.
Fonte: Facebook.

Lei nº 5.155/2011 é publicada no Diário Oficial dos Poderes do ES

09 de Agosto de 2011 - O PL nº 052/2010 é sancionado e transformado na Lei nº 5.155/2011, substituindo a Lei nº 4.575/2007. A lei é vaga quando trata da unidade de conservação e muda a categoria de uso do solo da área do Parque Natural Municipal de Jacarenema, tornando possível a construção de prédios para moradia no local.

Asevila faz vídeo infantil sobre conservação e ignora Jacarenema

10 de agosto de 2011 - O Conselho de Turismo da Asevila entrega certificados para alunos que participaram do programa “Introdução ao Mundo dos Negócios com o complemento do Turismo”. No evento foi apresentado o primeiro desenho animado feito em Vitória, sobre a proteção de recursos naturais de Vila Velha. No desenho os personagens protegem o Morro do Moreno e a Pedra do Sapo. A distância entre esses locais e Jacarenema é de aproximadamente 8,5km, segundo o *Google Earth*. O Parque Municipal do Morro da Manteigueira, uma unidade de conservação na Baía de Vitória, cerca de 3 km do Morro do Moreno (*Google Earth*), também não foi mostrado. No Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha foi exposta a intenção de alteração dos limites do Parque do Morro da Manteigueira para investimento em instalações portuárias. No evento estavam presente o subsecretário de turismo de Vila Velha, Antônio Caliman, e uma representante da secretaria de

educação, Cinthia Martins (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2011).

Gov. Casagrande envia a mensagem nº 160, encaminhando o PL nº 286/2011

25 de agosto de 2011 - O PL 286/2011 pede anulação da Lei Estadual nº 5.427/1997, a criadora da “Reserva Ecológica” de Jacarenema. Após 15 dias de alteração do novo PDM (Lei nº 5.155/2011), Renato Casagrande aparentemente mostra-se alinhado às políticas de Neucimar Fraga e da Asevila.

Sociedade Civil Organizada cria seminário para debater as alterações do PDM

27 de agosto de 2011 - Vide cartaz:

PARTICIPE!
ENTRADA FRANCA!

SEMINÁRIO
Vila Velha:
Os Rumos do Desenvolvimento

SÁBADO 27 de agosto - 14h

O Cenário Atual do Plano Diretor Municipal 'PDM'
Como foi Construído e as Mudanças

Irene Léia Bossois - Mestre em Planejamento Urbano Regional UFRJ, Economista UFES, Especialista em Políticas Públicas de Gestão UVV

Madalena Nepomuceno - Mestre em Desenvolvimento Agrícola UFRRJ; Especializada em Inovação Tecnológica UFES; Economista UFES.

Impactos das Mudanças aprovadas no PDM para o Município

Impacto Ambiental - Frederico Jacob Eutropio - Mestre em Ecologia de Ecossistemas UVV, Doutorando em Impacto Ambiental UVV

Impacto Econômico - Otniel Barcelos de Aquino - Economista especializado em Políticas Públicas Assessor do Instituto de Desenvolvimento Socioeconômico de Trabalhadores de Baixa Renda 'IDESBRE'

Impacto Urbano - Thalimar Gonçalves - Mestre em Geografia UFES, Membro da Diretoria da Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Vitória

Alteração do PDM e sua Legalidade

Ilma de Camargo Pereira Barcellos - Advogada e Secretária Adjunta da Comissão de Meio Ambiente da OAB/ES

Local: CEET Vasco Coutinho - Vila Velha - Centro

FAMOPES, MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA, Associação Municipal Praia das Galéatas, FAMOPES, MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA, Associação Municipal Praia das Galéatas, FAMOPES

Figura 38 - Cartaz do seminário “Vila Velha: Rumos do Crescimento”.

Gov. Renato Casagrande recua e envia mensagem nº 166/2011 para a ALES

29 de setembro de 2011 - A mensagem 166/2011 solicitou que o Projeto de Lei nº 286/2011, que pedia a revogação da lei de criação de Jacarenema e de autoria do Governador, fosse retirado da pauta de votações. A pressão do terceiro setor surte efeito (ESPÍRITO SANTO, 2011b).

MPES propõem Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 5.155/2011

14 de setembro de 2011 - Nícia Regina Sampaio, promotora de Justiça dirigente do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, pede anulação da lei. Ivan Carlini, Presidente da CMVV, afirma (BERNARDES, 2013a):

Há pessoas cujo interesse político é impedir o desenvolvimento de Vila Velha. Querem-na apenas como uma cidade-dormitório.

Fernando Zardini, Procurador-Geral do Ministério Público, foi quem protocolou a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 5.155/2011 (FERNANDES, 2011):

O Ministério Público quer que Vila Velha se desenvolva de forma sustentável, obedecendo aos princípios legais



Figura 39 - Promotora Nícia Regina Sampaio. Fonte: Século Diário.

Figura 40 - Vereador Ivan Carlini (à época PV, hoje DEM e ainda presidente da Casa). Fonte: Jornal A Tribuna.

Figura 41 - Promotor Fernando Zardini. Fonte: Site Capixabão.

Neucimar Fraga extingue a APA da Lagoa Grande e favorece imóveis irregulares

08 de novembro de 2011 - A Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Grande possivelmente poderia coincidir com local de interesse para a construção de infraestrutura na retroárea do porto de águas profundas. São feitas regularizações de imóveis da região em desconformidade com os parâmetros da legislação urbanística e/ou edilícia municipal. O Decreto Municipal nº 046/2006, na gestão de Max Filho, criou a APA, e a lei 5.019/2010 confirmou a proteção, derrubada pela Lei

5.196/2011 (antes PL nº 052/2011) (VILA VELHA, 2011d). Segundo o Manifesto Popular do Fórum Popular em Defesa de Vila Velha (FPDVV), na região da APA há um grande condomínio horizontal sendo implantado, nomeado Jardins de Veneza, pela FGR Urbanismo (MÔNICA, 2011).

Nova lei libera empreendimentos de estudos ambientais

24 de novembro de 2011 - Foi sancionada a Lei nº 5.205/2011, que dispõe sobre a implantação de loteamentos empresariais com perímetro fechado e dá outras providências. A lei utiliza a mesma definição de loteamentos empresariais da Lei nº 4.575/2007, exposta no seu artigo 165, inciso III (VILA VELHA, 2011e):

Art. 165. Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

III - loteamentos para uso industrial e empresarial - São aqueles em que o parcelamento do solo se destina predominantemente à implantação de atividades industriais e de atividades complementares ou compatíveis com essa.

A Lei nº 5.205/2011 livra os loteamentos empresariais de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental quando possuem menos de 100 ha, conforme exposto no artigo 10, §2:

Art. 10. Os loteamentos empresariais deverão utilizar o Modelo de Parcelamento Empresarial (MPE) que corresponde à área mínima de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) e testada mínima de 20,00m (vinte metros).

(...)

§ 2º Para os loteamentos definidos por esta Lei, somente será exigida a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) /Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para empreendimentos com área total igual ou maior que 100 ha (cem hectares).

Audiência pública do Plano Diretor de Drenagem Urbana ao público

22 de dezembro de 2011 - O Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável (PDDUS), finalizado em março, diagnosticou as bacias hidrográficas do município e norteará as ações de macrodrenagem. A Vale S.A. financiou o PDDUS. Contudo, o próprio Neucimar Fraga assumiu que a prefeitura não possuía verba

para execução e o custo estimado, em março de 2011, seria de R\$ 550 milhões (GONÇALVES, L., 2011a). A prefeitura apenas conseguiu captar 10 milhões através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) (GAZETA ONLINE, 2011; FOLHA VITÓRIA, 2011). Políticas de macrodrenagem foram cobradas pelo empresariado no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2010).

2.1.17 ELUCIDAÇÃO 2011

As mudanças legislativas favoráveis à exploração econômica marcaram o ano de 2011. No final desse ano, o município estava legalmente preparado para um rápido crescimento: as normas ambientais foram afrouxadas e novas áreas foram liberadas para urbanização e industrialização. Um novo PDM foi aprovado com celeridade e sem participação da sociedade civil organizada, afrontando a legislação específica sobre o tema. Um plano de macrodrenagem foi criado, porém sem possibilidade de execução. Conforme os eventos esclarecem, a administração pública municipal não promoveu políticas públicas sem antes consultar os interesses do setor empresarial. Tratando-se desses interesses, não é de se estranhar que o vídeo ambiental criado pela Asevila tenha desconsiderado duas das maiores unidades de conservação de Vila Velha, o Parque Natural Municipal de Jacarenema e Parque Municipal do Morro da Mantegueira. Ambas são alvo de interesses imobiliários e a segunda sofre pressão para atender demanda de ampliação portuária, exposta no documento do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha. Por outro lado o vídeo destacou outros locais, a Pedra do Sapo e o Morro do Moreno. É importante ressaltar que a Pedra do Sapo é uma ilha rochosa de pequena dimensão e sem vegetação, de relevância ecológica questionável para ser priorizada mediante as demais áreas verdes do município, e o Morro do Moreno possui dimensões restritas para suportar muitas populações das espécies presentes em longo prazo, encontrando-se muito antropizado.



Figura 42 - Pedra do Sapo. Como a imagem mostra, o nome da ilha deve-se a uma formação rochosa em sua superfície. Localizada no litoral de Vila Velha.

Fonte: Walter de Aguiar Filho.



Figura 43 - Pedra do Sapo. De acordo com a mensuração do *Google Earth*, a ilha possui cerca de 120 m de comprimento e encontra-se a aproximadamente 475 m da praia. Não há vegetação e ambas as distância e características da ilha restringem as visitas. Existe uma formação rochosa ligada ao continente mais próxima da Pedra do Sapo do que a praia, que na imagem passa a falsa impressão de ser uma melhor opção de acesso. Essa formação rochosa é parte da residência oficial do Governador do Estado, cujo acesso é proibido.

Fonte: Google Earth.

Governador Renato Casagrande compactuou com o novo PDM, a Lei nº 5.155/2011, e requisitou à Ales o fim da proteção legal estadual do Parque Natural Municipal de Jacarenema, atitude rechaçada pela sociedade civil organizada em proporção que o faz retroceder. O MPES ajuíza a ADI contra a Lei nº 5.155/2011: não houve participação popular, tampouco respeito ao período de vigência da Lei nº 4.575/2007. Em 2011 completaram quatro anos do PDM proposto por Max Filho e sua alteração só poderia ocorrer em 2012.

2.1.18 ANO 2012

Ordem de serviço para construção de Centro de Operação

14 de fevereiro de 2012 - Vila Velha terá um centro de inteligência com objetivo de aperfeiçoar a gestão da cidade e, segundo a PMVV, será a segunda unidade desse tipo instalada no Brasil. As secretarias de Administração, Defesa Social, Governo, Planejamento, Serviços Urbanos serão coligadas e a ouvidoria da cidade será transferida para lá. O centro será construído na Rodovia Darly Santos, seguindo a tendência existente de descentralização da cidade e de crescimento em direção de Jacarenema (GONÇALVES, G., 2012a).

Tribunal de Justiça do Espírito Santo declara inconstitucional a Lei nº 5.155/2011

08 de março de 2012 - A Lei Municipal nº 5.155/2011 tem decretada a suspensão imediata de seus efeitos. O acórdão é resultante da ADI protocolada pelo promotor Fernando Zardini (ESPÍRITO SANTO, 2011). De acordo com o relator do processo (nº 100110030515), Desembargador Carlos Simões Fonseca, não houve participação popular. A transformação do Parque Natural Municipal de Jacarenema em zona de interesse turístico foi desfeita e os dez distritos industriais foram descartados (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, 2012). O zoneamento e uso do solo do município voltam a obedecer a Lei 4.575/2007 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2012).



Figura 44 - Desembargador Carlos Simões Fonseca.
Fonte: Gavinha/Gazeta do Norte.

Anunciada a criação de Plano Diretor Municipal para o Subsolo

03 de abril de 2012 - É firmado um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e a Petrobrás Distribuidora, concessionária de distribuição de gás natural no Espírito Santo. O convênio auxiliará o Centro de Operações da cidade e fornecerá à Vila Velha uma fonte energética mais barata, o gás natural, que é abundante na costa do estado. O projeto irá identificar e mapear toda a estrutura existente no subsolo da cidade (NUNES, 2012).



Figura 45 - José Lima de Andrade Neto, presidente da Petrobras Distribuidora, Governador Renato Casagrande e Prefeito Neucimar Fraga (da direita para esquerda).
Fonte: Elizeu Dias.

Secretário de Desenvolvimento Urbano encontra-se com a Asevila

13 de abril de 2012 - O Secretário de Desenvolvimento Urbano, Henrique Casamata, encontra-se com a ASEVILA. Na reunião o secretário anunciou os benefícios da alteração do PDM e novas possibilidades de negócios (GAVA, 2012).



Figura 46 - Henrique Casamata, Secretário de Desenvolvimento Urbano entre 2009-2012, atual vice-presidente do diretório vila-velhense do PSD. Fonte: Sérgio Cardoso.

Fim do FUNDAP anunciado

24 de abril de 2012 - Senado aprova unificação da alíquota do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrados sobre produtos importados em operações interestaduais. O objetivo é eliminar a arbitrariedade da tributação entre os estados da federação sobre os produtos importados, popularmente conhecida como a “Guerra dos Portos”. O Espírito Santo teve como um dos fatores impulsionadores da economia o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), um financiamento destinado às empresas sediadas no Espírito Santo que realizassem operações de comércio exterior e recolhessem os tributos através do ICMS. Em janeiro de 2013 o financiamento será extinto e muitas prefeituras terão dificuldades para manter o orçamento, pois muitas empresas deixarão de comercializar produtos no ES assim que a vantagem for extinta (TUPYNAMBÁ, 2012).

TJES proíbe liberação de licenças para atividades imobiliárias em Vila Velha

28 de maio de 2012 - O Tribunal julgou inconstitucionais 22 artigos da Lei nº 4.575/2007, resultante da ADI 100.08.000683-4. Entre eles, os 13 artigos referentes aos índices construtivos da cidade. Logo, perdeu-se o parâmetro para construção de edificações no município. Apesar de o acórdão ter sido tomado no mês anterior (26 de abril), foi publicado no Diário da Justiça neste dia (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

Neucimar Fraga é acusado de improbidade administrativa

05 de setembro de 2013 - A acusação refere-se ao uso da lei para fins não cabíveis e à desproteção legal da APA Lagoa Grande, em Ponta da Fruta. Fraga encaminhou o PL nº 052/2011, que alterou o art. 1º, §1º, I da Lei Municipal nº 4.992 de 07 de outubro de 2010 (VILA VELHA, 2013f), que expunha:

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de ampliar o prazo que os munícipes beneficiários pelo Programa de Regularização de Edificações (PRE) iniciem a regularização de seus imóveis que porventura foram construídos irregularmente, haja vista que o prazo estabelecido pela Lei nº. 4.992, de 07 de outubro de 2010 não foi suficiente para atingirmos a finalidade de programa que é de regularizar todas as edificações irregulares do Município.

Além de beneficiar contraventores, o PL nº 052/2011 ainda traz no sexto artigo: “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 5019/2010,

retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2011”. A revogada Lei nº 5.019/2010 era a responsável pela criação da APA da Lagoa e o respectivo conselho gestor. Após essa alteração, iniciou-se o loteamento do condomínio Jardim de Veneza na área (ESPÍRITO SANTO, 2013c; DINIZ, acesso em 01 jan. 2014).

Fernando Zardini arquiva processo administrativo contra Neucimar Fraga

25 de setembro de 2012 - O processo arquivado é sobre um suposto crime ambiental (Processo MP nº 16951/2012). Fernando Zardini, Procurador, alegou inexistência de pressupostos fáticos e jurídicos que justificassem a deflagração da investigação contra o denunciado, com a possibilidade de instauração de novo procedimento, caso surjam fatos novos, “esclarecendo que as providências a cargo do órgão ministerial de primeiro grau já foram adotadas, com ajuizamento da Ação Penal nº 035.04.009576-8, motivo pelo qual deixo de remeter os autos à Promotoria de Justiça de origem, bem como, por já ter se operado a prescrição de eventual ação penal em face do ex-prefeito Senhor Américo Bernardes da Silveira (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2012).

Desrespeitando o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a Procuradoria Geral da PMVV libera licenças para atividades imobiliárias

Outubro de 2012 - A liberação de licenças para as atividades imobiliárias estavam proibidas desde maio pelo TJES. De forma unilateral, sem consentimento do MPES, a Procuradoria Geral da Prefeitura de Vila Velha emite o acórdão nº 19/12 e as licenças começam a ser liberadas (SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2013).

ArcelorMittal, Gerdau, Vale e Usiminas pedem ao presidente da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) para que o porto de águas profundas pleiteado pelo Espírito Santo não seja sediado em Praia Mole

09 de outubro de 2012 - Uma carta enviada por tais empresas e protocolada na CODESA requisita a retirada do Porto de Praia Mole como uma das opções para a construção do superporto. O Porto de Praia Mole é um Terminal de Produtos Siderúrgicos, gerido em modelo de condomínio pelas empresas. Nele as empresas escoam seus produtos e temem que a instalação do superporto limite os planos de expansão da capacidade de escoamento (TOMAZELLI, 2012).



Figura 47 - ArcelorMittal, GerdaU, Vale e Usiminas (logos). Empresas que, supostamente, impediram a criação do porto de águas profundas em Praia Mole.

Eleições municipais: Rodney Miranda é eleito prefeito de Vila Velha

28 de outubro de 2012 - Rodney Miranda (DEM) vence a eleição municipal para prefeitura de Vila Velha, com ajuda de Paulo Hartung.



Figura 48 - Paulo Hartung (PMDB) e Rodney Miranda (DEM).
Fonte: Camila Vargas.

Seminário “Porto indústria: Ponte para o desenvolvimento”.

06 de dezembro de 2012 - O prefeito Neucimar Fraga advoga pela construção de um superporto em Vila Velha. A geração de renda para o município e para os moradores é uma das bandeiras do político, contudo, sabe-se que após o período de construção, poucos postos de trabalho restarão para os moradores do entorno. A

alteração irregular do PDM preparou uma região em Ponta da Fruta para a instalação do porto de águas profundas, das plantas industriais coligadas e do aeroporto de cargas na retroárea, uma das possíveis razões da extinção da APA da Lagoa Grande.



Figura 49 - Prefeito Neucimar Fraga promovendo o evento Porto Indústria.
Foto: Eduardo Ribeiro.

2.1.19 ELUCIDAÇÃO 2012

O ano de 2012 iniciou-se com ações para o avanço na gestão pública e consolidou o fim do período de inércia econômica, ou mesmo retrocesso, ocorrido na gestão de Max Filho, fruto do conflito deste com o ex-governador Paulo Hartung. Quando concluído, o Centro de Operação funcionará como um núcleo de inteligência da prefeitura e acelerará todos os processos administrativos. O Centro será criado na Rodovia Darly Santos e ajudará na urbanização das margens da rodovia, conforme os empresários requisitaram ao poder público. Grandes empresas se instalaram nas margens da rodovia após o início do mandato de Neucimar Fraga e, em breve, o gás natural, extraído das plataformas do pré-sal no norte do Espírito Santo, será canalizado até Vila Velha, dando às empresas e às indústrias uma fonte de energia mais competitiva. Contudo, retardando as medidas desenvolvimentistas, a ação ajuizada contra a Lei nº 5.155/2011 pelo MPES, no ano anterior, levou o PDM de Vila Velha ao litígio. Dentre as funções constitucionais do Ministério Público, descritas no art. 129 da Constituição Federal, destaca-se a de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo medidas necessárias à sua garantia”. A ação civil pública, a ação de improbidade administrativa e o inquérito civil são os

instrumentos jurídicos utilizados para assegurar que a atuação administrativa ocorra conforme as normas e respeite os direitos dos administrados (PALUDO, 2012). Era esperado o conflito. A Lei nº 5.155/2011, criada por Neucimar Fraga e aprovada pelos vereadores Ternório Merlo, Ivan Carlini, Almir Neres, Valdir do Restaurante, Jonimar, Wanderson Pires, Heliosandro Matos, João Artem, Duda da Barra, Rogério Cardoso, Belarmino, Robson Batista, Valter Rocon, Tareba e Antonio Marcos (todos expostos na Figura 28), foi considerada intempestiva e anulada pelo TJES após a ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo promotor Fernando Zardini, forçando o retorno da Lei nº 4.575/2007, que, por sua vez, na sequência, teve artigos referentes aos índices construtivos considerados inconstitucionais: neste momento os parâmetros legais para a construção civil tornaram-se ausentes. Embora exista sinergia para o desenvolvimento do município, esse se torna inviável com essa decisão do Tribunal de Justiça. Ao final da legislatura, as atividades imobiliárias do município encontravam-se sem lançamentos devido à inconstitucionalidade do PDM e iniciou-se a perda de milhares de postos de trabalho na indústria da construção civil (GAZETA ONLINE, 2014). A Procuradoria Geral da Prefeitura de Vila Velha então ignora a posição do judiciário e volta a liberar licenças para as atividades imobiliárias. Muitos projetos foram aprovados nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2012. Opositores de Neucimar entrevistados afirmaram que o prefeito tentou fazer um ajuste de forças para conseguir a reeleição. Neucimar Fraga (PR), apoiado por Magno Malta (PR) (Figura 23), fracassa na sua tentativa de reeleição, derrotado por Rodney Miranda (DEM), que teve apoio do ex-governador Paulo Hartung (PMDB). Não há muita proximidade entre Magno Malta e Paulo Hartung, embora não exista conflito explícito (SITE SENADOR MAGNO MALTA, acesso em 17/04/2014). Não existem embates entre grupos políticos de força equivalente no Espírito Santo. Magno Malta foi reeleito senador, em 2010, com 1.285.177 votos, sem apoio declarado de Hartung, que apoiou a candidatura de Ferraço, colega de partido (BESSA, 2010). Em 2012, as reuniões entre a prefeitura e a ASEVILA para o desenvolvimento da cidade prosseguiram, mostrando a reciprocidade entre o primeiro e segundo setor (poder público e empresariado, respectivamente). As políticas desenvolvimentistas resultantes dessa relação, expressas na Lei nº 5.155/2011, colocaram em risco a mobilidade urbana e os ecossistemas, pois promoveriam quase total urbanização do solo do município. Isso acarretaria em desmatamento da vegetação restante e em

alagamentos ainda mais frequentes e intensos na malha urbana, tornando a locomoção ainda mais dificultosa. Caso essas políticas fossem colocadas em prática, a qualidade de vida em Vila Velha diminuiria, algo que somente não ocorreu por bloqueio do Tribunal de Justiça. O município desenvolveu-se sobre bacias hidrográficas e era repleto de áreas alagadas, brejos e mangues, o que afetou, e ainda afeta, a configuração da cidade (um breve histórico da cidade está descrito no capítulo 3, em Tendências, Orientação do Problema). A urbanização e a expansão da cidade apenas foram possíveis com o uso de aterros. Por isso, os alagamentos são frequentes no município, salvo poucos lugares. Quanto mais o município for urbanizado e o solo impermeabilizado, mais graves serão as enchentes. Alguns argumentam, como Petrus Lopes, gerente de projetos do Instituto Jacarenema de Pesquisa Ambiental (INJAPA), organização criada para a proteção do Parque Natural Municipal de Jacarenema, que muito da urbanização da cidade deveria não existir. Imagens corroboram, como estas abaixo:



Figura 50 - Praia da Costa antes da urbanização. Na foto percebe-se o Rio da Costa retificado, embora restem seus meandros (SITE MORRO DO MORENO, acesso em 28/03/2014).



Figura 51 - Grande enchente na década de 60. Na imagem o Centro de Vila Velha e os bairros Olaria e Jaburuna (SITE MORRO DO MORENO, acesso em 28/03/2014).



Figura 52 - Bairro Itapuã durante a grande enchente da década de 60. Ele é localizado no litoral entre Praia da Costa e Praia de Itaparica. Na imagem, a parte superior é o mar (os citados bairros são visíveis na figura 05) (SITE MORRO DO MORENO, acesso em 28/03/2014).



Figura 53 - Comparação de imagens: colégio Marista, no Centro de Vila Velha, durante a enchente de 60, e o colégio cercado pela urbanização na década de 90. (SITE MORRO DO MORENO, acesso em 28/03/2014).

As inundações normalmente ocorrem entre dezembro e março. O período de baixa do Rio Jucu vai de julho a setembro. O pico da cheia do Rio Jucu é em dezembro e o mês de menor vazão é setembro (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, acesso em 12/12/13). Grande parte da região nomeada de novo “*El Dorado*” pelo ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano, Henrique Casamata, é a planície de inundação do Rio Jucu, cuja urbanização ocasiona diminuição da absorção de águas da chuva e, com isso, os problemas se agravam ano após ano.

2.1.20 ANO 2013

Rodney Miranda assume a prefeitura de Vila Velha

01 de janeiro de 2013 - Rodney Miranda assume a prefeitura dia 1º de janeiro de 2013 e ficará até 31 de dezembro de 2016.



Figura 54 - Rodney Miranda no momento da sua diplomação como prefeito. Ao lado, Rafael Favatto, vice-prefeito.
Fonte: Folha Vitória.

Fim do FUNDAP

01 de janeiro de 2013 - O fundo incentivador das atividades portuárias no Espírito Santo (FUNDAP) é extinto. A competitividade dos portos do estado cai bruscamente e a diminuição na arrecadação tributária força muitas prefeituras a fazer cortes no orçamento (TUPYNAMBÁ, 2012). A pressão por solução no gargalo logístico aumenta e os prefeitos ficam mais dependentes de repasse estadual de verbas.

Licenças para a construção civil voltam a serem proibidas em Vila Velha

02 de janeiro de 2013 - O acórdão nº 19/12 da Procuradoria Geral da prefeitura não teve anuência da nova administração e do MPES (SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2013).

MPES inicia diálogo com a PMVV e com a sociedade civil organizada

26 de fevereiro de 2013 - No primeiro dia de reunião o MPES questionou os licenciamentos concedidos antes e depois do julgamento das ADIs e pediu a revisão dos atos de aprovação dos empreendimentos cujas fundações não foram concluídas. Foram impostas medidas compensatórias e mitigadoras das obras mais avançadas (ESPÍRITO SANTO, 2013b).

Chuvas inundam Vila Velha

19 de Março de 2013 - Uma forte chuva inunda o município e é decretado estado de emergência (MARCARINI, 2013). Nesse dia a chuva superou a média histórica mensal de 125,5 mm do município vizinho, Vitória. Num só dia caíram 176,8 mm de

chuva (PORTAL DO TERRA, 2013). Como não há estação meteorológica para mensuração da precipitação em Vila Velha, os dados da estação de Vitória colaboram para compreender a intensidade das chuvas (Figura 58).

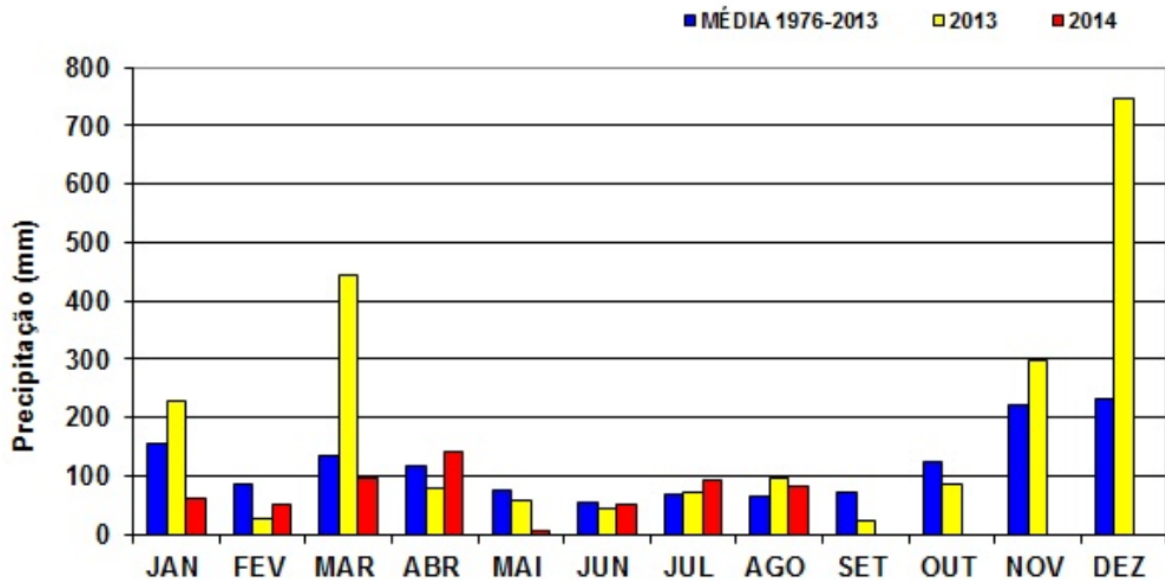


Figura 55 - Série histórica da estação meteorológica localizada no município de Vitória – ES.
Fonte: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (2014?).

MPES se reúne novamente com o Município de VV e sociedade civil organizada

02 de abril de 2013 - Rafael Tardin, procurador-geral do município de Vila Velha, sugere como solução, devido à acelerada e problemática tramitação do PDM, que o texto do PL nº 034/2006, criado por Max Filho, seja utilizado para a criação da nova lei do PDM, uma vez que foi construído de acordo com as exigências jurídicas e apreciado pela sociedade (ESPÍRITO SANTO, 2013b).



Figura 56 - Rafael Tardin.
Fonte: acervo de Zanete Dadalto.

MPES faz audiência pública para recebimento de propostas trazidas pelos representantes do Município de Vila Velha

04 de abril de 2013 - A audiência pública ocorreu no auditório da Promotoria de Justiça de Vila Velha, ficando a PMVV encarregada de fazer os contatos com as associações. O promotor Luis Felipe Scalco Simão destacou a existência do “vácuo legislativo” causado pela inconstitucionalidade dos 13 artigos do PDM, tornando o município sem parâmetro para licenciamento de obras. Reforçou a utilização do texto da PL 034/2006, posição compartilhada pela promotora Dra. Isabela de Deus Cordeiro e pelo Procurador Rafael Tardin. A Secretária de Desenvolvimento Urbano, Ana Márcia Erler, fez a exposição técnica do projeto (ESPÍRITO SANTO, 2013b).



Figura 60 - Ana Marcia Erler. Fonte: Facebook.

Figura 58 - Promotora Isabela de Deus Cordeiro. Foto: acervo de Titina Cardoso.

MPES promove novas rodadas de audiências

22 de abril e 07 de Junho de 2013 - MPES segue os trabalhos. As audiências contam com a participação de representantes do Ministério Público, da Prefeitura, da Câmara Municipal de Vila Velha, da sociedade civil organizada e do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Espírito Santo (SINDUSCON) (ESPÍRITO SANTO, 2013b).

Rodney Miranda assina pré-projeto de Lei para restauração da APA da Lagoa Grande

06 de junho de 2013 - Em atitude considerada midiática pelos ambientalistas, Rodney Miranda cria projeto de Lei para restauração da APA da Lagoa Grande (DINIZ, acesso em 01 jan. 2014), extinta anteriormente por Neucimar Fraga. No entanto, Rodney Miranda não questionou o condomínio Jardins de Veneza.

TJES nega pedido de embargo pela CMVV à ADIN, que suspendeu 13 artigos do PDM

06 de junho de 2013 - O relator do processo, desembargador Dair José Bregunce, disse que o pedido foi feito fora do prazo e não se ateve ao mérito da questão. O relator teve apoio unânime do Pleno⁸. O voto atendeu à defesa feita pela procuradora Nícia Regina Sampaio, do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOA). A procuradora denunciou que mesmo após a decisão da ADI, que suspendeu artigos institucionais, o município de Vila Velha aprovou 300 empreendimentos em 60 dias e afirmou que o número aprovado é equivalente ao aprovado nos últimos três anos pela administração. A mesma alega possível má-fé e promiscuidade dos agentes licenciadores e afirma que a descaracterização do PDM pela Câmara teve o único objetivo de atender a interesses privados. O promotor Gustavo Sena afirmou que o pedido de embargo pela Procuradoria Geral da Câmara de Vila Velha foi uma tentativa de legitimar esses empreendimentos e disse que a procuradoria não poderá recorrer da decisão (BERNARDES, 2013).



Figura 59 - Desembargador Dair José Bregunce.
Fonte: acervo de Antonio Cosme/TJES.

Nova audiência pública entre os membros da sociedade

07 de junho de 2013 - Acontece uma audiência sobre propostas para o novo projeto de lei sobre o PDM que será enviado para o legislativo municipal. O objetivo da reunião foi a criação de um novo projeto de lei adequado à realidade de Vila Velha e dentro dos parâmetros legais. Novamente representantes do MPES, da PMVV, da

⁸ Todos os desembargadores votaram contra o pedido de embargo da CMVV.

CMVV, da sociedade civil organizada e do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (SINDUSCON) se reuniram.

Protesto contra impasse do PDM

11 de junho de 2013 - Trabalhadores da construção civil protestam. Manifestantes declaram a perda de 1.000 postos de trabalho devido ao imbróglio do PDM. Estima-se o risco de que outros 3.000 postos tenham o mesmo destino. Vereadores alegaram demora para se fazer um PDM nos moldes exigidos pela lei e tentaram tomar uma medida remediadora. O vereador Zé Nilton, único a não concordar com essa medida remediadora, fez uma declaração pela TV dizendo acreditar numa solução sem a participação da CMVV e decidida entre o executivo e o judiciário (REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA, 2013).



Figura 60 - Vereador José Nilton (PT) dando declaração à Rede Vitória.

Manifestações populares tomam as ruas de Vitória

Final de Junho de 2013 - Protestos ocorrem em várias capitais do Brasil. No dia 17 de junho, 20.000 pessoas marcharam até a casa do governador (figura 61). No dia 20, 100 mil pessoas, moradores da capital e da Região Metropolitana da Grande Vitória, protestaram em Vitória/ES. A capital possui apenas 371.000 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013) e 100 mil pessoas protestaram no Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, demonstrando a proporção do protesto capixaba (G1, 2013a). Vários protestos ocorreram no final de junho e no início do mês seguinte. A ALES foi invadida e ocupada durante dias por manifestantes. A Rede Sustentabilidade, representada

por Gustavo de Biasi, e o PSOL foram os grupos políticos da oposição que mais atacaram o governo e capitalizaram com as manifestações. Tanto que o índice de aprovação do governador Renato Casagrande começou a cair (G1, 2013b) e a unanimidade política do Espírito Santo começa a sofrer desgaste de imagem pela primeira vez após consolidada.



Figura 61 - Protesto em Vitória. Manifestantes subindo a ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça (3ª ponte) em direção à residência oficial do governador, em Vila Velha (REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA, 2013b; SOARES, 2013). Foto do dia 17 de outubro de 2012, quando o número de manifestantes foi cinco vezes menor do que o número de presentes no dia 20. Foto: acervo de Maycon Wesley.

Tentativa de solução transitória ao impasse dos 13 artigos inconstitucionais

28 de junho de 2013 - Vários projetos da construção civil, ainda não iniciados, haviam sido aprovados pela prefeitura baseados nos índices construtivos da Lei nº 4.575/2007. Nessas condições as atividades da construção civil foram interrompidas em curto período, o que resultaria em perda de arrecadação para PMVV e o aumento significativo do desemprego na cidade. Para que isso não ocorresse, a Lei Municipal nº. 5.430/2013 foi criada, um “quebra-galho”, específica para a apreciação de processos relativos a projetos arquitetônicos apresentados até a data de 28/05/2012, visto que o TJES considerou esses índices inconstitucionais no dia 28/05/2012, por isso os projetos aprovados que os utilizavam perderam a validade, e, após a inconstitucionalidade, não era possível a aprovação de novos projetos.

ASEVILA entrega para Prefeitura de Vila Velha o Plano Estratégico 2013-2016

09 de agosto de 2013 - O lançamento foi feito em evento, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Vila Velha (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2013).

Chefe do Executivo encaminha para CMVV PL nº 035/2013

05 de setembro de 2013 - Enviado em regime de urgência, o PL foi criado para a aprovação de um novo PDM e indicava novos índices construtivos. Um PL dessa natureza apenas poderia ser produzido em conjunto com a sociedade. Percebendo o erro, o Fórum Popular em Defesa de Vila Velha avisa ao MPES sobre a manobra.



Figura 62 - Irene Leia Bossois, representante do Fórum Popular em Defesa de Vila Velha.
Foto: Anselmo Assis.

MPES envia Notificação Recomendatória nº. 003/2013 à CMVV

05 de setembro de 2013 - Em resposta ao envio do PL 035/2013 à CMVV, a 7ª e a 14ª promotorias de Justiça Cível de Vila Velha enviaram nota endereçada ao presidente da CMVV, Ivan Carlini. A notificação trazia ao presidente (BERNARDES, 2013b; FACHETTI, 2013a):

Observar o devido processo legislativo, abstendo-se de encaminhar a votação o Projeto de Lei n.º 035/2013, arquivando-o ou devolvendo-o ao Executivo para ampliação do debate com a sociedade civil (...), devendo ainda, na qualidade de presidente, comunicar aos demais vereadores o teor da presente notificação.

Rede Sustentabilidade, opositora do Governo, torna-se aliada de Casagrande

05 de setembro de 2013 - Marina Silva, líder da Rede Sustentabilidade, filia-se ao PSB, partido do Governador Casagrande. Em consequência disso, Gustavo de Biase (figuras 63 e 64), representante da Rede Sustentabilidade no ES e um dos maiores críticos do governador Renato Casagrande (PSB), possivelmente a principal voz das manifestações de junho e julho, muda o discurso e torna-se aliado do governador (COSTA; NÉRI, 2013). Com isso foi enfraquecida a oposição no estado.



Figura 63 - Gustavo de Biase com Marina Silva. Fonte: Facebook.

Figura 64 - Gustavo de Biase com Renato Casagrande e Eduardo Campos.
Fonte: acervo de Edson Chagas.

Projeto de Lei nº 035/2013 transforma-se na Lei nº 5.441/2013

06 de setembro de 2013 - Índices construtivos dados como inconstitucionais após a ADI nº 100110030515 foram reinseridos na Lei nº 5.441/2013 de forma a serem utilizados para a apreciação de processos relativos a projetos arquitetônicos protocolizados na Administração Municipal até 28 de maio 2013, de sorte que as licenças e as aprovações pudessem ser novamente liberadas ou renovadas. Foram apenas quatro dias entre a criação e aprovação do projeto. O único vereador contrário a lei foi Zé Nilton (PT). O PDM estava imbróglia desde 28 de maio de 2012 (BERNARDES, 2013c) (figura 65).

MPES instaura inquérito civil contra Ivan Carlini

11 de setembro de 2013 - Para o Ministério Público o presidente agiu dolosamente e desconsiderou a recomendação MPES nº 003/2013, os princípios constitucionais e a legislação em vigor. De acordo com o MPES, Ivan Carlini desrespeitou o Art. 22, I, f, da Resolução nº 459, de 23 de março de 1995, do Regimento Interno da CMVV: “incluir em pauta os processos assim que estiverem em condição de serem apreciados em Plenário”. O inquérito (ESPÍRITO SANTO, 2013b) exige à Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Urbano, num prazo de 10 dias, a relação dos empreendimentos imobiliários irregulares que a Lei nº 5.441, do último dia 6 de setembro, pode beneficiar (BERNARDES, 2013b). O presidente da CMVV tem prazo de 10 dias para prestar esclarecimentos por escrito.



Figura 65 - Vereadores que votaram a favor do PL nº 035/2013. De cima para baixo, da esquerda para direita, em ordem decrescente do número de votos na última eleição: Marcos Rodrigues (PP), Ivan Carlini (DEM), Almir Neres (PSD), Joel Rangel (PSB), João Artem (PSB), Rogério Cardoso (PSDB), Andinho (PMDB), Ricardo Chiabai (PPS), Valdir Neitzel (PTdoB), Valter Rocon (PDT), Osvaldo Maturano (PROS), Duda da Barra (PP), Arnaldinho Borgo (SDD), Belo (SDD), Anadelso (PTN) e Wedson (PTN). O único vereador contrário foi Zé Nilton (PT).

Fontes: As fotos foram retiradas da página da CMVV, exceto a de Osvaldo Maturano (Twitter), as de Rogério Cardoso, Ricardo Chiabai e Valdir Neitzel (imagens adaptadas do Facebook) e a de Duda da Barra (Lino Resende).

MPES propõem Ação Civil Pública contra a Lei nº 5.441/2013

02 de outubro de 2013 - MPES afirma que essa lei representa riscos ao meio ambiente natural e urbano (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO ONLINE, 2013?), assevera que a administração pública utiliza da lei para atender a interesses privados e destaca o depoimento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Vila Velha como prova, esta que afirmou em depoimento (ESPÍRITO SANTO, 2013b):

a lei 5.441/2013 só contempla um número determinado de processos, os que estavam paralisados até o julgamento final da ADI; A lei 5.441/2013 autoriza que o Município, a pedido do interessado, que os projetos sejam avaliados por meio dos índices da lei referida (Lei 5.441/2013). Que em face de ADI, alguns projetos não tinham como ter andamento. Questionada se a lei ripristina regras declaradas inconstitucionais, esclareceu que para os projetos que estavam paralisadas até 28/05/2013, ela permite aos que fizerem requerimento sejam analisados pela norma da Lei 5.441/2013, que é uma norma de transição. Que a Lei 5441/2013 repete índices declarados inconstitucionais em alguns casos, que só valem para os processos paralisados com protocolo até 28/05/2012. Cita que a SEMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano se deparou com casa a exemplo de projeto modificativo de obras em andamento, já na sexta laje, que não se encaixam na lei 5.430/2013. Eram processos tramitados ou com certa dúvida, que necessitavam de resposta e a SEMDU precisava de respaldo jurídico para reaprovação do projeto modificativo. Que o PL 035/2013 não foi submetido a audiência pública. Que o debate foi só interno (...) Questionada quanto ao número de projetos que podem se valer da Lei 5.441/2013, informou que levantamento da SEMDU informado ao Ministério Público (Of. 130/2012 em 08/05/2013) eram 359 projetos de maior porte aprovados até 28/05/2012, podendo estar licenciados ou não, ou com obra já consolidada (com fundação concluída). (...) Que dentre esse número, os analistas da SEMDU estão com aproximadamente 150 processo, sendo que nem todos são atingidos pela ADIn, que muitos deles foram apresentados e se adequam a Lei 5.430/2013, e, para os que não se encaixam, a SEMDU poderá usar a Lei 5.441/2013, que foi necessária para obra que já estavam em adiantado estado de construção. Que esse número de 150, é o número de projetos que foram impulsionados por parte dos interessados para se encaixar em alguma das duas leis, pois estavam paralisados em virtude de ausência legal em razão das ADIn's, prejudicando o interesse público municipal. (...) Questionado quanto a razão para a edição dessa Lei 5.441/2013, cita exemplo de determinado empreendimento, (...), que foi aprovado e licenciado em 2011, teve a obra paralisada e conseguiu financiamento com número de vendas, obra esta que foi atingida pela ADIn, que teriam que retirar 3 ou 4 lajes pela Lei 5.430/2013 e com a

nova Lei 5.441/2013 está convalidada, a exemplo de outros empreendimentos que estão sendo avaliados pela SEMDU.

MPES ajuíza ADI contra a Lei nº 5.441/2013

23 de outubro de 2013 - O MPES considera inconstitucional a reinserção dos índices previamente julgados e condenados (ESPÍRITO SANTO, 2011c).

Previsão de chuvas fortes e queda de granizo no ES

11 de dezembro de 2013 - O INCAPER, órgão público cujas atribuições incluem a previsão do tempo, emite alerta de chuvas fortes e possível queda de granizo (G1, 2013d).

Rodney Miranda tira férias

18 de dezembro de 2013 - Chuvas fortes assolam o Espírito Santo e o Prefeito viaja à Nova Iorque sem efetuar a formalidade de afastamento do cargo de chefe do Executivo Municipal (VALFRÉ, 2014a).

Mídia não noticia o drama das chuvas e artistas se manifestam

22 de dezembro de 2013 - Quase todo estado encontrava-se em situação crítica. Há dias chuvas fortes promoviam o caos. Até o dia 22 de dezembro a mídia estadual pouco abordou o problema e nenhum jornal nacional cobriu a situação. A repercussão nacional aconteceu quando Ivete Sangalo postou a imagem abaixo no Instagram e outros artistas a repercutiram, como Mr Catra.



Figura 66 - Mr Catra replicando mensagem de pedido de ajuda lançada por Ivete Sangalo.
Fonte: Instagram.

Decretada situação de emergência em Vila Velha e outros municípios do ES

23 de dezembro de 2013 - Chuva bate recorde histórico no ES e principalmente no terço final do mês, quando supera os 800mm (INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2014). A média histórica de precipitação para dezembro não alcançava os 225mm. Os índices pluviométricos apresentados na estação meteorológica de Vitória nesse período de chuvas fortíssimas não foram precisos tamanha a quantidade de água trazida pelas chuvas. Rodney volta às pressas à cidade e novamente decreta situação de emergência em 2013 (ANTOLINI, 2013). Casagrande faz o mesmo para diversos municípios do estado, inclusive Vila Velha e Vitória (ESPÍRITO SANTO, 2013a). A portaria nº 151, da Secretaria Nacional de Defesa Civil, reconhece no mesmo dia a situação de emergência da cidade de Vila Velha (BRASIL, 2013). Poucas áreas da cidade não estavam alagadas e epidemias surgiriam caso a água demorasse a ser escoada. As chuvas forçam mais de 40.000 capixabas a abandonarem seus lares e 24 óbitos são registrados (DEFESA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO, 2013). Os bombeiros afirmam ser o maior desastre ocorrido no estado, afetando 3.452.872 pessoas, quase 90% da população, e 55 municípios dos 78 existentes (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO, 2014).



Figura 67 - Alagamentos presentes em quase todo município de Vila Velha. A grande área desprovida de edificação e inundada é parte do bairro Praia das Gaivotas, identificável na Figura 02. No fundo da imagem encontram-se elevações rochosas que margeiam a baía de Vitória (da direita para esquerda: Morro do Moreno, Convento da Penha e Morro de Jaburuna).
Foto: acervo de Jorge Sagrilo.

Rodney Miranda autoriza rasgo na praia da Jacarenema

26 de dezembro de 2013 - Sem estudos ou consulta popular, protegido legalmente pelo estado de emergência, Rodney Miranda autoriza abertura de uma vala na praia de Jacarenema na tentativa de aumentar a vazão e diminuir a enchente do Rio Jucu (figuras 69, 70, 71 e 72). Contudo a água do mar invadiu o Rio Jucu e a abertura foi fechada às pressas. Previamente exposto na introdução deste trabalho, o Parque Natural Municipal de Jacarenema é protegido por lei estadual, e, por isso, a intervenção municipal na unidade de conservação deveria ter aprovação do executivo estadual, algo que não ocorreu. Alguns envolvidos na política capixaba afirmaram, então, que a autorização desse rasgo foi uma atitude para afrontar o governador do estado, Renato Casagrande, que compete com o padrinho político de Rodney, Paulo Hartung, na disputa pelo governo estadual. Em entrevista sobre essa situação, exibida pela TV Gazeta (G1, 2013c), Jader Mutzig Bruna, Secretário de Meio Ambiente de Vila Velha, afirmou, mesmo mediante fracasso:

A obra vai continuar, mesmo sem ter certeza de que vai funcionar. Se der errado, a gente assume o ônus. O que não pode é a gente ficar dentro de um gabinete, no ar condicionado, esperando a solução vir

O ambientalista Petrus Lopes, do INJAPA, acreditando na ineficácia da medida, interveio e desligou os cinco tratores que trabalhavam na abertura do canal. Acompanhado da polícia militar, Jader Mutzig Bruna compareceu ao local e questionou a interrupção. Ocorreu uma discussão acalorada entre os dois, televisionada pela TV Gazeta (G1, 2013c) (figuras 73 e 74).

São suspensas as licenças para construções em áreas alagáveis de Vila Velha

28 de janeiro de 2014 - Os alagamentos perduraram quase por todo o mês de janeiro. Rodney Miranda, então, lança o Decreto Municipal nº 019/2014, cujo *caput* apresenta:

Suspende as análises, aprovações e emissões de licenças e autorizações em processos relativos a projetos de regularização e licenciamento de obras e de licenciamento ambiental, bem como as licenças e autorizações emitidas, pelo prazo de 90 dias, para realização do estudo de capacidade de adensamento, impermeabilidade e ocupação do solo urbano nas áreas sujeitas a alagamento e em áreas de risco.

Cinco áreas estão sujeitas ao Decreto, inclusive parte da área de amortecimento de Jacarenema (ESPÍRITO SANTO, 2014).

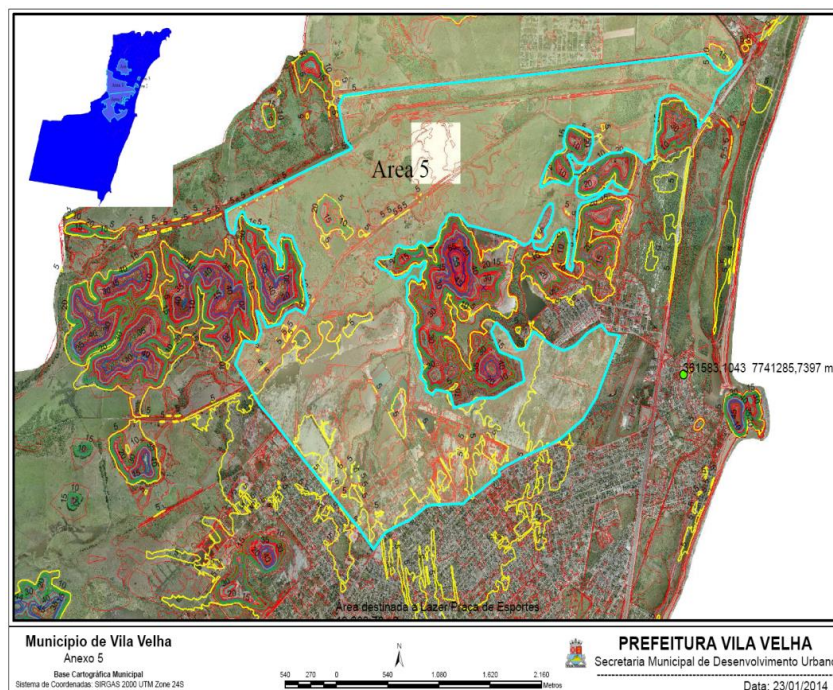


Figura 68 - Área 05 do Decreto nº 019/2014. Os empreendimentos das empresas Bauen, Teixeira Holzmann e Galwan - expostos no Processo Social - não estão dentro da área de suspensão de licenças. Fonte: Espírito Santo (2014).



Figuras 69, 70, 71 e 72 - Destruição da praia de Jacarenema em tentativa infrutífera de diminuir os alagamentos em Vila Velha. A última imagem da sequência mostra o canal fechado para impedir a entrada do mar.

Fontes: 69: domínio público; 70: acervo de Leonardo Lg; 71 e 72: Gazeta Online (2013b).



Figura 73 - Jader Mutzig Bruna, Secretário de Meio Ambiente de Vila Velha. Fonte: site da PMVV.

Figura 74 - Petrus Lopes, gerente de projetos do Instituto Jacarenema de Pesquisas Ambientais. Fonte: Reprodução/TV Gazeta.

Moradores de Vila Velha reclamam da postura da prefeitura

27 de fevereiro de 2014 - O pescador Valmir Antonio das Neves declarou em entrevista (G1, 2014):

Quando chove, a maré ou o rio enchem, a água fica represada, não desce. Essa intervenção só serviu para gastar o nosso dinheiro. Essa praia dava muito turista, mas as pessoas nem passam mais lá para o outro lado, onde tem o encontro do rio com o mar, porque ficou um monte muito alto de areia. Os moradores não levam mais as crianças, porque deixou o local mais fundo, e corre o risco das crianças de afogarem.

MPES notifica prefeito e secretários de Meio Ambiente e Obras

06 de março de 2014 - Rodney Miranda (prefeito), Jader Mutzig Bruna (secretário de Meio Ambiente) e Daltacir Ferreira dos Santos (secretário de Obras), são notificados para que recuperem os danos causados no Parque Municipal de Jacarenema (figura 75).

2.1.21 ELUCIDAÇÃO 2013

Rodney Miranda assume a prefeitura. O fim do Fundap resulta em queda expressiva das atividades portuárias e aumenta a pressão para a instalação do porto de águas profundas em Vila Velha. A nova administração municipal e o MPES não reconhecem o acórdão realizado pela Procuradoria Geral da Prefeitura para a liberação de licenças para construção, por isso a proibição retorna. O MPES utiliza fortes palavras contra os agentes licenciadores da prefeitura, acusando-os de serem abusivos na liberação de licenças nos últimos três meses do mandato de Neucimar Fraga. Essa proibição reacende a discussão sobre o Plano Diretor Municipal, então o Ministério Público começa uma nova rodada de reuniões com os segmentos da sociedade. Após a iniciativa do MPES, em menos de um mês, mais uma vez as delicadas características geográficas e climáticas impedem as atividades da sociedade: fortes chuvas caem e Rodney é forçado a decretar estado de emergência em Vila Velha. As discussões sobre o novo PDM consideram o PL nº 052/2010, criado por Neucimar Fraga, inaproveitável por ausência de participação popular na sua formulação, portanto se opta pelo PL nº 034/2006, criado por Max Filho,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE VILA VELHA
 7º e 14º Promotor de Justiça

Rua Antônio Ataide, 515, Centro, Vila Velha - ES - Tel: 27.3149-4650 - www.mpes.gov.br

*cumpre, está ciente de que age ilegalmente ao omitir-se*⁵;

CONSIDERANDO, finalmente, que incumbe ao Ministério Público desempenhar papel fundamental, enquanto órgão de acompanhamento e fiscalização nos âmbitos público e privado, garantindo as condições necessárias para atingir, de fato, o Estado Democrático de Direito;

NOTIFICA

O MUNICÍPIO DE VILA VELHA, na pessoa do Prefeito Municipal, **Rodney Miranda**, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** na pessoa de seu Secretário, **Jader Mutzig**, e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, na pessoa de seu Secretário interino, **Daltacir Ferreira dos Santos** a fechar a abertura apontada como **Ponto B no relatório, determinando-se as providências necessárias para o retorno do status quo ante, monitorando-se a área e também a recuperação da vegetação nas ruas indevidamente existentes dentro da área do Parque Natural Municipal de Jacarenema e, caso seja necessária qualquer interferência na unidade de conservação, seja observado o regular processo de autorização ambiental pelo órgão competente nos moldes da Lei nº 12.651/2012 e Lei nº 9.985/2000.**

Fica ciente o notificado de que a presente tem natureza **RECOMENDATÓRIA** e **PREMONITÓRIA**, no sentido de prevenir responsabilidade civil, penal e administrativa, nomeadamente a fim de que no futuro não se alegue ignorância quanto à extensão e o caráter ilegal e injurídico dos fatos noticiados.

Das providências adotadas, que se dê ciência e resposta ao Ministério Público no prazo de 10 dias contados do recebimento da presente, que por esta própria via fica desde já requisitada, fazendo referência ao nº GAMPES 2014.0003.1677-07.

Vila Velha, 06 de março de 2014.

Figura 75 - Notificação do MPES sobre a recuperação dos danos causados pela abertura de vala na praia do Parque Natural Municipal de Jacarenema.

Fonte: MPES.

como base para a criação da nova lei sobre o uso e a ocupação do solo do município. O MPES continua a reunir-se com a prefeitura, a sociedade civil organizada, a CMVV e o SINDUSCON. Entre esses encontros, em uma atitude considerada contestável por muitos ambientalistas, porém corrigindo um passivo ambiental criado na legislação passada, Rodney restaura a APA da Lagoa Grande, que Neucimar havia extinguindo (DINIZ, acesso em 01/01/2014). Mesmo participando do diálogo para pôr fim ao impasse do PDM, a CMVV tenta, em vão, derrubar os efeitos da ADI que tornou inconstitucional a Lei nº 5.155/2011. A demora na resolução desse impasse resulta na perda massiva de postos de trabalho na indústria da construção civil e a pressão pela resolução do imbróglio é feita por trabalhadores, que vão às ruas, protestando pelo fim do impasse. Na metade do ano, a série de protestos ocorridos no Brasil reflete no Espírito Santo, e os grupos políticos da oposição os utilizam para atacar o governo. As manifestações no estado são tão intensas que, pela primeira vez após o primeiro mandato de Hartung no governo, a hegemonia política começa a ser ameaçada. Durante o período de maior intensidade dos protestos, é sancionada a Lei Municipal nº. 5.430/2013, para os projetos da construção civil protocolados até 28/05/2012. Essa Lei retirou a inconstitucionalidade declarada pelo TJES dos 13 índices construtivos da Lei nº 4.757/2007, dando uma solução para esses projetos. A discussão a respeito de um PDM definitivo continuou. A Asevila e a PMVV fizeram uma cerimônia de apresentação de um novo Plano Estratégico para o período de 2013-2016, demonstrando os interesses comuns entre a prefeitura e o grupo empresarial, ou submissão de um perante o outro. Ignorando a iniciativa do MPES de elaboração de um PDM socialmente participativo, Rodney Miranda apresentou, repentinamente, um novo projeto de lei sobre o uso e a ocupação do solo do município de Vila Velha à CMVV. Colocado em votação em regime de urgência, foi aprovado após quatro dias de criado. Índices construtivos declarados inconstitucionais foram reinseridos nessa Lei (nº 5.441/2013). O MPES acompanhou esse rápido trâmite e notificou o presidente da CMVV, Ivan Carlini, para que não colocasse o projeto de Lei dessa norma em votação. Carlini ignorou a notificação. Desse modo o MPES abriu um inquérito civil e uma ação civil pública contra Carlini e uma ação direta de inconstitucionalidade contra o novo PDM (Lei nº 5.441/2013). As manifestações do ano passado distraíram a sociedade e facilitaram para que esse trâmite legislativo ocorresse sem muita publicidade. Os protestos foram intensos, a oposição

capitalizou incitando a população e, principalmente, os estudantes, mas não foram suficientes para abalar a unanimidade política do estado. Ao final dos protestos a oposição perdeu força com a união entre o PSB e a Rede Sustentabilidade. Em dezembro fortes chuvas caíram e denunciaram que o prefeito viajou de férias sem realizar o processo de afastamento formal do cargo à CMVV, o que pode sugerir uma proximidade excessiva entre o executivo e o legislativo municipal. O índice pluviométrico superou 3,5 vezes a média histórica para o mês de dezembro e poucas áreas do município não ficaram submersas. As chuvas causaram diversos danos ao patrimônio dos moradores, ao ponto de haver engarrafamentos de guinchos retirando carros danificados (figura 76).



Figura 76 - Engarrafamento de guinchos retirando carros danificados pela chuva no bairro Praia das Gaivotas.

Foto: acervo de Jeff Laiber.

A excessiva quantidade de água expõe o calamitoso controle de ocupação do solo e a precária macrodrenagem urbana da cidade. O prefeito, por decreto, suspende as obras nas regiões mais suscetíveis à alagamento, o que inclui quase toda a área de amortecimento do Parque Natural Municipal de Jacarenema. Rodney assume que o novo “*El Dorado*” de Vila Velha (a região administrativa cinco do município) não merece essa denominação: é uma área ambientalmente sensível e passível de prejudicar todo o município caso ocorra urbanização desordenada.

2.2 ATORES

2.2.1 MAX FILHO

Max Filho é uma liderança de Vila Velha. Mesmo tendo fracassado nas tentativas de eleição para deputado federal em 2010, pelo PTB, e para prefeito em 2012, pelo PSDB, e ainda sofrido isolamento político quando prefeito de Vila Velha pelo governador à época, Paulo Hartung, o que desgastou sua imagem, ainda possui capital político no município. Foi prefeito de Vila Velha entre 2000 e 2008 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05 nov. 2013) e faz parte da pequena oposição política do estado.

Possui experiência na política e conhece bem o cenário de Vila Velha. Elegeu-se pela primeira vez no município como vereador, em 1988. Em 1994 assumiu mandato na Assembleia Legislativa e foi reeleito, quando abandonou o cargo para se tornar prefeito pela primeira vez (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05 nov. 2013).

Membro do PSDB, é presidente da sigla em Vila Velha. O partido não possui muita influência no Espírito Santo: possui uma das 10 cadeiras do estado na Câmara dos Deputados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, acesso em 29/03/2014) e apenas uma das 29 cadeiras da Assembleia Legislativa Estadual (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, acesso em 29/03/2014), com César Colnago e Pr. Marcos Mansur, respectivamente. A sigla não possui senador no ES e apenas um vereador de Vila Velha a compõem, Rogério Cardoso (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 29/03/2014). Colnago foi eleito, em 2010, na coligação Espírito Santo no Rumo Certo, formada pelo PSDB, PPS, DEM e PMN. Max Filho candidatou-se à prefeitura em 2012 pelo PSDB com o apoio desses partidos, além do PTB (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 23 set. 2013).

Em 2014, o PPS uniu-se à Rede Sustentabilidade e ao PSB para as eleições de 2014 (ROCHA, 2014), o que diminuiu o apoio por Max. Rodney Miranda, atual prefeito, é correligionário do DEM, o que prejudicou ainda mais as possibilidades de aliança de Max em 2014. No momento Max almeja uma das vagas que serão ofertadas em breve no Congresso Federal. Alianças políticas estão sendo formadas, logo, atualmente é impossível fazer qualquer afirmação a respeito das coligações.

Max é visto como um competidor, não franco favorito. Seu pai, Max Mauro, ex-Governador do Estado, ainda “faz política” e favorece o filho onde consegue. Mauro também se candidata, embora tenha fracassado em suas últimas tentativas (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 17 ago. 2013). Além de Mauro e Rogério Cardoso, Max possui proximidade e apoio de outro político em Vila Velha, o vereador Joel Rangel, de acordo com o exposto na descrição do vereador. Outro apoio que recebe é da Igreja Presbiteriana (INTERNAUTAS CRISTÃOS, 2010).

Max é intelectualmente preparado para os cargos aos quais se propõe. É formado em Direito e Administração, além de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Independentemente do cargo que venha assumir, sua eleição é positiva para a conservação dos recursos naturais de Vila Velha por duas razões: porque foi o político que melhor geriu o zoneamento urbano, o uso do solo do município e as áreas protegidas e porque uma vitória de Max representa uma pequena ruptura na unanimidade política estadual.

Contudo, no momento, Max toma uma atitude que pode ser maléfica para o Parque Natural Municipal de Jacarenema. O candidato ao cargo de deputado estadual faz campanha no bairro Pontal das Garças, localizado a poucas dezenas de metros do Rio Jucu, cujos moradores querem não só permanecer ali, mas também desejam que seja feita pavimentação das ruas e outras melhorias de infraestrutura, que só agravariam o problema das inundações no local (figura 77, 78, 79, 80 e 81).



Figura 77 - Parte da planície de inundação do Rio Jucu em período de chuvas.
Fonte: acervo de Apgauda Furtado, em 01 de setembro de 2013.



Figura 78 - Bairro Pontal das Garças em período de chuvas.
Fonte: acervo de Leonel Albuquerque, em 04 de dezembro de 2008.



Figura 79 - Inundação do Rio Jucu afetando o bairro Pontal das Garças.
Fonte: acervo de Rodrigo Wilton, em 28 de novembro de 2008.



Figura 80 - Max Filho fazendo campanha na Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças. Fonte: Facebook.



Figura 81 - Perfil da Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças (ASSMPG), mostrando ao público o interesse em promover melhorias na infraestrutura do bairro. A ASSMPG é contrária à suspensão das licenças para construção em áreas alagáveis do município, pois, segundo aquela, esta impede a urbanização do bairro. Os dizeres da líder do bairro são: “Essa medida, faz com que não haja crescimento no bairro, com isso continuaremos na mesma...Não entendo Sr. Prefeito, como isso ajuda nosso bairro?...”. Todo político que tentar conter a urbanização da região administrativa 5 de Vila Velha enfrentará resistência dos moradores e, conseqüentemente, sofrerá perda de capital político. Fonte: Facebook.

Cláudia Solares, socióloga e colaboradora do primeiro plano de manejo de Jacarenema, afirmou em apresentação para o Fórum Popular em Defesa de Vila Velha, em 06 de janeiro de 2014, que Pontal das Garças é um bairro condenado. O problema do bairro nunca será sanado. Portanto, devido ao bairro estar dentro da planície de inundação do Rio Jucu, sua remoção – com adequação cuidadosa dos moradores – seria simbólica para a definição da ocupação e do uso do solo do município.

A permanência e a pavimentação alfástica do bairro Pontal das Garças significa enfraquecimento de bons parâmetros para as leis reguladoras da ocupação do solo, pois todas as demais áreas colonizadas indevidamente - em cota altimétrica suscetível a alagamento ou dentro da área natural de inundação do Jucu - estarão mais propensas à urbanização, podendo ainda incentivar a ocupação de outros locais dentro da bacia hidrográfica do Rio Jucu. Não só, isso acarretará perda do valor dos estudos acadêmicos, que indicam a desocupação de locais como Pontal das Garças, e confirmará aos políticos como áreas limítrofes ao Rio Jucu tem potencial para se tornarem currais eleitorais, possivelmente os incentivando a promoverem ocupações irregulares de terra, como as responsáveis pela criação de Pontal e outras áreas na Grande Terra Vermelha.

2.2.2 NEUCIMAR FRAGA

Neucimar é uma liderança e tem o interesse de ascensão política por meio de Vila Velha. Segundo as entrevistas, almejava ser governador do ES. Para tanto, iniciou a criação de políticas em conjunto com a classe empresarial (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2010). Enquanto prefeito, alterou questionavelmente a legislação de forma a facilitar o desenvolvimento econômico de Vila Velha. Trata-se, portanto, de um desenvolvimentista⁹.

Em sua gestão tentou mudar radicalmente a região administrativa 5. Extinguiu a APA da Lagoa Grande (VILA VELHA, 2011d), criou um PDM sem participação da sociedade (VILA VELHA, 2011a; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

⁹ Desenvolvimentista: aquele que prioriza o crescimento econômico sem considerar as questões sociais e ambientais.

ESPÍRITO SANTO, 2012) e advogou pela instalação do porto de águas profundas, com indústrias e aeroporto de cargas adjacentes (NOGUEIRA, 2012). Em sua administração, de unidade de conservação, o Parque Natural Municipal de Jacarenema tornou-se uma área passível de exploração imobiliária. Considerando todas as suas ações, é o gestor público menos indicado para a conservação de Jacarenema e dos recursos naturais do município.

Pouco considerou as questões ambientais e, ainda assim, foi aceito como membro do Partido Verde. Esse, em teoria, é um partido cujos princípios incluem a democracia participativa, algo que não existiu no PL nº 052/2010, criado por Fraga. Outro princípio do Partido Verde, a luta pelo fortalecimento do movimento ecologista, não ocorreu na gestão de Neucimar, pelo contrário, a sociedade civil organizada o considerou o prefeito responsável pelos maiores retrocessos ambientais do município. Contudo, a aceitação de políticos com essa postura não parece ser uma exceção no Partido Verde do Espírito Santo, afinal Gildevan Fernandes, deputado estadual por esse partido, não compareceu à audiência pública sobre a qualidade do ar de Vitória, realizada em 11 de setembro de 2013, mesmo sendo presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa Estadual (MEDEIROS, 2013b).

Como vantagem política, Neucimar possui carisma, muito superior aos prefeitos aqui citados. Por atender aos interesses desenvolvimentistas, tem apreço da classe empresarial e política. É uma liderança reconhecida e com um histórico incomum. Começou na política como líder comunitário em Boa Vista, bairro onde morou. Tornou-se vereador (2000), dois anos depois foi eleito deputado federal, conseguiu reeleição (2006) e, em seguida, tornou-se prefeito da cidade pelo PR (2008) (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05 nov. 2013).

Venceu no 2º turno o candidato Hércules Silveira (PMDB), apoiado publicamente por Hartung, conseguindo 52% dos votos contra 47% do seu adversário. Após a derrota na tentativa de reeleição para prefeito, aparentemente se separou do seu padrinho político, senador Magno Malta, considerado o principal responsável pela sua carreira política. Neucimar declarou em entrevista (NOSSA, 2013):

A legislação me permite mudar de partido agora, e eu vou disputar o pleito para deputado federal. Tenho que ficar em um partido que me dê condições para

disputar. O PR estava sem um grande quadro. Além disso, a posição do Magno Malta de ser candidato leva o partido a um sacrifício muito grande, pois atrapalha um pouco as movimentações partidárias.

Em outra entrevista, quando decidiu sair do PR, disse (COUTINHO, 2013):

O PR está sob comando de Magno que não dialoga, comunica. Ele delegou funções a pessoas que são mais seus auxiliares do que lideranças do partido.

Atualmente Fraga ambiciona a vaga que será ofertada no Senado Federal nas próximas eleições. Apresenta como principais bandeiras políticas a industrialização de Vila Velha e a instalação do porto de águas profundas. Neucimar é próximo ao setor portuário, pois em 2011 tornou-se membro do Conselho da Autoridade Portuária da CODESA (DEVENS, 2011).



Figura 82 - Folder da campanha de reeleição de Neucimar Fraga para a prefeitura de Vila Velha. Ele foi apoiado pelo governador Casagrande (PSB) e Dilma (PT). Seu vice de Neucimar era Fábio D'Vila (PSB).

2.2.3 RODNEY MIRANDA

Rodney Miranda é o atual prefeito de Vila Velha. Ingressou na vida política capixaba ao tornar-se o primeiro Secretário de Estado e Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo do governo de Paulo Hartung, que é considerado seu padrinho político. Sua participação no governo e suas campanhas políticas mostram relação próxima com o ex-governador (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). Ingressou na pasta em 2003 e foi exonerado em 2005, em meio à crise (OLIVEIRA; REIS, 2005), quando revelado que o Governo do Estado do Espírito Santo grampeou ilegalmente a Rede Gazeta de

Telecomunicações (FUZATTO, 2005). Pouco tempo depois reassumiu o cargo, em 2007 (REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA, 2007), permanecendo na função até o final do segundo mandato de Hartung (ano de 2010).

Quando exonerado, Rodney mudou-se para Pernambuco e assumiu dois cargos no período em que esteve lá. Primeiro tornou-se Secretário Estadual de Defesa Social e, pouco depois, Secretário de Defesa Comunitária de Caruaru (REDAÇÃO DO PERNAMBUCO.COM, 2006). Ao retornar ao ES para exercer a mesma função, convidou o pernambucano André de Albuquerque Garcia para acompanhá-lo e ser o subsecretário de Integração Institucional da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (PREFEITURA DE VILA VELHA, acesso em 28/03/2014).

Garcia aceitou o convite e continuou no governo após a saída de Rodney, prosperando na hierarquia institucional, vindo a ser o atual Secretário de Justiça do Estado (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, acesso em 28/03/2014). A permanência de Garcia fortalece as afirmações de aliança entre os projetos políticos de Paulo Hartung e de Casagrande e apoia as afirmações de existência de um bloco político dominante no ES, muitas vezes chamado de “a unanimidade política” (BORGNETH, 2014; MEDEIROS, 2014; VALFRÉ, 2014a).

Como colocado, o escândalo do grampo não impediu o retorno de Rodney ao seu antigo cargo, mas não só - Hartung apoiou Rodney na sua primeira pretensão a um cargo elegível. Com essa ajuda, Rodney tornou-se o deputado estadual mais votado em 2010, para surpresa de muitos (RABELO, 2010). Rodney foi eleito pelo DEM na coligação O Espírito Santo no Rumo Certo (PPS/DEM/PMN/PSDB), com 3,46% dos votos (65.049 dos votos). Os segundo, terceiro, quarto e quinto candidatos receberam, respectivamente, 2,83%, 2,05%, 1,78%, e 1,66% dos votos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, acesso em 05 nov. 2013).

Desde 2003, o início de sua carreira política, o prefeito de Vila Velha segue acompanhado de Hartung. Não é possível afirmar que Rodney seja uma liderança, afinal o seu sucesso eleitoral é atribuído por muitos como fruto das suas relações, não de suas competências e qualidades. Sobre essas, é formado em Direito e Administração e é delegado federal, pós-graduado em Carreiras Jurídicas e em Gestão em Segurança Pública, com experiência e renome no combate ao crime organizado e à violência.

Participou do Núcleo de Combate à Impunidade do Ministério da Justiça, criado em 2000, para aprofundar as investigações da CPI do narcotráfico. Na Superintendência Regional da Polícia Federal de Brasília, liderou a Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes e participou da Coordenação de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais (PREFEITURA DE VILA VELHA, acesso em 27/03/2014). Essas posições garantiram a Rodney participações em grandes operações policiais no Brasil.

Um pouco antes de vir ao Espírito Santo, Rodney prendeu Jader Barbalho. Participou das prisões do ex-deputado estadual maranhense José Gerardo de Abreu e Hildebrando Pascoal e, em período eleitoral, comandou a operação que afetou a empresa da à época candidata a presidente Roseana Sarney. Aproveitando desse histórico, vendeu a imagem de sábio combatente da violência e da criminalidade em suas campanhas (ESTADÃO, 2009).

Outro ponto favorável ao prefeito são as informações que possui. Rodney é considerado um “arquivo vivo”. Todas as operações em nível federal de que participou e os cargos assumidos permitiram a ele informações privilegiadas. O escândalo do grampo da Rede Gazeta, que resultou em sua exoneração, o forneceu acesso à informações restritas do maior núcleo jornalístico do estado, mesmo sendo alegada ausência de intenção e erro no grampo (OLIVEIRA; REIS, 2005).

Por outro lado, Rodney não possui carisma. Dificilmente sorri para fotos e expõe imagens de si pouco expressivas em sua página do Facebook (figuras 83 e 84). Esse comportamento chega a ser interpretado por muitos como uma indiferença à população. As pessoas que o acusam de tal postura apontam como exemplo a viagem à Nova Iorque (VALFRÉ, 2014b), quando ignorou o alerta de fortes chuvas dado pelo INCAPER (G1, 2013d). Embora a acusação possa ser excessiva, nenhum prefeito de uma cidade ambientalmente sensível como Vila Velha deve viajar durante o período chuvoso, entre outubro e março (Figura 58), pois nesses meses são esperadas complicações e medidas emergenciais no município.

A maioria dos entrevistados para este trabalho afirmou que a administração pública é uma atividade incomum para Rodney, ou, para alguns, até mesmo uma “aventura”, não um objetivo final, como é para Max Filho e Neucimar Fraga. Pior, há aqueles

que asseguram que Rodney é uma peça do tabuleiro de xadrez de Hartung. Caso isso seja verdadeiro, deve-se observar o histórico de Hartung em relação à conservação dos recursos naturais para conjecturar quais serão as ações de Rodney em relação ao Parque Municipal de Jacarenema.



Figura 83 - Carisma de Rodney Miranda. Com Simone Modolo, Secretaria de Cultura e Turismo da PMVV.

Figura 84 - Rodney Miranda e a sua postura pouco carismática. O contraste fica evidente quando aparece ao lado de outros políticos, como evidente na figura, estando ele entre o vereador Arnaldinho Borgo (à esquerda) e José Eliomar Brisolinha (à direita), Secretário de Serviços Urbanos da PMVV.

Fonte: página do Facebook de Rodney Miranda.

Por mais que existam críticas contra o histórico e perfil político de Miranda, nenhum prefeito conseguiu tanto apoio do governo estadual. Obras essenciais de macrodrenagem planejadas há décadas apenas agora, no mandato de Rodney, ocorrem. Max Filho pouco pôde fazer nesse sentido, pois estava envolvido num conflito político com o poder executivo estadual e sujeito à baixa arrecadação tributária de Vila Velha. Neucimar Fraga recebeu muito mais apoio, realizou um planejamento técnico essencial para o direcionamento das ações de macrodrenagem, contudo conseguiu pouca verba para as ações de engenharia e, nos quesitos de zoneamento e de uso do solo, liberou a ocupação e o uso do solo de forma a inviabilizar todo planejamento de macrodrenagem realizado. Além disso, se não fosse impedido pelo judiciário, possivelmente poderia ter condenado muitas áreas da cidade, tornando-as insolúveis nesse sentido.

Na contramão do PDDUS, Fraga sancionou um adensamento demográfico acima da capacidade de suporte do município. Também liberou a urbanização em áreas

impróprias, inclusive em Jacarenema, o que possivelmente tornaria qualquer ação para a melhoria da macrodrenagem do município um ato nulo. A postura de Rodney quanto à macrodrenagem se difere.



Figura 85 - Obras de dragagem e demolição de rochas do Canal da Costa.
Foto: site da PMVV.

No entanto, a elaboração e a aprovação repentina de um PDM fora das exigências legais no último ano, sem a participação da sociedade e reinserindo índices construtivos considerados inconstitucionais pelo TJES (Lei nº 5.441/13) mostraram que Rodney também não é um gestor confiável para a conservação de Jacarenema e dos recursos naturais do município. O PDM é o instrumento legal com maior força para a proteção das áreas verdes e no mandato do atual prefeito a instabilidade jurídica do zoneamento e do uso do solo perdura.

Embora o PDM criado por Miranda mantenha a proteção legal municipal da área de Jacarenema, ele é grave por não ter considerado a participação democrática, e esse fato é um mal maior do que o passivo ambiental gerado na unidade de conservação para tentar diminuir a inundação da cidade, o rasgo na praia de Jacarenema. A justificativa da abertura da vala na praia pode ser suportada pela questão social e sabia-se previamente que a recuperação do dano era possível. Todavia, a PMVV abandonou a praia e não se manifestou mais sobre a recuperação da área.

Rodney decretou suspensão de licenças para construção civil em 5 áreas sujeitas aos alagamentos do município (figura 68). Porém, após o comportamento em relação a Jacarenema, o decreto não pôde ser considerado uma ação positiva. Provavelmente qualquer outro prefeito seria forçado a uma atitude semelhante mediante a tragédia ocorrida.

Existem três considerações negativas a respeito desse ato. Primeiro: a suspensão possui restritos 90 dias de validade, passível de prorrogação pelo mesmo período, um curto tempo. Segundo: o anúncio de novos estudos para a identificação da capacidade de adensamento, impermeabilidade e ocupação do solo urbano nas áreas escolhidas deve ser considerado negativo, pois muitos desses estudos foram feitos nos planos de manejo de Jacarenema (primeiro em 2000, segundo em 2010) e no PDDUS. Não há necessidade de revisão de estudo, talvez somente apreciar pequenos detalhes referentes à malha urbana. O entendimento político pode estar se sobressaindo ao conhecimento técnico.

Caso as informações coletadas nas entrevistas sobre a alta corrupção no poder público sejam verdadeiras (não exclusiva da administração municipal vigente, mas em todas as esferas do estado, e há décadas), o decreto pode ser utilizado para criar mais um mecanismo de extorsão para os empresários interessados em empreender nas áreas destacadas. É importante a atenção do MPES, contudo não existem evidências de que isso esteja ocorrendo e, ainda, de que há envolvimento ou intenção de Rodney.

A terceira consideração é em relação à área 5 do decreto (figura 68). Ela compreende uma pequena parte da área de amortecimento da unidade de conservação, que é mínima se comparada à área total da região de amortecimento (figura 02). Pouco da área abaixo da cota altimétrica de 5 m em relação ao mar da região administrativa 5 do município está inclusa, então muitas planícies que inundam periodicamente continuam livres para serem urbanizadas. Pior, elas podem ser asfaltadas e, assim, impermeabilizadas, o que agravaria o problema de macrodrenagem municipal.

Positivamente, o decreto é um instrumento legal útil para retardar ou impedir a expansão dos bairros Barramares e Riviera da Barra. Porém, como colocado, em Barramares encontra-se a maior favela do estado, o que exige intervenção pública e presença de força, ou seja, não será apenas uma norma jurídica que irá coibir o avanço de aglomerados subnormais.

Com pouco tempo de mandato e sofrendo muitas pressões, a postura de Rodney em relação à preservação ambiental, até o presente, foi insatisfatória. O prefeito foi eleito no segundo turno, na coligação Inovar e Mudar Vila Velha (PRB-PDT-PMDB-

DEM), com 55,63% dos votos (121.945 votos), contra 44,37% dos votos adquiridos por Neucimar Fraga (97.277 votos). Ele é Democrata, possui 49 anos (nascido em 15/09/1964), é natural de Brasília e casado.

VEREADORES EM EXERCÍCIO

Através do garantido direito de voto, os indivíduos abaixo descritos são os responsáveis pela aprovação ou não do PDM enviado à CMVV - pelo Executivo Municipal, além de serem capazes de acrescentarem ou retirarem artigos dele. Foi identificada uma ética entre os vereadores que dificultou o acesso às informações, porém ajudou a compreender a cooperação entre eles e a partilha do poder no município. Os parlamentares não se pronunciam a respeito de “territórios alheios”. Um vereador eleito em determinada área ou bairro não emite opiniões sobre outros bairros, onde seus colegas de legislatura foram eleitos, e não interage com os respectivos moradores, salvo quando o vereador do bairro está de acordo.

2.2.4 MARCOS RODRIGUES

Marcos Antônio Rodrigues é um dos políticos mais bem sucedidos e experientes de Vila Velha. Era vice-prefeito quando o PL nº 052/2010 foi votado e aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Presente no dia da votação do PL nº 035/2013, votou favorável ao mesmo e contribui para a criação da Lei nº 5.441/2013 (o PDM enviado à CMVV por Rodney Miranda) (VILA VELHA, 2013d).

Conhece bem a classe política e empresarial do município e sabe manejar seu capital político, crescente desde o início da sua vida pública, há mais de 20 anos. Possível futuro prefeito de Vila Velha, foi o vereador mais votado nas eleições de 2012, mesmo estando numa coligação pouco expressiva. Seis vereadores conseguiram mais de 3.000 votos, e Marcos Rodrigues recebeu mais de 4.000 votos, número que apenas Ivan Carlini (DEM) também superou.

Rodrigues iniciou-se na política como Secretário de Obras da Prefeitura no mandato de Vasco Alves (1983-86). Elegeu-se vereador em 1988, 1992, 1996, 2000, 2004

(assumiu como suplente) e, em 2008, tornou-se vice-prefeito de Vila Velha. Mesmo estando vice-prefeito, assumiu a Secretaria de Obras da Prefeitura em 2009. Ele desagrada o movimento ambiental por defender o porto de águas profundas em Vila Velha (VILA VELHA, 2013a; VILA VELHA, 2013b) e alegar que o desassoreamento do Rio Jucu não ocorre devido aos ambientalistas, conforme já falou em sessão da CMVV (VILA VELHA, 2013b):

Já se tentou, ao longo desses anos, desassorear o Rio Jucu. E sempre tem um problema com o meio ambiente, que é contra o desassoreamento. Existem firmas especializadas que retiram a areia, desassoreia, e ainda dá areia à Prefeitura. Mas nunca se conseguiu levar isso à frente porque tem uma turma do meio ambiente que atrapalha. E quem sofre com isso é o povo ribeirinho. E com isso vai ficando desse jeito, cada dia o Rio mais sujo e mais assoreado porque não existe concordância com três ou quatro pessoas que defendem o meio ambiente e que dizem que não pode mexer no Rio.

É o vice-líder do prefeito Rodney Miranda (VILA VELHA, 2013c). Eleito por coeficiente partidário na coligação Avança Vila Velha (PP-PTC), com 2,11% dos votos (4.558 votos) em 2012. Suas capacidades técnicas sempre o aproximam do estratégico setor de obras do município: Marcos é formado em Engenharia Civil e Mecânica e há ausência de bons engenheiros civis no funcionalismo público de Vila Velha. Atualmente no PP, com 61 anos (nascido em 12/08/1952), é natural de Vitória/ES e seu estado civil é divorciado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 18 out. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012c).

2.2.5 IVAN CARLINI

Ivan Carlini é o atual presidente da CMVV. Votou a favor do PL nº 052/2010, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Ignorou a notificação recomendatória do MPES, que requisitava o não envio do PL nº 035/2013 para votação, devido à ausência de debate com a sociedade civil, e este foi colocado em pauta no dia 05 de setembro de 2013 e aprovado como Lei nº 5.441/ 2013 (VILA VELHA, 2013d).

É o vereador mais influente de Vila Velha. Elegeu-se em todas as suas candidaturas para vereador e em 2014 se completarão 16 anos ininterruptos no cargo (1997-presente). Respeitado e bem relacionado, os agentes políticos, assim como os econômicos, sabem da influência de Carlini em Vila Velha. Ele é uma verdadeira liderança municipal, testada urnas e nos desafios da carreira política.

Denunciado na mídia por gastos excessivos, nepotismo, desrespeito às leis e por afrontar o MPES, nada parece diminuir o capital político de Carlini. Ele é experiente e seguro de si ao ponto de se arriscar. O mesmo aparenta buscar atender ao interesse de todos aqueles que podem fornecer-lhe algo em troca.

Em 2013 chegou a ter familiares em diversas pastas da máquina pública: nas secretarias de Governo (Uérique, sobrinho), de Educação (Lorena, sobrinha), de Saúde (Leandro, sobrinho), de Administração (Luzenir Carlini), de Meio Ambiente (Thayrone Santos Carlini, filho) e na Procuradoria Geral (Bruno Carlini, sobrinho). O nepotismo foi exposto pela mídia, o que desgastou a imagem do prefeito e demonstrou a influência de Carlini. Ao invés de exonerar os parentes do vereador, atitude que se esperada de um prefeito, Rodney fez declarações públicas em defesa da presença da família de Ivan na PMVV (FACHETTI, 2013a). Thayrone e Uérique foram exonerados posteriormente, supostamente por pedido próprio (FACHETTI, 2013b).

O número e a variedade de cargos ocupados por familiares de Carlini oferece a ele acesso privilegiado a informações da prefeitura. O vereador era aliado do ex-prefeito Neucimar Fraga e teve parte dos parentes exonerados quando Rodney Miranda assumiu a prefeitura. Todavia, logo foram readmitidos, junto a uma aproximação a Rodney: Carlini desfilou-se do PV e migrou para o mesmo partido do prefeito, o DEM. Hoje é o maior defensor do prefeito, pronunciando-se na mídia sempre que necessário para defendê-lo.

Publicamente a favor de um PDM mais permissivo possível, presidiu a votação das Leis nº 5.155/2011 e nº 5.441/2013, sendo um dos principais atores no imbróglio do PDM. Quando ocorreu a sanção da Lei nº 5.155/2011 e o MPES posicionou-se contrário, respondeu dizendo (FERNANDES, 2011):

Há pessoas cujo interesse político é impedir o desenvolvimento de Vila Velha. Querem-na apenas como uma cidade-dormitório.

Na votação do PL nº 035/2013, que resultou na Lei nº 5.441/2013, ignorou a notificação recomendatória do MPES (nº 003/2013), que ressaltava a importância do respeito ao processo legislativo e pedia ao mesmo para não encaminhar o PL para votação por o mesmo não ter sido apresentado à população. Sua declaração a respeito do PL nº 035 (BERNARDES, 2013d) foi:

O resultado disso foi que um Projeto de Lei substitutivo retornou ao poder executivo com 459 artigos, ou seja, mais do que o dobro. Não vamos colocar qualquer empecilho nem para a prefeitura nem para os empresários.

Claramente Ivan Carlini atende aos interesses do setor da construção civil. Seu alinhamento com as pretensões da Asevila pode ser classificado como agressivo. Assim que o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Vila Velha foi apresentado ao público, e exibiu o interesse empresarial de adensamento das margens da Avenida Darly Santos (BERNARDES, 2013d; ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2010), o vereador disse estar interessado em construir uma nova CMVV na Darly Santos (GONÇALVES, 2013).

Seu eleitorado se concentra na região administrativa 3, na Grande Cobilândia (formada pelos bairros Jardim Marilândia, Cobilândia, Vale Encantado e Rio Marinho). Em 2004, foi eleito pelo PSC, com 3.143 votos. Em 2008, elegeu-se pelo PR, alcançando 3.867 votos. Eleito, em 2012, por coeficiente partidário na coligação Avante Vila Velha (PRP-PR-PRTB), com 2,03% dos votos (4.399 votos). Foi o segundo vereador mais votado e encontra-se no quinto mandato de vereador. Com 51 anos (nascido em 14/05/1962), é natural de São Roque/ES e seu estado civil é casado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 29 out. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012d).

2.2.6 ALMIR NERES

Almir Neres, também chamado de Pastor Almir, votou a favor do PL nº 052/2010, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013 (VILA VELHA, 2013d). Almir apoiou a tentativa de reeleição de Neucimar Fraga (figura 86).



Figura 86 - Almir Neres apoiando Neucimar Fraga durante campanha de Fraga para a reeleição. Fonte: página do Facebook de Neucimar Fraga, em 17 de outubro de 2012.

Foi o terceiro vereador mais votado na eleição de 2012. Membro do PSD, concorreu em 2004 pelo PRON, ficando em suplente. Foi eleito em 2008 pelo PRP, sendo o quarto mais votado (3.392 votos). Antes de se tornar vereador, trabalhava como coordenador político. Participou das campanhas da ex-vereadora Lilita e do deputado Cláudio Thiago e coordenou a campanha do Deputado Euclério Sampaio (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 29/01/2014), atividades que lhe deram amplo contato com a classe política do estado. Apesar de possuir uma boa rede de contatos, Almir Neres não possui boa relação com seu antigo partido, o PRP (GONÇALVES, 2011b).

Neres é morador do bairro Santa Rita, um dos bairros mais violentos de Vila Velha (HANTEQUESTE et al, 2008), onde aparentemente possui muitos eleitores (NERES, 2009). Por ser Pastor da Assembleia de Deus, absorve parte do eleitorado evangélico. Capitalizou-se politicamente criticando e proibindo festas *rave*, o que gerou muita polêmica, fornecendo-lhe mídia e agradando aos religiosos do seu eleitorado (NOBRES; NOSSA, 2012).

Almir coletou o maior número de assinaturas para a implantação do PSD no Espírito Santo, por isso candidatou-se à presidência do partido no estado, concorrendo com o vereador de Vitória, Max da Mata, e o Secretário de Desenvolvimento Urbano de Viana, Henrique Casamata (MEDEIROS, 2013c). Max da Mata foi vitorioso (PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, acesso em 23/04/2014). Também tentou ser candidato a prefeito de Vila Velha, lançando pré-candidatura no PSD, porém fracassou (GAZETA ONLINE, 2012).

Foi afastado em 2013 do cargo de vereador por supostamente ter um funcionário fantasma (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2013a), porém a justiça concedeu-lhe o retorno ao cargo até o julgamento do mérito da ação (GAZETA ONLINE, 2013a). Em 2008, quando eleito, declarou um patrimônio de R\$ 55 mil à Justiça Eleitoral (UOL NOTÍCIAS, 2008b). Terminou o mandato declarando R\$ 320mil, valor apresentado na eleição seguinte que representa um aumento de 482%, ou 121% anual (UOL NOTÍCIAS, 2012). Em 2011, foi o vereador campeão de faltas da CMVV (FACHETTI, 2011).

Neres tenta inserir um dos seus filhos na política, Douglas Pinheiro, o que pode ser indicativo das suas ideias. Douglas tentou ser vereador em Viana, município limítrofe com Vila Velha, Cariacica e Guarapari, mas não conseguiu nem um por cento dos votos (0,49%) (ELEIÇÕES 2012, 2012a). As informações sobre Douglas são importantes por duas razões, principalmente: primeira, uma publicação no jornal A Gazeta (GOMES, 2013), segundo, as ligações partidárias de Douglas.

A Gazeta publicou uma matéria afirmando erroneamente que Douglas foi uma das lideranças dos protestos de junho de 2013. A matéria resultou em repúdio nas redes sociais, conforme mostram as imagens abaixo, porém, positivamente, indicou certa relação entre Douglas, ou Almir, e o jornal A Gazeta.



Figuras 87 e 88 - Repúdio ao Douglas Pinheiros por matéria no jornal A Gazeta, falsamente apresentado como uma liderança nos protestos.

Fonte: Facebook.



Figura 89 - Douglas na Rede Sustentabilidade.

Figura 90 - Imagem do perfil do *Facebook* de Douglas, mostrando-o associado ao Partido Solidariedade.

Fonte: *Facebook*.

Douglas posicionou-se contra o governador Renato Casagrande ao participar dos protestos. Eles tinham Casagrande como alvo e todas as imagens publicamente expostas no *Facebook* de Douglas demonstram atitudes contrárias ao governador, membro do PSB. Quando ocorreu a junção entre a Rede Sustentabilidade e o PSB, Douglas incitou a juventude da Rede a não se filiar ao PSB. Hoje está no Solidariedade.



Figura 91 - Imagem do grupo Eleição Santa Rita. Ele foi criado com o propósito de eleger o futuro presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita

Figura 92 - Imagem sobre a eleição do presidente da Associação de moradores do bairro Santa Rita. Ela mostra a intenção de Douglas.

Fonte: *Facebook* (06 mar. 2014).

Como a relação entre Douglas e seu pai é amigável, explícita nas redes sociais, é bem provável que suas atitudes e pensamentos não conflitem, logo, Almir Neres pode não possuir simpatia com o PSB ou o governador, talvez com a coligação dominante (PMDB-PSB-PT), podendo estar inserido em um projeto maior contrário ao atual *status quo* político presente.

Uma pesquisa realizada pelo jornal A Gazeta denunciou que, em 2011, de 44 sessões ocorridas na CMVV, Neres esteve ausente em 15, liderando o número de

faltas (FACHETTI, 2011). Neres foi eleito por coeficiente partidário na coligação Abraça Vila Velha (PSL - PSC - PHS - PSD) com 1,82% dos votos (4.399 votos). Com 44 anos (nascido em 27/11/1968), é natural de Ibirapoã/BA e seu estado civil é casado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 02 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012e).

2.2.7 JOEL RANGEL

Joel Rangel votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013. Ele não estava no parlamento municipal quando a PL nº 052/2010 foi votada (VILA VELHA, 2013d).

Joel Rangel é líder da prefeitura na CMVV. O parlamentar é muito próximo a Max Filho e seu pai (VILA VELHA, 2006) (figura 93) e faz parte do partido do governador (PSB). Seja com Max Filho, Neucimar Fraga, Rodney Miranda, ou qualquer outro no poder, Rangel sempre fará parte do governo, seja pela proximidade com o prefeito, pelo partido no poder ou por cooptação, com intuito de evitar tê-lo na oposição.



Figura 93 - Joel Rangel e a sua proximidade da Família Mauro.
Fonte: Facebook.

É o vereador mais próximo da Igreja Católica, repetidamente exibindo isso nas redes sociais e em seus discursos (VILA VELHA, 2013e). Lidera a comissão de Administração, Obras, Transporte, Comunicação, Indústria, Comércio e Agricultura (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 16/02/2014).

Em 2000 foi vereador pelo PHS (1.737 votos). Reelegeu-se em 2004, dessa vez no PDT (3.172 votos). Em 2006, candidatou-se a deputado estadual pelo PDT, partido

de Max Filho à época, não sendo eleito. Porém, recebeu 8.475 votos em Vila Velha, quantidade relevante (ELEIÇÕES 2012, 2012b). Após a derrota assumiu a Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha, de 10 de outubro de 2006 até 04 de abril de 2008 (ano final do segundo mandato como prefeito de Max Filho) (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 01/02/2014).

Em seguida tentou ser vice-prefeito de Vila Velha, com Dyonizio Ruy como prefeito, ambos fazendo parte do projeto político da família Mauro (Max e pai), na coligação Vila Velha Com Mãos Limpas (PDT / PHS / PT do B) (UOL NOTÍCIAS, 2008a). Neucimar e Marcos Rodrigues venceram o pleito.

Max Filho tem participado de reuniões na Associação de Mulheres do Bairro Pontal das Garças e parece ter apelo com aquele crítico bairro. Da mesma forma, Joel Rangel aparenta angariar eleitores no local (figura 80; figura 94).

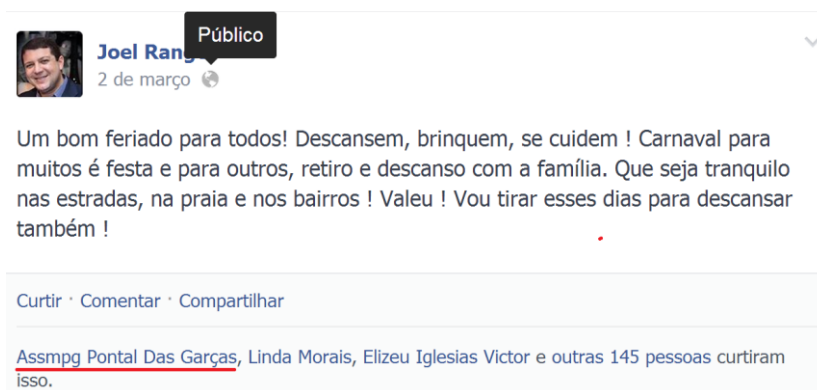


Figura 94 - Associação de Mulheres do bairro Pontal das Garças mostrando apreço por Joel Rangel. Max Filho, assim como todos os demais políticos, faz campanha no bairro.
Fonte: Facebook.



Figura 95 - Joel Rangel (PSB) em passeata com Giuliano Nader, ex-presidente do PSDB Vila Velha. Embora Joel e Giuliano sejam de partidos distintos e não coligados (PSB e PSDB, respectivamente), Giuliano apoiou a campanha de Rangel, provavelmente porque a sua eleição favorece o PSDB, por Joel apoiar Max Filho, candidato do PSDB. Margarete-Blues Locadora é cabo eleitoral de Max e foi marcada na imagem por Joel.

Fonte: Facebook.

Rangel compõe a Frente Parlamentar Municipal do Cooperativismo (FRESCOOP) de Vila Velha. Além dessa bandeira e da cristã, outras três bandeiras que o vereador levanta se destacam: a causa animal (figuras 96 e 97), a defesa das mulheres (figura 98) e a doação de sangue (figura 99).



AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Vereador Joel Rangel tem a honra de convidar você e sua família para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que terá como tema:

“Política Municipal de Proteção e Defesa dos Animais”

Dia: 12/03 (quarta-feira)
Horário: 19h
Local: Plenário da Câmara Municipal de Vila Velha (Praça Frei Pedro Palácio s/n - Prainha)

Informações:
assessoriajoelrangel@gmail.com
telefone: 3349-3266 / 3033-6820

O vereador Luiz Emanuel convida para a Reunião ESPECIAL do Fórum Municipal do Bem-Estar Animal.

Luiz Emanuel
Vereador (PSDB/Vila Velha - ES)

Ricardo Tripoli
Dep. Federal (PSDB/SP)

10 de ABRIL de 2014 | 19 horas

Audatório do SINDIFER | Rua Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, 758 | Ed. Cesar Daher Carneiro Santa Luiza | Vitória/ES - 29045-410 - RUA DA FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA (FDV)

Figuras 96 e 97 - Joel Rangel promovendo a discussão sobre proteção, defesa e bem-estar dos animais.

Fonte: Facebook.



Joel Rangel
17 de janeiro de 2013

O Centro de Referência Especializado no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Doméstica não será extinto. Ele passará a atender com assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais qualificados, cumprindo de fato a sua missão.
... Ver mais

NÃO à violência contra as Mulheres

67 22 29

Joel Rangel
6 de dezembro de 2011

Desde 1999 sou doador voluntário de sangue. Vale a pena! O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Espírito Santo - HEMOES, fica na Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, Vitória-ES. (Ao lado do Hospital das Clínicas).
<http://www.saude.es.gov.br/default.asp?pagina=17307>

Doe sangue e ajude a alguém viver com mais saúde! — com Maria Severiana de Laja em HEMOES.

61 33 1

Figura 98 - Joel Rangel advogando pela defesa das mulheres.

Figura 99 - Joel Rangel exibindo-se doando sangue.

Fonte das figuras: Facebook de Joel Rangel.

Foi eleito, em 2012, por coeficiente partidário na coligação Vila Velha de Todos Nós (PPS-PSB) com 1,61% dos votos (3.494 votos). Com 37 anos (nascido em 14/06/1976), formado em Direito pela Universidade de Vila Velha, é católico e frequenta a paróquia Nossa Senhora do Rosário. Nasceu em Vila Velha/ES e seu estado civil é solteiro (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 3 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012b).

2.2.8 JOÃO ARTEM

João Artem votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013 (VILA VELHA, 2013d).

É um dos vereadores com cadeira “cativa” na CMVV. Está no sexto mandato como vereador (1982-1988, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012). Em 2004, pelo PSB, conseguiu 2.360 votos. Em 2008, pelo PDT, recebeu 2.939 votos e em 2012, membro do PSB novamente, angariou 3.201 votos.

A longa permanência no cargo permitiu-o conhecer os agentes políticos do município como poucos. É sempre responsável por um voto nos trâmites legislativos da CMVV, logo, tem o respeito dos seus pares e de todos interessados nas políticas de Vila Velha. Também é respeitado na Grande Cobilândia, região que reside há mais de 30 anos, onde extrai a maioria dos seus votos.

Artem foi o relator da Comissão Especial do Plano Direto Municipal entre 2007-2008, logo, foi um dos principais responsáveis pela inconstitucionalidade dos 13 índices construtivos do PDM criado por Max Filho (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 22 out. 2013). Os vereadores do período não aceitariam um líder contrário ao pensamento desenvolvimentista predominante na Câmara. Por outro lado, em discurso no dia 19 de novembro de 2013, foi contrário à instalação do superporto em Vila Velha (VILA VELHA, 2013g).

Seu capital político vem aumentando com o passar dos anos. É correligionário do Governador Casagrande (membro do PSB), o que lhe dá certas vantagens. Não demonstrou interesse em se candidatar a prefeito e seu nome não aparece

envolvido em escândalos ou atitudes comprometedoras de imagem, como Ivan Carlini e Almir Neres. A continuidade de Artem na CMVV é esperada; caso ocorra reeleição de Casagrande, Artem pode conseguir ainda mais poder.

Atua na comissão de finanças, orçamento e tomada de contas como presidente. Em 2012, ele foi eleito por coeficiente partidário na coligação Vila Velha de todos Nós (PPS - PSB) com 1,48% dos votos. Com 59 anos (nascido em 21/06/1954), natural de João Neiva/ES e solteiro, Artem tem formação em Letras (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 02 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012f).

2.2.9 ROGÉRIO CARDOSO

Rogério Cardoso, PSDB, votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d).

Sua página da CMVV não fornece a habitual descrição parlamentar, como exibida para os demais vereadores e seu perfil do *Facebook* diz pouco ao seu respeito, quando não apresenta informações confusas, conforme as figuras mostram abaixo:



Figura 100 - Vereador Rogério atribuindo a si, no Facebook, obras de macrodrenagem do Canal da Costa, uma política municipal e fora do escopo de um único vereador. A macrodrenagem é um dos

maiores problemas da cidade, com certeza o problema de maior destaque, apesar da intensa violência do município.

Fonte: Facebook de Rogerio Cardoso.



Figura 101 - Álbum de projetos de lei do vereador Rogerio Cardoso. Vereador exibe álbum com supostos projetos de lei de sua autoria, porém nenhum é possível de visualização, pois o tamanho das imagens é mínimo. Embora seja possível supor que o vereador não saiba manejar o Facebook, não restam dúvidas da sua capacidade de discernir de que todos os projetos são ilegíveis.

Fonte: Facebook de Rogerio Cardoso.



Figura 102 - Vereador Rogério Cardoso afirmando possuir uma equipe que trabalha em obras de macrodrenagem no bairro Santa Inês. Vereadores não possuem equipes para trabalhos desta dimensão. Não é possível afirmar o significado de sua colocação, talvez o Rogerio considere que os funcionários da prefeitura são membros da sua equipe ou ele possui uma empresa que presta serviços de engenharia na cidade. Fonte: Facebook de Rogerio Cardoso.

A maior certeza a respeito de Rogerio, além da sua filiação partidária e ascensão na carreira política, é a sua proximidade com a Igreja Adventista e com o Deputado Estadual José Esmeraldo. Rogerio se exhibe próximo à igreja nas redes sociais e em suas campanhas (figura 103 e 104).

É o presidente da Comissão de Justiça e Redação (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 25 out. 2013). Cardoso possui simpatia de Esmael, morador do Bairro Santa Rita, que disputa a liderança da associação de moradores do bairro (figura 92).

Cardoso está no terceiro mandato e foi eleito pelos moradores do bairro Santa Mônica. Em 2008, pelo PSDB, elegeu-se com 3.217 votos. No ano de 2012 foi eleito por coeficiente partidário pelo PSDB, partido não coligado na eleição de 2012, com 1,46% dos votos (3.164 votos). É advogado. Com 41 anos (15/07/1972), casado, nasceu em Vila Velha (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 01 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012g).



Figuras 103 e 104 - Ligação religiosa de Rogerio Cardoso. É próximo do pastor Joel de Carvalho, da Igreja Adventista. A imagem da esquerda mostra Joel compartilhando uma foto do Pr Joel e, à direita, a segunda imagem exhibe o mesmo pastor num panfleto utilizado em sua campanha.

Fonte: Facebook de Rogerio Cardoso.



Figura 105 - Rogério Cardoso e Esmael (Maé). Este também conhecido como Mestre Ismael, durante período de campanha eleitoral de 2012.

Figura 106 - Ismael fazendo propaganda para Rogério Cardoso no grupo Eleição Santa Rita. Atualmente, como exposto nas figuras 91 e 92, Ismael disputa a presidência da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita contra Douglas Pinheiro, filho de Almir Neres.

Fonte: figura 105: *Facebook* de Rogerio Cardoso; Figura 106: grupo do *Facebook* Eleições Santa Rita.

2.2.10 ANDINHO

Andinho é a alcunha de Anderson de Oliveira Almeida. Ele colaborou com a criação da Lei 5.441/2013, votando a favor do PL nº 035/2013 (VILA VELHA, 2013d). Não apresenta descrição na página da CMVV, como os vereadores Rogério Cardoso e Arnaldinho Borgo, mas sua biografia está disponível ao público no seu perfil do Facebook.

Iniciou a vida política tornando-se líder comunitário do bairro Jardim Colorado. É o vereador que mais interage com munícipes no Facebook, recebendo diversas solicitações de ajuda, as quais normalmente atende, inclusive pedindo mais informações sobre os problemas para melhor atendê-los; algumas vezes, fornece inclusive publicamente números de celular para quem quiser contatá-lo. Ele é um político carismático e muito elogiado nas redes sociais.

Nenhuma crítica ao seu respeito foi encontrada nas redes sociais. Independente se elas sejam prontamente apagadas ou não, é certo que as críticas, caso elas existam, não são muitas, visto que a observação dos perfis dos vereadores foi diária e prolongada, durante quatro meses. Em 2010, por indicação do PMDB, foi Secretário de Ação Social e Cidadania de Vila Velha. É o 1º vice-presidente da CMVV e lidera a

comissão de Assistência Social e Direitos Humanos. A assistência social é uma das suas bandeiras (VILA VELHA, 2013h; VILA VELHA, 2013e).

É presidente da comissão de assistência social, direitos humanos e defesa do consumidor. Seu eleitorado concentra-se, principalmente, nos bairros Jardim Colorado, Santos Dumont, Brisamar, Vila Nova, Ilhas das Flores, Ilha dos Bentos. Além disso, aparentemente, possui boa relação com os líderes comunitários desses bairros (VILA VELHA, 2013a). Uma das bandeiras erguidas pelo parlamentar é a criação do Parque do Morro do Cruzeiro, formação rochosa localizada entre os bairros Jardim Colorado, Santos Dumont, Jardim Guadalajara e Brisamar.

Andinho é contrário à retirada dos quiosques da Praia de Itaparica, onde a faixa de areia na orla é estreita, o que desagrade muitas construtoras. Na opinião de muitos, os quiosques atrapalham o desenvolvimento local por atraírem parte da população de baixa renda para orla e por não permitirem a criação de um projeto arquitetônico e paisagístico mais moderno nela. Por fim, possivelmente o político almeja ser deputado estadual e a perda do apoio da indústria da construção civil pode ser maléfica para suas intenções.



Figura 107 - Quiosques no bairro Praia de Itaparica. Seguindo o litoral, no horizonte, a formação rochosa é o Morro da Concha, onde se localiza a foz do Rio Jucu. A área sem prédios entre as últimas edificações e o Morro da Concha é o Parque Natural Municipal de Jacarenema.

Por outro lado, muitos dos moradores dos bairros citados são frequentadores desses quiosques e, ainda, a postura de defesa dos quiosqueiros é considerada altruísta, pois muitas famílias tiram o sustento deles. Apoiando seu mandato e futura candidatura, Andinho é membro do PMDB e aparentemente próximo do prefeito, visto junto com ele em diversas inaugurações públicas. Por ser filiado ao PMDB

aproxima-se do ex-governador Paulo Hartung, o que muito o favorece. A figura 108 mostra, da esquerda para direita, o vereador Andinho, André Garcia, amigo de Rodney Miranda e Secretário de Estado de Justiça, e Paulo Hartung, juntos em homenagem aos servidores públicos.

Anderson tem potencial para reeleição. Conseguirá progresso na sua carreira política, conquanto mantenha boas alianças. Foi eleito vereador nos anos de 1996 e 2000. Em seguida, assumiu a Secretaria de Esportes e Lazer, ficando no cargo até 2004. Está no terceiro mandato e é correligionário do PMDB, eleito por coeficiente partidário na coligação Por uma Vila Velha Segura e com Mais Saúde (PRB - PMDB). Recebeu 2.236 (1,03%). Ele é formado em Administração de Empresas, pós-graduado em Gestão Pública. Com 48 anos (28/01/1996), casado, nasceu em Vitória (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 03 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012h).



Figura 108 - Andinho, Andre Garcia, Rodney Miranda e Paulo Hartung. Andre Garcia é Secretário de Justiça do Governo e amigo de Rodney Miranda. O ex-governador muitas vezes aparece em eventos onde Rodney está presente, uma maneira de se manter visível.

2.2.11 RICARDO CHIABAI

Ricardo Luiz Chiabai votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d). Era esperado o apoio de Chiabai, a pressão pela aprovação da lei quase gerou a unanimidade dos votos (conforme exibido na figura 65), tanto mais que Chiabai sempre atuou nas políticas de desenvolvimento urbanístico e habitacional da cidade, estas que nunca consideraram verdadeiramente as características geográficas e hídricas do município.

Ricardo é formado em arquitetura e urbanismo e é funcionário público de carreira. Ocupou a cadeira de Secretário de Desenvolvimento Urbano da PMVV (2009-2012), mostrando-se próximo de Neucimar Fraga (então prefeito), e foi presidente dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano e de Habitação de Interesse Social (CHIABAI, acesso em 05 nov. 2013). Embora seu histórico seja relacionado com a promoção do desenvolvimento da cidade, a aceitação da PL nº 035/2013 não deveria ser aguardada, ao contrário. Talvez seja o vereador mais dotado de capacidades técnicas e conhecimento sobre as dificuldades de urbanização do município, tornando seu apoio um agravante de conduta.

Quando fez parte do secretariado de Neucimar, ele não se pronunciou contrário às medidas progressistas. Entretanto, por mais que não tenha colaborado para a conservação ambiental do município, é o vereador mais transparente de Vila Velha. A acessibilidade das informações muitas vezes está ligada à capacidade intelectual dos legisladores, sendo importante ressaltar a baixa escolaridade de alguns vereadores, característica diretamente relacionada na qualidade das informações fornecidas por eles. O despreparo intelectual não é o caso de Ricardo. Quando a CMVV foi questionada de ausência de transparência, Chiabai imediatamente apresentou informações sobre seu gabinete e equipe.

O vereador possui um site onde discrimina suas ações. Quanto ao meio ambiente, possui poucas ações e foca em terrenos baldios e na agenda marrom (CHIABAI, acesso em 06 nov. 2013). Poucos imóveis do município estão ligados na rede coletora de esgoto (DINIZ, 2013), o que resulta em grande impacto nas galerias coletoras de água do município. A seguir, trecho do discurso do vereador em 19 de dezembro de 2013:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, nesta semana um jornal de grande circulação de Vila Velha publicou uma notícia boa e outra ruim. A notícia boa é que 50% da área urbana de Vila Velha hoje já está contemplada com rede coletora de esgoto. A notícia ruim é que destes 50 %, que estão contemplados, somente cerca de 20% dos moradores fizeram as ligações nessa rede. Isso nos preocupa muito. Estamos diante de uma calamidade com essas questões de alagamentos ocasionados pela chuva e essa questão do esgoto acaba contribuindo com isso. Fora a questão ambiental! Temos a questão que envolve o Canal da Costa, os outros canais da cidade e o esgoto contribui muito com a poluição desses canais. Então, gostaríamos de fazer um apelo, principalmente aos condomínios da Região 1, da orla e dos bairros Itaparica, Itapoã e Praia da Costa, bairros com adensamento populacional muito grande, no sentido de que os síndicos tenham sensibilidade de fazer a ligação na rede coletora de esgoto. Isso é fundamental para a qualidade de vida da nossa cidade!

Em 2010, participou de mutirão de limpeza no Parque Municipal de Jacarenema, sua maior relação com a unidade de conservação, tratando-se ser ato sem relevância para um parlamentar. Ele preside a Comissão de Segurança Pública, que é uma comissão importante perante a criminalidade do município.

É também membro das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, de Cultura, Esporte, Lazer e de Turismo, Assistência Social, Direitos Humanos e Defesa da Cidadania. Esta última é importante para o vereador, já que foi vice-presidente da APAE (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, 2011), e continua muito próximo da instituição (CHIABAI, 2013a, 2013b), por ser o representante da CMVV no Conselho Municipal de Defesa dos Direito da Pessoa com Deficiência (COMUDEVIVE).

Chiabai também é membro da Frente Parlamentar Municipal do Cooperativismo de Vila Velha (FRESCOOP) (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013). O auxílio ao deficiente físico é uma das suas bandeiras, juntamente com segurança e urbanização (CHIABAI, acesso em 05 nov. 2013; VILA VELHA, 2013c, 2013h, 2013i, 2013j).

Ricardo possui uma postura de respeitabilidade e uma apresentação diferenciada dos demais vereadores. Tem uma aparência menos “popular”, de ser do “povão”, assim como Osvaldo Maturano. É fiel ao seu partido como poucos, estando há 16 anos no PPS, no qual é Secretário-Geral do partido em Vila Velha e membro da Direção Estadual (PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, acesso em 29 set. 2013). O PPS e PSB forjaram aliança no Espírito Santo, fato favorável ao parlamentar.

O vereador candidatou-se na eleição retrasada, não sendo eleito, conseguindo 1.346 votos (0,65% dos votos). No último pleito foi eleito por média com 2.192 dos votos (1,01% dos votos), na coligação Vila Velha de todos Nós (PPS - PSB). Com 51 anos (nascido em 05/04/1963), é natural de Vitória/ES e seu estado civil é casado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 11 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012i).

2.2.12 VALDIR DO RESTAURANTE

Valdir Neitzel, também conhecido como Valdir do Restaurante e Valdir do Chopp, votou a favor do PL nº 052/2010, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013 (VILA VELHA, 2013d), portanto, é um desenvolvimentista.

Valdir possui um restaurante no bairro Santos Dummont e por esse motivo recebeu o apelido. Liderou por quatro mandatos o movimento comunitário nesse bairro, onde começou sua participação na política (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 12 nov. 2013) e adquiriu seu eleitorado. Ele pouco se pronuncia nas sessões da CMVV e pouca informação é possível extrair sobre ele analisando as atas das assembleias.

Em 2011, uma pesquisa realizada pelo jornal A Gazeta denunciou que durante um período de 44 sessões ocorridas na CMVV, Valdir não respondeu a primeira chamada em 32 delas, quase sempre chegando atrasado às sessões (FACHETTI, 2011), possível fator de ausência de falas do parlamentar durante as sessões.

Neitzel compõe as comissões de Meio Ambiente e de Defesa do Consumidor e Abastecimento. De acordo com sua descrição na página do CMVV, trabalhou com reciclagem no centro comunitário do bairro Santos Dummont, porém nada a respeito desse trabalho foi encontrado durante a pesquisa. Buscou-se maiores informações entrando em contato com o escritório do parlamentar na CMVV e o mesmo não se disponibilizou para ser entrevistado.

Atualmente não possui boa relação com as lideranças comunitárias de Santos Dummond. Valdir apoiou uma chapa que foi derrotada na última eleição pela atual liderança do bairro e há um movimento contrário a ele se fortalecendo em sua base eleitoral (figura 107 e 108).

Neitzel foi eleito com 2.265 votos em 2008. Reeleito em 2012 por coeficiente partidário na coligação Frente Trabalhista Vila Velha do Futuro (PTB / PT do B), acumulando 2.179 votos (1,01% dos votos). Possui apenas o ensino médio completo. Com 57 anos (nascido em 19/04/1957), casado, é natural de Baixo

Guandu/ES (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 12 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012j).



Figura 109 - Rodney em visita ao bairro Santos Dumont, a convite do vereador Valdir do Restaurante. O movimento comunitário do bairro não participou da visita.



Carlos Eduardo Pires

POLITICA: O politico tem que ser visto como um líder. Mesmo sendo esse da oposição tem que ser fazer presente durante as reuniões da comunidade. Hoje, sexta-feira 07/02, teve uma 'visita técnica' nas obras da UMEF localizada na parte alta de Santos Dumont. Vários representantes do bairro estavam lá. Vereador, comissionários desse, e outros representantes locais, diretores de UMEF'S (que atende aos alunos moradores de Santos Dumont), mas, um líder não foi lá representar o, próprio, bairro. Perguntaram: 'cadê (sic) o líder comunitário'? Também me fiz a pergunta.


Carlo líder comunitário, compareça, mesmo que seja oposição, as 'visitas técnicas', as reuniões da qual seja indispensável a sua presença


(caso não possa envie um representante). A politica faz-se no dia-a-dia mesmo com aqueles que discordam de nossas opiniões.


Eu, seu eleitor, sentir sua falta.

Cordialmente, [Carlos Eduardo Pires](#) morador, há 30 anos de Santos Dumont.


Curtir · Comentar · 7 de fevereiro às 11:54


 3 pessoas curtiram isso. Principais comentários ▾





Marcio Borges Salles Pindoba Boa noite Carlos Eduardo, Obrigado por ter sentido a nossa falta, o fato é que foi o vereador que convidou o prefeito a vir no bairro, e como acontece em todos os bairros que o prefeito é convidado, o vereador ou a pessoa que o convida, convida também as pessoas que ele deseja que se faça presente, como não fomos convidados, presumimos que o vereador não queria a nossa presença. Nesta quinta-feira, um dia antes da vinda do prefeito, falamos com o Sr. [Diogo Filadelfo](#) pessoa que representa o prefeito, e que intermediou a vinda do prefeito, assustadoramente ele perguntou porque o vereador não havia nos convidado. Sendo assim, decidimos não atrapalhar a ação do vereador.

Curtir · Responder ·  3 · 7 de fevereiro às 18:38



William Oliveira Simplesmente não fomos convidados, e por isso os 54 membros Diretores, não compareceram, pergunte ao seu "VEREADOR E ASSESSORES" que eles terão a resposta que o Sr requer. Abraços


Curtir · Responder ·  1 · 8 de fevereiro às 11:45

Figura 110 - Morador do bairro Santos Dumont reclamando da ausência do movimento comunitário na visita do prefeito. Integrantes explicam que a ausência se deu por não haver interesse de Valdir do Restaurante. A UMEF é a sigla utilizada para a escola e significa Unidade Municipal de Ensino Fundamental. O diálogo público ocorreu na página do *Facebook* "Reclama Santos Dumont".

2.2.13 VALTER ROCON

Valter Rito Rocon votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d). Almeja a ampliação urbanística e portuária da cidade, inclusive a instalação do superporto (VILA VELHA, 2013a) e tem como principal bandeira a emancipação da região administrativa 5 de Vila Velha (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2014a).

Rocon foi presidente da Associação de Moradores da Ponta da Fruta e fundou e presidiu a Associação Comercial da Grande Ponta da Fruta (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 15 nov. 2013). Neste bairro iniciou sua carreira política, onde trabalhou por melhorias. Hoje, Valter Rocon é intimamente ligado à Grande Terra Vermelha, principal residência do seu eleitorado (VILA VELHA, 2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2013h, 2013k), e onde ocorrem diversas invasões de terras. Como bandeira, defende o direito à moradia dos sem tetos. Contudo, pronuncia-se contrário àqueles que recebem habitação e as vendem para lucrar e continuar promovendo novas invasões (VILA VELHA, 2013l).

Um discurso de Valter, em 05 de dezembro de 2013 (VILA VELHA, 2013l), a respeito da invasão do dito bairro Mangal - antigo lixo da Grande Terra Vermelha, desativado no governo Jorge Anders (antecessor de Max Filho) - demonstra a ligação dele com a região administrativa 5 e as ocupações ilegais de terra:

Queremos lembrar que no Governo do Sr. Neucimar Fraga aquela área foi invadida. Ligaram para este Vereador para dizer que os equipamentos estavam lá para tirar os invasores. Estivemos no local, procuramos o responsável da Prefeitura, que estava lá naquele momento, e perguntamos se ele tinha em mãos um mandado judicial para tirar o pessoal. Ele não tinha! Perguntamos se tinha uma Assistente Social para atender aquele pessoal, e também não tinha! Então, pontuamos que aquele era um problema sério, e que iríamos nos colocar na frente das máquinas. Ocorreu de um policial dizer que nenhum Vereador iria àquele lugar, mas este Vereador foi! Falamos que ficaríamos na frente das máquinas até eles chamarem a Assistente Social e o CRAS, para cadastrar o pessoal e ver quem realmente precisava de uma moradia, para depois tirar as pessoas de lá. Nesse momento, ligaram para o Sr. Ledir Porto para dizer que estávamos apoiando aquela invasão! Inclusive ele gritou com este Vereador pelo telefone, e lhe dissemos que ele estava sendo homem de gritar conosco pelo telefone, e que pessoalmente não seria. Pedimos que ele viesse conversar conosco pessoalmente! O Sr. Ledir chegou lá igual a uma "galinhazinha", para falar com este Vereador! O que estamos falando é verdade! Depois chegou a Assistente Social, o CRAS, que pegaram aquelas pessoas e as colocaram nas casinhas! Essas pessoas venderam suas

casinhas e ocuparam de novo, tanto em Morada da Barra quanto aí. Depois nos chamaram para ir lá defendê-las! Falamos, então, que não as defenderíamos mais, porque elas já haviam sido bem instaladas e estavam invadindo novamente!

Conforme esclarecido, a Grande Terra Vermelha é a região mais complexa de Vila Velha. É a última opção de moradia da cidade na opinião majoritária dos vilavelhenses embora possua 43.467 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), a urbanização da região seja crescente, exista banco, supermercado e posto de gasolina (GONÇALVES, G., 2012b) na região. Esta rejeição se deve à ausência do poder público, que se manifesta de diversas formas: tráfico de drogas, rivalidade entre os moradores dos bairros, saneamento básico precário, policiamento insuficiente, problemas graves de macrodrenagem, prática de caça pelos habitantes, presença de aglomerados subnormais, entre outros.

Entretanto, mesmo havendo conhecidos problemas graves, Rocon almeja emancipar a região administrativa 5. Pela quantidade de pessoas, o novo município terá de 15 a 17 vereadores e, devido à situação da grande Terra Vermelha, muitos o acusam de oportunismo político. Além do proposto município não conseguir arrecadação sustentável, a emancipação pode ser desastrosa para o restante de Vila Velha, por duas razões: o crescimento e a urbanização da atual região administrativa 5 e a instalação do porto de águas profundas.

Uma vez emancipado, existirá uma competição “hídrica” entre Vila Velha e o Grande Jucu, assim como ocorre eventualmente entre Vila Velha e Cariacica. Quando ocorreram as chuvas de dezembro, percebeu-se a disputa política afetando a abertura da comporta dos rios e de novos canais para dar vazão à água acumulada (apenas o canal de Guaranhuns possui três comportas para controlar a vazão e evitar o aumento do volume de água). Não por acaso, houve uma inundação do município de Cariacica sem que ocorresse chuva, supostamente pela abertura de um canal do Rio Jucu para o Rio Marinho no final de dezembro de 2013, objetivando diminuir as enchentes em Vila Velha (SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DE VILA VELHA, 2013a; G1, 2013e).

Com a emancipação, o comportamento dos futuros políticos do Grande Jucu pode não considerar a fragilidade ambiental do restante de Vila Velha, permitindo aterro

em áreas naturais da bacia de inundação do Rio Jucu para fomentar a especulação imobiliária e aumentar a arrecadação de IPTU. Caso isso venha a acontecer, Vila Velha perderia o controle da região e acarretaria maiores calamidades para os moradores das regiões administrativas 01, 02, 03 e 04 nos períodos de grandes chuvas.

O pior cenário ocorrerá se a emancipação vier em conjunto com a instalação do porto de águas profundas. Nesta circunstância, o porto irá impactar toda a atual região do município de Vila Velha, porém a arrecadação municipal das benfeitorias se limitará ao Grande Jucu. Não só, acelerará a urbanização da Grande Terra Vermelha e, mesmo que isso não expanda a ocupação do solo, irá promover aumento de densidade demográfica, verticalização das residências e maior despejo doméstico nos cursos d'água, além de assoreamento dos mesmos. De toda maneira, isso prejudicará as demais áreas do atual município de Vila Velha.

Talvez, no futuro breve, Valter Rocon não mais seja capaz de erguer essa bandeira, o que seria positivo para Vila Velha. O parlamentar sofreu uma queda expressiva de votos na sua reeleição e as lideranças da Grande Terra Vermelha estão insatisfeitas com a PMVV e a CMVV (figura 109 e 110), logo, terá problemas para conseguir um próximo mandato.

Rocon foi eleito, em 2008, com 3.040 votos. Reeleito, em 2012, por coeficiente partidário na coligação Frente Vila Velha Inovando para Melhor (PDT - DEM), recebendo 2.154 votos (1,01% dos votos), uma queda significativa em relação a 2008. Possui apenas o ensino médio completo. Com 60 anos (nascido em 01/10/1953), é natural de Santa Tereza/ES, e seu estado civil é casado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 15 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012k).



Figura 111 - Valter Rocon e Rodney Miranda em mutirão de limpeza. Ocorreu nos bairros Santa Paula I e II. Rocon está de chapéu.
Fonte: página do Facebook da PMVV.



Figura 112 - Marcello Costa, líder comunitário de Barramares, bairro da Grande Terra Vermelha, mostrando sua indignação com a atual administração pública. Este compartilhamento que fez mostra imagens da visita do prefeito aos Bairro Santa Paula I e II com Valter Rocon publicadas pela PMVV.

2.2.14 OSVALDO MATURANO

Oswaldo Maturano colaborou para a sanção da Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d). É especialista em gestão de trânsito e presidente do sindicato das autoescolas do ES (segundo mandato consecutivo no cargo). Morador do Ibes, ele chegou em Vila Velha ainda na infância. No bairro Alecrim foi onde começou sua carreira política ao se tornar presidente do movimento comunitário (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 16 nov. 2013).

Já compôs o secretariado da prefeitura como Secretário Municipal de Transporte e Trânsito. Hoje, no primeiro mandato, é um crítico da atual gestão executiva municipal. Em 05 de novembro de 2013, declarou (VILA VELHA, 2013a):

Vereador Arnaldinho, Vossa Excelência nos permite um aparte? Queremos fazer das palavras do Vereador Joel nossas palavras e também parabenizar o Vereador Duda da Barra, que é um lutador incansável pela saúde. Mas gostaríamos de lembrar que temos defasagem salarial em todas as categorias de funcionários da Prefeitura.

Juntamente com Arnaldinho Borgo, é o maior crítico da CESAN (VILA VELHA, 2013j, 2013m). Poucas informações ao seu respeito foram encontradas. Osvaldo Maturano foi eleito, por média, na coligação Por uma Vila Velha Segura e com Mais Saúde (PRB-PMDB), com 0,98% dos votos (2.112 votos). Elegeu-se pelo PMDB, mas hoje é membro do PROS. Com 41 anos (nascido em 13/09/1972), é formado em Direito. É microempresário do setor de educação para o trânsito, natural de Resplendor/MG e seu estado civil é casado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 16 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012l).

2.2.15 DUDA DA BARRA

Duda da Barra - alcunha de Elso Luis Nieiro - votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente. Também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d), criada e sancionada em quatro dias, sem participação popular (BERNARDES, 2013c). Ganhou popularidade quando se tornou presidente da Comunidade da Barra do Jucu, no período em que Jorge Anders era prefeito (VILA VELHA, 2013b).

Elso é o mais influente vereador da Barra do Jucu. Ele sempre cita o bairro em seus discursos, destacando ser morador do local há mais de meio século. Todavia, não se contenta ao bairro e, conforme as entrevistas, matérias jornalísticas e seus próprios discursos na CMMV indicaram, tenta angariar votos na Grande Terra Vermelha (VILA VELHA, 2013l, 2013n, 2013q, 2013r) o que o aproximou do vereador Valter Rocon (VILA VELHA, 2013a, 2013b, 2013c, 2013h, 2013j, 2013l, 2013k).

Ambos advogam pela construção do superporto em Vila Velha (COMETTI, 2014a) e, dos atuais vereadores, serão aqueles que mais se beneficiarão caso ocorra a emancipação do Grande Jucu (formado pela Grande Terra Vermelha, Barra do Jucu, Interlagos e Ponta da Fruta). Nieiro também é próximo do vereador Arnaldinho Borgo (VILA VELHA, 2013a, 2013l, 2013m, 2013n), cujo principal eleitorado são os moradores de Parque das Gaivotas, bairro próximo à Barra do Jucu, e de Neucimar Fraga, inclusive ajudando este em sua tentativa de reeleição em 2012 (figura 113).



Figura 113 - Duda da Barra e Neucimar Fraga durante campanha de Fraga para a reeleição em 2012. Fonte: página do *Facebook* de Neucimar Fraga, em 21 de outubro de 2012.

Duda é um bom orador e é o vereador que apresenta mais registros de discurso apresenta nas atas das sessões da atual legislatura CMVV. Nesta, é presidente da Comissão de Saúde e Saneamento Básico da CMVV (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 14 nov. 2013). Ele representa o PR na Casa, porém como possui baixa fidelidade partidária, logo pode se agremiar a outra sigla. Corroborando esta afirmação, também foi membro do PMDB, PSB, PPS, PSDB e PRTB (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 17 nov. 2013).

Duda da Barra foi eleito por média na coligação Avante Vila Velha (PRP – PR - PRTB) com 0,96% dos votos (3.201 votos). Possui apenas o ensino médio completo. Com 54 anos (nascido em 25/02/1959), é natural de Fundão/ES, e seu estado civil é divorciado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 17 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012m).

2.2.16 ARNALDINHO BORGIO

Arnaldo Borgo Filho, ou Arnaldinho Borgo, votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/ 2013 (VILA VELHA, 2013d). Apesar de jovem, é muito bem assessorado. É filho de Arnaldo Borgo, ex-vereador de Vila Velha e presidente do partido Solidariedade no Espírito Santo (VILA VELHA, 2013b). Ele mantém laços próximos com o atual prefeito (figuras 84). O jovem parlamentar não apresenta descrição pessoal no site da CMVV, o que não favorece a transparência, e mesmo tendo ocorrido contato com o gabinete do mesmo e troca de e-mails para aquisição de seu currículo político, nenhuma informação sobre o mesmo foi repassada.

Arnaldinho é favorável ao superporto em Vila Velha. Em 07 de novembro de 2013, na septuagésima sexta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, declarou (VILA VELHA, 2013k):

No final do ano passado, participamos de uma palestra do Diretor do Porto de Suape. Ele demonstrou que o Porto foi implantado em uma área bem mais rica ambientalmente do que a Região 05, lugar onde se pretende implantar o Superporto. O impacto ambiental do Porto de Suape foi pequeno, as condicionantes foram atendidas, e os pescadores que viviam naquela região hoje vivem bem melhor. Então, achamos que para a sobrevivência de Vila Velha o Porto é de suma importância! Portanto, temos que lutar para a vinda do Porto de Águas Profundas para Vila Velha, pois isso salvará nosso Município da falência.

Apesar dessa declaração, Borgo é ciente do processo de emancipação da região 05, iniciativa de Valter Rocon que foi amplamente divulgada na mídia, logo, não existe certeza se os impostos do porto servirão à Vila Velha; ou seja, a afirmação que faz a respeito do porto é uma falácia.

O vereador tem entre as suas bandeiras o cristianismo e o cuidado com o bairro Praia das Gaivotas. Os responsáveis pela sua eleição foram os moradores de Praia das Gaivotas, mas também eleitores das redondezas, como Guaranhuns, Jockey e Coqueiral de Itaparica. Ele é um defensor dos quiosques da Praia de Itaparica (VILA VELHA, 2013d), algo esperado, já que são próximos e frequentados pelos moradores desses citados bairros.

Outra bandeira erguida pelo vereador é o desconforto com a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN). Quase todos os vereadores pronunciam-se insatisfeitos com o serviço da CESAN, responsável pelo abastecimento de água da

cidade e o jovem parlamentar se destacou ao propor um decreto legislativo para suspensão das atividades da CESAN no município (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2014b). Seja por qualidades próprias ou por orientação de seu pai, aos poucos Arnaldinho vai se destacando.

Borgo é aparentemente aliado de Duda da Barra e os dois sempre demonstram sintonia e reciprocidade nos discursos das sessões da CMVV (VILA VELHA, 2013a, 2013k, 2013m, 2013m, 2013n). Ambos colaboraram na tentativa de reeleição de Neucimar Fraga. Tal como a foto sugere, Borgo também é um político carismático.



Figura 114 - Arnaldinho Borgo e Neucimar Fraga durante campanha de Fraga para a reeleição. Fonte: página do Facebook de Neucimar Fraga, em 17 de outubro de 2012.

O vereador foi eleito por coeficiente partidário pelo PMN, na coligação Vila Velha Sustentável (PMN - PV), com 0,94% dos votos (2.027 votos). Atualmente no Solidariedade, ele possui 29 anos (nascido em 20/09/2013) e concluiu o ensino superior. É Administrador, solteiro e natural de Vila Velha (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 18 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012n).

2.2.17 ZÉ NILTON

José Nilton Oliveira Santos, ou Zé Nilton, é o maior aliado dos protetores de Jacarenema na CMVV. Ele foi único vereador a votar contra o PL nº 035/2013 (VILA VELHA, 2013d). Ainda, criou um projeto de lei para instituição da Caminhada “Contorno de Jacarenema” (PL nº 2.397/13), um passeio anual em volta da unidade

de conservação que, provavelmente, fará parte do calendário oficial da cidade (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2013c).

Ele é membro do PT, partido repellido pela unanimidade política estadual, e talvez essa seja a razão do voto dissidente na votação do PL 035/2014 e da sua postura um pouco diferenciada quando comparado aos demais parlamentares. Além do posicionamento contrário ao PDM, Nilton não vê com bons olhos a instalação do porto de águas profundas em Vila Velha (VILA VELHA, 2014), critica a relação entre a PMVV e a empresa gestora do parquímetro município (VILA VELHA, 2014) e já fez fortes críticas contra a atual administração. Por exemplo, no dia 05 de dezembro de 2013, falou em sessão da CMVV (VILA VELHA, 2013a):

Precisamos corrigir alguns rumos em Vila Velha! Temos professores aposentados ganhando R\$ 800,00! Temos situação como a dos enfermeiros, que citaremos alguns pontos, complicadas: a hora de trabalho dos enfermeiros é a menor na região metropolitana. Vila Velha paga a menor hora de salário para os enfermeiros! Temos aqui a Lei 8080, que fala sobre a dedicação exclusiva desses Servidores e que garante a gratificação para os que tenham a dedicação exclusiva. Sabe qual o único município que não paga? Vila Velha.

Outro posicionamento do parlamentar que desconforta a atual gestão da PMVV é a sua relação com a classe trabalhista dos professores. Zé Nilton envolve-se com afinco na luta dos educadores por melhorias (VILA VELHA, 2013o), presidindo a comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e participando de passeatas promovidas pela categoria (figura 113). Além dessa comissão, é presidente da comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, uma postura típica dos membros do seu partido, que é o envolvimento na defesa dos grupos fragilizados.

Desde 1988 é envolvido em movimentos sindicais, quando assumiu a direção do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo. Também foi diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Presidiu a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias do Espírito Santo e, antes de eleito, Zé Nilton era o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores do Espírito Santo (CUT-ES), sindicato que mantém proximidade (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 19 nov. 2013).



Figura 115 - Zé Nilton compartilhando álbum mostrando sua participação no protesto dos professores
 Fonte: Facebook.

Devido a essas experiências, adquiriu muitos contatos e tornou-se um hábil orador capaz de incitar grupos. Apesar dessas vantagens, encontrará muita dificuldade para ser reeleito, pois seu partido encontra-se isolado. Fortalecendo essa presunção, os vereadores que não suportaram o PDM criado por Neucimar Fraga não conseguiram outros mandatos e o parlamentar desagradou muitas pessoas ao se posicionar contrário à tentativa de Rodney Miranda de estabelecer uma nova norma de uso e ocupação do solo.

José Nilton Oliveira Santos foi eleito em 2012, recebendo 1.792 votos (0,83% dos votos), pelo Partido dos Trabalhadores (não coligado). É bancário e economiário, formado em Ciências Sociais e especializado em História Política. Com 51 anos (nascido em 13/08/1962), é natural de Mucurici/ES, e seu estado civil é casado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 19 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012o).

2.2.18 BELO

Belarmino Belo Nunes, chamado de Belo ou de Berlamino, participou da criação de dois PDM sem o envolvimento da população. Ele votou a favor do PL nº 052, aprovado como Lei nº 5.155/2011, PDM considerado inconstitucional posteriormente e também votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d). Ou seja, ele é um desenvolvimentista e, por isso, está entre os piores vereadores para a conservação de Jacarenema, juntamente com Marco Rodrigues, Ivan Carlini, Almir Neres, João Artem, Rogério Cardoso, Valdir Neitzel, Valter Rocon e Duda da Barra¹⁰.

Belo é afiliado ao SDD, assim como Arnaldinho Borgo. Membro da Igreja Batista, frequenta a 1ª Igreja Batista em Vila Velha, localizada no centro da cidade. Pelo direcionamento das verbas a sua disposição, é possível supor que o centro da cidade concentra a maioria do seu eleitorado. Na CMVV, ele é presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Leis (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 20 nov. 2013).

Em relação ao meio ambiente, Belo criou o projeto Cata Moveis. Aprovado na legislatura anterior, apenas nesta foi colocado em prática. Graças a ele, os munícipes têm o apoio da prefeitura quando precisam descartar algum móvel ou eletrodoméstico de grande porte, podendo agendar um horário com a prefeitura para um caminhão coletar e promover o descarte (VILA VELHA, 2013l) (Figura 00).

A sua descrição na página da CMVV é muito curta e passa poucas informações ao seu respeito. Informa que Belo trabalhou como rodoviário durante 14 anos na empresa Praia Sol. Percebeu-se, após a observação do seu trabalho nas redes sociais, que a classe dos rodoviários é apoiadora do seu mandato.

¹⁰ O critério usado para essa afirmação é o apoio à criação de dois PDM sem o envolvimento da população.



Figura 116 - Caminhão do Cata Móveis.
Foto: Belarmino Nunes.

Em 2008, Belarmino obteve 2075 votos, sendo correligionário do PRB. Reeleito na coligação Avante Vila Velha (PP-PTC) por média, em 2012. Era membro do PTC e adquiriu 0,74% dos votos (1.609 votos). Possui ensino médio completo, é casado e natural de Vila Velha (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 21 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012p).

2.2.19 ANADELSON

Anadelso Pereira votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d). Foi candidato ao cargo de vereador em 2008, apresentando-se como “Anadelso da Garoto” (UOL NOTÍCIAS, 2008c), pois foi presidente da Cooperativa dos Usuários dos Serviços de Saúde Educação e Afins dos Empregados da Chocolates Garoto (Coopsaúde Garoto) (COOPSAÚDE GAROTO, acesso em 01 dez. 2013). Era membro do PSB à época e concorreu ao cargo pela coligação (Frente Compromisso Popular (PSDC/PSB)). Fracassou, adquirindo apenas a suplência (UOL NOTÍCIAS, 2008c).



Figura 117 - Vereador Anadelso no campo de treino de futebol da empresa Chocolates Garoto junto com o goleiro do time.

Talvez por sua participação na cooperativa, ajudou a fundar e hoje é membro da FRESCOOP, união cujo propósito principal é o fortalecimento do cooperativismo no município (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

Seu eleitorado concentra-se principalmente no bairro Garoto e Paul, mas também angaria votos em Ilha das Flores, Vila Garrido, Santa Rita e 1º de Maio. Quanto ao bairro Garoto, Pereira intercede pedindo atenção à Cesan aos reservatórios da empresa no bairro (VILA VELHA, 2013l):

A Cesan construiu dois reservatórios de água naquele bairro e abandonou o local com mais de um milhão de litros de água largados, sem ninguém tomar conta, com risco até de contaminação. A Cesan disse que tomará providências colocando um vigilante ou câmeras de videomonitoramento para os vândalos não promoverem bailes funk perto das caixas d'água e até prostituição, o que é uma vergonha para um bairro dentro de Vila Velha. Na área da Cesan acontece baile funk à noite, e ela não toma providências.

Quanto a Paul, Anadelso é próximo do atual presidente do centro comunitário do bairro, Paulo Cesar (VILA VELHA, 2013p), e luta, junto com o vereador Wedson, contra a instalação de tanques de gasolina no bairro - mais exatamente no morro do Atalaia - alegando perigo de explosão e risco à população (VILA VELHA, 2013h, 2013j). Contudo, possivelmente não seja com as ações nesses dois bairros que ele

esteja conseguindo maior popularidade, mas sim com a sua atuação em defesa dos consumidores.

Ele é presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Abastecimento de Vila Velha e, erguendo essa bandeira, conseguiu a sanção de um projeto de lei de sua autoria que obriga as lojas a fixarem dia e horário para a entrega de mercadorias compradas pelos consumidores de Vila Velha (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2013b).

É importante ressaltar que, embora com atuação discreta, o parlamentar requisita melhorias em bairros da Grande Terra Vermelha, logo, ambiciona os votos da população daquela região (VILA VELHA, 2013l).

O vereador conseguiu o mandato, em 2012, pelo PTN, através da coligação Por uma Vila Velha Livre e Leal (PTN - PPL). Conseguiu 0,69% dos votos (1.485 votos) e foi eleito por coeficiente partidário. Possui ensino médio completo e sua ocupação, antes de se tornar vereador, era operação de aparelhos de produção industrial. Natural de Colatina/ES, ele tem 48 anos (nascido em 08/02/1965) e é divorciado (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 22 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012q).

2.2.20 WEDSON

Wedson Boneli Moraes votou favorável ao PL nº 035/2013, que se tornou a Lei nº 5.441/2013 (VILA VELHA, 2013d). Está em seu primeiro mandato e foi o vereador eleito menos votado, possível razão da pouca quantidade de informação disponível sobre ele.

Reside no bairro Vila Garrido, onde começou seu envolvimento com a política e onde se concentra seu eleitorado. Também busca melhorias em bairros vizinhos, como Paul e Santa Rita (VILA VELHA, 2013n). Paul é área de atuação de Anadelso e Santa Rita é “território” de Almir Neres. Quanto aos dois, Wedson advoga junto a Anadelso contra a instalação de tanques de gasolina no Morro do Atalaia (VILA VELHA, 2013h, 2013j) e não apresenta projeto ou parceria com Almir, podendo até concorrer por eleitores em Santa Rita. Porém, não há rivalidade declarada entre nenhum parlamentar de Vila Velha.

Wedson foi eleito pelo PTN na coligação Por uma Vila Velha Livre e Leal (PTN – PPL), com 0,62% dos votos (1.345 votos). Formado em comunicação social, pós-graduado em Gestão Estratégica. Com 39 anos (nascido em 04/12/1974), natural de Vila Velha e seu estado civil é solteiro (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 23 nov. 2013; ELEIÇÕES 2012, 2012, 2012r).

EMPREENDIMENTOS

2.2.21 LUÍS GALVÊAS

José Luís Galvêas Loureiro o deseja a exploração do mercado imobiliário de Vila Velha, por isso pressiona para a manutenção do PDM feito por Rodney Miranda. Dotado de prestígio empresarial, político e social, é o maior empreendedor da construção civil do Espírito Santo e assim, como profissional, provavelmente são suas lentes de visão do mundo: busca todas as oportunidades para construir e expandir os seus negócios. Tem contatos, acesso a informações privilegiadas, possui dinheiro e é um hábil comunicador. É indiferente aos impactos das grandes edificações, como ele mesmo declarou em matéria exposta abaixo, e pela própria imagem para jornal em que aparece orgulhoso em frente a um quadro que mostra prédios de altura questionável sombreando a praia (figura 118).



Figura 118 - José Luís Galvêas e os prédios sombreando a praia.

Foto: Antônio Moreira

Luís Galvêas, como é mais conhecido, é o *chairman* e “rosto” da Galwan Construtora e Incorporadora e a sua apresentação não pode ser separada da empresa. Iniciada em 1981, a empresa adquiriu a atual razão social em 87, após a entrada de três sócios (GALWAN, acesso em 12 dez. 2013). Dados da empresa, segundo a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, acesso em 15 dez. 2013), e as mídias sociais:

Galwan Construtora e Incorporadora

S/A

CNPJ nº 31.705.692/0001-05

Abertura: 19/11/1987

Natureza: Sociedade Anônima Fechada (2054)

NIRE: 32300031706

Endereço: Rua Antônio Ataíde, Ed. Tropical Shopping, nº 823, 10º andar

Atividade: Construção de edifícios (4120400)

Twitter: https://twitter.com/Galwan_Oficial

Facebook: <https://www.facebook.com/GalwanConstrutora>



Figura 119: ícone da Galwan.

A Construtora e Incorporadora é uma das maiores empresas no ramo da indústria da construção civil no Brasil. As posições da Galwan nos últimos seis anos do Ranking ITC¹¹, das 100 Maiores da Construção do Brasil: 2012, 45ª maior empresa brasileira do ramo da construção civil; 2011, 46ª; 2010, 34ª; 2009, 26ª; 2008, 30ª; 2007, 16ª; 2006, 25º (RANKING ITC, acesso em 19 dez. 2013).

A empresa é uma sociedade anônima de capital fechado. Atua no ramo construtivo residencial, corporativo e hoteleiro. A gestão da empresa é feita por José Luís Galvêas Loureiro (diretor presidente), Exedito Ximenes (Diretor Administrativo

¹¹ ITC: Inteligência Empresarial da Construção. É uma organização que coleta e sistematiza dados sobre o desenvolvimento empresarial do ramo da indústria da construção civil. Há quase três décadas promove um ranking das empresas do ramo, o mais prestigiado do Brasil.

Financeiro) (120) Heberon Lacerda (Diretor Executivo) e Ailton Menini (121), e a DW Empreendimentos, do Grupo Carone, que investiu na empresa assim quando ela se tornou sociedade anônima (GAZETA ONLINE, 2010a).



Figura 120 - Expedito Ximenes recebendo o prêmio Marcas Ícones - Top of Mind - realizada pelo Ibope, a pedido da Rede Vitória/Record.

Figura 121 - Ailton Menini e Heberon Lacerda

Fonte: 120: Galwan; 121: Andrea Pena.

A empresa apresenta custo inferior em comparação com as demais construtoras e incorporadoras capixabas por trabalhar com condomínio fechado, também chamado de sistema cooperativo. Desta forma, a empresa não vende um produto, mas capta recurso de um grupo de investidores para executar um serviço, de custo previamente acordado, e obtém lucro administrando o recurso, que é aplicado na construção da edificação (GALWAN, 28 dez. 2013; PORTAL 2014, 2009).

Em 2005, expandiu sua área de atuação e começou a construir na cidade do Rio de Janeiro. Três anos mais tarde fez parceria com a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), terceiro maior fundo de pensão do país, que adquiriu 78% de um prédio corporativo lançado pela Galwan (GALWAN, acesso em 12 dez. 2013). A força empresarial da Galwan é notória e a construtora tem sido beneficiada com a Copa do Mundo. Parceira da rede hoteleira Accor no estado fluminense, conseguiram crédito na linha Procopa Turismo, do BNDES, específica para as cidades que sediarão jogos da Copa (PORTAL 2014, 2009; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2010) e estão com oito projetos em desenvolvimento.

Após construir quatro hotéis na capital fluminense - e em Botafogo, em Copabana, e dois no Centro da cidade, prevê entregar neste ano, 2014, quatro hotéis: um Mercure e um Ibis na Praia do Pepê (em fevereiro), um hotel Novotel em Sernambetiba (em maio) e um Ibis na Barra da Tijuca (em Junho). Em 2016, inaugurará um Ibis Budget em Copacabana e, para 2017, a previsão é entregar mais três hotéis: dois Ibis, Budget e Rouge, junto ao Shopping Nova América, em Del Castilho, e outro Ibis, em Copacabana (GALWAN, acesso em 27 dez. 2013).

Embora seja sucedida no Rio de Janeiro, possui um número maior de empreendimentos no Espírito Santo. No início de 2014, possuía 10 construções em atividade somente em Vila Velha (GALWAN, acesso em 27 dez. 2013), iniciadas antes do litígio do PDM, e provavelmente haveria outras caso as licenças de obras não estivessem sido suspensas. A Galwan gera empregos e aumenta arrecadação nos municípios em que atua, o que muito interessa aos administradores públicos eleitos.

A empresa é acusada de distribuir ou facilitar a compra de apartamentos para políticos e membros do judiciário (SAMORA, 2009), entretanto, não existem fatos que comprovem essa acusação. O citado condomínio na introdução, em Caracterização da Área e Atuais Problemas, é um empreendimento construído pela Galwan, chamado Mar Mediterrâneo, onde mora o atual prefeito de Vila Velha, Rodney Miranda, o atual vice-prefeito Rafael Favatto, o ex-prefeito Neucimar Fraga, e o ex-vereador José Camilo, que foi presidente da CMVV quando o PDM foi criado em 2007.

Não obstante, de acordo com o jornalista Nester Samora, a Galwan vendeu um apartamento, hoje avaliado em cerca de um milhão, pelo valor de uma quitinete ao desembargador Jorge Góes Coutinho, em um condomínio ao lado do Mar Mediterrâneo. O jornalista ainda expôs uma sociedade para compra de terrenos entre a construtora e os três filhos do Des. Adalto Dias Tristão, dos quais dois são advogados e possuem um escritório envolvido em atividades imobiliárias (FARIA, TRISTÃO E SUEIRO DE CARVALHO, acesso em 04 jan. 2014; SAMORA, 2009).

Independente se essas acusações são verdadeiras, é inquestionável a influência da Galwan. O Governo do Estado do Espírito Santo, através do Banco do Estado do

Espírito Santo (Banestes), fornece crédito especial aos investidores da empresa (REVISTA ES BRASIL, acesso em 03 jan. 2014). Um dos empreendimentos da Galwan em Vitória, o Residencial Jardins, é um bom exemplo de suas capacidades.

Em 2011, a Galwan conseguiu lançar o Residencial numa área de 15,4 mil metros quadrados, numa das últimas áreas disponíveis para a construção civil na capital e, possivelmente, a mais disputada. Cinco torres de 17 andares estão sendo construídas, ofertando 396 unidades imobiliárias, com 1254 vagas de garagens e mais de 70 itens de lazer, como campo de futebol, piscinas e quadras para práticas de esporte (GALWAN, acesso em 27 dez. 2013), localizadas ao lado do Cerimonial Le Buffet, o mais demandado do estado.

A força econômica não é desacompanhada de prestígio social. O *Facebook* da construtora exibia 21.063 curtidas no dia 09 de fevereiro de 2014. No mesmo dia, o portal de notícias online mais lido do estado, Gazeta Online, membro das Organizações Globo, possuía 205.505 curtidas. Os prédios residenciais que a incorporadora constrói são os mais desejados pelos capixabas. A Galwan adquire capital social doando parte da bilheteria da festa junina que promove anualmente para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil (Acacci) (GALWAN, 2013).

Apesar de todo prestígio, Galvêas foi prejudicado com a inconstitucionalidade dos 13 artigos do PDM, assim como todas as construtoras do município. Sobre isso, Galvêas declarou em reportagem (VITÓRIA NEWS, 2013):

o município sofreu tanto com a ausência de parâmetros para as obras como também com o desemprego e conseqüentemente o aumento da violência. Com a sanção da lei aprovada na Câmara de Vereadores pelo prefeito Rodney Miranda, projeto e obras serão retomados. O diretor-presidente da Galwan, José Luís Galvêas Loureiro, afirmou que o período que o setor da construção civil no município ficou com projetos parados foi prejudicial, porque provocou descontinuação de toda uma cadeia de produção de trabalho, que foi se arrastando até que os artigos foram substituídos. A paralisação chegou também aos escritórios de arquitetura e também interferiu no planejamento estratégico das empresas. Além disso, também deve ter havido prejuízo para a própria prefeitura com a interrupção da arrecadação de imposto de licença de obras. Ele lembrou que o sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil chegou a ir para a rua fazer protesto. "Isso tudo provocou um prejuízo muito grande para as empresas e socialmente é um prejuízo muito maior. A comunidade dos bairros mais carentes muitas vezes depende dos salários pagos pela construção civil e isso acaba repercutindo no aspecto da segurança. Desemprego gera desespero. Agora temos que trabalhar as conseqüências de toda a morosidade do processo. Se tivesse sido tratado imediatamente, as

consequências seriam menores”, ressaltou Galvêas Loureiro. “Com a ausência de lei, até as pequenas obras e reformas ficaram prejudicadas. Até para se instalar um pequeno ponto comercial no município não era possível, pois não podiam receber a licença. Essa correção do PDM aprovada em julho foi importante, pois gera um resultado rápido e atende essas obras menores que ficaram mais de um ano sem poder receber o licenciamento”, destacou. Na avaliação de Galvêas, a discussão da inconstitucionalidade do PDM foi que ele representou um retrocesso social e ambiental em relação à discussão anterior. “Do meu ponto de vista, não consigo enxergar em nenhum dos artigos cancelados como se tivesse retrocesso. Acho que houve um equívoco nesse aspecto. O que foi considerado inconstitucional está liberado em muitas cidades no Brasil inteiro, em pleno funcionamento. Sobre a elaboração do novo PDM, que começa a ser discutido em breve, ele afirmou que a cidade está bem estruturada em termos de pessoas que vão liderar esse processo. “Realmente Vila Velha conta hoje com um corpo técnico capaz de liderar um processo que possa desenvolver um PDM que não gere tantos conflitos, principalmente pela sua credibilidade. A legislação é dinâmica e precisa sempre ter correções, porque é complexa e muitos artigos interferem em outros da mesma lei. Para não haver prejuízo para trabalhadores e moradores da cidade, o novo projeto deve ser analisado sob ponto de vista da cidade como um todo”, avaliou.

A correção do PDM aprovada em julho e destacada por Galvêas trata-se do PDM elaborado por Rodney Miranda, questionado e considerado ilegal pela sociedade civil organizada e Ministério Público (BERNARDES, 2013b; FACHETTI, 2013a; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

Como exposto, Rodney é próximo de Paulo Hartung e seu mandato é utilizado pelo ex-governador para se manter em evidência (BESERRA, 2013; SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DE VILA VELHA, 2013b). Se todas as informações coletadas durante a pesquisa forem verdadeiras, uma influente construtora não poderia crescer sem “esbarrar” com o político responsável pela organização das finanças do estado e considerado por todos um dos mais influentes do Espírito Santo, se não o mais influente.

A pesquisa encontrou um possível impacto e problema para Jacarenema em relação à construtora. Em 2009, a Galwan lançou o Riviera Park, um loteamento rente ao limite oeste do Parque Natural Municipal de Jacarenema, em sua área de amortecimento (é um dos loteamentos citados na Introdução, em “Caracterização da área e atuais problemas: um retrato do presente”). O loteamento possui cerca de 370.000 m², totalizando 310 lotes de 650 m² em média, acolhendo, em previsão, 1.240 pessoas (ENVIRONLINK, 2010).

De acordo com as entrevistas, muita terra foi movimentada para aterro, uma pequena nascente foi represada para formação de um lago e o local, com cota altimétrica muito superior à média do Parque e da área de amortecimento antes da intervenção, possuía uma vegetação distinta, o que aumentava a biodiversidade da unidade de conservação. As chuvas de dezembro de 2013 ajudaram a evidenciar como o condomínio se insere entre a reserva e sua área de amortecimento (figura 120).



Figura 122 - Riviera Park. Empreendimento da Galwan e construção pela construtora Ápia. O loteamento ainda não recebeu licença para construção da prefeitura, possuindo apenas a divisão dos lotes e as vias de acessos pavimentadas.

Fonte: Galwan.

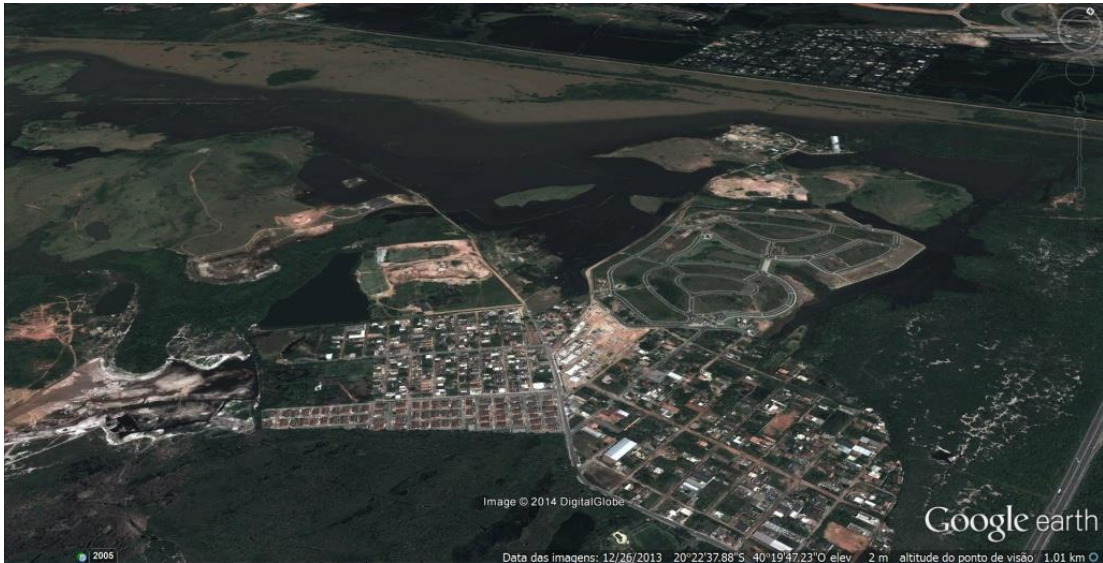


Figura 123 - Riviera Park visualizado pelo Google Earth durante as chuvas de dezembro de 2013. O loteamento quase ficou ilhado pelas chuvas em dezembro. Ao Norte dele, o empreendimento da Teixeira Holzmann, o segundo empreendimento limítrofe com o Parque.

Fonte: Google Earth.

O passivo do condomínio dificilmente será revertido. Contudo, o empreendimento não conseguiu a licença de operação, a última das licenças emitidas pelo município. O grande detalhamento de informações a respeito desse empreendimento foi possível por ser oriundo de um ator local.

2.2.22 TEIXEIRA HOLZMANN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A empresa Teixeira Holzmann é especializada na construção de loteamentos e condomínios horizontais. O Royal Park Jacarenema é um empreendimento dessa empresa paranaense (TEIXEIRA HOLZMANN, 2011) e ofertará cerca de 140 lotes na Estrada de Itapuera (BRIDI, 2012) (figura 121). O empreendimento é, assim como o Riviera Park, limítrofe com o Parque.



Figura 124 - Empreendimento da Teixeira Holzmann após as chuvas de dezembro de 2013. Ele se localiza exatamente ao norte do Riviera Park (onde estão as ruas pavimentadas da imagem), à direita da Estrada de Itapuera (que é a estrada central da imagem). Do lado esquerdo da pista encontra-se o bairro Itapuera da Barra, com poucas casas e um grande galpão instalado.

De acordo com os técnicos responsáveis pela aprovação do Royal Park Jacarenema, o projeto inicial do empreendimento direcionava os efluentes tratados para o antigo leito do Rio Jucu (o rio foi retificado há décadas), dentro da área da reserva, incompatível com a finalidade da mesma (BRASIL, 2000) (figura 122). A circunstância foi exposta no Parecer Técnico da Coordenação de Recursos Naturais, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Parecer Técnico nº 08/11) (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2011), e requisitado modificações, demonstrando insuficiência técnica dos projetistas ou descaso com os recursos naturais por parte da empreendedora.



Figura 125 - Área proposta para o descarte dos efluentes tratados das futuras casas do Royal Park Jacarenema. Extraída do Parecer Técnico 08/11 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Foto: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2011).

A empresa também requisitou à prefeitura a pavimentação da Estrada de Itapuera, cuja parte atravessa a porção oeste da reserva, pedido igualmente negado por ir de encontro com o propósito da unidade de conservação (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2010). Importante ressaltar a insistência desse pedido pela Seven Consultoria Ambiental Ltda, contratada pela Teixeira Holzmann, exibido no Parecer Técnico nº 56/10 da SEMMA/CRN.

A Seven Consultoria Ambiental Ltda reivindicou instalação de área verde dentro do Parque de Jacarenema, outro pedido negado no Parecer Técnico SEMMA/CRN Nº 59/10. A dita “área verde” seria uma modificação da unidade de conservação para a instalação de um lago.

Um grupo de trabalho do Conselho Gestor de Jacarenema foi criado para averiguação dos ecossistemas que seriam afetados caso o empreendimento fosse instalado e produziu um relatório, caracterizando os ambientes em questão (figuras 123, 124, 125 e 126).

As imagens e o conjunto das requisições efetuadas demonstram que, se todos os pedidos forem atendidos, o empreendimento iria modificar a paisagem, geraria passivo ambiental e desrespeitaria a legislação vigente. A empresa não demonstrou ter vínculo com os atores expostos nesse trabalho e as relações políticas locais. Ela aparentemente apenas encontrou um bom terreno e viu uma oportunidade de desenvolver seu trabalho.





Figuras 126 (A) e 127 (B) - Características da área do terreno do Royal Park Jacarenema.
 Figuras 128 (C) e 129 (D) - Aspecto da área requisita pela Teixeira Holzmann dentro do Parque para a escavação e formação de um lago em período chuvoso.
 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2011

2.2.23 ANTÔNIO CLAUDIO DINIZ DE OLIVEIRA SANTOS

O Green Village é um projeto de Antônio Claudio Diniz de Oliveira Santos, mais conhecido como Baducho. Ele almeja o desenvolvimento econômico e urbano de Vila Velha. O empreendedor mora em Miami e é membro da família Oliveira Santos, que é influente localmente. É sobrinho de Antônio José Domingues de Oliveira Santos, presidente da CNC - Confederação Nacional do Comércio, que está próximo de completar 34 anos no cargo (G1, 2008), detentor também das presidências do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e do SESC – Serviço Social do Comércio (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, acesso em 09 de jul. 2013).

Baducho é comumente citado nas colunas sociais de Vitórias quais sempre aparece junto a grandes empresários e políticos em eventos ou nos melhores restaurantes da capital (MIL E 4, 2013; REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA, acesso em: 24 jul. 2013; REVISTA CLASS, acesso em 24 jul. 2013; COSER, 2012). Dedicou-se ao comércio exterior desde 1990. Iniciou no ramo exportando mamão papaya e produtos alimentícios para o mercado americano, pela empresa Osix Comércio Exportação e Importação, até o ano de 2003. Concomitantemente a essa atividade, em 1995, abriu a Radex Importação e Exportação. Esta empresa atua, sobretudo, no setor energético (petróleo e novos tipos de energia) e no mercado imobiliário (residencial e comercial logístico) (SANTOS, A., acesso em 24 jul. 2013).

Em 2008 foi acusado de participar de um grupo envolvido de atividades ilícitas, entre elas: corrupção de servidores públicos, contabilidade fictícia, inserção de informações falsas em contratos de câmbios com vistas a promover evasão de divisas, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, entre outras (SILVA, 2008). O grupo era encabeçado pelo empresário capixaba Adriano Mariano Scopel, proprietário da TAG importação e exportação de veículos. Adriano é filho de Pedro Scopel, sócio da TAG e possuidor da concessão do terminal portuário de Teiú, na Baía de Vitória.

Os envolvidos subfaturavam automóveis de luxo, como Porsches, Lamborghinis e Ferraris (AULER, 2008a). Cerca de 190 veículos entraram de forma fraudulenta no Porto de Vitória, um valor aproximado de 21 milhões de reais, e sete milhões deixaram de ser arrecadados em impostos. A Operação Titanic, da polícia federal, prendeu 23 pessoas no Espírito Santo, Rondônia e São Paulo (O GLOBO, 2008).

Entre os presos estavam Ivo Cassol Júnior- filho de Ivo Cassol, que era governador à época-, Alessandro Cassol Zobot, primo de Ivo (AULER, 2008a), Mário Calixto Filho, ex-senador de Rondônia e atual suplente no Senado (AULER, 2008b), e Rogério Medeiros, filho de um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (ZANDONADI, 2008). Baducho foi considerado foragido por estar em Miami, porém logo seu mandado de prisão preventiva foi cancelado (AGÊNCIA ESTADO, 2008; SILVA, 2008).

Ele foi acusado de ter participado desse comércio ilegal e feito remessas ao exterior utilizando a TAG, sem a ciência do Banco Central. A sua antiga empresa de importação de granito e mármore capixaba, Brazilian Exotic Granite USA Corp, fechada em 2010, estaria envolvida (FLORIDA COMPANIES, acesso em 24 jul. 2013; ESTAÇÃO DA NOTÍCIA, 2008). Atualmente é presidente da Radex Importação Exportação (SANTOS, A., acesso em 24 jul. 2013).

Conforme exposto acima, Baducho é uma pessoa de muitos contatos e é financeiramente abastado. A faixa de terra litorânea entre o bairro Itapuã e a Foz do Rio Jucu foi adquirida pela família Oliveira Santos na década de 40 (para localização do bairro, ver figura 05). No passado, uma fazenda foi loteada e transformou-se nos bairros Coqueiral e Praia de Itaparica, além de outros ou parte de certos bairros

(SITE MORRO DO MORENO, 2010). A área do Green Village é resquício dessa aquisição.

O projeto do empreendimento não foi exposto oficialmente ao público nem ao conselho gestor da unidade de conservação, todavia, é imprescindível atenção a ele. A matéria “Condomínio com jeito de bairro” do jornal A Tribuna, de quatro de fevereiro de 2009, apresentou informações do empreendimento. Será dotado de posto de gasolina, escola, farmácia, faculdade, supermercado e nove mil unidades habitacionais, com o intuito de ser moradia de 21 mil pessoas (A TRIBUNA, 2009).

É o maior loteamento previsto para a região. Encontra-se situado na baixada de Guaranhuns, entre a Rodovia do Sol e a Rodovia Darly Santos. A matéria do jornal informou uma área de 990 mil m², o plano de manejo da unidade de conservação feito pela consultoria Envirolink outra dimensão, aproximadamente 500 mil m². O entorno do empreendimento compreende o bairro Pontal das Garças, o bairro Darly Santos, uma área da Universidade de Vila Velha, o bairro Araçás, o Shopping Barrasol, o terminal municipal de ônibus de Itaparica e a rodoviária da cidade (ENVIRONLINK, 2010).

O fundo do loteamento tem servidão sobre o Dique do Rio Jucu. O Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha menciona a região do Green Village. Na página 95 do Plano, no seu quarto projeto proposto, sobre a área do Jockey de Itaparica, o terreno do empreendimento é exibido com as separações das regiões de uso comercial e de uso residencial (figura 127). A área prevista se insere na bacia de inundação do Rio Jucu e o decreto nº 019/2014 a englobou (figura 130), proibindo a construção e a impermeabilização do solo no local (ESPÍRITO SANTO, 2014).



Figura 130 - Área do Green Village demonstrada no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha. A característica circular torna o Trevo de Barra do Jucu facilmente identificável na imagem. O contorno verde adjacente ao trevo é a área oriental de Jacarenema. Entre a Rodovia Darly Santos e a Rodovia do Sol, no canto inferior esquerdo, encontra-se uma área em azul do empreendimento, destinado para o comércio, e, junto a ela, uma área verde, onde serão construídas residências.

Fonte: ASEVILA, 2010.

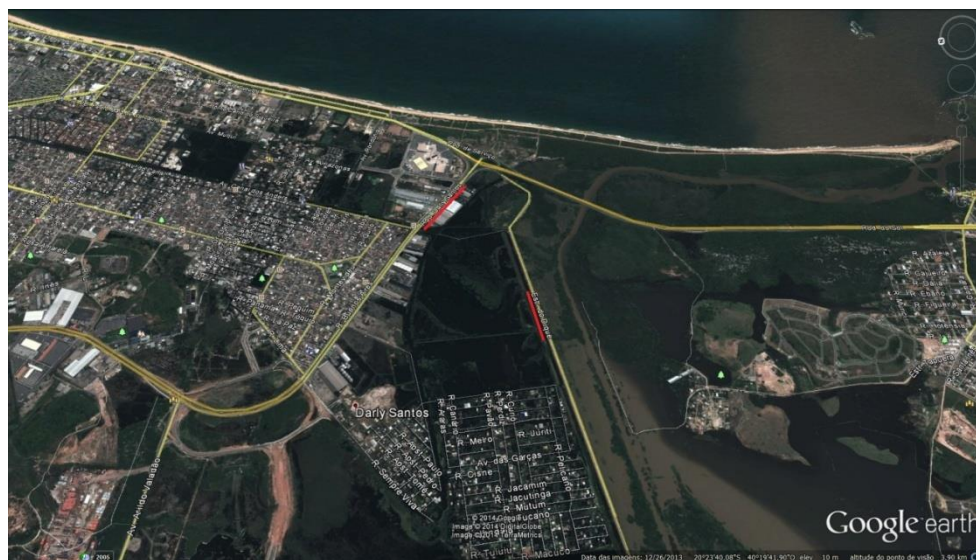


Figura 131 - Região do Green Village. As vias de acesso destacadas em vermelho são a Rodovia Darly Santos, à esquerda, e a Estrada do Dique, à direita. Entre elas e a Rodovia do Sol, na área escura, alagada e não urbanizada no centro da imagem, será realizado o loteamento.

Fonte: Google Earth.



Figura 132 - Vista aérea da área do Green Village após as chuvas de dezembro. Percebe-se a efetividade do Dique do Jucu. A inundação do rio, cuja água estava amarronzada, não atingiu o bairro Pontal das Garças, sendo oriundas das chuvas as  guas que submergiram o bairro. Percebe-se, além do dique, um gigantesco aterro represando as  guas, na parte inferior à esquerda da imagem.
Fonte: Naipesky (2013).

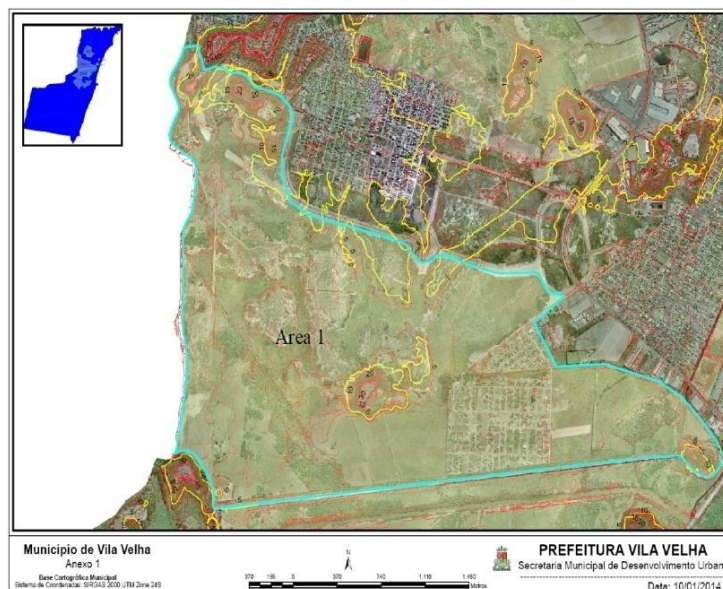


Figura 133 -  rea 01 do Decreto 019/2014. Green Village localiza-se em uma área considerada sensível ambiental.
Fonte: Espírito Santo (2014).

O loteamento foi aprovado no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (COMDEMA), no dia 26 de novembro de 2003. O IEMA liberou a

Licença Ambiental Prévia (nº 026/2008) em 28 de janeiro de 2008 (Processo nº 29271169). Em 02 de fevereiro de 2009, um mês após assumir a prefeitura, Neucimar Fraga aprovou o Green Village (ESPÍRITO SANTO, 2009).

3.24 OUTROS ATORES E EMPREENDIMENTOS

Existem outros empreendimentos ou passivos ambientais que chamaram a atenção na pesquisa e não foram possíveis de averiguação, tais como: o grande aterro exposto na figura 129, o loteamento da Chamon Empreendimentos, o loteamento da *Bauen Group*, a casa do ex-prefeito Vasco Alves e os 10 distritos industriais criados pela Lei nº 5.155/2011.

O grande aterro da figura 129 supostamente pertence ao grupo Perim e a imagem demonstrou como ele influencia na hidrografia do município. É interessante averiguar qual o propósito do empreendimento e descobrir como foi realizado o processo de licenciamento, pois a elevação do solo causou tamanho impacto, mas não se sabe, até o momento, mesmo entre os ambientalistas entrevistados, se houve ou não condicionantes e quais parâmetros foram utilizados para o licenciamento.

O loteamento da Chamon Empreendimentos pretende construir 40 casas à margem da unidade de conservação (terreno circundado em vermelho na figura 212). No terreno existe um curso de água que direciona água vinda dos bairros Santa Paula I e II, também de outros bairros da Grande Terra Vermelha, e serve como área de reprodução de guaiamun (*Cardisoma guanhumi*). O técnico de meio ambiente da Chamon afirmou, em apresentação ao Conselho de Jacarenema, que canalizarão o curso d'água. Além da supressão de uma área de reprodução dos animais em condição delicada de conservação, a canalização pode diminuir o fluxo de água e agravar os alagamentos nos bairros que dependem desse escoamento. O responsável da PMVV pelo processo de licenciamento não colocou restrição nenhuma ao empreendimento, tampouco apresentou o relatório necessário para apresentação da iniciativa aos conselheiros. O técnico de meio ambiente da Chamon apenas comprometeu-se a realizar educação ambiental àqueles que vierem

adquirir lotes no local, porém esta é uma medida não palpável e que não garante o bom relacionamento dos futuros moradores com a unidade de conservação.



Figura 134 e 135 - Empreendimento da Bauen. Figura 134 mostra o terreno do loteamento com o grande talude ao fundo (cerca de 14m de altura) e a área pavimentada do loteamento da Galwan, o Riviera Park. Figura 135 exhibe o terreno da Bauen logo após as chuvas de dezembro de 2013, mostrando estar fora da área de inundação do Rio Jucu. A linha vermelha indica sua maior extensão. O terreno é o restante de um morro, cuja maior parte foi extraída (originalmente o morro alcançava as residências à esquerda na imagem).

Fonte: 131: vereador Arnaldinho Borgo (com inclusão da seta); 132: *Google Earth*.

O loteamento do *Bauen Group* é uma exceção entre os empreendimentos locais. De acordo com a apresentação realizada ao Conselho de Jacarenema, a iniciativa é canadense e possui certificação Leed (*Leadership in Energy and Environmental Design*), apresentando tecnologia de ponta para edificações sustentáveis. O terreno do empreendimento é o resquício de um morro, uma extremidade, que sofrerá erosão caso não ocorra intervenção. Possui um talude com cerca de 14m de altura, resultado de extração de mais de 60% da composição original da elevação. O terreno e sua via de acesso não se encontram dentro da bacia de inundação do Rio Jucu. Localiza-se logo após os bairros Santa Paula e próximo a residências.

A casa do ex-prefeito Vasco Alves é maior supressão vegetal ocorrida em Jacarenema até o momento. O terreno de sua residência encontra-se dentro da área da reserva e é a única infraestrutura dessa natureza no seu interior (figura 133).



Figura 136 - Terreno que a Chamon Empreendimentos pretende lotear e a casa do ex-prefeito Vasco Alves. Parte sul da área sul do Parque Natural Municipal de Jacarenema delimitada em amarelo. Circundado em vermelho, terreno que a Chamon Empreendimentos pretende lotear com 40 casas. Dentro da área da unidade de conservação há uma área desmatada: é uma casa do ex-prefeito Vasco Alves e a maior degradação ocorrida à vegetação do Parque até o presente.

E, por último, a criação dos 10 distritos industriais pela derrubada Lei nº 5.155/2011. A alteração da ocupação do solo nessas 10 áreas pode ter sido motivada por pessoas que se beneficiariam com tal fato; por isso é importante descobrir quem são os proprietários dos terrenos e averiguar se existe uma relação entre eles e a classe empresarial e política do município.

2.3 Processo Social – *Framework*

Participantes
(principais)

Governo do Estado do Espírito Santo

Paulo Hartung e Renato Casagrande

Prefeitura

Max Filho, Neucimar Fraga e Rodney Miranda

Parlamentares

Marcos Rodrigues (PP), Ivan Carlini (DEM), Almir Neres (PSD), Joel Rangel (PSB), João Artem (PSB), Rogério Cardoso (PSDB), Andinho (PMDB), Ricardo Chiabai (PPS), Valdir Neitzel (PTdoB), Valter Rocon (PDT), Osvaldo Maturano (PROS), Duda da Barra (PP), Arnaldinho Borgo (SDD), Belo (SDD), Anadelso (PTN), Wedson (PTN) e Zé Nilton (PT).

Construção civil

Luis Galveas, Teixeira Holzmann, Antônio Claudio Diniz de Oliveira Santos, Chamon Empreendimentos, *Bauen Group* e outras empresas.

Organizações Não-Governamentais

INJAPA, Sociedade Sinha Laurinha, MOVIVE, AMABARRA, Associação de Moradores da Praia da Costa, e outras instituições.

Perspectivas**Políticos**

Todos os políticos almejam que a cidade cresça sem a participação da população, salvo Max Filho e Zé Nilton, talvez também Hartung. Eles esperam a exploração máxima da indústria da construção civil no município, mesmo que isso diminua a qualidade de vida dos moradores. Como os demais políticos brasileiros, o discurso é cristão, no caso com predominância evangélica, e foca nas questões de segurança, saúde e educação. As atitudes em prol do crescimento da cidade são tomadas para cumprimento de um plano estadual de desenvolvimento, contudo, as medidas tomadas pelos representantes eleitos extrapolam o exigido pelo plano.

Empresariado

Os empresários almejam o crescimento de Vila Velha. Os do ramo da construção civil, inclusive os não citados no trabalho, aguardam fim do impasse do PDM para promoverem especulação imobiliária. Os citados empreendem nas margens do parque.

Organizações Não-Governamentais

Demandam um desenvolvimento da cidade com participação democrática, visando amenizar os problemas dos alagamentos. Não concordam com a atual proposta política para cidade. Argumentam que a sensibilidade ambiental local não as comporta.

Circunstâncias**Dimensão geográfica e ecológica**

O conflito ocorre no Parque Municipal Natural de Jacarenema e a respectiva área de amortecimento, esta predominantemente rural, com baixa densidade populacional, salvo no litoral e num aglomerado subnormal existente. A região é alvo de grandes projetos políticos - porto, indústrias, aeroporto de cargas - e imobiliários, sendo a unidade de conservação uma limitação para essas propostas.

Dimensão temporal

O conflito iniciou-se em 30 de agosto de 2006, após o ex-prefeito

de Vila Velha entregar um Projeto de Lei, criado de acordo com a norma, sobre o uso e a ocupação do solo de Vila Velha. Os vereadores alteraram ilegalmente o PL e ele entrou em litígio, perdurando até o presente momento e ameaçando a existência de Jacarenema.

Institucionalização

O executivo municipal e estadual e o legislativo municipal agem centralizados e em sinergia buscando o crescimento da cidade, atendendo às organizações empresariais e interesses próprios, ao ponto de afrontarem o procedimento legislativo e os princípios democráticos para formulação do PDM. Há apenas uma pífia resistência parlamentar, promovida pelo Partido dos Trabalhadores. O judiciário atua como maior barreira para esses interesses, através do MPES e o TJES.

Crises

Ocorrem claras violações dos princípios democráticos, há falta de representatividade política e a sociedade civil organizada foi alijada dos seus espaços usuais ou dos efeitos desses, estando, no momento, em conflito com o poder público instituído.

Apreço

Políticos

Embora eticamente condenados, são respeitados, talvez pelo poder que possuem, e, ainda, têm afeição com a população. O alto escalão político, praticamente em uníssono, utiliza seu poder para manter a classe política coesa e rechaçam com facilidade os poucos reacionários.

Construção Civil

As construtoras e os empreendedores têm poder e respeito, que se amplifica por estarem inseridas nas bem estruturadas organizações empresariais estadual e municipal. Possuem riqueza e conhecimento dos demais atores. Alguns empreendedores gozam de boa saúde, física e mental, possuindo até hábeis habilidades de comunicação e, não obstante, conquistaram a afeição de parte da população vila-velhense. Os demais empresários não são considerados no conflito.

Sociedade Civil Organizada

As entidades possuem retitude, e respeito e afeição da população. Há alguns empreendedores sociais dotados de impressionante determinação, outros de destacáveis qualidades técnicas.

Estratégias	O poder constituído é diplomático e utiliza estratégias ideológicas para a atração da população através dos discursos políticos, jornais e quase todos os meios de comunicação disponíveis. Os ecologistas utilizam os meios formais - os conselhos gestores, apoio ao MPES, Ações Civas Públicas. Aos poucos estes começam a utilizar a mídia para propagar suas ideologias.
Resultado	A malha urbana continua crescendo sem participação social, mesmo afrontando a lei e tendo bloqueios e retardos pelo poder judiciário.
Efeitos	Devido ao processo social não promover a comunicação entre os ambientalistas e a população, e o convencimento da mesma a respeito da sensibilidade ambiental, a cidade continua se expandindo e as classes política e empresarial seguem aumentando os seus capitais políticos e econômicos.

3 PROCESSO DE DECISÃO

Conforme exposto na contextualização do Processo Social, a reconciliação de conflitos não acontece. A partir de determinado momento o processo de formação das políticas no município deixou de ser participativo e as decisões foram dominadas pelos detentores do poder e suas respectivas camarilhas. Inclusive atuais líderes comunitários afirmam seres ignorados pela prefeitura. De fato, **não existe envolvimento da sociedade na formação das regulamentações ou políticas, apenas a classe política vigente, muito coesa, realiza as decisões entre si, atendendo o interesse dos grupos empresariais.**

Os planos de desenvolvimento do estado - principalmente o ES 2025 - reúnem as projeções do futuro que interessam aos “homens de negócio”. Isso permite a inteligência empresarial¹² inventar possíveis políticas para a construção ou fortalecimento dos arranjos produtivos¹³ de interesse e avalia-las para melhor serem

¹² Inteligência empresarial: refere-se ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte a gestão de negócios, permitindo planejamento.

¹³ Arranjo Produtivo ou Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se por um aglomerado significativo de empreendimentos em determinado território e indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilham formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas.

bem-sucedidas nas diferentes circunstâncias econômicas que porventura possam ocorrer. Como as principais lideranças empresariais se agregam no grupo Espírito em Ação, elas conseguem, através da concentração e uso do poder econômico, influenciar a classe política e todos os demais grupos do estado.

Ao influenciar os grupos políticos, o Espírito Santo em Ação direciona o processo de ocupação e uso do solo do município de Vila Velha. A organização tem apoio da ASEVILA, outro grupo de pressão empresarial, que atua em nível municipal, julgada por muitos como “braço direito” ou “instrumento” da instituição maior. A ASEVILA elabora, junto com a prefeitura, as políticas para o desenvolvimento de Vila Velha, cuja execução depende das secretarias da prefeitura.

As secretarias municipais estão divididas entre diferentes partidos. A liberação de empreendimentos no município exige a anuência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Obras, e da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMAM), então o poder para a licenciamento relativo à ocupação do solo encontra-se fragmentado. As secretarias são capazes de dificultar ou facilitar a participação dos empreendedores e dos interessados nas informações a respeito da região administrativa cinco. Por exemplo, a SEMMAM é responsável pela gestão do conselho de Jacarenema e não há convocação formal de todos os ambientalistas para as reuniões do conselho desde a última nomeação dos membros. Os ambientalistas acabam sendo prejudicados. Detentores da minoria dos votos, não ocupam todas as suas cadeiras nas reuniões, pois a prefeitura não cumpre com suas obrigações, o que favorece a má gestão do Parque e pode agradar certos indivíduos interessados na exploração da região administrativa cinco.

Os loteamentos de imóveis na área de amortecimento da unidade de conservação são considerados impactantes e necessitam de três licenças da Semmam: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. A licença prévia é concedida na fase preliminar do projeto. A primeira licença significa a aceitação do projeto - localização, dimensão, viabilidade ambiental, etc, e, para tanto, exige apresentação do mesmo ao Conselho Gestor de Jacarenema, onde os membros fazem suas considerações, dando ou não anuência, de forma a expressar sua característica política (VILA VELHA, 2011f). O conselho não é deliberativo.

De acordo com a formalidade e acordado nas reuniões do conselho, assim que o empreendedor protocola o projeto na prefeitura, os técnicos devem analisar e produzir um relatório, compreendendo diagnóstico, impactos do empreendimento e sugestão de medidas mitigadoras. Com este relatório finalizado, o empreendedor vai ao conselho apresentar o projeto aos conselheiros e, no mesmo dia, os técnicos devem expor o respectivo entendimento dele para os membros apreciarem.

Desta maneira, o empreendedor não se relaciona diretamente com o conselho gestor. Os conselheiros, ao menos os também membros de entidades ambientalistas, emitem suas opiniões aos técnicos e cobram adequações nos projetos ao poder público, ou mesmo mostram-se completamente contrários à instalação de certos empreendimentos, como é o caso do Green Village, devido, na opinião desses conselheiros, a excessiva impermeabilização do solo e impacto na rede coletora que ele promoverá. Entretanto, não é isso que ocorre.

Atualmente os técnicos vão ao conselho e emitem uma opinião superficial sobre os empreendimentos, sem apresentação de documento escrito, e os conselheiros ficam sem material para embasar suas opiniões. Normalmente isso resulta em desentendimento e os empreendedores ficam prejudicados, pois parte do conselho não aceita a apresentação do projeto e o procedimento de licenciamento começa a ficar moroso. A ausência do poder público cumprindo o seu papel no conselho resulta em conflito entre os ambientalistas e os empreendedores.

Percebe-se que a participação social e democrática é insatisfatória em todas as etapas do processo de decisão envolvendo Jacarenema. Faz-se necessário a inserção de novos atores nos processos decisórios antes de se efetuar um planejamento de atuação nos mesmos. Não há avanço nos diálogos e tampouco abertura para militantes, restando o embate para a inserção da sociedade nos locais que a cabem. O poder público demonstrou recuar quando a sociedade se organiza e pressiona, quiçá isso seja necessário para o retorno da participação democrática na formulação das políticas do município. O mapa abaixo (figura 134) resume e demonstra como as diferentes forças atuam em Jacarenema:

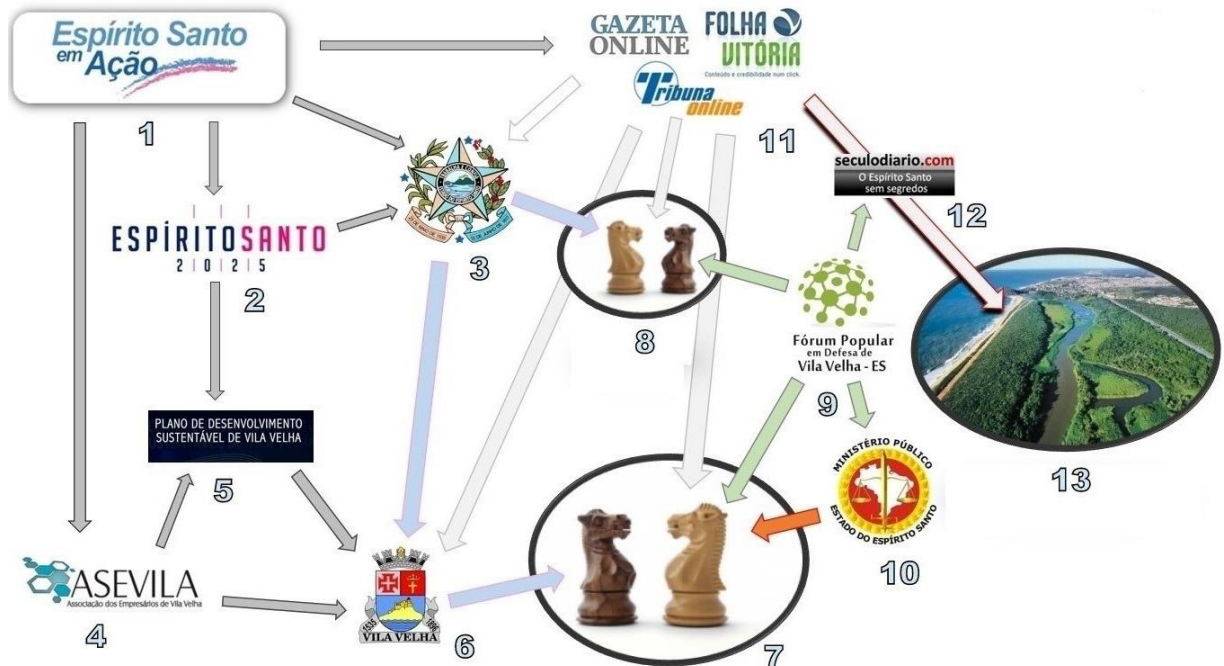


Figura 137 - Mapa das forças atuantes em Jacarenema:

1 - Espírito Santo em Ação. Organização empresarial, é o grupo de pressão mais influente na esfera estadual. Em junho de 2006 essa organização cooperou com o (3) Governo para a criação de (2) documento com as diretrizes para as políticas públicas estaduais até o ano 2025. Devido ao seu poder econômico, é capaz de pressionar todos os atores da arena política, direta ou indiretamente.

2 - Plano Espírito Santo 2025. Documento com diretrizes para o desenvolvimento do estado até o ano de 2025, de autoria do (3) Governo Estadual, que atende os anseios do (1) Espírito Santo em Ação.

3 - Governo do Estado do Espírito Santo. O Poder Executivo Estadual atende às demandas empresariais através da execução do (2) ES 2025. É coagido pelo poder econômico do (1) Espírito Santo em Ação e também, como qualquer poder público, é pressionado pela (11) grande mídia.

4 - ASEVILA – Associação de Empresários de Vila Velha. É um grupo de pressão político influente na esfera municipal. É influenciada pelo (1) Espírito Santo em Ação. A organização criou em conjunto com a prefeitura o (5) PDSVV, lançado em 18 de março de 2010, um plano de propostas para as políticas públicas municipais.

5 - Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha. Documento com propostas para o desenvolvimento do município, de autoria da Prefeitura, que atende todos os anseios da (4) ASEVILA e do (2) Espírito Santo 2025.

6 - Prefeitura Municipal de Vila Velha. O Poder Executivo Municipal atende às demandas empresariais da (4) ASEVILA através da execução do (5) PDSVV. O (1) Espírito Santo em Ação, através de seu poder econômico, consegue coagir os (3) governadores em exercício para pressionarem a prefeitura.

7 - Conflito na esfera municipal. Em Vila Velha ocorrem alterações indevidas do PDM para atender as pressões econômicas, havendo inclusive flexibilização legal para além disso, e que colocam Jacarenema em risco. Essas pressões surgem da (6) PMVV e da CMVV. A primeira é responsável pela produção do PDM e a segunda pela aprovação do mesmo. (9) O Fórum Popular em Defesa de Vila Velha – ES agrega a sociedade civil organizada e combate as alterações ilegais da lei e as tentativas de criação de um PDM sem a participação social. (10) O Ministério Público utiliza das ferramentas legais disponíveis para invalidação judicial das transgressões.

8 - Conflito na esfera estadual. A (9) sociedade civil organizada acusou o Governo Estadual, no comando de Renato Casagrande, de conivência com as transgressões que ocorrem na lei do PDM,

protestando contra a tentativa do mesmo de alterar a situação legal da unidade de conservação – logo após um PDM confuso, que permitia a construção de edifícios em Jacarenema, ter sido aprovado ilegalmente.

9 - Fórum Popular em Defesa de Vila Velha. Composto pelas entidades da sociedade civil organizada que atuam contra as transgressões legais e o desenvolvimentismo¹⁴. O Fórum é a barreira que impede o setor da construção civil explorar comercialmente a área de (13) Jacarenema e sua zona de amortecimento. Ele atua na (7) esfera municipal e na (8) esfera estadual. O Fórum provoca e colabora com o (10) MPES para evitar um PDM não democrático e tem apoio do jornal *online* (12) Século Diário.

10 - Ministério Público do Espírito Santo. O MPES atende às solicitações do (9) Fórum Popular em Defesa de Vila Velha - ES e consegue a invalidação dos PDMs criados sem a participação social.

11 - Grande mídia. A mídia é capaz de pressionar todo o (3 e 6) poder público e detém o domínio da divulgação de informações sobre o conflito (7 e 8). A mídia sofre influência do (1) Espírito Santo em Ação, (1) que através dela possui mais uma maneira de pressionar pelo que almeja.

12 - Século Diário. É um jornal *online* que faz a cobertura completa do conflito. Contudo, seu público é muito restrito e incapaz de influenciar nas políticas públicas municipais. No contexto, ele atuaria na guerra da comunicação como um bloqueio aos excessivos interesses empresariais, porém é pequeno demais e a (11) grande mídia consegue atingir Jacarenema de forma contrária aos interesses da sociedade civil organizada.

13 - Parque Natural Municipal de Jacarenema. A área da unidade de conservação é objeto de desejo de parte da indústria da construção civil. Sua zona de amortecimento possui com grande valor para a especulação imobiliária e é almejada para a expansão da metrópole e a instalação dos projetos logísticos do estado.

3.1 Processo Decisório – *Framework*

Inteligência A inteligência do poder constituído provém dos projetos e planos para o desenvolvimento do município criados pelas organizações empresariais. Os abusos cometidos são facilmente observados e acompanhados pelos ambientalistas e utilizados por eles como base para as suas ações. O maior difusor dos excessos é o acompanhamento jornalístico do jornal Século Diário.

Promoção **Classe empresarial**

O empresariado, através das suas decisões tomadas em conjunto e poder econômico, consegue fazer com que a classe política atenda seus interesses.

Classe política

Utiliza seus partidos e correligionários, nas posições que dominam, para fazer as instituições públicas atenderem seus interesses.

Poder constituído (Classes empresarial e política)

¹⁴ Desenvolvimentismo: a industrialização e a criação de infraestrutura acelerada promovida pela ação do Estado, desconsiderando as questões socioambientais.

Não promovem mobilização social para suportarem suas decisões. Porém, assim que ocorrem, surgem os conflitos com os ambientalistas e o judiciário, e, para conseguir apoio popular, utilizam-se da mídia para conseguir apoio da população.

Protetores de Jacarenema

Utilizam os conselhos gestores e audiências públicas. Há pouco começaram a ampliar seu relacionamento com a mídia.

- Prescrição** As normas referentes à Jacarenema e à ocupação do solo do município ocorrem de forma unilateral, sem envolvimento da sociedade, promovida pelo executivo e legislativo municipal. Não há esclarecimento e articulação dos objetivos e das normas da comunidade.
- Invocação** A invocação das prescrições geradas unilateralmente pelo poder público não é conveniente, racional, confiável e efetiva, resultando em invalidação das leis. A invocação não promove alterações no funcionamento dos órgãos públicos, apenas a liberação mais abrangente de licenças para a indústria da construção civil, em novas áreas e com coeficientes de aproveitamento mais amplos.
- Aplicação** Uma vez que as normas municipais violam o ordenamento legal, não são racionais e logo perdem efetividade.
- Avaliação** O resultado do processo decisório não é realístico e atende apenas o poder constituído. As políticas não atendem os objetivos da comunidade e resultam em conflito.
- Conclusão** As prescrições são repelidas e a classe política repete a tentativa de invocá-las, com intuito de aplicar interesses criados por um pequeno núcleo que decide as políticas de Vila Velha.

4 ORIENTAÇÃO DO PROBLEMA

É a parte do trabalho destinada à compreensão do conflito. Muitas vezes se opta por soluções sem antes identificar, analisar e compreender todos os problemas e/ou forças que compõem o conflito. Este capítulo do trabalho é dedicado aos problemas, de forma a evitar sugestões superficiais e destoantes da realidade de Jacarenema,

permitindo a proposta de alternativas plausíveis e eficientes para a conservação do Parque.

4.1 ESCLARECIMENTO DOS OBJETIVOS

O objetivo inicial, de completa preservação da unidade de conservação e sua respectiva área de amortecimento, é inviável. Após a revisão do estado do Parque reserva, identificação dos atores, estudo das relações políticas e de poder e averiguação da maneira como as decisões relacionadas aos recursos naturais são tomadas, a visão a respeito do problema se alterou: a conclusão é que não é possível a proteção integral de Jacarenema e da sua zona de amortecimento.

O Parque Natural Municipal de Jacarenema e a sua respectiva área de amortecimento sofreram consideráveis alterações e os atores envolvidos em sua proteção estão à margem dos processos decisórios. A Grande Terra Vermelha expandiu-se para dentro da área da inundação do Rio Jucu e bairros estão condenados a inundações periódicas, em uma dimensão habitacional impossível de remoção. A realocação dos moradores desses bairros para locais livres de inundação e alagamentos seria simbólica, porque fortaleceria o entendimento de que o Parque e a sua zona de amortecimento possuem áreas inóspitas para moradia e que devem ser mantidas livres de ocupação.

Em 2009, o Governo do Estado do Espírito Santo prontificou-se a doar moradias em Terra Vermelha para os habitantes de Pontal das Garças, oferta negada pelos moradores (GAZETA ONLINE, 2009). Na contramão desse pensamento, a última gestão da PMVV liberou as licenças ambientais para a instalação de empresas e terraplanagem sem informar a localização delas (VILA VELHA, 2011g) e a atual administração permitiu a realização de aterros em Pontal, inclusive em 2013 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, 2014). Pouquíssimas invasões de terra foram desfeitas e nenhuma ocupação de solo de maneira indevida promovida pelo poder público foi solucionada até o presente, de forma que a postura assumida por essas gestões é negativa para conservação de Jacarenema.

A proposta do porto de águas profundas pode motivar mais invasões e agravar o problema dos alagamentos, tanto na Grande Terra Vermelha, quanto no resto do município. Para a instalação do porto será necessário grande contingente de trabalhadores. Dado que não existe mão de obra qualificada na região e a construção tem duração prevista de sete anos (TRIBUNA ONLINE, 2014), isso atrairá muitas pessoas. Poucas áreas limítrofes à malha urbana na Grande Terra Vermelha não alagam e até alguns dos mais antigos bairros da região, que no passado não alagavam, agora começam a registrar alagamentos, tornando complexa a recepção de novos moradores.

O aumento populacional da região administrativa cinco, conseqüentemente, diminuirá a extensão de solo disponível para absorção de águas na bacia de inundação do Rio Jucu. O dique e o grande aterro ao sul dele impedem que o rio inunde a área mais urbanizada do Município, mas ele afeta toda a hidrografia de Vila Velha. O Jucu é ligado ao Rio Marinho e ao Canal de Guaranhuns e nos momentos de enchente prejudica a vazão deles, além de saturar a infiltração de água no solo nas áreas adjacentes a ele e a esses corpos d'água (DEINA, 2013).

A conexão entre o Jucu e o Rio Marinho não se limita a questão hídrica e pode contribuir para a ocupação irregular do solo. Conforme ressaltado na figura 11, o Rio Marinho é ligado ao Rio Formate e as habitações presentes às margens deste avançam lentamente em direção daquele, havendo necessidade de interrompê-las. Elas são totalmente suscetíveis aos desastres e avançam para o Jucu. Quanto mais aterrado e impermeabilizado o solo na região administrativa cinco, mais degradada a zona de amortecimento do parque e também pior a qualidade de vida de toda a Vila Velha. Portanto, a ocupação da região administrativa cinco deve ser detalhadamente organizada e limitada.

A expansão urbana desordenada também limita o discurso dos protetores do Parque, pois impede a aquisição de informações novas, algo a que poucos se atentam. Tal limitação decorre do aumento da violência promovido pelas favelas, que inibe a presença dos pesquisadores na região - uma das principais razões de ausência de artigos científicos sobre Jacarenema e o entorno, incluindo o baixo Jucu. Como resultado, as informações necessárias para argumentação em defesa

da unidade de conservação estão dispersas e fora de materiais verossímeis, salvo os relatórios criados para os planos de manejo ou os próprios planos.

É necessária a produção de mais material fidedigno e as ações impetradas pelo Ministério Público contra as alterações abusivas do PDM são bons exemplos disso. Elas tiveram como maior fonte os jornais (ESPÍRITO SANTO, 2013b). As matérias jornalísticas utilizadas, assim como todas as demais sobre o tema, não apresentavam certas informações importantes, como os animais carismáticos ou em condição de conservação mais vulnerável. Além disso, não explicavam a delicada relação entre os alagamentos e o Parque, entre outras informações que poderiam embasar melhor os promotores. Por outro lado, as matérias a respeito de perdas econômicas devido ao litígio do PDM são bem organizadas de forma que, quase sempre, incluem o número de empreendimentos prejudicados e os postos de trabalhos perdidos, muito mais persuasivas e frequentes do que os textos na mídia a respeito de Jacarenema.

A melhor informação produzida deve ser compilada com o material existente e compartilhada entre os envolvidos, dado que a questão é complexa e, até mesmo entre os ambientalistas, muitas vezes falta a compreensão necessária. Um material escrito e de fácil compreensão deve ser produzido para os jornalistas embasarem suas matérias e para os promotores compreenderem os efeitos do desrespeito à fragilidade ambiental do município. Contudo, apenas repassar informação a esses profissionais não é suficiente, por duas questões: o interesse dos jornais e, porventura, de certos promotores.

Os jornais de maior público dão pouca atenção para Jacarenema, possivelmente pelo empresariado estar coeso e parte dele interessado na exploração imobiliária da reserva e seu entorno. Por um curto período permitiu-se a construção de prédios numa simbólica unidade de conservação e a cobertura da mídia foi pequena, considerando todos os jornais em circulação. Poucos habitantes da Grande Vitória sabem desse fato. Talvez não fosse a mobilização da sociedade civil organizada, não haveria matérias destacando a descaracterização do Parque nos jornais de grande circulação. Deve-se repensar como provocar os jornalistas para eles abraçarem a questão e identificar quais deles se interessam em produzir matérias sobre esse tema.

A cobertura da mídia não significa proteção da unidade de conservação, porquanto a circunstância de considerável número da população é grave. O déficit habitacional da cidade é grande e deve-se reconhecer que as condições de muitos não lhes permitem se importarem com Jacarenema, a menos que eles saibam como a existência de Jacarenema colabora para amenizar, e até mesmo impedir em certo grau, os alagamentos das suas ruas e a invasão da água nas suas casas nos períodos chuvosos. Conclui-se que o Parque Natural Municipal de Jacarenema é um ativo ambiental não reconhecido.

A manutenção do Parque exige que a população reconheça a fragilidade hídrica do município. Caso contrário, todas as tentativas de proteção serão em vão em longo prazo, pois, conforme visto, três influentes segmentos sociais não colaboram na preservação de Jacarenema: a mídia, a classe política e as organizações empresariais. A cobertura da mídia sobre o conflito de Jacarenema é pequena e até mesmo quando a cidade estava em caos, em dezembro de 2013, ela tardou em noticiar a tragédia (figura 00). Não obstante, os políticos do município estão quase todos alinhados e tentando liberar um PDM mais abrangente possível.

E algo que agrava a proteção da unidade de conservação é a coesão empresarial, pois isso favorece a indústria da construção civil, que deseja a ampla urbanização do município. Desse modo, não é difícil perceber o desafio do Ministério Público e assumir - considerando como a formalidade legal está sendo ignorada - que sozinho ele dificilmente conseguirá impedir o mau uso do solo do município.

Os promotores devem ser apoiados e suas ações precisam ser enaltecidas, de forma a aumentar o impacto das mesmas. Entretanto, assim como os jornalistas, é necessário identificar se existem promotores não interessados em se envolver na proteção da unidade de conservação. No capítulo I relatou-se a postura ilibada de exemplares promotores, todavia, há frequentadores do Fórum Popular em Defesa de Vila Velha que afirmam haver parentes de promotores assumindo cargos comissionados na PMVV. As acusações não partem da liderança do Fórum nem foram confirmadas, porém não é algo impossível de existir, visto o nepotismo explícito na administração pública (vide o número de familiares da Ivan Carlini na prefeitura). Na hipótese de a afirmação ser verdadeira, uma relação promíscua entre

promotores e o poder público pode comprometer a proteção da unidade de conservação. Dessa forma, faz-se necessário averiguar essa acusação.

Apesar disso, não basta que o Ministério Público atue de forma exemplar. Cabe aos promotores que apenas impetrem ações, já que são eles incapazes de tomar decisões. O julgamento das ações sobre o PDM compete aos desembargadores do Tribunal de Justiça e não é possível prever o comportamento deles em relação ao PDM criado por Rodney Miranda (Lei nº 5.441/13). Em apreciação anterior, os desembargadores mostraram-se sensatos ao derrubarem o PDM sancionado por Neucimar, mas não é possível saber se manterão o mesmo comportamento em pleno ano eleitoral. No momento, o julgamento da ADI contra a lei de Rodney acontece e já houve quem votasse a favor da manutenção da norma, mesmo tendo participado do acórdão anterior - que considerou inconstitucionais os índices construtivos repetidos nesse regulamento - com a alegação de que ainda que ela fosse considerada inconstitucional ocorreriam danos ambientais e retrocesso social (COMETTI, 2014b).

Os vinte e um homens e duas mulheres que votam no TJES o fazem independente do interesse dos movimentos sociais e ambientais. Ao observar o cenário, percebe-se que os defensores de Jacarenema estão isolados e suas posturas resultaram em desgaste. Na atual condição, ao tentarem bloquear os empreendimentos na área do Parque e posicionarem-se contrários à ilegalidade do PDM, os envolvidos na defesa da unidade de conservação permitiram que desenvolvimentistas, como Ivan Carlini, jogassem parte da população contra eles, taxando-os de radicais e contrários ao desenvolvimento de Vila Velha, pior, atribuindo-lhes a responsabilidade pela perda de milhares de empregos no município. Não fossem as chuvas de dezembro, o movimento pró-Jacarenema estaria desmoralizado.

Poucos são os apoios recebidos pelas pessoas que intercedem em defesa de Jacarenema e todas as ajudas são limitadas. Tratando-se da mídia, o único meio de comunicação a dar visibilidade contínua ao conflito é o jornal eletrônico Século Diário, de restrito público. Outro destaque evidenciado, através das entrevistas e do acompanhamento dos fatos, é a limitação de parte dos defensores envolvidos nos partidos políticos, porque suas legendas igualmente lutam pelo direito à moradia. Esta bandeira sobrepõe ao interesse de conservação dos recursos naturais, uma

vez que a defesa da moradia resulta em grande captação de eleitorado no município, coibindo, assim, a participação plena de muitos envolvidos na defesa da unidade de conservação. Há partidos que se envolvem por verem na defesa de Jacarenema uma oportunidade para atacar os seus adversários.

De fato, mediante ao exposto, pouca força está presente na defesa do Parque e apenas duas coisas são capazes de garantir a proteção da reserva. Para permanência em longo prazo do Parque, ou ocorre a adesão dos desembargadores à causa ambiental - algo que o lobby dos ambientalistas não tem nenhuma capacidade de assegurar o acontecimento - ou o conhecimento técnico a respeito da hidrografia do município se insere no cotidiano dos comuns do município, o que pode resultar em apoio popular.

A população está preocupada com a questão dos alagamentos e, mesmo que neste momento não esteja interessada no tema, em breve ocorrerá uma grande chuva e a tornará suscetível a esse apelo. Reconhecendo as poucas ferramentas daqueles que advogam por Jacarenema e a baixa capacidade destes em intervir nos segmentos da sociedade capazes de influenciar as políticas do município, resta aos interessados na proteção da área aproveitar os períodos chuvosos para informar a população como o Parque atua na mitigação dos alagamentos no município. Os passivos ambientais descritos na introdução são ameaças de menor importância perante a urgência de manutenção da unidade de conservação, e devem ser estudados em momento, após o fim do litígio do PDM e executado um projeto de envolvimento da população.

4.2 TENDÊNCIAS

Parte destinada ao contexto histórico do conflito. As principais pressões são identificadas e é feita uma descrição de como surgiram. São duas as maiores pressões que ameaçam Jacarenema: a expansão da malha urbana e a instalação de um porto de águas profundas.

4.2.1 OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

O Espírito Santo foi um estado de economia agrícola até aproximadamente metade do século passado. Com um desenvolvimento econômico tardio em relação aos demais estados do Sudeste, o plantio de cana foi a primeira atividade econômica marcante, suplantada pela produção de café em 1853, que predominou até 1960 (ACHIAMÉ, 2010). A ocupação de Vila Velha ocorreu sem planejamento e de forma lenta até metade do século passado.

O município possuía muitas fazendas, poucas residências, e era utilizado como balneário pelos moradores de Vitória (SANTOS, 1999). Em 1928, construiu-se a primeira ponte ligando-o à capital, a Ponte Florentino Avidos (SITE MORRO DO MORENO, 2011). Após 1950, a Avenida Carlos Lindemberg (antes rodovia) criou uma via de acesso pavimentada entre Vitória e Vila Velha, estimulando o crescimento da cidade (SANTOS, 1999). Ela se desenvolveu inicialmente em torno da baía de Vitória, em função da capital e das atividades portuárias, e o crescimento demográfico foi lento até a consolidação da indústria estadual (MATTOS, 2013).

Apesar da Companhia Vale do Rio Doce exportar minério de ferro desde o início da década de 40 por Vila Velha, através do Porto de Paul (VALE, 2012), o escoamento da produção fornecia poucos postos de trabalhos, logo, não provocou ampliação urbana (SANTOS, 1999). Ainda, colaborando para a limitação do desenvolvimento, o município é cortado por cinco rios e era repleto de áreas alagadas, o que moldava e limitava o crescimento da malha urbana. Acreditando que a geografia da cidade não favorecia o seu desenvolvimento e objetivando maximizar a utilização do solo, antes da década de 50 os rios foram retificados pelo DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e mangues e áreas alagadas foram aterradas (MATTOS, 2013).

Na década de 60 grandes projetos industriais surgiram no Espírito Santo e influenciaram a RMGV e Vila Velha. A economia estadual agrícola baseada na exportação dos produtos do campo começou a se transformar numa economia secundária-exportadora. Iniciou-se a construção da Usina Siderúrgica de Tubarão (hoje ArcelorMittal) e da Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce em Vitória (hoje Vale S. A.), e, em Cariacica, da Usina de Laminados Não-Planos

(extensão da ArcelorMittal). No norte do estado, um complexo paraquímico para produção de celulose foi desenvolvido (Flonibra Empreendimentos Florestais e Aracruz Celulose S. A.) e, ao sul, construiu-se a Usina de Pelotização da Samarco, em Ubu (MATTOS, 2013).

As indústrias demandavam logística de apoio, então, simultaneamente à implantação das plantas industriais, iniciaram-se benfeitorias nas instalações portuárias da Baía da Vitória, principalmente em Vila Velha, e a construção do Porto de Tubarão, em Vitória (MATTOS, 2013). Nesse período, ainda década de 60, Vila Velha se mantinha bucólica e pouco pavimentada, com 55.589 habitantes no início da década (IBGE, 1960). Na década seguinte a atividade industrial se concretizou, o que ocasionou abrupta mudança econômica e atração de pessoas de vários lugares (MATTOS, 2013), e o término da construção de uma segunda ponte ligando Vila Velha à capital (Ponte do Príncipe), em 1979, colaborou para recepção dos migrantes (SITE MORRO DO MORENO, 2011).

A atual região metropolitana não possuía infraestrutura para receber os migrantes, que vinham de vários lugares. Muitos eram oriundos da zona rural, que abandonavam o campo pelas difíceis condições de sobrevivência, e boa parte chegava de outros estados, principalmente Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro (SIQUEIRA, 2009). As alterações demográficas provocadas na população da capital, em comparação aos municípios de Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha, da década de 40 até 70, são bons indicativos do processo de transformação econômica do rural para o industrial. Vitória, na década de 40, era moradia de quase 70% da população de todos esses municípios somados. Em 1950, última década em que o café foi central na economia, esse percentual caiu para 60% e, em 1970, ano da consolidação dos grandes projetos industriais, Vitória não tinha 40% da soma da população desses municípios (ABE, 1999) (Tabela 01, 02 e 03).

A capital concentrava a maior oferta de trabalho, porém sofria com déficit de moradia e de área disponível para construção de imóveis, por ser uma ilha de pequena extensão e dotada de grande maciço rochoso no centro. De maneira a diminuir a pressão sobre a limitada área disponível da capital e receber os migrantes, o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP/ES) e a Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB/ES) desenvolveram um

programa para construção de casas populares nos municípios adjacentes (SIQUEIRA, 2001). Restou à Vila Velha receber o maior contingente de indivíduos que vinha para o Espírito Santo atrás de oportunidades (MATTOS, 2013) (tabela 03).

Tabela 01. População rural e urbana do estado do Espírito Santo 1950 - 1980					
Anos	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1950	957.238	199.186	20,8%	758.052	79,2%
1960	1.418.385	403.461	28,4%	1.014.923	71,6%
1970	1.599.335	721.916	45,1%	877.419	54,9%
1980	2.063.679	1.324.701	64,2%	738.978	35,8%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1950 a 1980.

Tabela 02. População rural-urbana do Brasil 1950 – 1980					
Anos	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1950	51.944.397	16.011.357	30,8	35.933.040	69,2
1960	70.992.343	32.004.343	45,1	38.984.526	54,9
1970	94.002.706	52.605.052	55,6	41.903.502	44,3
1980	119.002.706	80.436.409	67,5	38.566.297	32,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1950 a 1980.

Tabela 03.- Variação da população dos municípios da Grande Vitória entre 1950 e 1970						
Municípios	1950		1960		1970	
	P. total	P. urbana	P. total	P. urbana	P. total	P. urbana
Cariacica	21.741	8.312	39.608	23.316	101.422	69.200

Serra	9.245	2.666	9.192	3.445	17.286	7.967
Viana	5.896	600	6.571	614	10.519	1.620
Vila Velha	23.127	20.834	55.589	54.490	123.742	121.850
Vitória	50.922	50.415	83.351	81.989	133.019	132.036
Grande Vitória	110.931	82.827	194.311	163.854	385.998	332.673

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo, 1950 a 1980.

As políticas habitacionais para ocupação de Vila Velha tornaram-na o município com maior número de bairros da RMGV até poucos anos atrás. Muitos moradores se deslocavam diariamente para trabalharem na capital, tanto que Vila Velha adquiriu por isso a estigma de cidade-dormitório¹⁵ (SIQUEIRA, 2001). Contudo, o programa não conseguiu contemplar todos os migrantes, surgindo invasões massivas de terrenos (MATTOS, 2011). A arrecadação tributária municipal era pífia e as verbas disponibilizadas foram insuficientes para coordenar o aumento populacional (MATTOS, 2013).

As políticas não conseguiram atender a demanda, acarretando problemas sanitários e ambientais (MATTOS, 2013). Concomitantemente com a pressão urbana, a Rodovia do Sol, que divide a unidade de conservação, teve a construção finalizada em 1977, de maneira que facilitou a especulação imobiliária da faixa litorânea da cidade e o contato da malha urbana com o Parque (a construção da rodovia foi entre 1974-1977) (ALMEIDA; SOUZA, 1985). Na década da consolidação das atividades industriais, 1970, o desenvolvimento urbano e viário permitiu o surgimento dos primeiros loteamentos clandestinos na região de Terra Vermelha, antes conhecida como Ilha de Jussara (MATTOS, 2013).

Antes disso, apenas a Barra do Jucu, uma antiga vila de pescadores centenária, hoje um bairro rico em folclore e festas populares fazia contato com Jacarenema, no limite sul da unidade de conservação (SANTOS, 1999). A consolidação da indústria,

¹⁵ O percentual de pessoas que residem em Vila Velha e trabalham em Vitória ainda é grande. A terceira ponte, principal via de ligação entre as cidades, congestionam-se diariamente no horário do *rush*.

a conclusão da Rodovia do Sol, o início da construção da terceira ponte de ligação entre os municípios de Vila Velha e Vitória, em 1978, e o previsto o término da Ponte do Príncipe, em 1979, impulsionaram a especulação imobiliária em Vila Velha (SITE MORRO DO MORENO, 2013). Entre 1970 e 1979, 63% dos lotes aprovados pela PMVV estavam na orla (MATTOS, 2013). Este interesse era esperado, além de belas praias, a estreita faixa do litoral não inunda.

Porém, em 1980, muitos bairros com sérios problemas de macrodrenagem já existiam (figura 137). Em 1982, a eleição do prefeito Vasco Alves muda o cenário político da cidade e a ocupação ao sul de Jacarenema. A Rodovia do Sol aumentou o fluxo de pessoas próximas ao Parque e Alves trazia como bandeira em sua campanha a luta por moradia. Durante seu mandato, envolveu ampla participação popular nas decisões do governo municipal. Foi um período de expressivo aumento de movimentos comunitários e associações de moradores (KROHLING; KROHLING, 2011). Segundo os entrevistados, em unanimidade, as ações assumidas em seu mandato favoreceram os assentamentos em Terra Vermelha.

Mesmo havendo influência por parte dos moradores da Barra do Jucu, a criação de Terra Vermelha foi o que realmente iniciou a pressão degradante de caça e de pesca na unidade de conservação. As tão esperadas oportunidades, que atraíram o contingente de pessoas interessadas nas indústrias, não foram suficientes para atender a demanda dos residentes de Vila Velha: em 1980, 58,6% da população de Vila Velha era carente (SIQUEIRA, 2001). Os trabalhadores estavam pouco ou nada qualificados para as oportunidades existentes (SIQUEIRA, 2009). Além disso, o modelo de industrialização aplicado à RMGV gerou grande desigualdade social e desencadeou acelerado crescimento populacional (ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA, 2011).

As exigências de infraestrutura especificadas na legislação para a comercialização de lotes residenciais colaboraram para a separação da população. A infraestrutura mínima estabelecida ocasiona um acréscimo de valor no terreno e impedem as classes menos abastadas de adquiri-los (CARNEIRO; MIGUEZ, 2011), tal fenômeno resulta na formação de guetos e na estratificação social da cidade (GONÇALVES, 2010). As características inundáveis da cidade contribuíram para a discrepância entre os valores dos locais alagáveis e não alagáveis, forçando os menos

favorecidos a habitarem lugares ambientalmente fragilizados, inclusive com o apoio de políticas públicas (CARNEIRO; MIGUEZ, 2011; MATTOS, 2013).

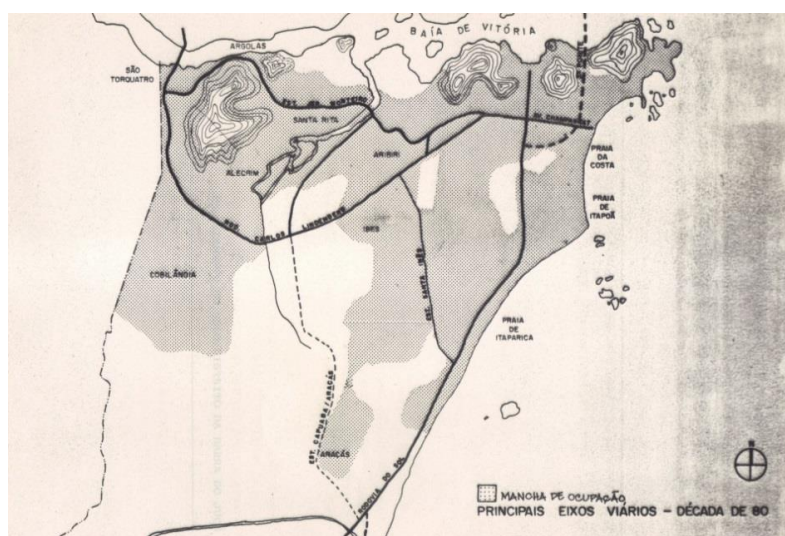
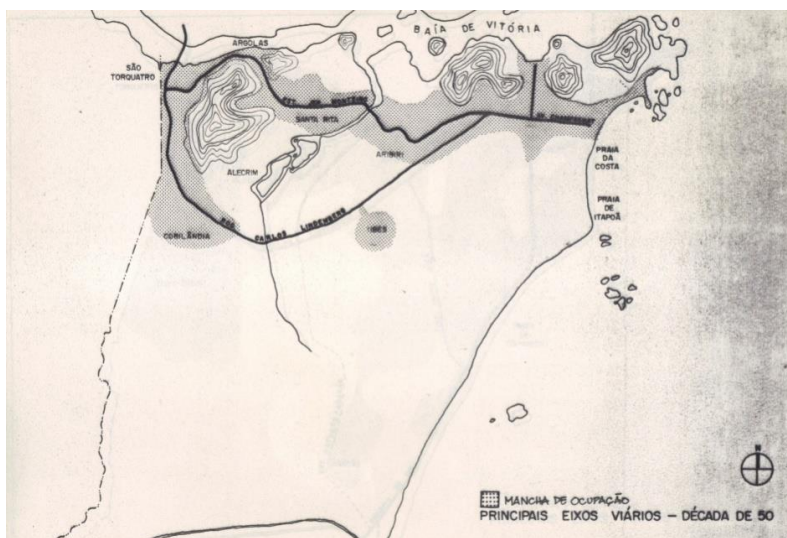
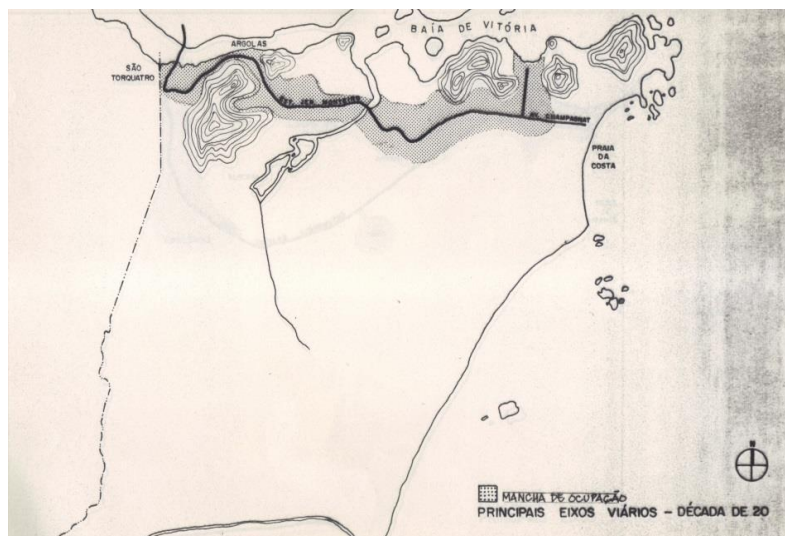


Figura 138 - Evolução da malha urbana no município de Vila Velha, década de 1920. A área pontilhada é a malha urbana (Almeida, 1987).

Figura 139 - Evolução da malha urbana no município de Vila Velha, década de 1950. A área pontilhada é a malha urbana (Almeida, 1987).

Figura 140 - Evolução da malha urbana no município de Vila Velha, década de 1980. A área pontilhada é a malha urbana (Almeida, 1987).

A influência do Rio Jucu garantiu a proteção do Parque antes do amparo legal da área, em 1997. Os alagamentos tornam a reserva e sua zona de amortecimento pouco convidativa para a instalação de moradia, visto os efeitos expostos no bairro Pontal das Garças (figuras 77, 78 e 79). Além da necessidade de aterro, pois muitas áreas estão abaixo do nível do mar, durante o período de elaboração do primeiro plano de manejo da unidade de conservação foi feita uma escavação para análise de solo, e, mesmo alcançando 40 metros de profundidade, não foi encontrada rocha para dar suporte às edificações de maior porte (para realização de estaqueamento e, assim, sustentação de prédios com vários pavimentos). Esses e outros fatores, como o pouco interesse de ocupação do solo à margem do Parque até meados de 2000, mantinham a pressão sobre o mesmo bem menor (tabela 04).

Embora outras tentativas de descaracterização do Parque e problemas de conservação tenham ocorrido no passado (ENVIRONLINK, 2010), nenhuma adversidade estava acompanhada de tanta pressão como ocorre agora. Vários empresários desejam lotear a área de amortecimento e o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha propôs a urbanização e o aumento da densidade demográfica às margens da rodovia Darly Santos, região ainda pouco ocupada e próxima a Jacarenema. Essa proposta foi incorporada à alteração ilegal do PDM. O Plano também sugere a construção de um distrito industrial na região da rodovia (ASEVILA, 2010), o que aumentaria a descarga industrial no Jucu. No local recomendado, agora o governo constrói uma rodovia estadual, a BR 477, que dará à Darly Santos acesso à BR 262 e à BR 101 (SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, acesso em 15 dez. 2013), ambas em processo de licitação para ampliação (GOMES, 2014; RURAL BR AGRICULTURA, 2013), o que facilitará a instalação de empresas, armazéns e plantas industriais próximo a Jacarenema.

O executivo municipal à época, gestão Neucimar Fraga, acompanhou as propostas do Plano e as adicionou na Lei nº 5.155/2011, o PDM derrubado. Não só, como

também provavelmente livrou quase todos os loteamentos empresarias da região da Darly Santos de apresentarem Estudo e Relatório de Impacto Ambiental com a Lei nº 5.205/2011, pois ela exigia a discriminação do impacto apenas para os loteamentos empresarias a ocuparem área maior do que 100 ha. O ambiente poderia ser propício ao desenvolvimento, pois existem terrenos livres e grandes o suficiente para receber empreendimentos. Além disso, em 2011, Vila Velha se tornou a primeira cidade a superar o consumo da capital em um estado brasileiro (ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO, 2011).

Tabela 4. Crescimento populacional em Vila Velha, Espírito Santo e Brasil.						
Ano	Vila Velha	Cresc. (%)	Espírito Santo	Cresc. (%)	Brasil	Cresc. (%)
1991	265.586	-	2.600.618	-	146.825.475	-
1996	296.439	11,61%	2.709.206	4,17%	156.032.944	6,27%
2000	345.965	16,70%	3.097.232	14,3%	169.799.170	8,82%
2007	398.068	15,06%	3.351.669	8,4%	180.755.799	6,45%
2010	414.586	4,14%	3.514.952	4,87%	183.987.291	1,7%

Fonte: IBGE, 2013

Ao perceber a oportunidade, o empresariado, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável, sugeriu políticas públicas para o crescimento da região administrativa cinco de Vila Velha (ASEVILA, 2010), onde se localiza a zona de amortecimento do Parque (VILA VELHA, 2008). Esta região administrativa está limitada entre o município de Viana (ao oeste) e o litoral (ao leste), e o Rio Jucu (ao norte) e o município de Guarapari (ao sul). Uma vez que as demais áreas não ocupadas do município estão escasseando, especialmente no litoral, a pressão sobre Jacarenema e seu entorno aumentou.

De acordo com censo imobiliário realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (Sinduscon/ES), durante dezembro de 2012 e junho de 2013, 32.020 unidades estavam em construção, em 41 bairros da Região Metropolitana da

Grande Vitória. O município de Vila Velha liderava a quantidade de unidades, com 16.441 unidades entre as construções e os lançamentos (51,34%). O estudo exibiu um mercado aquecido, uma vez que 74% dos empreendimentos já estavam vendidos, porém em desaceleração. Demonstrava também uma tendência de diversificação do mercado imobiliário (SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013b), que está ocorrendo, possivelmente, pela escassez de terrenos livres para a construção civil.

Os corretores de imóveis entrevistados confirmaram a diversificação e a relacionaram com a limitação de terrenos disponíveis. Eles informaram que construtoras especializadas em públicos A/B, como Decottignies e Épura, habitualmente construtoras do litoral, adotaram nova estratégia e agora constroem prédios de quatro/cinco pavimentos em bairros poucos valorizados do município. Nessa nova área que a especulação imobiliária atua, há, no interior da malha urbana, uma grande área verde dominada por poucos proprietários, como a Família Laranja, que impede a urbanização no momento (ASEVILA, 2010). De fato, apenas o sul do município está livre para crescimento e prospecção de bons terrenos para construção civil.

O conflito entre Hartung, ex-governador, e Max Filho, ex-prefeito de Vila Velha, foi o maior entrave para os investimentos na cidade na última década e garantiu menor pressão sobre o Parque. Assim que Neucimar assumiu a PMVV, o cenário político mudou. Os investimentos do estado retornaram ao município, acompanhados de posturas políticas exacerbadas no interesse de desenvolvimento econômico. Essas políticas resultaram na tentativa de descaracterização legal de Jacarenema, promovida pelos vereadores da época (listados na figura 35), o próprio prefeito Neucimar Fraga, e o atual governador, Renato Casagrande.

Conforme explicado, a tentativa de descaracterização legal da unidade de conservação foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça. A possibilidade de especulação imobiliária motivou essa movimentação política anormal e desrespeitadora dos processos legais e democráticos. No presente não há posturas tão agressivas, porém, a razão das atitudes anteriores contrárias à Jacarenema persiste, de forma que descaracterizar a unidade de conservação continua

extremamente lucrativo e de interesse de um determinado grupo, sendo este interesse uma ameaça para a unidade de conservação.

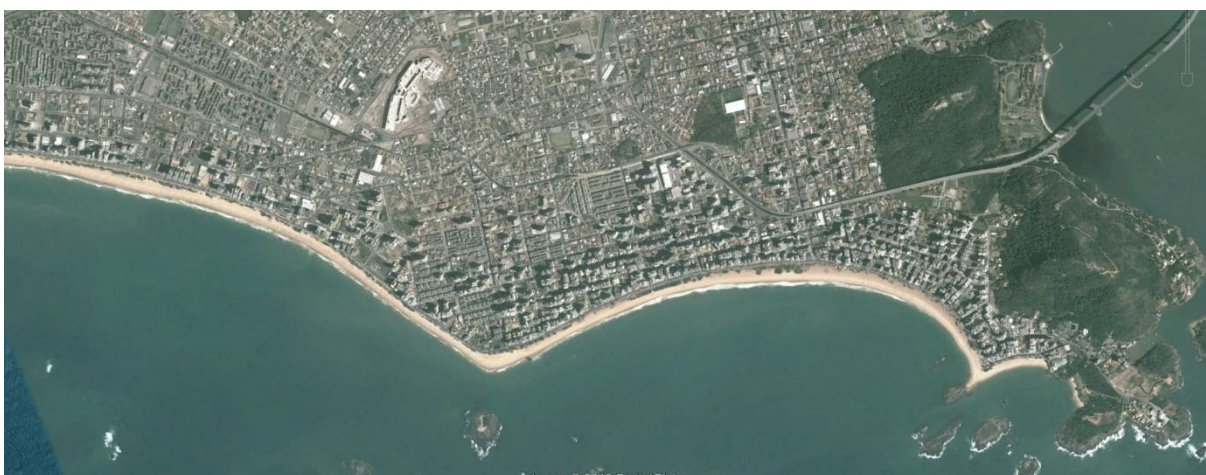


Figura 141, 142 e 143 - Expansão imobiliária na cidade de Vila Velha. Maior concentração de edifícios próximos do morro do moreno e Convento da Penha, no bairro Praia da Costa. O número de prédios vai diminuindo à medida que se segue para o sul, principalmente nos quarteirões posteriores

à avenida litorânea. Quase todos os terrenos à beira-mar até a reserva de Jacarenema estão ocupados por prédios ou cercados por tapumes de construtoras que aguardam a definição do PDM - Foto 138: Apgaua Furtado; Foto 139: domínio livre; Foto 140: Google Earth, tiradas em 08/09/2013.

4.2.2 PORTOS: A CONSTRUÇÃO DO SUPERPORTO

A autoridade portuária do Espírito Santo é Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), empresa pública, com sede e foro na cidade de Vitória. Foi criada pelo Decreto nº 87.560, de 09 de setembro de 1982. É responsável pela exploração dos portos da Barra do Riacho e de Vitória e demais portos públicos que porventura sejam construídos no estado (BRASIL, 1982).

O Porto da Barra do Riacho possui um terminal controlado pela Petrobras (Transpetro) e um terminal controlado pela Portocel, de propriedade da Fibria e da Cenibra, especializado na movimentação de celulose e cavacos de madeira (PORTOCEL, acesso em 29 out. 2013). Ele escoar a produção da Fibria, Cenibra, Suzano Bahia Sul e Veracel (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ, acesso em 29 out. 2013; PORTOCEL, acesso em 29 out. 2013). Possui pouca influência sobre a região de Jacarenema, contudo, como não é capaz de atender toda a demanda, parte da produção é, eventualmente, direcionada para o Porto de Vitória, que também é incapaz de movimentar todas as cargas que o pressionam.

O Porto de Vitória é um complexo portuário, cujas instalações ficam às margens da Baía de Vitória, nos municípios de Vila Velha e Vitória, composto de vários cais, berços e terminais. O decreto de definição do Porto também inclui a bacia de evolução e o molhe de proteção do Porto de Praia Mole, além de duas áreas no Porto de Praia Mole (Decreto nº 4.333, de 12 de agosto de 2002). Foi o décimo porto a movimentar toneladas de cargas no Brasil em 2010.

O Porto de Praia Mole é privativo da Vale S/A, especializado na exportação de minério de ferro, e possui vários terminais para movimentação de carvão, grãos, farelos (estes dois últimos principalmente de soja), granéis líquidos, fertilizantes e outros granéis sólidos. Em 2008, o minério de ferro participou com mais de 60% do total de cargas movimentadas no ES. Ocasionalmente, quando há ociosidade, outras cargas são movimentadas através de contrato com a Vale S/A (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO

SANTO, 2009). A CODESA não influencia na movimentação das cargas em Praia Mole (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, acesso em 29 out. 2013).

Tabela 05. Movimentação de Cargas nos portos do Brasil em 2010		
Portos		Carga Total Transportada (t)
1	Porto de Santos – SP	85.401.154
2	Porto de Itaguaí – RJ	52.765.505
3	Porto do Paranaguá – PR	34.348.405
4	Porto de Vila do Conde – PA	16.548.002
5	Porto de Rio Grande – RS	16.269.333
6	Porto de Itaqui – MA	12.567.090
7	Porto de São Francisco do Sul – SC	9.532.536
8	Porto de Suapé – PE	8.989.653
9	Porto do Rio de Janeiro – RJ	6.946.636
10	Porto de Vitória – ES	6.568.084
Total		249.936.398

Fonte: Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Anuário Estatístico. ANTAQ. 2010.

Em Vitória a CODESA exerce influência no Cais Comercial de Vitória e no Terminal da Flexibrás, uma vez que as demais instalações do Porto de Vitória estão no município de Vila Velha. O Cais Comercial de Vitória é administrado pela autoridade portuária e dotado de quatro berços. Dentre eles, três operam commodities em geral: açúcar, bobina de papel, granéis agrícolas, alimentos e produtos siderúrgicos (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

O quarto berço serve ao apoio marítimo, onde inclusive o navio-plataforma P-34, que atuou na extração de petróleo no campo de Jubarte, na Bacia de Campos, esteve durante dois anos para reparos (Porto de Vitória, 2006). O Terminal Flexibras,

arrendado da CODESA, é utilizado pela empresa francesa Technip para escoamento da sua produção de tubos flexíveis¹⁶ e recepção equipamentos da indústria do petróleo (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2012; TECHNIP, acesso em 29 out. 2013). Ambos possuem apenas acesso rodoviário (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

A maior atividade do Porto de Vitória concentra-se em Vila Velha. Cerca de 90% das cargas que chegam ao estado entram pelo município. Dessas cargas, 60% são transportadas por meio da BR 101 e 28% pela BR 262. Do total das cargas embarcadas na baía de Vitória, 66% saem por Vila Velha (PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA, acesso em 07 mai. 2014). Estão presentes no município o Terminal de Vila Velha (TVV), o Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato, o Terminal de Capuaba, a Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV), o Terminal Portuário de Peiú (TPP), o porto da Prysmian, o Cais de Paul e o Dolpins de Atalaia (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013).

O TVV e o TPP são berços da CODESA arrendados. A LOG.IN S/A é a responsável pelo TVV (dois berços no Cais de Capuaba e um berço no Cais de Paul) e a PEIÚ S/A pelo TPP (um berço arrendado do Cais de Paul) (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013). O porto da Prysmian e a CPVV são privativos, ambos ligados à indústria de petróleo e gás (PRYSMIAN, 2008; COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA, acesso em 30 out 2013). A LOG.IN S/A movimenta contêineres, carga geral, granito, mármore, carga de projeto¹⁷ e produtos siderúrgicos (LOG-IN LOGÍSTICA, 2012?). O terminal de Capuaba opera contêineres, navios *roll-on/roll-off*¹⁸, mármore, granito, produtos agrícolas, carga geral e granéis sólidos, e o TPP movimenta graneis sólidos (PORTO DE VITÓRIA ONLINE, acesso em 30 out 2013).

¹⁶ Tubos flexíveis (ingl.: *Kelly hose*): são tubos especiais flexíveis e de grande comprimento capazes de suportar grandes pressões e utilizados na extração do petróleo e do gás do piso oceânico (SCHLUMBERGER, acesso em 19 de janeiro de 2013).

¹⁷ Carga de Projeto: qualquer tipo de carga pesada ou volumosa que, devido às suas dimensões ou tonelagem, não possa ser transportada em contêineres convencionais, exigindo, então, equipamento especial – caminhão específico, navio ou aeronave. Como exemplo, podemos classificar como Cargas de Projeto: transformadores, reatores, caldeiras, vagões, torres, guindastes, geradores, usinas completas, prensas, tornos, etc. Tais cargas necessitam de um estudo detalhado para todas as etapas do transporte (rodoviário, ferroviário, marítimo ou aéreo).

¹⁸ Cargueiro para transporte de automóveis e outros veículos. São navios que a carga possui rodas e adentra na embarcação as utilizando ou através de veículos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE INTERNACIONAL, acesso em 10 jul 2013).

A Prysmian produz cabos umbilicais¹⁹ hidráulicos e de energia (PRYSMIAN, 2008), enquanto CPVV trabalha exclusivamente com *supplyboats* e as necessidades gerais das plataformas (COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA, acesso em 29 out. 2013).

Os dois berços restantes do Cais de Capuaba, o berço remanescente do Cais de Paul, o Terminal de granéis líquidos de São Torquato e o Dolfins de Atalaia são administrados pela CODESA (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013). Assim como o TVV, os berços não arrendados do Cais de Capuaba também operam contêineres, navios *roll-on/roll-off*, pedras ornamentais, commodities agrícolas e carga geral (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013). O berço de Paul movimentava quase exclusivamente ferro-gusa comercializado pela Vale (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2009) e esses berços públicos possuem acesso ferroviário (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013b). O Terminal de São Torquato é exclusivo para derivados de petróleo e álcool e os Dolfins de Atalaia são específicos para granéis líquidos e auxílio portuário (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013).



Figura 144 - Complexo Portuário de Vitória (também chamado de Porto de Vitória). Apenas os números 1 e 6 são em Vitória. 1) Cais Comercial de Vitória, 2) Capuaba, administrado pela LOG.IN S/A, 3) Capuaba, administrado pela CODESA, 4) Paul, administrado pela Peiú, 5) Paul, administrado

¹⁹ Os cabos umbilicais são sistemas multifuncionais cuja função é ligar as cabeças dos poços de petróleo marítimos às plataformas e navios, garantindo a comunicação entre a superfície e os equipamentos submersos. São responsáveis pela transmissão eletro-hidráulica, controle de equipamentos e da produção, injeção química, manutenção do poço, acionamento de equipamentos de estanqueidade, ou seja, a comunicação entre os equipamentos submersos e a superfície onde estão localizadas as unidades de produção e armazenamento (Silva, 2006).

pela CODESA, 6) Terminal Flexibras, 7) Porto da Prysmian, 8) Porto da CPVV, 9) Terminal de Granéis Líquidos de São Torquato e 10) Dolphins do Atalaia.

Fonte: CODESA.

De forma geral, a movimentação no complexo portuário da Baía de Vitória apresentou crescimento desde o início da década passada (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2013), apesar de diversos problemas logísticos (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009) e de cumprimento da legislação (GAZETA ONLINE, 2010b; GOMIDE, 2011), além da última crise internacional (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2010). Enquanto o mercado exigia maior agilidade na movimentação de cargas, a gestão fragmentada do complexo portuário foi marcada com irregularidade de alvarás de funcionamento e licenças ambientais, muitas vezes os ilícitos resultaram em interdição das atividades (GAZETA ONLINE, 2010b; GOMIDE, 2011).

A demanda aumentou e as instalações não receberam benfeitorias, o que resultou numa deficiência generalizada do Porto de Vitória. Completou-se 20 anos, em 2009, sem melhoramentos no Porto de Vitória (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). Além disso, há pouca área para expansão tanto em Vitória quanto em Vila Velha, o que agrava a situação. O Cais comercial de Vitória e o Terminal Flexibrás não dispõem de nenhum espaço para expansão e, em Vila Velha, as instalações portuárias possuem poucas áreas para expansão, pressionadas pela expansão urbana descontrolada e limitações ambientais (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009).

Com exceção de Capuaba, as retroáreas dos cais e dos terminais são pequenas. Conforme colocado, apenas Capuaba e Paul podem acessar à malha ferroviária, os trilhos de ferro da Ferrovia Centro Atlântica. Além do município de Vila Velha, eles seguem ao sul e percorrem Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Atílio Vivacqua e Mimoso do Sul, último município ao sul do estado antes da ferrovia adentrar no estado do Rio de Janeiro (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009).

Além do Espírito Santo e Rio de Janeiro a Ferrovia Centro Atlântica está presente na Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal, um total de 8.000 km de malha férrea. A FCA é interligada a Estrada de Ferro Vitória-Minas e ambas possuem controle acionário da Vale. Isto faz com que o Porto de Vitória tenha acesso às indústrias siderúrgicas de Minas Gerais e regiões produtoras do Centro-Oeste do País (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009; GONÇALVES, I., 2011).

O complexo portuário da CODESA não possui a capacidade de atender essa demanda e há fuga de carga para portos de outros estados, principalmente o Porto de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). Não obstante, a Baía de Vitória não será capaz de receber os futuros navios que dominarão os trajetos marítimos de longo curso, embarcações maiores do que a baía suporta (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009; DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009; DET NORSKE VERITAS AS, acesso em 11 out. 2013).

O acesso marítimo da baía é limitado. Apesar da baía possuir 7.500 m de comprimento, há limitação de largura e profundidade. A largura da Baía de Vitória apresenta grande variação, a máxima é 215 m, havendo trechos de estreitamento com restritos 75 m. Estas dimensões, somadas ao tamanho da área de evolução, limitam o comprimento máximo dos cargueiros em 242 m. Navios deste comprimento possuem aproximadamente largura de 32,3 m de largura e são considerados de tamanho mediano e distantes dos meios de transportes unitários mais lucrativos (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009).

O atual calado máximo de 10,67 m da baía de vitória impede as maiores embarcações que frequentam o Porto de Vitória de maximizarem o seu potencial de transporte. Esses navios, de trajeto de longo curso, entram no Porto de Vitória e não podem abastecer sua carga máxima devido a pouca profundidade, sendo obrigados a embarcarem carga limitada e seguirem para outro porto, ao norte ou sul do país, para completarem seus estoques antes de partirem para o destino final (TRIBUNA ONLINE, 2014).

A necessidade de atracação em dois portos aumenta significativamente o custo, tornando o complexo portuário de Vitória logisticamente complexo e oneroso para os armadores, logo, pouco atraentes. Atualmente a baía de vitória só recebe cargueiros de Xangai e o complexo portuário de Vitória se encontra obsoleto para atendimento internacional. A demanda foi, é, e visto a mudança no tamanho das embarcações, já destacada acima, continuará maior do que a capacidade de atendimento do porto, de maneira que inclusive a maioria das mercadorias produzidas no estado, como, por exemplo, as rochas ornamentais, que hoje são escoadas por outros estados, continuarão saindo do ES para outros portos (TRIBUNA ONLINE, 2014).

Registros demonstram pressão e aumento da movimentação de cargas (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012). De 2005 a 2006 houve um aumento no volume de movimentação de cargas (toneladas) no embarque de cabotagem e desembarque de longo curso e o inverso ocorreu para o desembarque de cabotagem e embarque de longo curso (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2006, 2007), indicativo da incapacidade de exportação e o efeito das descobertas do pré-sal.

O pré-sal foi anunciado anos antes do início da sua exploração e impulsionou a cabotagem²⁰, criando novas oportunidades e atraindo empresas do setor (descoberta do pré-sal). A exploração do pré-sal no Espírito Santo ocorreu apenas em 2010 (G1, 2010), mas, em 2007, a Prysmian inaugurou seu porto em Vila Velha para o atendimento de sua filial, a única da empresa que produz exclusivamente cabos umbilicais para exploração de petróleo e gás de águas profundas (PRYSMIAN GROUP, acesso em 11 out 2013. Como Eduardo Prata, Superintendente de Projetos da CODESA, falou no programa de televisão “9 minutos”, da Rede Tribuna (TRIBUNA ONLINE, 2014):

Eu costumo dizer que o melhor governador que o Espírito Santo teve foi o presidente da Bolívia. Por quê? Porque ele fechou o registro de gás (do Brasil). Aí começamos a procurar e achamos (gás) no ES”.

Prata referiu-se às invasões das plantas de extração de gás da Petrobrás na Bolívia, em 2006 (AGÊNCIA EFE, 2006). Até esse ano a Bolívia era responsável pela entrega de quase metade do gás consumido pela indústria no Brasil, o que forçou o Brasil a intensificar a busca por fontes em território nacional (FUSER, 2011),

²⁰ Cabotagem: é a navegação, geralmente de curta distância, entre portos marítimos sem perder a costa de vista.

acelerando as descobertas na costa do Espírito Santo. Essas, somadas à alta mundial do preço das commodities, mantiveram a movimentação no Porto de Vitória crescente, do início da década até o último trimestre de 2008, quando os efeitos da última crise internacional alcançaram o estado do Espírito Santo (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2009).

Em 2009, a crise internacional, iniciada com a bolha imobiliária nos EUA, diminuiu consideravelmente a movimentação de cargas nos portos brasileiros (POCHMANN, 2009; BERTOLOTO; MELLO, 2011). Presente durante quase todo ano, o colapso da economia no Espírito Santo foi mais intenso do que no resto do país, pelo estado estar intimamente ligado às atividades portuárias. Os números do comércio durante o auge da crise corroboram essa afirmação: o comércio mundial sofreu uma queda de 32%. O Brasil, conhecido por ter sua economia fechada para o comércio exterior, sofreu uma queda de 23%, enquanto o estado do Espírito Santo teve uma redução de 32,7% (PEREIRA; MACIEL, acesso em 11 out. 2013). É perceptível a fragilidade da economia capixaba às oscilações do mercado internacional.

Todavia, a inclinação para a exportação de *commodities* do Espírito Santo gera resiliência econômica e contínuo crescimento, pois as *commodities* são a base para qualquer transformação industrial. A inclinação nesse sentido é tamanha que, por vezes, o Porto de Tubarão exporta soja cultivada em Bonito/MT (TRIBUNA ONLINE, 2014). Corroborando a afirmação, à medida que a economia mundial recuperava-se, aumentava a movimentação de cargas nos portos do estado (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012). Outro fator que contribuiu para aumento das atracções foi o início da exploração do pré-sal em águas espírito-santenses, em 2010. Nesse ano, os navios de apoio *offshore* corresponderam a 18% da receita do complexo portuário de Vitória (COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO, 2011), indicativo da importância econômica do pré-sal e, visto o tamanho da reserva de hidrocarbonetos encontrada (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2013; FATOS E DADOS, 2012a, 2012b), a necessidade de apoio às atividades de extração em alto-mar aumentará e será duradoura.

O cenário para o comércio exterior foi favorável em 2011, o Brasil alcançou o superávit de R\$ 29,79 bilhões, valor 47,83% maior do que o registrado em 2010 (MDIC, 2011). Os portos brasileiros movimentaram aproximadamente 80,25% do

comercializado entre o Brasil e o mundo e apesar da precariedade da logística brasileira (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). O Porto de Vitória retomou o crescimento que se manteve até o final de 2012, quando o benefício fiscal que impulsionava o porto foi abruptamente interrompido. Em 24 de maio deste mesmo ano o Senado Federal confirmou a unificação do ICMS e o fim da disputa através de isenção fiscal entre os entes da federação (TUPYNAMBÁ, 2012). Isso extinguiu o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), um benefício fiscal e um mecanismo de incentivo financeiro voltado para o incremento do comércio exterior em vigor há 41 anos no estado (TUPYNAMBÁ, 2012).

Após o término do benefício muitas empresas deixaram o estado. Conforme o esperado houve queda na importação no primeiro trimestre de 2013, 23,39% comparado com mesmo período de 2012, maior redução registrada entre os estados da Federação (EDITOR COMEX, 2013). Isso demonstra a ineficiência do sistema portuário do estado em atender a demanda, e, desde 2009, o governo reconhecia que o complexo portuário de Baía de Vitória estava obsoleto, praticamente funcionando por falta de opção (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). Reconhecendo as limitações, prevendo a queda de produção e tentando melhorar a qualidade dos serviços prestados, em 2012 a CODESA contratou a DTA Engenharia para o desenvolvimento de um projeto conceitual para a elaboração de projeto básico de um novo complexo portuário na costa do Espírito Santo e a Companhia iniciou a dragagem e a derrocada da Baía de Vitória para permitir movimentação de cargueiros com maior calado, trabalho ainda em andamento (PORTO DE VITÓRIA ONLINE, 2010; RODRIGUES, 2013).

A dragagem do Porto de Vitória é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - e apoiada pelo Governo Estadual (BRASIL, 2013). O objetivo do projeto é proporcionar maior segurança na movimentação das embarcações e aumentar o acesso de embarcações maiores. O Canal de Acesso, a Baía de Evolução da baía e os Berços de Capuaba e os Dolphins de Atalaia serão aprofundados para 14 metros de profundidade, permitindo que navios panamax trabalhem com carga máxima (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009). Os navios panamax são cargueiros

considerados de tamanho médio e possuem essa denominação devido ao canal do Panamá. Eles têm no máximo 320,04 m de comprimento, largura de 33,53 m e 12,56 m de calado. São as dimensões máximas para a passagem de um navio no canal do Panamá com segurança e a influência do canal para o comércio mundial dita o tamanho da maioria dos cargueiros do mundo (MARITIME CONNECTOR, acesso em 12 out 2013).

Após o término da dragagem e da derrocada, o acesso de navios de grande porte ainda ocorrerá não, o limite ficará restrito a 242 m de comprimento, pois os trabalhos não alargarão o canal de acesso e a bacia de evolução, resultando, somente, no aprofundamento do calado máximo de 10 m para 12,5 m, independente da maré, o que dará uma breve sobrevida para comercialização internacional ao porto de 15 ou 20 anos (TRIBUNA ONLINE, 2014). Após esse período restará ao Porto de Vitória atividades de cabotagem, pois os navios pós-panamax, que logo dominarão o transporte marítimo de mercadorias, atingem calado de mais de 15 ou 16 m (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009).

Em breve os portos públicos do Espírito Santo estarão fora das rotas comerciais marítimas internacionais e está é a razão da proposta do porto de águas profundas em Vila Velha. Os únicos portos que conseguem operar razoavelmente no Espírito Santo e conseguem receber navios de maior calado são os privados, porém estão sobrecarregados e incapazes de movimentarem maior volume. A situação não surpreende, pois é um reflexo do que acontece em todo o Brasil: a falência pública da logística portuária, que resulta em portos independentes espalhados pelo litoral, causando maior impacto ambiental e menor sinergia das atividades (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009).

Como solução inicial para o problema portuário do Espírito Santo, foi proposta a criação de um novo porto em Praia Mole, no município de Serra, veemente barrado por grandes companhias que operam em consórcio no local (ArcelorMittal, Gerdau, Vale e Usiminas) (PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

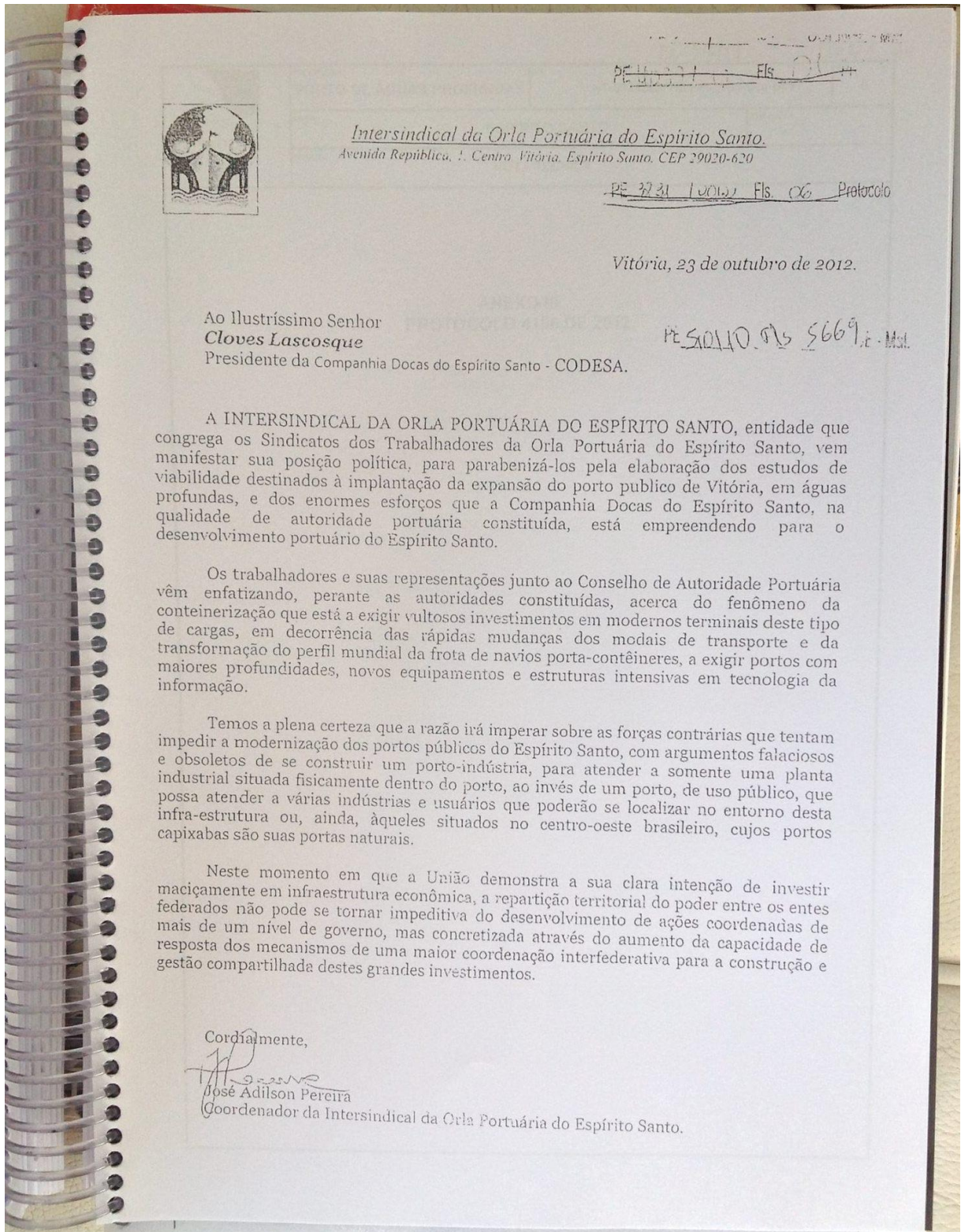


Figura 145 - Carta da Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo para o Presidente da CODESA, requisitando fidelidade ao estudo da DTA Engenheira sobre o melhor local para a implantação de um novo porto de águas profundas. A carta está anexa ao processo administrativo disciplinar do MPES sobre o "Desenvolvimento de Projeto Conceitual para tomada de decisão referente à elaboração de

Projeto Básico de um Novo Complexo Portuário na Costa do Espírito Santo”, GAMPES nº 035.12.13.143302-2.

acesso em 12 out 2013). Ocorrendo o bloqueio, o projeto da DTA apontava Vila Velha como a segunda melhor opção, então se deu o início à disputa política.

O prefeito da Serra, Audifax Barcelos, declarou que Praia Mole é o melhor local por ser um ambiente já degradado e começou a tentar reverter o bloqueio das grandes empresas (TOSCANO, 2013), apoiado pela Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo, entidade que congrega os Sindicatos dos Trabalhadores da Orla Portuária do Espírito Santo (Figura 142).

No sentido contrário, o prefeito à época, Neucimar Fraga, começou a advogar pela instalação do porto em Vila Velha, próximo a Grande Terra Vermelha, associando a ele indústrias metal-mecânica e um aeroporto de cargas, e o governador Casagrande o acompanhou e atendeu o interesse das grandes companhias - uma demonstração de como o poder econômico supera o político. A probabilidade de instalação de um porto em Vila Velha, atualmente grande, era inexistente durante o conflito entre o ex-prefeito Max Filho e o ex-governador Paulo Hartung, este que impedia qualquer favorecimento à cidade onde Max tinha seu colégio eleitoral.

4.3 CONDIÇÕES

Os defensores do Parque Natural Municipal de Jacarenema encontram-se com poucos recursos e espaço de ação para lidarem com os desafios. Embora haja vários passivos, estes são os principais: a violência política na formulação do PDM²¹, o crescimento urbano do município, a expansão da Grande Terra Vermelha e a realocação de pessoas instaladas em locais impróprios (alagáveis). Sobre essas questões, a influência dos ambientalistas e dos ativistas pelo bem-estar de Vila Velha é muito pequena.

Exposta a situação, nota-se que a mídia, a classe política e o empresariado não se tornarão aliadas na defesa do Parque. É possível provocar maior número de

²¹ Atribui-se o termo “violência política” às atitudes tomadas pelos políticos na formulação do PDM, pois além de não haver participação popular na formulação da lei e de acontecer degradação do meio ambiente, as decisões tomadas, sabidamente, intensificam o problema dos alagamentos na cidade, piorando a qualidade de vida do cidadão.

reportagens, conseguir patrocínio - embora modesto - com empresários capixabas para execução de projetos de conservação de Jacarenema e até envolver alguns políticos da oposição na conservação de Jacarenema (principalmente do PT). Porém, não será possível criar uma força significativa, capaz de impedir o ambicioso movimento desenvolvimentista em curso, relacionando-se apenas com os atores do estado.

Faz-se necessário reconhecer que os ambientalistas eram ignorados antes da última grande chuva e, embora tenham ganhado mais espaço com as chuvas de dezembro de 2013, as forças que os deixavam em isolamento político não se alteraram. Os espaços disponibilizados pelo poder público para participação deles - como o conselho de Jacarenema - não influenciam decisões, como, por exemplo, a respeito do PDM ou sobre a instalação do porto de águas profundas; na opinião de alguns ambientalistas, apenas serve para validar as atitudes do executivo ou, em outras palavras, eles são usados para legitimar atos que possivelmente não deveriam ocorrer.

De fato, as apreciações que acontecem nos conselhos têm a participação de membros da sociedade civil organizada - esta sempre com menor número de votos nas votações - e fortalece as decisões tomadas pelos detentores do poder, contudo, sem satisfazer os anseios ambientalistas. Em suma, a participação dos ambientalistas e dos empreendedores sociais nos conselhos e as outras atitudes que porventura eles desempenham podem até retardar e mitigar o passivo ambiental gerado por certas decisões políticas e algumas intenções empresariais; porém, são incapazes de bloqueá-las, visto, por exemplo, a consolidação de empreendimentos que muito os desagradaram, como o Riviera Park e o Royal Park Jacarenema, além do grande aterro demonstrado às margens do Rio Marinho na figura 129.

À medida que se distancia de dezembro a situação piora, uma vez que aos poucos a indignação presente na população, causada pelo desastre das chuvas de dezembro, se esvai, e aqueles que pretendem urbanizar toda área de amortecimento da unidade de conservação vão ficando livres para tomarem atitudes controvertidas.

Não bastassem essas dificuldades, as entrevistas notaram que a população em geral, das classes mais altas às mais baixas, não sabe o que significa a sigla PDM ou o que é um Plano Diretor Municipal; pior: a maioria é incapaz de dizer quem são

os vereadores do município (uma pesquisa de janeiro de 2011 mostrou que 55% do eleitorado não lembrava em quem votou nas eleições de 2008) (TOMAZELLI, 2011). Essa ignorância colabora para a desordem na lei definidora do uso e da ocupação do solo.

Mesmo que a mídia seja mais mobilizada, a maioria das matérias que tratam sobre o uso e a ocupação do solo exibem no título a sigla “PDM”, fugindo do alcance intelectual da maioria. Seguem exemplos de títulos criados por diferentes jornais: “Ministério Público entra com ação contra mudanças no PDM de Vila Velha” (Gazeta Online (GAZETA ONLINE, 2013c); “PDM de Vila Velha recebe dois votos a favor e pedido de vista interrompe votação” (ES Hoje (PAIXÃO, 2014); “Dois votos no Tribunal de Justiça para liberar PDM de Vila Velha” (Folha Vitória (FOLHA VITÓRIA, 2014); “Julgamento da Adin do PDM de Vila Velha é novamente adiado” (Século Diário (COMETTI, 2014c).

Por reconhecer a ignorância a respeito do PDM e a importância de conscientizar a população, o FPDVV criou uma cartilha explicativa sobre o PDM, em 2011, quando a primeira transgressão da lei se consolidou (Neucimar Fraga sancionou a Lei nº 5.155/2011). No entanto, a cartilha não teve ampla divulgação e é difícil encontrá-la, mesmo quando se pesquisa sobre o tema. Logo, os vila-velhenses continuam desconhecendo o assunto e, somadas a atual circunstância, as condições para defesa de Jacarenema são pequenas.

4.4 PROJEÇÕES

Após observar as pressões e os interesses, percebe-se que o desenvolvimento urbano da cidade é inevitável. Em breve um novo PDM será estabelecido e o poder público retornará a estimular a urbanização. Novas vias serão criadas, haverá asfaltamento e perda da permeabilidade do solo, e a indústria da construção civil ocupará novas áreas e lançará novos empreendimentos. Portanto, a malha urbana se direcionará para Jacarenema, de forma que a malha já existente na sua zona de amortecimento do Parque expandirá.

Não é possível prever como será o futuro PDM de Vila Velha. Espera-se uma conduta inadequada da maioria dos vereadores, do mesmo modo que se pode

esperar uma posição insatisfatória de Rodney Miranda, uma vez que criou um Projeto de Lei de PDM sem envolvimento da população. Não bastasse o cenário municipal, a reeleição do Governador Renato Casagrande não é positiva para a conservação da unidade de conservação, porém não significa que outra pessoa à frente do executivo estadual terá uma postura melhor. A simbiose entre a classe política e a empresarial, da forma que acontece, e a pouca cobertura da mídia, coloca o judiciário como o único elemento a impedir a extinção do Parque.

Logo, dificilmente haverá retrocesso ao PL nº 034/2006 - criado por Max Filho e com envolvimento popular - para criação de um novo PDM. Mesmo se houver, certamente distorções ocorrerão no processo legislativo. Porém, as fortes chuvas de dezembro pressionaram o executivo municipal, visto o decreto proibitivo para a construção em áreas mais sensíveis ambientalmente; aparentemente, não há risco próximo de extinção da Jacarenema, mas sua área de amortecimento será degradada.

A Grande Terra Vermelha se expandirá e os loteamentos locais se consolidarão. Em breve ocorrerá a construção de residências no Riviera Park; em seguida, no empreendimento da Teixeira Holzmann. Isso será uma derrota para os ambientalistas, demonstrando a incapacidade deles de alcançarem o que querem. A densidade demográfica da região provavelmente irá aumentar e, caso ocorra o superporto, ela crescerá de forma muito maior, o que é um risco para Jacarenema e para a qualidade de vida em Vila Velha, pois a organização do desenvolvimento urbano no suposto local de instalação do porto é insatisfatória.

Agravando, os habitantes da Grande Terra Vermelha são, certamente em quantidade, os moradores de Vila Velha com menor grau de escolaridade, menor capacitação profissional e, mesmo com a proximidade do local escolhido para instalação do porto, serão pouco beneficiados com os postos de trabalho. Luiz Cláudio Ribeiro, professor e historiador da Universidade Federal do Espírito Santo, afirmou esse entendimento em audiência pública promovida pelo FPDVV sobre o tema, no dia 07 de novembro de 2013, e ressaltou que a ausência de infraestrutura e os bolsões de pobreza ampliarão (COMETTI, 2013b).

Salvo o período de construção, quando mão de obra pouco qualificada será demandada, poucos cargos serão ocupados por aqueles que ocupam as menores camadas sociais enquanto o porto estiver sendo concluído; os intensos problemas sociais da região serão agravados, podendo até mesmo retardar os efeitos das políticas de erradicação das palafitas (NOÉ, acesso em 29 out 2013). Pode-se repetir o ocorrido no município de Serra, uma instalação de indústrias resultando na atração exacerbada de pessoas que desencadeará violência (MATTOS, 2013). Entre 1970 e 2000, a população de Serra aumentou 1.858% (SIQUEIRA, 2001) e, nos setes anos seguintes, apresentou uma taxa média de 102,4 homicídios em 100 mil habitantes, de acordo com uma série histórica de estudos realizados pelo Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e organização da sociedade civil organizada (WAISELFISZ, 2008).

Essa taxa regional consegue superar as taxas de homicídios dos países mais violentos do mundo (WAISELFISZ, 2008). Não obstante, o porto pode gerar outras mazelas sociais. Um exemplo disso é o que ocorreu em Pernambuco: de acordo com Araujo (2011), o crescimento do Porto Indústria de Suape influenciou, mesmo indiretamente, a prostituição infanto-juvenil da comunidade em sua área de influência. Através de entrevistas, com crianças e jovens praticantes de prostituição, Araujo percebeu que 63,63% daqueles que as exploravam sexualmente eram trabalhadores do porto de Suape. Não só, 90,90% das entrevistadas começaram a se prostituir em 2009, ano marcante, quando ocorreu acentuado crescimento do PIB pernambucano, estado que tem como um dos pilares econômicos o Porto de Suape. Metade das entrevistadas por Araujo recebia, em 2011, entre 10 e 15 reais por programa.

Um número considerável de estudos comprovou a ligação entre o desenvolvimento econômico e a frequência de crimes. Os países com maior diferencial salarial são pelo menos quatro vezes mais prováveis de serem afetados por crimes violentos do que sociedades equitativas (UNODC, 2011). Nesse sentido, é importante ressaltar que a distância entre as palafitas da Grande Terra Vermelha e os prédios milionários da Praia de Itaparica não superam cinco quilômetros: a construção do superporto fomentará o aumento populacional de uma região paupérrima e, em parte,

construída em área natural de alagamentos, próxima à riqueza e às edificações incoerentes com o padrão de vida da maioria da população vila-velhense.

É sabido que a intensificação dos problemas sociais constrói um possível ciclo de pobreza, com gravidez precoce se tornando frequente, conseqüentemente afastando as mulheres das salas de aula e diminuindo a renda per capita familiar, o que influencia a qualidade de vida dos filhos e as oportunidades que eles terão. As jovens gestantes encontram problemas ao contarem da gravidez para a família, o que resulta em omissão da gestação e acompanhamento pré-natal tardio, aumentando a possibilidade de problemas evitáveis e o nascimento de bebês pouco saudáveis (NADER; COSME, 2010).

A construção do porto de águas profundas será benéfica para o estado, porém desastrosa se construída em Vila Velha. Não obstante o impacto social, que elevará o grave problema de segurança pública da cidade, isso implicará em conseqüências ambientais. A pressão de caça e de pesca na unidade de conservação aumentará, o despejo de esgoto doméstico e industrial idem, e certamente novas pessoas viverão dentro da área natural de inundação do Rio Jucu, impermeabilizando-a e intensificando a inundação dos corpos d'água e os alagamentos no restante do município.

Esse crescimento da malha urbana acarretará mais problemas de mobilidade, que muitas vezes ocorrem quando chove, ao ponto, talvez, de não serem mais necessárias fortes chuvas para ocasionar uma falência logística. Além disso, casas serão invadidas pela água nos períodos chuvosos em maior quantidade; do mesmo modo serão danificados carros e a cidade, muito violenta, tornar-se-á ainda mais hostil para a maioria dos moradores. Caso se concretize a industrialização outrora almejada para a Vila Velha, essas adversidades se ampliarão ainda mais e as balneáveis praias - o principal atrativo turístico e gerador de bem estar da cidade - ficarão comprometidas e o Parque de Jacarenema sofrerá uma contaminação química ainda maior.

4.5 ALTERNATIVAS

Perante o exposto, várias são as ameaças e as limitações para a proteção do Parque Natural Municipal de Jacarenema. Em curto prazo, algumas medidas podem retardar ou mitigar os passivos ambientais presentes e previstos, porém, nenhuma ação garantirá a existência da unidade de conservação, muito menos da sua área de amortecimento, sem o envolvimento da população.

Embora os vila-velhenses não saibam o que é um PDM, eles vivem os transtornos causados pela chuva e todos, das classes mais baixas às mais altas, sabem a influência da urbanização e do crescimento desordenado da malha urbana nos alagamentos da cidade. O que não os instruíram, ou eles, em maioria, não conseguem perceber por si só é o fato da planície de inundação do baixo Rio Jucu - presente na zona de amortecimento da unidade de conservação - ter, para a cidade, a função de receber, armazenar e absorver um grande volume de água quando chove e, por isso, diminuiu os alagamentos e as inundações do município.

A planície de inundação do Rio Jucu presta esse serviço ambiental para o município de Vila Velha. Uma vez que ela seja impermeabilizada, os bairros que mais sofrem com as precipitações pluviométricas - Guaranhuns, Vila Guaranhus, Bairro Darly Santos, Pontal das Garças, Praia das Gaivotas, Jockey de Itaparica, Ilha dos Bentos, Nova Itaparica e Santa Mônica - passarão por alagamentos e as mazelas trazidas por eles em proporções maiores e negativamente não são mensuráveis. Três dias depois de cessadas as fortes chuvas de dezembro de 2013, os alagamentos nesses bairros registravam cerca de um metro de altura (GAZETA ONLINE, 2013d) e demoraram dias para desaparecer, motivo que levou o prefeito Rodney Miranda a rasgar a praia do Parque.

O número de eleitores nesses bairros é o suficiente para eleger alguns vereadores. Inclusive, Arnaldinho Borgo, Rogério Cardoso e Andinho são bem ligados a eles. Borgo foi eleito pelo bairro Praia das Gaivotas, Cardoso adquiriu seu mandato com o apoio dos moradores de Santa Mônica e Andinho possui eleitores em Ilha dos Bentos e Guaranhuns. Se a população desses bairros for corretamente informada sobre como esses parlamentares desconsideram a planície de inundação do Rio Jucu na hora de votarem o PDM e as consequências desse descaso para a vida dela, eles terão dificuldades para serem reeleitos; ainda mais, permitirá que seus

concorrentes utilizem a proteção de zona de amortecimento de Jacarenema como vantagem perante seus adversários, possível, assim, que os desejos dos conservacionistas se transformem em políticas reais.

Esses 10 bairros podem eleger até mais do que 3 vereadores e, dessa maneira, garantir mais votos nos momentos de decisão do PDM. Porém, isso só ocorreria se todos os moradores desses bairros fossem adequadamente informados sobre o papel da área natural de inundação do Rio Jucu na diminuição dos alagamentos das suas respectivas ruas e casas e a importância da proteção legal do Parque para se evitar que aterrem e impermeabilizem o solo nessa região. Ainda seria necessário que eles fossem informados sempre que alguma votação a respeito do PDM ocorresse.

A área natural de alagamento do baixo Rio Jucu estará resguardada de urbanização enquanto a zona de amortecimento de Jacarenema existir. Esta, por sua vez, depende da proteção legal do Parque - algo que Neucimar Fraga e o Governador Renato Casagrande possivelmente tentaram desfazer.

É necessária uma nova estratégia para defesa de Jacarenema e se evitar esse tipo de comportamento político. Ela envolve o diálogo com a população, algo que os ambientalistas até o momento não conseguiram realizar satisfatoriamente. É preciso evitar o amadorismo e envolver profissionais de comunicação capazes de cativar os munícipes.

Mesmo que os citados bairros sejam os mais críticos tratando-se dos alagamentos na cidade, tantos outros são acometidos pelo mesmo problema, de tal forma que a partir das últimas chuvas, todos os políticos a se candidatarem obrigatoriamente terão que propor soluções para os alagamentos. Reconhecendo a baixa cota altimétrica do município, as obras de engenharia e as estações de bombeamento, que porventura sejam propostas como soluções para os alagamentos, não serão capazes de evitar os problemas de drenagem em uma geografia tão delicada, portanto, deve-se evitar que essa mentira seja bem recepcionada pela população.

Então, sabendo dos poucos recursos, reconhecendo a necessidade de envolver o maior número de pessoas possíveis, observando a presença dos líderes comunitários e dos moradores interagindo e questionando sobre os problemas dos

seus bairros pelas redes sociais, percebe-se que a internet é a melhor opção para disseminar que Jacarenema e seu entorno tem a função de absorver as águas das chuvas e que ela é necessária para a boa qualidade de vida dos vila-velhenses.

Porém, apenas a divulgação dessas informações nas redes sociais, não associadas a instrumento(s) atrativo(s) (como vídeos, *gifs*, imagens e músicas) e sem a ajuda de pessoas familiarizadas com a propagação de dados nas redes, não será suficiente. Neste momento são necessários os profissionais de comunicação, para criarem mídias envolventes, e os habituados com as redes sociais, para propagar o material produzido pelos diversos meios disponíveis. Muitos vídeos criados por ONGs demonstraram ser capazes de rapidamente se disseminarem pela internet e provocar reações na sociedade. Com o valor de 2.000 reais, uma página do Facebook acompanhada por 1.500 pessoas é capaz de exibir uma postagem para um público de 230.000 - 380.000 indivíduos.

Inclusive é possível direcionar quem irá visualizar a postagem e, entre as opções, pode se escolher os moradores de uma determinada cidade, o que é ótimo para essa alternativa. Vila Velha possui cerca de 290.000 eleitores e a postagem de um vídeo viral* nessas condições, com impulsão patrocinada, alcançar-se-ia um número de eleitores capazes de elegerem um prefeito.

O ideal seria a elaboração de uma série de 5 vídeos, de fácil compreensão para todos as pessoas, com as idéias aqui expostas sobre a importância da proteção de Jacarenema para a diminuição dos alagamentos na cidade. A divulgação - patrocinada - deles deveria ser através de uma página no *Facebook* nas condições explicitadas acima, preferencialmente num ano eleitoral, em etapas diferentes para a discussão se prolongar e forçar a inserção de Jacarenema no debate político.

Vários assuntos podem ser usados para polemizar e estimular o compartilhamento dos vídeos. Por exemplo, a casa do ex-prefeito Vasco Alves dentro da unidade de conservação (figura 136) pode ser exposta em um dos vídeos, questionando o silêncio a respeito dela ou também por que o ex-prefeito não respondeu judicialmente pela participação na criação do bairro Pontal das Garças. Não faltam fatos relevantes para provocar a sociedade, falta capacidade dos ambientalistas e da oposição política para traduzir tais fatos para uma linguagem simples e propagá-los entre os cidadãos.

A criação desses audiovisuais e o levantamento dessa verba não são difíceis para um partido da oposição e pode se tornar uma estratégia de campanha. Do mesmo modo é possível que uma ONG realize uma captação de recursos e consiga apoio gratuito de profissionais para criação desses vídeos. Tal medida é a melhor opção para a conservação de Jacarenema, mas não é a única.

Existem outras cinco que podem ser tomadas enquanto esse projeto não é executado e também podem ocorrer concomitantemente a ele. A primeira é propor um projeto de lei para a pavimentação de ruas com material que facilite a absorção de água das chuvas, em locais de menor tráfego de veículos. Isso geraria mídia gratuita, provocaria uma reflexão na sociedade e, caso aceito, poderia provocar uma alteração cultural, tornando os vila-velhenses mais conscientes e/ou envolvidos na questão da macrodrenagem municipal.

O político ou empreendedor social que concretizasse essa mudança em certas vias receberia popularidade e prestígio, uma vez que as chuvas de dezembro de 2013 sensibilizaram a população para tal tipo de medida, além de que muitas passagens de Vila Velha ainda não são asfaltadas. A proposta pode soar estranha num primeiro momento, mas o bairro Praia da Costa, considerado o mais nobre da cidade, não possui asfalto em todas as suas ruas, apenas nas principais, e os moradores não se incomodam com esse fato.

Uma segunda alternativa seria advogar para a criação de um centro de visitação no Parque Natural Municipal de Jacarenema, com um museu de imagens e vídeos educativos, mostrando a história da unidade de conservação e como ela interage com a chuva. Já existe verba de compensação ambiental destinada para sanear a irregularidade fundiária existente na área do Parque e a criação do centro, porém o montante foi penhorado pela justiça para pagamento de dívidas trabalhistas da PMVV (BERNARDES, 2012). Os conselheiros da unidade de conservação já advogam pela recuperação da quantia e a construção do centro de visitação, mas, para melhor resultado dessa ação, é preciso associação do centro com a mensagem ou um slogan como “Jacarenema, o Parque que ajuda na absorção das águas das chuvas”, assim como a Barra do Jucu é associada às festas tradicionais e ao Congo (ritmo musical).

A terceira medida seria iniciar um novo tipo de postura em relação às ações jurídicas produzidas contra os administradores públicos eleitos, visto que Vasco Alves (figura 146) possui uma casa dentro da unidade de conservação e, também, que nenhum gestor público eleito foi condenado por promover mau uso e/ou ocupação indevida do solo do município até o momento (intencionalmente ou não), o que nos faz perceber uma grande impunidade em Vila Velha.

Embora importantes e necessárias, ajuizar essas ações judiciais demanda muito tempo e muita energia²², e o ataque aos “reis” é pouco frutífero e não precisa ser a única opção jurídica. Iniciar uma “caça aos pequenos bruxos e feiticeiras” pode ser uma estratégia interessante. Toda ação na administração pública é autorizada por um mandante e cumprida por, pelo menos, um funcionário público. Este é obrigado a seguir os princípios da administração pública - da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, e qualquer violação deles ou das normas vigentes, pode sujeitar penalidades a ele. Conseguir punir um funcionário público, que violasse os requisitos da função ou as regras dos processos públicos relacionados à Jacarenema, geraria três importantes consequências: mídia espontânea para um problema ambiental, desmotivaria outros funcionários públicos a fazer o mesmo e, principalmente, comprovaria que determinada instituição pública estaria desempenhando papel avesso às suas atribuições.



Figura 146 - Vasco Alves. Foto: Capixabão

²² O processo de criação de uma ação popular contra a atual administração pública realizada pelo FPDVV, foi acompanhada durante a pesquisa.

Como consequência, acarretaria desgaste de imagem do(s) gestor(es) público(s) e daria mais respeitabilidade ao movimento ambiental. No momento o empreendimento da Chamon Empreendimentos pretende suprimir uma área de reprodução de *Goiamum*, espécie em estado delicado de extinção, enquanto o técnico da prefeitura responsável pela análise do projeto não manifestou preocupação com o fato nem pediu compensação ambiental, podendo ser o primeiro alvo desta estratégia.

A quarta medida é o envolvimento das festas populares da Barra da Jucu na conservação da reserva. *Jacarenema* faz parte do folclore popular da Barra do Jucu, inclusive é cantada nas músicas das bandas de congo locais, porém os moradores da Barra não possuem força política capaz de repelir as tentativas de extinguir a unidade de conservação, por não formarem uma grande quantidade de votos. Mas eles são capazes de fortalecer a luta em defesa de *Jacarenema*, inclusive alguns barrenses compõem o Conselho do Parque e o fazem com extraordinária energia. Se fosse possível envolver alguma festa popular com a caminhada em volta de *Jacarenema*, criada pelo vereador Zé Nilton, a importância simbólica de *Jacarenema* aumentaria significativamente.



Figura 147 - Fincada do Mastro de São Benedito na Barra do Jucu. É uma festa tradicional dos devotos do Santo Negro, sempre acompanhada por bandas locais de Congo, ritmo musical característico do local.

Foto: Fábio Canhim

A quinta e última medida é a produção de um material a ser entregue aos promotores e jornalistas, com o propósito de facilitar a ação desses profissionais em prol de Jacarenema. O mesmo deve ser simples, livre de jargão técnico, dotado de números e estatísticas relevantes, apresentando os expoentes da biodiversidade local (explorando os animais carismáticos, como a lontra) e com imagens da reserva que inspirem a conservação da mesma. Mais importante é esse produto apresentar uma compilação de estudos de caso dos efeitos do desrespeito à fragilidade ambiental em cidades mundo afora em mesma circunstância de Vila Velha, denotando os prejuízos ao erário público – como irá acontecer no município se as propostas de engenharia e bombas de sucção para diminuir os alagamentos se concretizarem de água. Essas medidas são necessárias, porém, apenas porque a ocupação do solo de Vila Velha não respeita a legalidade, a moralidade nem os próprios moradores.

O material deve ser entregue as pessoas indicadas e disponibilizado na internet para facilitar a consulta por interessados na conservação do Parque. O ideal seria a existência de um número de telefone a ser entregue para os jornalistas e os promotores, para que eles pudessem fazer rápidas consultas no momento que precisassem. Dado que os jornalistas possuem pouco tempo para finalizar suas matérias e os promotores trabalham sobrecarregados, isso seria um apoio muito bem recepcionado por eles.

4.6 Orientação do Problema - Framework

Esclarecimento dos objetivos A população se incomoda com a macrodrenagem municipal e o poder constituído claramente almeja expansão da malha urbana - de forma a ameaçar a unidade de conservação. O conhecimento a respeito da hidrografia do município e como a pavimentação do solo afeta a macrodrenagem deve ser inserido no cotidiano dos munícipes.

Tendências São duas as maiores pressões que impulsionam o crescimento urbano em direção de Jacarenema: o crescimento da população de Vila Velha e a instalação de um porto de águas profundas no município.

Condições	O conflito resulta da coalizão entre empresários e políticos e os seus interesses - mesmo que distintos - de crescimento do município. Os ambientalistas são incapazes
Projeções	A unidade de conservação será mantida, porém a zona de amortecimento e a macrodrenagem do município será amplamente comprometida.
Alternativas	<ul style="list-style-type: none">· Criação de vídeo “viral” sobre a relação de Jacarenema e a hidrografia do município;· Projeto de lei sobre pavimentação favorável a drenagem de água;· Criação de um centro de visitação no Parque Municipal de Jacarenema, com um museu de imagens e vídeos educativos, mostrando a história da unidade de conservação e como ela interage com a chuva;· “Caça aos pequenos bruxos e feiticeiras”;· Envolvimento das festas populares da Barra do Jucu na conservação da reserva;· Produção de um material a ser entregue aos promotores e jornalistas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TRIBUNA. Condomínio com jeito de bairro. **A Tribuna**, Vitória, p. 23, 04 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=740786&page=64>>. Acesso em: 23 out 2013.

ABAURRE, M. da G. **Perfil no Linked In**. [s.d.]. Disponível em: <<http://br.linkedin.com/pub/maria-da-gl%C3%B3ria-abaurre/71/133/b52>>. Acesso em: 12 jul 2013.

ABE, A. T. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ACHIAMÉ, F. A. M. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 368p.

ACQUATOOL CONSULTORIA. **Elaboração dos estudos para desassoreamento e regularização dos leitos e margens dos rios Jucu, Formate e Marinho na região metropolitana da Grande Vitória**. Relatório final de consolidação. 2009. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=564&Itemid=227>. Acesso em: 19 ago 2013.

AGÊNCIA EFE. Exército boliviano ocupa duas refinarias da Petrobras. **Portal do Terra**. 01 maio 2006, atualizado em 02 maio 2006. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,O1985712-EI306,00-Exercito+boliviano+ocupa+duas+refinarias+da+Petrobras.html>>. Acesso em: 30 set 2013.

AGÊNCIA ESTADO. Filho do governador Ivo Cassol é transferido para ES. **Site do Estadão**. 09 abr. 2008. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,filho-do-governador-ivo-cassol-e-transferido-para-es,153770>>. Acesso em: 01 set 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Atlas Brasil de abastecimento urbano de águas**. Site do Atlas Brasil da Agência Nacional de Águas. 2010. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>>. Acesso em: 24 out 2013.

ALMEIDA, J. L. de; SOUZA, A. G. de. **O processo de parcelamento do solo no distrito da Barra do Jucu**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1985.

ANTOLINI, M. A. Rodney Miranda decreta Situação de Emergência em Vila Velha. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 23 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2013dez.rodney-miranda-decreta-situacao-de-emergencia-em-vila-velha-4663>>. Acesso em: 26 nov 2013.

ARAÚJO, D. S. D. Restingas: Síntese dos Conhecimentos para a Costa Sul - Sudeste. In: I Simpósio sobre Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira, ACIESP, 1987, São Paulo. **Anais do simpósio**. Síntese dos Conhecimentos. p.333 - 347.

ARAUJO, D. S. D.; HENRIQUES, R. P. B. Análise florística das restingas do Estado do Rio de Janeiro. In: Lacerda, L. D. de et al. (Orgs.). **Restingas**: Origem, Estrutura e Processos. Niterói: CEUFF, 1984, p.159 - 193.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Deputados. **Site da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br/portal/frmDeputadoSubsite.aspx>>. Acesso em: 13 ago 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE INTERNACIONAL. **Marítimo** - Tipos de Navios. [s.d.]. Disponível em: <http://www.abreti.org.br/beta/tipos_navios.php>. Acesso em: 10 jul 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12267** - Normas para elaboração de Plano Diretor. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/30913682/NBR-12267-Normas-para-elaboracao-de-plano-diretor>>. Acesso em: 10 jul 2013.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PRAIA DA COSTA (AMPC). Presidente da Câmara de Vila Velha participa de audiência na sede da AMPC. **Jornal Praia da**

Costa. Jul. 2007, ano 09, nº 115. Disponível em: <http://www.ampc.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=13&dir=DESC&order=name&limit=9&limitstart=9>. Acesso em: 20 ago 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. Asevila entrega para Prefeitura de Vila Velha o Plano Estratégico 2013-2016. **Site da Associação dos Empresários de Vila Velha.** 2012?. Disponível em: <http://www.asevila.org.br/index.php?id=/capa/materia.php&cd_matia=2554>. Acesso em: 17 out 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Atualização do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha.** Informativo eletrônico. Vila Velha, julho/agosto 2011. Disponível em: <http://www.asevila.org.br/_midias/pdf/asevila_julho_2011-690-4e527141070c4.pdf>. Acesso em: 17 out 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. Histórico. 2009. **Site da Associação dos empresários de Vila Velha.** Disponível em: <<http://www.asevila.org.br/index.php?id=/institucional/historico/index.php>>. Acesso em: 17 out 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Vila Velha** – diretrizes de projetos. Vila Velha, 2010. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/files/arquivos/publicacoes/publicidade/6-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha/174-plano-de-desenvolvimento-sustentavel-de-vila-velha.pdf>>. Acesso em: 17 out 2013.

AULER, Marcelo. PF prende presidente do TJ do Espírito Santo e mais sete. **Site do Estadão.** 09 dez. 2008. 2008b. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pf-prende-presidente-do-tj-do-espírito-santo-e-mais-sete,291040>>. Acesso em: 04 abr 2013.

AULER, Marcelo. Procuradoria do ES denuncia 21 acusados na Operação Titanic. **Site do Estadão.** 11 abr. 2008. 2008a. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,procuradoria-do-es-denuncia-21-acusados-na-operacao-titanic,155270>>. Acesso em 04 abr 2013.

AZEVEDO, J. S. G. **Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo.** Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 10, n. 1, p. 49-67, julho 2000.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Programa BNDES ProCopa Turismo financiará com R\$ 20,3 milhões hotel Íbis em Botafogo (RJ). **Site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** 22 nov. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/esportes/20101122_procopa_hotel_ibis.html>. Acesso em: 30 jul 2013.

BASTOS, M. de N. do C. **A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras.** 1995. Disponível em: <<http://repositorio.museugoeldi.br/jspui/bitstream/123456789/568/1/B%20MPEG%20Ant%2011%281%29%201995%20BASTOS.pdf>>. Acesso em: 06 jul 2013.

BERNARDES, Flávia. Jacarenema sob pressão: dinheiro destinado à compensação ambiental sai da conta sem autorização. **Jornal Online Século Diário.** 10 set. 2012, atualizado em 11 set. 2012. Disponível em: <<http://web.grupomaquina.com/maquinaNet/techEngine?sid=MaquinaNet&command=noticiaClippingSite&action=visualizar&RSS=true&idCliente=1004&idNoticia=3347488749910&idClienteRSS=1004>>. Acesso em: 29 jul 2013.

BERNARDES, Flávia. MPES afirma que lei sancionada por Rodney repete artigos inconstitucionais do PDM. **Jornal Online Século Diário.** 10 set. 2013, atualizado em 14 set. 2013. 2013c. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/12821_out_mpe-afirma-que-lei-sancionada-por-rodney-repete-artigos-inconstitucionais-do-pdm>. Acesso em: 10 set 2013.

BERNARDES, Flávia. MPES instaura inquérito contra presidente da Câmara de Vila Velha. **Jornal Online Século Diário.** 17 set. 2013, atualizado em 26 set. 2013. 2013b. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/12922_out_mpes-instaura-inquerito-contra-presidente-da-camara-de-vila-velha-1>. Acesso em: 17 set. 2013.

BERNARDES, Flávia. 'Não vamos colocar qualquer empecilho, nem para a prefeitura nem para os empresários', disse Carlini. **Jornal Online Século Diário**. 13 jun. 2013, atualizado em 21 jun. 2013. 2013d. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/exibir.php?id=8812>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

BERNARDES, Flávia. TJES barra embargo e mantém Adin que suspende PDM de VV. **Jornal Online Século Diário**. 06 jun. 2013, atualizado em 11 jun. 2013 (2013a). Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/exibir.php?id=8704>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

BERNARDES, Flávia. Vale e Cepemar vão estudar erosão nas praias de Vitória (ES). **Jornal Online Século Diário**. Vitória. 03/04/2008. Disponível em: <http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias/view&id=111252&%5Bidioma_id%5D=&%5Bidnoticia%5D=&%5Bidusuario%5D=&%5Btitulo%5D=&%5Btexto%5D=&%5Bdatacad%5D=&%5Bdatapub%5D=&%5Bpublicado%5D=1&%5Bfonte%5D=&%5Bautor%5D=&%5Bidfonte%5D=&%5Bidtipo%5D=&%5Bidioma%5D=&%5Burl_referencia%5D=&%5Bdestaque%5D>. Acesso em: 14 set. 2013.

BERTOLOTO, R. F.; MELLO, J. C. C. B. S. Eficiência de portos e terminais privativos brasileiros com características distintas. **Journal of Transport Literature**, v. 5, n. 2, p. 4-21. 2011. Disponível em: <http://pesquisaemtransportes.net.br/relit/index.php/relit/article/view/jv5n2p1/pdf_29>. Acesso em: 11 out. 2013.

BESERRA, Angela. Prefeitura inicia processo de elaboração do novo PDM de Vila Velha. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 21 nov. 2013. Disponível em: <<http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2013/11/prefeitura-inicia-processo-de-elaboracao-do-novo-pdm-de-vila-velha-4527>>. Acesso em: 24 out. 2013.

BESSA, Isabel. Reeleito sob críticas, Magno Malta diz que venceu campanha "todos contra" ele no ES. **Site da Uol**. 04 out. 2010. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2010/espírito-santo/ultimas-noticias/2010_out_04/reeleito-sob-criticas-magno-malta-diz-que-venceu-campanha-todos-contra-ele-no-es.jhtm>. Acesso em: 02 fev. 2013.

BIRKLAND, T. A. **An Introduction to the policy process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making.** 3 ed. New York: M. E. Sharpe, 2001.

BONAVIDES, P. *Ciência Política.* 19ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

BORGNETH, Flavio. Ricardo Ferraço afirma que sua decisão de apoiar Casagrande é irreversível. **Site Leia-se.** 3 abr. 2014. Disponível em: <<http://leia-se.com.br/ricardo-ferraco-afirma-que-sua-decisao-de-apoiar-casagrande-e-irreversivel/>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BRAMMER, H. **After the Bangladesh Flood Action Plan: Looking to the future.** *Environmental Hazards* 9 (2010) 118–130.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Site do Planalto,** Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm>. Acesso em: 12 nov. 2013

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Site do Planalto,** Brasília, 18 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Site do Planalto,** Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Instrução normativa nº 003 de 26 de maio de 2003.** 2003. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/179/_arquivos/179_05122008034002.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL. **Mapeamento de riscos em encostas e margens de rios**. Brasília: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 2007. 176 p.

BRASIL. **PAC 2: oitavo balanço**. Mai-ago 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/8/PAC_8_web.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

BRASIL. Portaria nº 151 de 23 de dezembro de 2013. Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial da União**, [S.l.], 24 dez. 2013, nº 249, p. 63. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/PORTARIA%20151,%20RECONHECIMENTO%20SITUA%C3%87%C3%83O%20EMERGENCIA.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRIDI, Rita. Rodovia do Sol ganha 2 mil lotes em condomínios de luxo. **Jornal Gazeta Online**. 24 fev. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/02/noticias/a_gazeta/economia/1124789-rodovia-do-sol-ganha-2-mil-lotes-em-condominios-de-luxo.html>. Acesso em: 08 mar. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados. **Site da Câmara dos Deputados**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Dep_Lista.asp?Legislatura=54&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=ES&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None>. Acesso em: 11 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Almir Neres. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=69>. Acesso em: 2 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Anadelso Pereira. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=94>. Acesso em: 22 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Anderson De Oliveira Almeida - Andinho. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha,

[s.d.] Disponível em:
<http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=75>. Acesso em: 03 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Arnaldo Borgo Filho. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=85>. Acesso em: 18 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Belarmino Nunes Filho - Belo. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: < http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=73>. Acesso em: 21 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Duda da Barra. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=85>. Acesso em: 17 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Ivan Carlini. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: < http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=74>. Acesso em: 29 out. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar João Artem. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=75>. Acesso em: 22 out. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Joel Rangel. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: < http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=89>. Acesso em: 3 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Jose Nilton Oliveira Santos. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: < http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=93>. Acesso em: 19 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Marcos Antônio Rodrigues. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=79>. Acesso em: 18 out. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Osvaldo Maturano. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=91>. Acesso em: 16 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Ricardo Luiz Chiabai. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=90>. Acesso em: 11 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Rogério Cardoso Silveira. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=79>. Acesso em: 01 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do Parlamentar Valdir Neitzel - Valdir do Restaurante. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=82>. Acesso em: 12 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Valter Rito Rocon - Valter Rocon. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=83>. Acesso em: 15 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Apresentação do parlamentar Wedson Boneli. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=95>. Acesso em: 23 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Arnaldinho quer suspender atividades da Cesan. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 28 maio 2014. 2014b. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/noticias_online.asp?id_noticia=1276>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Audiência pública discute mudanças no município. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. 14 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/audiencia-publica-discute-mudancas-no-municipio-870>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Calendário oficial de Vila Velha terá novos eventos e datas. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 03 out. 2013. 2013c. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/noticias_online.asp?id_noticia=891>. Acesso em: 24 mai. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Câmara recebe notificação oficial da justiça e Almir Neres é afastado. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**. 08 jul. 2013. 2013a. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/noticias_online.asp?id_noticia=771>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Comissões permanentes. Comissão de justiça e redação. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/comissao_exibe.asp?id_comissao=33>. Acesso em: 25 out. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Dados sobre a comissão de acompanhamento e fiscalização de leis. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/comissao_exibe.asp?id_comissao=37>. Acesso em: 20 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Dados sobre a comissão de Administração, Obras, Transporte, Comunicação, Indústria, Comércio e Agricultura. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereador_exibe.asp?id_vereador=69>. Acesso em: 05 maio 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Dados sobre a comissão de saúde e de saneamento básico. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, [s.d.]. Disponível em: <http://cmvv.es.gov.br/comissao_exibe.asp?id_comissao=37>.

Acesso em: 14 nov. 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Sancionada lei que fixa prazo para entrega de mercadorias vendidas em lojas. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 16 mai. 2013. 2013b. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/noticias_online.asp?id_noticia=713>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Valter Rocon defende emancipação da região V. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 18 fev. 2014. 2014a. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/noticias_online.asp?id_noticia=1084>. Acesso em: 02 mar. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Vereadores. Site da Câmara Municipal de Vila Velha. [s.d.]. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/vereadores_lista.asp>. Acesso em: 01 jan. 2013.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira; MIGUEZ, Marcelo Gomes. **Controle de Inundações em Bacias Hidrográficas Metropolitanas**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2011.

CARNELLI, P. R. **Perfil no Linked In**. [s.d.]. Disponível em: <<http://br.linkedin.com/pub/paulo-ruy-carnelli/51/42b/773>>. Acesso em: 24 mai 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**. 01 jan. 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2244rank.html>>. Acesso em: 03 mar 2014

CEPEMAR. **Relatório de impacto ambiental da dragagem de aprofundamento do complexo portuário de tubarão – VALE**. Relatório Técnico CPM RT 008/10. Vitória. 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA_CPM_RT_008_10.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2013.

CEPEMAR. **Relatório de impacto ambiental do projeto da 4ª usina de pelotização em ponta de Ubu, ES – Samarco Mineração s/a**. Relatório Técnico Final CPM RT 409/09. Vitória. 2009. Disponível em:

<http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RT_409_09_RIMA.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2013.

CEPEMAR. **Relatório de impacto ambiental do terminal industrial - IMETAME**. Relatório Técnico CPM RT 395/11. Vitória. 2011. Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RT_395_11Rima_Terminal_Industrial_Imetame.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2013.

CHAGAS, Tiago. Pastor Silas Malafaia reúne 10 mil participantes na 5ª edição da Eslavec e é destaque na Globo. **Site Gospel Mais**. 07 nov. 2013. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/eslavec-pastor-silas-malafaia-10-mil-participantes-62290.html>>. Acesso em: 11 dez 2013.

CHIABAI, Ricardo. 10 anos da Apae de Vila Velha. **Site de Ricardo Chiabai**. 04 abr. 2013. 2013a. Disponível em: <http://www.ricardochiabai.com/galerias,4733,10_anos_da_apae_de_vila_velha.html>. Acesso em: 05 nov. 2013

CHIABAI, Ricardo. Notícias. **Site de Ricardo Chiabai**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ricardochiabai.com/perfil.html>>. Acesso em: 06 nov. 2013

CHIABAI, Ricardo. Perfil. **Site de Ricardo Chiabai**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ricardochiabai.com/perfil.html>>. Acesso em: 05 nov. 2013

CHIABAI, Ricardo. Vereador Chiabai e Apae de Vila Velha se reúnem com o prefeito Rodney Miranda. **Site de Ricardo Chiabai**. 12 mar. 2013. 2013b. Disponível em: <http://www.ricardochiabai.com/galerias,4733,10_anos_da_apae_de_vila_velha.html>. Acesso em: 06 nov. 2013

CLARK, T. W. **The Policy Process: A Practical Guide for Natural Resource Professionals**. New Haven: Yale University Press, 2002.

CLARK, T. W., BRUNNER, R. D. **Making Partnerships work in endangered species conservation: an introduction to the decision process**. Endangered Species Update. Vol. 13. Nº 91.996. 1996. Disponível em: <http://www.nrccooperative.org/pdfs/ClarkBrunner_Partnerships.pdf>. Acesso em: 05 nov 2012.

CLARK, T. W.; WILLARD, A. R.; CROMLEY, C. M. **Foundations of Natural**

Resources Policy and Management. New Haven: Yale University Press, 2000.

COCHRAN, C. E; MALONE, E. F. **Public Policy:** Perspectives and Choices. 3 ed. Colorado: Lynne Rienner, 1995.

COCHRAN, C. E; MAYER, L. C.; CARR, T. R. **American Public Policy:** An Introduction. 6 ed. New York: St. Martin's Press, 1999.

COMETTI, Any. Duda da Barra propõe estações de bombeamento como contrapartida para superporto. **Jornal Online Século Diário.** 20 fev. 2014, atualizado em 26 fev. 2014. 2014a. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/15503/10/duda-da-barra-propoe-estacoes-de-bombeamento-como-contrapartida-para-superporto-1>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

COMETTI, Any. Fórum em Defesa de VV promove novo debate sobre superporto. **Jornal Online Século Diário.** 24 nov. 2013, atualizado em 29 nov. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/14103/10/forum-em-defesa-de-vv-promove-novo-debate-sobre-superporto-1>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

COMETTI, Any. Julgamento da Adin do PDM de Vila Velha é novamente adiado. **Jornal Online Século Diário.** 27 fev. 2014, atualizado em 07 mar. 2014. 2014c. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/15621/10/julgamento-da-adin-do-pdm-de-vila-velha-e-novamente-adiado>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

COMETTI, Any. Julgamento da Adin do PDM de Vila Velha recomeça com retrocesso. **Jornal Online Século Diário.** 27 mar. 2014, atualizado em 04 abr. 2014. 2014b. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/16081/10/julgamento-da-adin-do-pdm-de-vila-velha-recomeca-com-retrocesso-1>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

COMETTI, Any. Lei do PDM permite construções em área de amortecimento do Rio Jucu. **Jornal Online Século Diário.** 26 dez. 2013, atualizado em 30 dez. 2013. 2013a. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/14679> out. lei-do-pdm-permite-construcoes-em-area-de-amortecimento-do-rio-jucu-1>. Acesso em: 26 dez. 2013.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMMITTEE OF EXPERTS ON PUBLIC ADMINISTRATION. **Bottom-up approaches and methodologies to develop foundations and principles of**

public administration: the example of criteria-based organization assessment. New York: United Nations: Economic and Social Council, 2005. 20 p. Fourth session.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório de administração** – exercício 2011. Site da Companhia Docas do Espírito Santo. 2011. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2006. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2006. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2007. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2007. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2008. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2008. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2009. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2009. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2010. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2010. Disponível em:

<<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2012. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2012. Disponível em:

<<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO. Relatório de administração – exercício 2013. **Site da Companhia Docas do Espírito Santo**. 2013. Disponível em:

<<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=hcNworEySus%3d&tabid=108&language=pt-BR>>. Acesso em: 27 mar 2014.

COMPANHIA PORTUÁRIA VILA VELHA. **Política da Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cpvv.com.br/cpvv/politica.php>>. Acesso em: 30 out 2013.

COOPSAÚDE GAROTO. Diretoria. **Blog Coopsaúde Garoto**. [s.d.]. Disponível em: <<http://coopsaudegaroto.blogspot.com/p/composicao-da-diretoria-da-coopsaude.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. Corpo de Bombeiros apresenta Relatório Operacional das Chuvas. **Site do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo**. 05 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cb.es.gov.br/conteudo/noticias/detalhe/default.aspx?id=f141a453-0080-4b6c-b6b2-cda08d04df33>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

COSER, D. P. Vila Velha ganha mais um shopping para chamar de seu. **Jornal The Brazilian Post Online**. 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.thebrazilianpost.com.br/vila-velha-ganha-mais-um-shopping-para-chamar-de-seu/>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

COSTA, F.; NÉRI, F. Marina Silva se filia ao PSB e diz que apoia candidatura de Campos. **Site do G1**. 05 out. 2013. Disponível em: <

http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2013_out_marina-silva-se-filia-ao-psb-partido-de-eduardo-campos.html>. Acesso em: 29 dez. 2013.

COUTINHO, Danieleh. Neucimar Fraga deixa PR e disputa em 2014 pelo PSB. **Site ES Hoje**. 19 abr. 2013. Disponível em: <http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2013/04/politica/politica_capixaba/3139-neucimar-fraga-deixa-pr-e-disputa-em-2014-pelo-psb.html>. Acesso em: 15 mar. 2013.

DEFESA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO. Boletim de Chuvas da Defesa Civil. **Site da Defesa Civil do Espírito Santo**. 31 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.defesacivil.es.gov.br/conteudo/noticias/detalhe/default.aspx?id=13587f26-04b0-4086-8208-0db14287f2e7>>. Acesso em: 31 dez. 2013.

DEINA, M. A. **Alterações hidrogeomorfológicas no baixo curso do Rio Jucu (ES)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6701_miquelina.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DEINA, M. A.; COELHO, A. L. N. Zoneamento e Análise das Consequências Socioambientais das Áreas Inundáveis no Baixo Jucu em Vila Velha (ES) com emprego de Imagens Temporais CBERS-2B/CCD. In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR, 2013, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos do XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR**. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p0246.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Plano Estratégico de Logística e de Transportes do Espírito Santo**. Componente Portuário. 5 vol. Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.es-acao.org.br/_midias/pdf/650-4c6edd5126277.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2013.

DEPS, P. D. et al. **Aspectos epidemiológicos da transmissão da hanseníase em relação a exposição ao tatu**. Hansenologia Internationalis, Bauru, SP, vol. 28, nº 2, p. 138-144, 2003.

DEPS, P.D. et al. **Contact with armadillos increases the risk of leprosy in Brazil: A case control study.** Indian J Dermatol Venereol Leprol, jul.-ago. 2008. Vol. 74. Disponível em: <<http://www.bioline.org.br/pdf?dv08152>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

DET NORSKE VERITAS AS. **Shipping 2020.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.dnv.nl/binaries/shipping%202020%20-%20final%20report_tcm141-530559.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.

DEVENS, Juliana. Neucimar Fraga é o mais novo conselheiro do CAP. **Site do Porto de Vitória.** 09 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.vitoriaport.com.br/site/Principal/tabid/65/ctl/Details/mid/765/itemid/947/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 27 mar 2014.

DINIZ, Simone. Projeto de lei confirma criação da APA da Lagoa Grande. **Site da Asevila.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.asevila.org.br/index.php?id=/sala_de_imprensa/noticias/materia.php&cd_materia=2508>. Acesso em: 01 jan. 2014

DINIZ, Simone. Mais de 2 mil imóveis devem fazer ligação na rede de esgoto. **Site da Prefeitura de Vila Velha.** 07 out. 2013. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2013/10/mais-de-2-mil-imoveis-devem-fazer-ligacao-na-rede-de-esgoto-4329>>. Acesso em: 10 out. 2013.

DTA ENGENHARIA. **Desenvolvimento de projeto conceitual para tomada de decisão referente à elaboração de projeto básico de um novo complexo portuário na costa do espírito santo.** Cliente: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)/ Secretaria de Portos (SEP), 2012.

DYE, T. R. **Understanding Public Policy.** 7 ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1992.

EDITOR COMEX. Espírito Santo vê queda nas importações após fim da 'guerra fiscal' dos portos. **Blog da Comex.** 11 maio 2013. Disponível em: <<http://www.comexblog.com.br/clipping-comex/espírito-santo-ve-queda-nas-importacoes-apos-fim-da-guerra-fiscal-dos-portos>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

ELEIÇÕES 2012. **Almir Neres 55777**. 2012e. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/almir-neres/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Anadelso 19444**. 2012q. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/anadelso/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Andinho 15300**. 2012h. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/andinho-pmdb-15300/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Arnaldinho Borgo 33456**. 2012n. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/arnaldinho-borgo/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Belo 36777**. 2012p. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/belo-ptc-36777/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Douglas Pinheiro**. 2012a. Disponível em:
<<http://www.eleicoes2012.info/douglas-pinheiro/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Duda da Barra 22580**. 2012m. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/duda-da-barra/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Ivan Carlini 2333**. 2012d. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/ivan-carlini/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **João Artem 40222**. 2012f. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/joao-artem/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Joel Rangel**. 2012b. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/joel-rangel/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Marcos Rodrigues 11600**. 2012c. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/marcos-rodrigues/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Oswaldo Maturano 15100**. 2012l. Disponível em:
<<http://www.eleicoes2012.info/osvaldo-maturano/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Ricardo Chiabai 23222**. 2012i. Disponível em:
<<http://www.eleicoes2012.info/ricardo-chiabai/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Rogério Cardoso 45777**. 2012g. Disponível em: <
<http://www.eleicoes2012.info/rogerio-cardoso/>>. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Valdir do Restaurante 70133**. 2012j. Disponível em: < <http://www.eleicoes2012.info/valdir-do-restaurant/> >. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Valter Rocon 12222**. 2012k. Disponível em: < <http://www.eleicoes2012.info/valter-rocon/> >. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Wedson 19200**. 2012r. Disponível em: < <http://www.eleicoes2012.info/wedson/> >. Acesso em: 24 mai 2014.

ELEIÇÕES 2012. **Ze Nilton 13660**. 2012o. Disponível em: < <http://www.eleicoes2012.info/ze-nilton-pt-13660/> >. Acesso em: 24 mai 2014.

ENVIRONLINK. **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal de Jacarenema, Vila Velha/ES**. Cliente: Nisibra – CIA Brasileira de Suplly Base / Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha – SEMMA, 2010.

ESPÍRITO SANTO (estado). Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Ata da septuagésima sexta sessão ordinária da décima sétima legislatura. **Site da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**. 29 ago. 2011. 2011a. Disponível em: < http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/expediente/htm/1683.html >. Acesso em: 30 mar. 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). Decreto nº 012/09. Aprova o desmembramento de áreas e o plano de loteamento “Green Village”, situado na baixada de Guaranhuns, neste município, a requerimento de Antônio Cláudio Diniz de Oliveira Santos. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**. Vitória, 04 fev. 2009, p. 5. Disponível em: < http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/DECRETO_255_2013_Situa%C3%A7%C3%A3o%20Emerg%C3%Aancia_Publica%C3%A7%C3%A3o%20DIOES_24_12_2013.pdf >. Acesso em: 27 fev. 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). DECRETO Nº 019/2014. Suspende as análises, aprovações e emissões de licenças e autorizações em processos relativos a projetos de regularização e licenciamento de obras e de licenciamento ambiental, bem como as licenças e autorizações emitidas, pelo prazo de 90 dias, para realização do estudo de capacidade de adensamento, impermeabilidade e ocupação do solo urbano nas áreas sujeitas a alagamento e em áreas de risco. **Diário Oficial dos**

Poderes do Estado. Vitória, 28 jan. 2014, p. 18. Disponível em: <
http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/does_20140128_357943420.pdf>.
 Acesso em: 28 jan. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 2924-S, de 23 de dezembro de 2013. Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência, as áreas do Estado afetadas por enxurradas -1.2.2.0.0 (COBRADE) e dá outras providências. **Diário Oficial dos Poderes do Estado.** Vitória, 24 dez. 2013, 2013a, p. 36. Disponível em: <
http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/DECRETO_255_2013_Situa%C3%A7%C3%A3o%20Emerg%C3%Aancia_Publica%C3%A7%C3%A3o%20DIOES_24_12_2013.pdf>. Acesso em: 24 mai 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). **Licenciamento Ambiental de Grandes Projetos no Espírito Santo.** 21 dez. 2009. Disponível em: <
<http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/seminario-200912/21/CI%C3%A1udio%20Denicoli%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 06 mar 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). Instituto Jones dos Santos Neves. **Morte por grupos de causas.** 2010a. Disponível em: <
http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=65&Itemid=142>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). Instituto Jones dos Santos Neves. Mortes por causas externas no Espírito Santo 1997 a 2009: Juventude e População total. **Site do Instituto Jones dos Santos Neves.** 2010b. Disponível em: <
http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=62&Itemid=139>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. Mortes por causas externas no Espírito Santo 1997 a 2009: Juventude e População total. **Site do Instituto Jones dos Santos Neves.** 15 set. 2010. 2010c. Disponível em: <
http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=62&Itemid=139#>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Instituto Jones dos Santos Neves. Relatório SEAE/IJSN – diagnóstico dos equipamentos públicos: aglomerado de terra vermelha. **Site do Instituto Jones dos Santos Neves**. Vitória, julho de 2011. 2011b. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/Busca/?module=Record&id=19612>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). Lei Complementar nº 318/2005. Reestrutura a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT, autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT e dá outras providências. **Site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo**. 18 jan. 2005. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC%20N%C2%BA%20318.html>. Acesso em: 15 mai. 2014.

ESPÍRITO SANTO (estado). Ministério Público do Espírito Santo. **Petição Inicial de Ação Civil Pública** com sustentáculo na função instrumental - Inquérito Civil nº 004/2013 (registrado no MPES com sob nº. 035.12.13.039004-4). Vila Velha, ES, 02 out. 2013, 2013b. 45 p.

ESPÍRITO SANTO (estado). Ministério Público do Espírito Santo. **Petição Inicial de Ação por Ato de Improbidade Administrativa** com sustentáculo na função instrumental - Inquérito Civil nº 006/2013 (registrado no MPES com sob nº. 035.12.13.047023-3). Vila Velha, ES, 05 set. 2013, 2013c. 20 p.

ESPÍRITO SANTO (estado). Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ação direta de inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 5.155, de 09 de agosto de 2011, do Município de Vila Velha, que alterou a Lei Municipal nº. 4.575/2007, Plano Diretor Municipal. Vitória, 15 de setembro de 2011. 2011c. **Site do Ministério Público do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.mpes.mp.br/anexos/adis/82.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2013.

ESPÍRITO SANTO (estado). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. **Espírito Santo 2025** - Plano de Desenvolvimento. Vitória, 2006. Disponível em: <http://www.planejamento.es.gov.br/Arquivos/PDF/Plano_2025/Plano%20de%20Desenvolvimento%20ES%202025.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2012.

ESPÍRITO SANTO (portal do governo do estado). **Perfil do Governador Renato Casagrande.** Vitória. [s.d.]. Disponível em: <http://www.es.gov.br/Governo/paginas/perfil_do_governador.aspx>. Acesso em: 03 jul. 2013.

ESPÍRITO SANTO. Lei Estadual nº 5.427/1997. Dispõe sobre a criação da reserva de Jacarenema. **Site da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.** Vitória, 28 jul. 1997. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO5427.html>. Acesso em: 01 dez. 2012.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Institucional.** 2009. Disponível em: <http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/institucional/espírito_santo_em_acao/index.php>. Acesso em: 24 fev. 2014.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. Vila Velha passa Vitória no consumo. **Site do Espírito Santo em Ação.** 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/sala_de_imprensa/materia.php&cd_matia=2426>. Acesso em: 29 jan 2013.

ESTAÇÃO DA NOTÍCIA. Cassol defende o filho. **Site Estação da Notícia.** 07 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.estacaodanoticia.com/index/comentarios/id/9726>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ESTADÃO. Entre o crime organizado e o crack. **Site do Estadão.** 08 nov. 2009. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/crimes-no-brasil/2009/11_ago_entre-o-crime-organizado-e-o-crack/?doing_wp_cron=1400961050.4395051002502441406250#comments>. Acesso em: 01 mar. 2014.

EZROW, N. M.; FRANTZ, E. **Dictators and Dictatorships.** New York: the continuum international publishing group, 2011.

FACHETTI, Eduardo. Max Filho (PSDB): "Fui treinado no deserto, sem ajuda do governo". **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 02 ago. 2012, atualizado em 24 ago. 2012. Disponível em: < http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012_ago_noticias/especiais/eleicoes/1330515-max-filho-psdb--fui-treinado-no-deserto-sem-ajuda-do-governo.html>. Acesso em: 15 jan. 2014.

FACHETTI, Eduardo. Quem são os vereadores campeões de faltas? **Jornal Gazeta Online**. 07 ago. 2011. Disponível em: < http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011_ago_noticias/a_gazeta/politica/928021-vereadores-os-campeoes-de-faltas.html>. Acesso em: 23 mai. 2014.

FACHETTI, Eduardo. Rodney demite filho de Carlini e contrata filho de Vidigal. **Jornal Gazeta Online**. 14 mai. 2013. 2013b. Disponível em: < http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013_maio_noticias/politica/1439725-rodney-demite-filho-de-carlini-e-contrata-filho-de-vidigal.html>. Acesso em: 30 abr. 2013.

FACHETTI, Eduardo. Rodney Miranda nomeia parentes de vereador. **Jornal Gazeta Online**. 17 jan. 2013, atualizado em 17 jan. 2013. 2013a. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013_jan_noticias/politica/1390121-rodney-miranda-nomeia-parentes-de-vereador.html>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FAPESP. Programa ao vivo, permitindo a participação dos telespectadores (transcrição). **Roda Viva Online**. São Paulo, 2003. Disponível em: < http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/504/entrevistados/paulo_hartung_2003.htm>. Acesso em: 04 fev. 2014.

FARIA, TRISTÃO E SUEIRO DE CARVALHO. Área de atuação. **Site de Faria, Tristão e Sueiro de Carvalho**. [s.d.]. Disponível em: < http://www.ftsc.com.br/site/?page_id=11>. Acesso em: 04 jan. 2014

FATOS E DADOS. Petrobras anuncia descoberta no Espírito Santo. **Blog Fatos e Dados da Petrobras**. 11 jul. 2012. 2012a. Disponível em: < <http://fatosedados.blogspot.com.br/2012/07/11/petrobras-anuncia-descoberta-no-espírito-santo/>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

FATOS E DADOS. Petrobras distribuidora comemora marca histórica. **Blog Fatos e Dados da Petrobras**. 03 abr. 2012. 2012b. Disponível em: <<http://fatosedados.blogspotpetrobras.com.br/2012/07/11/petrobras-anuncia-descoberta-no-espirito-santo/>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

FERNANDES, Vilmara. Justiça vai avaliar prejuízo ambiental do PDM de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 15 set. 2011. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011 set. noticias/a_gazeta/dia_a_dia/963154-justica-vai-avaliar-prejuizo-ambiental-do-pdm-de-vila-velha.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/set/noticias/a_gazeta/dia_a_dia/963154-justica-vai-avaliar-prejuizo-ambiental-do-pdm-de-vila-velha.html)>. Acesso em: 13 dez. 2012.

FLORIDA COMPANIES. Brazilian exotic granite usa corp. **Site Florida Companies**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.florida-companies-info.com/brazilian-exotic-granite-usa-corp-grup/>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

FOLHA VITÓRIA. Dois votos no Tribunal de Justiça para liberar PDM de Vila Velha. **Folha Vitória Online**. 27 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/2014/03/dois-votos-no-tribunal-de-justica-para-liberar-pdm-de-vila-velha.html>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

FOLHA VITÓRIA. Governo Federal libera R\$ 10 milhões para dragagem do Canal da Costa. **Folha Vitória Online**. Vitória, 9 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2011 nov. governo-federal-libera-r-10-milhoes-para-dragagem-do-canal-da-costa.html](http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2011_nov._governo-federal-libera-r-10-milhoes-para-dragagem-do-canal-da-costa.html)>. Acesso em: 23 jan. 2014.

FOLHA VITÓRIA. Protesto em Vitória termina em quebra-quebra na porta do governador. **Folha Vitória Online**. 17/6/2013, atualizado em 18/6/2013. 2013b. Disponível em: <[http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2013 jun. protesto-em-vitoria-termina-em-quebra-quebra-na-porta-do-governador.html](http://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/2013_jun._protesto-em-vitoria-termina-em-quebra-quebra-na-porta-do-governador.html)>. Acesso em: 18 jun. 2014.

FOLHA VITÓRIA. Rodney Miranda assume Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Folha Vitória Online**. 25 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/2007/04/rodney-miranda-assume-secretaria-de-seguranca-publica-e-defesa-social.html>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

FORNAZIER, Alessandra. Projeto do PDM é entregue pelo prefeito à Câmara Municipal. **Jornal Praia da Costa Online**, Vila Velha. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jornalpraiadacosta.com.br/Noticias-Politica/projeto-do-pdm-e-entregue-pelo-prefeito-a-camara-municipal.html>>. Acesso em: 16 mar 2014.

FÓRUM POPULAR EM DEFESA DE VILA VELHA. **Carta denúncia do - FPDVV- Fórum Popular em Defesa de Vila Velha**. Vila Velha, maio 2012. Disponível em: <http://cotidianoenvix.blogspot.com.br/2012_jun._carta-denuncia-do-fpdvv-forum-popular.html>. Acesso em: 16 mar 2014.

FUNDAÇÃO PROMAR. **Relatório do macrodiagnóstico do potencial do Espírito Santo para implantação de projetos de aquicultura de águas interiores, estuarinas e marinhas** – Aracruz Celulose S/A. Relatório Técnico FPM RT 004/05. Vitória. 2005. Disponível em: <http://www.fundagres.org.br/macrodiagnostico/relatorio_macro.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2014.

FUSER, Igor. **Conflitos e contratos: a Petrobras, o nacionalismo boliviano e a interdependência do gás natural (2002-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUZATTO, Sandro. Reflexos e ponderações. **Site da Federação Nacional dos Jornalistas**. 26 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=959>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

G1. Bairro volta a ficar alagado sem chover em Cariacica, ES. **Site do G1**. 29 dez. 2013. 2013e. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/12/bairro-volta-ficar-alagado-sem-chover-em-cariacica-es.html>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

G1. Canal é aberto para escoar água da chuva em 15 bairros de Vila Velha. **Site do G1**. 27 dez. 2013. 2013c. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013_dez._canal-e-aberto-para-escoar-agua-da-chuva-em-15-bairros-de-vila-velha.html>. Acesso em: 27 dez. 2013

G1. Fiscal da Anvisa é novo alvo da Operação Titanic da PF. **Site do G1**. 08 abr. 2008. Disponível em: < <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL392213-5601,00.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014

G1. Governo Casagrande é aprovado por 29% e reprovado por 26%, diz Ibope. **Site do G1**. 25 jul. 2013 (2013b). Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013_jul_aprovacao-do-governo-renato-casagrande-e-de-29-diz-ibope.html>. Acesso em: 25 jul. 2013.

G1. Incaper emite alerta para chuvas fortes e queda de granizo no ES. **Site do G1**. 11 dez. 2013 (2013d). Disponível em: < [http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013 dez. incaper-emite-alerta-para-chuvas-fortes-e-queda-de-granizo-no-es.html](http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013_dez_incaper-emite-alerta-para-chuvas-fortes-e-queda-de-granizo-no-es.html)>. Acesso em: 13 dez. 2013.

G1. Infográfico sobre as manifestações pelo Brasil. **Site do G1**. 2013a. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb>>. Acesso em: 23 set. 2014.

G1. Petrobras inicia produção no pré-sal do Espírito Santo. **Site do G1**. 15 jul. 2010. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/07/petrobras-inicia-producao-no-pre-sal-do-espírito-santo.html>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

G1. Vala para escoar enchente causa danos à reserva no ES, diz órgão. **Site do G1**. 27 fev. 2014. Disponível em: < [http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014 fev. vala-para-escoar-enchente-causa-danos-reserva-no-es-diz-orgao.html](http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014_fev_vala-para-escoar-enchente-causa-danos-reserva-no-es-diz-orgao.html)>. Acesso em: 27 fev. 2014.

GALWAN. Arraiá solidário Galwan. **Site da construtora Galwan**. 13 maio 2013. Disponível em: < http://www.galwan.com.br/?noticias/342/ARRAIA_SOLIDARIO_GALWAN.html>. Acesso em: 25 mai. 2013.

GALWAN. Empreendimentos. **Site da construtora Galwan**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.galwan.com.br/?lista/Todos_os_Empreendimentos>. Acesso em: 27 dez. 2013

GALWAN. História. **Site da construtora Galwan**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.galwan.com.br/?historia>>. Acesso em: 12 dez. 2013

GALWAN. Obras a preço de custo. **Site da construtora Galwan**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.galwan.com.br/?obras-a-preco-de-custo>>. Acesso em: 28 dez. 2013

GAVA, Kennya. Vila Velha apresenta potencialidades para integrantes da Asevila. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 2012?. Disponível em: <<http://pref-v-velha.jusbrasil.com.br/politica/8409000/vila-velha-apresenta-potencialidades-para-integrantes-da-asevila>>. Acesso em: 09 fev 2014.

GAZETA ONLINE. Agora, Rodney Miranda quer abrir vala até o Rio Marinho, em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 27 dez. 2013. 2013b. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013dez/noticias/cidades/1473829-agora-rodney-miranda-quer-abrir-vala-ate-o-rio-marinho-em-vila-velha.html>. Acesso em: 27 dez. 2013.

GAZETA ONLINE. Construtora Galwan e supermercado Carone se associam. **Jornal Gazeta Online**. 18 nov. 2010. 2010a. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/11/700315-construtora+galwan+e+supermercado+carone+se+associam.html>. Acesso em: 21 mar. 2014.

GAZETA ONLINE. Dez bairros ainda sofrem com alagamentos em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 28 dez. 2013. 2013d. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/12/noticias/cidades/1473914-dez-bairros-ainda-sofrem-com-alagamentos-em-vila-velha.html>. Acesso em: 28 dez. 2013.

GAZETA ONLINE. Governo Federal libera R\$ 10 milhões para dragagem do Canal da Costa, em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 09 nov. 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011nov/a_gazeta/minuto_a_minuto/1021699-governo-federal-libera-r-10-milhoes-para-dragagem-do-canal-da-costa-em-vila-velha.html>. Acesso em: 28 fev. 2014.

GAZETA ONLINE. Ibama interdita operações e multa portos em Vitória. **Jornal Gazeta Online**. 30 abr. 2010. 2010b. Disponível em: <<http://www.fenccovib.org.br/modules/news/article.php?storyid=2415>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

GAZETA ONLINE. Justiça determina retorno do vereador Almir Neres à Câmara de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 25 set. 2013. 2013a. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/04/noticias/a_gazeta/politica/1180236-psd-lanca-almir-neres-para-prefeito-de-vila-velha.html>. Acesso em: 25 set. 2013.

GAZETA ONLINE. Ministério Público entra com ação contra mudanças no PDM de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 02 out. 2013, atualizado em 03 out. 2013. 2013c. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/10/noticias/cidades/1462834-ministerio-publico-entra-com-acao-contra-mudancas-no-pdm-de-vila-velha.html>. Acesso em: 02 out. 2013.

GAZETA ONLINE. Moradores não querem deixar Pontal das Garças. **Jornal Gazeta Online**. 10 mar. 2009. Disponível em: <http://201.7.176.61/_conteudo/2009/03/64713-moradores+nao+querem+deixar+pontal+das+garcas.html>. Acesso em: 10 mar 2013.

GAZETA ONLINE. PSD lança Almir Neres para prefeito de Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 04 abr. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/04/noticias/a_gazeta/politica/1180236-psd-lanca-almir-neres-para-prefeito-de-vila-velha.html>. Acesso em: 02 mar. 2014.

GAZETA ONLINE. Trabalhadores da construção civil realizam protesto em Vila Velha. **Jornal Gazeta Online**. 20 jan. 2014. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014_jan_noticias/cidades/1476285-trabalhadores-da-construcao-civil-realizam-protesto-em-vila-velha.html>. Acesso em: 20 jan. 2014.

GOMES, Fiorella. "Baderneiros não nos representam", dizem organizadores de manifestação. **Jornal Gazeta Online**. 19 jun. 2013. Disponível em: <

[http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013 jun. noticias/cidades/1450131-baderneiros-nao-nos-representam--dizem-organizadores-de-manifestacao.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013_jun_noticias/cidades/1450131-baderneiros-nao-nos-representam--dizem-organizadores-de-manifestacao.html)>. Acesso em: 19 jun. 2013.

GOMES, Fiorella. Obras de duplicação da BR-262 em Viana serão iniciadas neste semestre, segundo Governo Federal. **Jornal Gazeta Online**. 13 fev. 2014. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/02/noticias/dinheiro/1479196-obras-de-duplicacao-da-br-262-em-viana-serao-iniciadas-neste-semester-segundo-governo-federal.html>. Acesso em: 27 abr. 2014.

GOMIDE, R. Contrabando de carros para máfia do jogo era feito pelo porto de Vitória. **Site Último Segundo**. 20 out. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/contrabando-de-carros-para-mafia-do-jogo-era-feito-pelo-porto-de-vitoria/n1597299014879.html>>. Acesso em: 01 fev. 2014.

GONÇALVES, Georgia. Prefeitura apresenta tecnologia para gerenciar a cidade. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 1 de julho de 2012. 2012a. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-tecnologia-para-gerenciar-a-cidade-2439>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

GONÇALVES, Georgia. Terra Vermelha ganha primeiro posto de combustível. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 09 de julho de 2012. 2012b. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-tecnologia-para-gerenciar-a-cidade-2439>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

GONÇALVES, I. M. **Estudo Logístico para Exportação do Complexo Soja – Corredor Ferroviário Centro Leste**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação de Engenharia Civil, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em <http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3893>. Acesso em: 14 jan. 2014.

GONÇALVES, Letícia. Ivan Carlini quer Câmara de Vereadores na Darly Santos. **Jornal Gazeta Online**. 03 mai. 2013. Disponível em: <

http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013_mai_noticias/politica/1436135-ivan-carlini-quer-camara-de-vereadores-na-darly-santos.html>. Acesso em: 03 mai. 2013.

GONÇALVES, Letícia. Partido quer tomar mandato de vereador. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 17 out. 2011. 2011b. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011_noticias/a_gazeta/politica/994815-partido-quer-tomar-mandato-de-vereador.html>. Acesso em: 28 mai. 2013.

GONÇALVES, Letícia. Prefeitura de Vila Velha apresenta plano para conter alagamentos, mas não tem dinheiro. **Jornal Gazeta Online**. Vitória, 02 mar. 2011a. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011_mai_789395-prefeitura+de+vila+velha+apresenta+plano+para+conter+alagamentos+mas+nao+tem+dinheiro.html>. Acesso em: 05 mai. 2014.

GONÇALVES, T. M. **Novas Estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano de Serra-ES**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

GROOM, M. J.; MEFFE, G. K.; CARROLL, C. R. (Org.). **Principles of Conservation Biology**. 3 ed. Massachusetts: Sinauer, 2006.

GUZZO, F. J. M. Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Grande Vitória, 2006. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/phi/libros/estrategias/art02>>. Acesso em: 26 jul. 2013

HANTEQUESTE, A.; BARRETO, L. N.; LIRA, P. Mapa do Crime: Geoprocessamento e Análise Espacial da Criminalidade Violenta do Espírito Santo - 2007. **Revista Preleção** - Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo - Assuntos de Segurança Pública - ano 2, n. 4, ago. 2008.

HRUSKA, K.; KAEVSKA, M. Mycobacteria in water, soil, plants and air: a review. **Veterinarni Medicina**, 57, 2012 (12): 623–679.

IANA, Kárita. Conselheiros ambientais avaliam alteração do PDM nesta segunda (04). **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 2012?. Disponível em: <<http://pref-v>

velha.jusbrasil.com.br/politica/7242428/conselheiros-ambientais-avaliam-alteracao-do-pdm-nesta-segunda-04>. Acesso em: 18 dez. 2014.

IANA, Kárita. Conselho de Meio Ambiente cria comissão para alterar PDM. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 2011. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/conselho-de-meio-ambiente-cria-comissao-para-alterar-pdm-996>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Infográficos: dados gerais do município - Serra. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [s.d.]. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232XD>>. Acesso em: 19 abr. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2003**. [s.d.]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Infográficos: dados gerais do município - Vila Velha. **Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [s.d.]. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/23BNL>>. Acesso em: 18 abr. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **O Brasil em Números. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Vol. 18, 2010.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Chuvas que atingiram ES têm menos de meio por cento de chance de ocorrer. **Site do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**. 17 jan. 2014. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/noticia_completa.php?id=3284>. Acesso em: 17 jan. 2014.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Gráfico sobre dados comparativos com a média da série histórica da estação meteorológica localizada no município de Viana-ES (Coordenadas: LAT: 20,373S LON: 40,514W ALT: 20m). **Site do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2013?. Disponível em: <http://hidrometeorologia.incaper.es.gov.br/?pagina=viana_sh>. Acesso em: 23 jan. 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS. **Atlas de Vulnerabilidade às Inundações no Estado do Espírito Santo**. 2013. Disponível em: <http://www.meioambiente.es.gov.br/download/2013_Atlas_de_Vulnerabilidade_Inundacoes.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2014.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Desassoreamento e Regularização de Leitões e Margens dos Rios Jucu, Marinho e Formate. **Elaboração dos Estudos para desassoreamento e Regularização dos Leitões e Margens dos Rios Jucu, Formate e Marinho – RMGV**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=564&Itemid=227>. Acesso em: 17 jan. 2014.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória [s.n.]: 2010. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=835:espirito-santo>. Acesso em: 15 fev. 2014.

INTERNAUTAS CRISTÃOS. Igreja Presbiteriana do Brasil recomenda seus candidatos. **Blog Internautas Cristãos**. Set. 2010. Disponível em: <http://internautascristaos.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html>. Acesso em: 25 mai. 2013.

IUCN. The IUCN Red List Of Threatened Species. **Leucopternis lacernulatus**. [s.d.]. Disponível em: <www.iucnredlist.org/details/22695763/0>. Acesso em: 06 maio 2013.

IUCN. The IUCN Red List Of Threatened Species. **Lontra longicaudis**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iucnredlist.org/details/12304/0>>. Acesso em: 07 maio 2013.

IVISTA. **Case Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Vila Velha** – ES. Vitória. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ivista.com.br/?pg=ver_case&id=110&red=cases>. Acesso em: 15 ago. 2013.

JORNAL PRAIA DA COSTA ONLINE. Câmara de Vila Velha derruba os vetos do Executivo Municipal e outorga o PDM. Vila Velha. **Site do Jornal Praia da Costa**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jornalpraiadacosta.com.br/Noticias-Politica/camara-de-vila-velha-derruba-os-vetos-do-executivo-municipal-e-outorga-o-pdm.html>>. Acesso em: 01 dez. 2013

JORNAL PRAIA DA COSTA ONLINE. Câmara decide dilatar prazo para definir PDM. **Site do Jornal Praia da Costa**. Vila Velha. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jornalpraiadacosta.com.br/Noticias-Politica/camara-decide-dilatar-prazo-para-definir-pdm.html>>. Acesso em: 03 dez. 2013

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Consulta empresas**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.jucees.es.gov.br/consulta_empresas/>. Acesso em: 15 dez. 2013

KOK, A.; LOTZE, W.; JAARVELD, S. V. (org). **Natural Resources, the Environment and Conflict**. South Africa, 2009. Disponível em: <http://www.accord.org.za/images/downloads/reports/Natural_Resources_Conflict.pdf?phpMyAdmin=ceeda2df659e6d3e35a63d69e93228f1>. Acesso em: 12 maio 2013.

KROHLING, Aloisio; KROHLING, Beatriz S. M. Experiência de participação popular no Orçamento Municipal de Vila Velha na década de 80: democracia participativa e cooptação política. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011, Curitiba. **Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**. Curitiba: UFPR, 2011.

LOG-IN LOGÍSTICA. Terminal De Vila Velha (TVV). **Estrutura de Serviços e Preços** - válida a partir de 18/02/2013. Versão 01.2013. 2012?. Disponível em:

<https://www.loginlogistica.com.br/uploads/Tabela_TV_V_201301.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014.

MAGNANO, L. F. S. et al. Caracterização Fitofisionômica da Restinga na Morada do Sol, Vila Velha/ES. **Revista Brasileira de Biociências**, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 456-458, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerbio/ojs/index.php/rbb/article/viewFile/184/370>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

MARCARINI, M. Vila Velha decreta estado de emergência. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 19 de março de 2013. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2013_maior_vila-velha-decreta-estado-de-emergencia-3565>. Acesso em: 21 mar. 2013.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, vol.14, nº 4, 2000, p. 21-33. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 dez. 2013.

MARITIME CONNECTOR. **Panamax and New Panamax**. [s.d.]. Disponível em: <<http://maritime-connector.com/wiki/panamax/>>. Acesso em: 12 out. 2013

MASCARENHAS, M. et al. Saúde Brasil 2010: Uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde. 2011?. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cap_10_saude_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2013.

MATTOS, R. F. da S. Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande. 1 ed. Vitória : EDUFES, 2013.

MATTOS, R. Reestruturação econômica, segregação sócioespacial e violência: o caso da Grande Terra Vermelha. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11, 2011, Salvador. **Anais eletrônicos do Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador: UFBA.

MEDEIROS, M. Fiasco total. **Jornal Online Século Diário**. 12 set. 2013, atualizado em 13 set. 2013. 2013b. Disponível em: < <http://seculodiario.com.br/12854/14/fiasco-total-1>>. Acesso em: 14 set. 2013.

MEDEIROS, M. Guarda baixa. **Jornal Online Século Diário**. 26 mar. 2014, atualizado em 27 mar. 2014. Disponível em: < <http://seculodiario.com.br/16053/14/guarda-baixa-1;%20>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

MEDEIROS, M. O vento virou. **Jornal Online Século Diário**. 14 jun. 2013, atualizado em 15 jun. 2013. 2013c. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/exibir.php?id=8830&secao=14>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MEDEIROS, M. Relações perigosas. **Jornal Online Século Diário**. 19 ago. 2013, atualizado em 28 ago. 2013. 2013a. Disponível em: < <http://seculodiario.com.br/12460/14/relacoes-perigosas>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

MEFFE, G. K.; CARROLL, C. R. (Org.). **Principles of Conservation Biology**. 3 ed. Massachusetts: Sinauer, 1997.

MIL E 4. Visualização de Clipping. **Presidente da Ademi-ES, Juarez Gustavo Soares, participou de almoço de 38 anos da Construtora Universal**. 25 maio 2013. Disponível em: < <http://webclipping.mile4.com.br/webclipping/visualiza.php?cd=1961>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and human well-being: current state and trends**. Washington: World Resources Institute, 2005a.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and Human Well-being: Desertification Synthesis**. Washington: World Resources Institute, 2005b.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. A Procuradoria de Justiça Especial, por meio do seu Procurador de Justiça-Chefe, em exercício Doutor Fernando Zardini Antonio, promove o arquivamento do seguinte Procedimento Administrativo: processo MP Nº 16951/2012. **Bom dia MP**. Vitória, 27 set. 2012. Disponível em: <

<http://mpes.gov.br/anexos/bomdiamp/2123923432792012.pdf>>. Acesso em: 14 jan; 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. MPES ajuíza ação contra a prefeitura de Vila Velha. **Site do Ministério Público do Espírito Santo**. 02 out. 2013. Disponível em: <http://200.214.53.133/conteudo/interna/noticia.asp?cod_noticia_evento=3556&tipo=1>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MISSÃO PRAIA DA COSTA. Conferência de Carnaval 2014. **Site da Missão Praia da Costa**. 2013. Disponível em: <<http://www.missaopraiadacosta.com.br/2013/programacao/Conferencia-de-Carnaval-2014>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

MÔNICA. Manifesto em defesa de Vila Velha. **Blog Cotidiano em Vitória**. 11 de abril de 2011. Disponível em: <http://cotidianoenvix.blogspot.com.br/2012/04/manifesto-em-defesa-de-vila-velha_11.html>. Acesso em: 20 dez. 2013.

MONTENEGRO, R. et al. Avaliação nutricional e alimentar de pacientes portadores de hanseníase tratados em unidades de saúde da grande Vitória, Estado do Espírito Santo. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Vol. 44, nº 2. Uberaba, mar.-abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0037-86822011005000016>. Acesso em: 23 jan. 2014.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessário à Educação do Futuro**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MUSSO, C. M.; Lima; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: anurofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002a.

MUSSO, C. M.; Lima; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: avifauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002b.

MUSSO, C. M.; Lima; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: flora. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002c.

MUSSO, C. M.; Lima; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: mastofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002c.

MUSSO, C. M.; Lima; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: herpetofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002d.

MUSSO, C. M.; Lima; R. N (Org.). Zoneamento Ambiental da Reserva Ecológica de Jacarenema: ictiofauna. Associação Vila Velhense de Proteção Ambiental, 2002e.

NADER, P. R. A.; COSME, L. A. Parto prematuro de adolescentes: influência de fatores sociodemográficos e reprodutivos, Espírito Santo, 2007. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, abr-jun 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n2/17.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

NAIPESKY. **Inundação em Vila Velha**. 2013. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?s=ddebf221187bf99992751a4a6a53d74d&p=110011526#post110011526>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

NANA-SINKAM, S. C. Land and Environmental Degradation and Desertification in Africa. FAO Corporate Documento Repository. 1995. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/x5318e/x5318e00.htm#Contents>> Acesso em: 04 ago. 2013.

NERES, Almir. Posto de Saúde de Santa Rita. **Blog Almir Neres**. 23 jun. 2009. Disponível em: <http://almirneres.wordpress.com/2009_jun.23/posto-de-saude-de-santa-rita/>. Acesso em: 18 fev. 2014.

NETO, J. B. Mercado Imobiliário e Produção do Espaço Urbano: a expansão dos empreendimentos imobiliários na orla de Vila Velha/ES a partir dos anos 80. **Revista Geografares**, nº 10, p. 99-127, mar. 2012.

NIERENBER, D; HALWEIL, B. (orgs). **State of The World**: Report on Progress Toward a Sustainable Society. World Watch Institute, 2011.

NOBRES, J.; NOSSA, L. 'Sexo e drogas' motivam Lei que proíbe rave em Vila Velha, ES. **Site do G1**. 17 jul. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito->

santo/noticia/2012 jul. sexo-e-drogas-motivam-lei-que-proibe-rave-em-vila-velha-es.html>. Acesso em: 18 fev. 2014.

NOÉ, Carmen Júlia Barcellos. **Vila Velha – ES - Avaliação do Plano**. [s.d.]. Disponível em: <
<http://web.observatoriodasmetroles.net/planosdiretores/produtos/es/ES%20-%20Relat%C3%B3rio%20Municipal%20n%C2%BA%2013%20-%20Mun%20Vila%20Velha%20-%20Carmen%20Julia%20-%20nov2009.pdf>>.
 Acesso em: 29 out 2013.

NOGUEIRA, Samanta. Praia Mole ou Vila Velha? Estudo mostra prós e contras da implantação de Porto de Águas Profundas. **Jornal Gazeta Online**. 06 dez. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012 dez. noticias/dinheiro/1379566-praia-mole-ou-vila-velha-estudo-mostra-pros-e-contras-da-implatacao-de-porto-de-guas-profundas.html>. Acesso em: 18 fev. 2014.

NOSSA, Leandro. Neucimar Fraga sai do PR e lança candidatura a deputado federal. **Site do G1**. 25 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2013/04/neucimar-fraga-sai-do-pr-e-lanca-candidatura-deputado-federal.html>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

NUNES, Leonardo. Neucimar Fraga anuncia Plano Diretor Municipal para subsolo. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 3 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/neucimar-fraga-anuncia-plano-diretor-municipal-para-subsolo-1666>>. Acesso em: 04 janeiro 2013.

O GLOBO. Filho do governador de Rondônia é preso em ação da PF. **Site do Senado**. 08 abr. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/415356/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

OLIVEIRA, E. de; REIS, T. Após grampo, secretário do ES pede exoneração. **Site da Folha de São Paulo**. São Paulo. 14 dez. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1412200530.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

OLIVEIRA, L. A. P. As Tendências Recentes do Crescimento Populacional do Nordeste. In: SEMINÁRIO QUANTOS SOMOS E QUEM SOMOS NO NORDESTE, 2004, Recife. **Anais...** Recife, 2004, p. 31-39.

PAIXÃO, Rodolpho. PDM de Vila Velha recebe dois votos a favor e pedido de vista interrompe votação. **Site ES Hoje**. 27 mar. 2014. Disponível em: <http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2014/03/noticias/grande_vitoria/16376-pdm-de-vila-velha-recebe-dois-votos-a-favor-e-pedido-de-vista-interrompe-votacao.html>. Acesso em: 27 mar. 2014.

PALUDO, A. V. **Administração Pública**: teoria e questões. Rio de Janeiro, 2 ed., 2012.

PALUMBO, D.J.; HARDER, M. A. (eds.). **Implementing Public Policy**. Lexington: Lexington Books, 1981.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. **Diretório Estadual**. [s.d.]. Disponível em: <<http://espiritosanto.pps.org.br/helper/show/225231>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA. Ricardo Chiabai apoia a organização do 4º Arraiá da Galwan. **Site do Partido Popular Socialista - diretório municipal de Vitória/ES**. 07 ago. 2011. Disponível em: <<http://ppsvitoria.weebly.com/2/post/2011/07/ricardo-chiabai-apoia-a-organizacao-do-4-arrai-da-galwan.html>>. Acesso em: 29 set. 2013.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Presidentes de diretórios Estaduais – Max da Mata. **Site do Partido Social Democrático**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.psd.org.br/diretorios-estaduais/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

PARTIDO VERDE. **12 Valores Fundamentais do Partido Verde**. [s.d.]. Disponível em: <<http://pves.org.br/paginas/o-partido>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

PEREIRA, L. V.; MACIEL, D. S. O comércio exterior do Estado do Espírito Santo. **Site do Instituto Jones dos Santos Neves**. In: _____. Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento E Inclusão Social. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/images/flippingbook/Crescimento_es/PDF/IJSN_Determinantes_Cresc_ES_capitulo3.pdf>. Acesso em: 11 out. 2013.23 nov. 2013.

PEREIRA, O. J. 2003. Restinga: origem, estrutura e diversidade. In: JARDIM, M. A. G., BASTOS, M. N. C.; SANTOS, J. U. M. (Orgs.). **Desafios da botânica brasileira no novo milênio**: inventário, sistematização e conservação da biodiversidade vegetal. Embrapa, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2003, p.177-179.

PETERS, B. G. **American Public Policy**: Promise and Performance. 9 ed. New York: Chatham House/Seven Rivers, 1999.

POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Revista Estudos Avançados**, vol. 23, nº 66, p. 41-52, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a04v2366.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mapa do Crime: Geoprocessamento e Análise Espacial da Criminalidade Violenta do Espírito Santo – 2007. Assuntos de Segurança Pública. **Revista Preleção**, Vitória, ano 2, n. 4, agosto de 2008. Disponível em: <http://www.pm.es.gov.br/download/reistaprelecao/Revista_Prelecao_Edicao_04.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2013.

PORTAL 2014. Copa 2014 já garante aumento de receita para a Galwan. **Site Portal 2014**. 28 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.portal2014.org.br/noticias/594/COPA+2014+JA+GARANTE+AUMENTO+DE+RECEITA+PARA+A+GALWAN.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Portos. **Site do Governo do Estado do Espírito Santo**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/portos.aspx>>. Acesso em: 12 out. 2014.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. **Site do Governo do Estado do Espírito Santo**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Governo/Secretarias/23/sesp--secretaria-de-estado-da-seguranca-publica-e-defesa-social.htm>>. Acesso em: 29 out. 2013.

PORTAL DO TERRA. ES: em menos de 1 dia, chuva supera média do mês de março. **Portal do Terra**. 19 de março de 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/es-em-menos-de-1-dia-chuva-supera->

media-do-mes-de-marco,0cec0614ff28d310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>.

Acesso em: 19 de março de 2013.

PORTO DE VITÓRIA ONLINE. CODESA e seus parceiros comerciais na Intermodal 2010. **Porto de Vitória Online**, Vitória, ES, ano 4, nº 71, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/Site/LinkClick.aspx?fileticket=LjqQeEraqdg%3D&tabid=541&language=en-US>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

PORTO DE VITÓRIA ONLINE. **Complexo Portuário**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.codesa.gov.br/site/OPorto/ComplexoPortu%C3%A1rio/tabid/77/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 30 out. 2013.

PORTOCEL. Quem somos. **Site da Portocel**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.portocel.com.br/pt/index.htm>>. Acesso em: 29 out. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ. Logística. **Site da Prefeitura de Aracruz**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.pma.es.gov.br/investidor/19>>. Acesso em: 29 out. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Desenvolvimento Econômico - Complexo Portuário**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/desenvolvimento-economico-complexo-portuario>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Parecer técnico SEMMA/CRN nº 08/11. 12 jan. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Parecer técnico SEMMA/CRN nº 45/10. 27 jan. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Perfil do Prefeito Rodney Miranda. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/paginas/gabinete-prefeito-rodney-miranda>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. Relação de processos de 2013. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 03 jan. 2014. Disponível em: <

http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/RELA%C3%87%C3%83O%20DE%20P ROCESSOS_2013.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2014.

PRYSMIAN GROUP. **Grupo Prysmian no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <http://br.prysmiangroup.com/br/corporate/about/prysmian_group_country_page/>. Acesso em: 11 out. 2013.

PUPPIM, C. Sociedade civil organiza “Caravana por Vila Velha”. **Blog Vila Velha – Quem Ama Cuida**. Agosto de 2011. Disponível em: <http://vilavelhaquemamacuida.blogspot.com.br/2011_ago_caravana-por-vila-velha.html>. Acesso em: 30 jul. 2013.

RABELO, José. Mistério nas urnas: votação maciça de Rodney em Vila Velha levanta suspeita. **Site da Associação dos Escrivães de Polícia Civil do Espírito Santo**. 08 out. 2010. Disponível em: <http://www.aepes.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=160:misterio-nas-urnas-votacao-macica-de-rodney-em-vila-velha-levanta-suspeita&catid=1:noticias&Itemid=50>. Acesso em: 14 fev. 2014.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o movimento empresarial Espírito Santo em ação e o governo do estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5921_.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2013.

RANKING ITC. **Revista Ranking ITC**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.rankingitc.com.br/revista_itc.html>. Acesso em: 19 dez. 2013

RAYMUNDO, Luciana. Lutador de MMA fala hoje a jovens na Praia da Costa. **Jornal Gazeta Online**. 19 abr. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/04/a_gazeta/indice/vida/1198611-coluna-da-fe.html>. Acesso em: 30 jan. 2014.

RECLAMA SANTOS DUMONT. **Página do Facebook**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Reclama-Santos-dumont/1414236605464871?fref=ts>>. Acesso em: 03 out. 2013.

REDAÇÃO DO PERNAMBUCO.COM. Rodney Miranda assume secretaria em Caruaru. **Site Pernambuco.com**. 20 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.old.pernambuco.com/ultimas/noticia.asp?Materia=20061220074341>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA. Hi-lights. **Folha Vitória Online**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/social/andreapena/2014/04/15.html>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

REDAÇÃO FOLHA VITÓRIA. Trabalhadores da construção civil protestam contra impasse do PDM em Vila Velha. **Folha Vitória Online**. 11/6/2013, atualizado em 12/6/2013. 2013a. Disponível em: <<http://m.folhavoria.com.br/politica/noticia/2013-jun-trabalhadores-da-construcao-civil-protestam-contr-impasse-do-pdm-em-vila-velha.html>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

REIS, Thiago. Dilma perde em 12 das 19 cidades em que Marina foi líder no 1º turno. **Site do G1**. 02 nov. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010-nov-dilma-perde-em-12-das-19-cidades-em-que-marina-foi-lider-no-1-turno.html>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

REVISTA CLASS. Linhas Malditas. **Site da revista Class**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.revistaclass.com.br/conteudo.asp?codConteudo=383>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

REVISTA COMUNHÃO. Pr. Simonton de Araújo. **Site da revista Comunhão**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.comunhao.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=6336:pr-simonton-de-ara%C3%BAjo&Itemid=105>. Acesso em: 23 nov. 2013

REVISTA ES BRASIL. Banestes e Galwan firmam parceria para financiamento de imóveis. **Site da revista ES Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.revistaesbrasil.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=3509:banestes-e-galwan-firmam-parceria-para-financiamento-de-im%C3%B3veis&Itemid=109>. Acesso em: 03 jan. 2014

ROCHA, Maita. PPS está oficialmente na equipe PSB-REDE. **Site do PSB 40**. 04 fev. 2014. Disponível em: <http://www.psb40.org.br/not_det.asp?det=5018>. Acesso em: 25 abr. 2014.

RODRIGUES, M. Dragagem do porto de Vitória retira do mar quase 2 mi de metros cúbicos de resíduos. **Jornal Folha Vitória Online**. 05 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2013/03/dragagem-do-porto-de-vitoria-retira-do-mar-quase-2-mi-de-metros-cubicos-de-residuos.html>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

ROGEL, Silas. **Silas Malafaia De Frente Com Gabi** – Completo. 03 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Myb0yUHdi14>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

RURAL BR AGRICULTURA. Triunfo vence licitação de trechos de três rodovias entre Distrito Federal e Minas Gerais. **Site do Rural Br Agricultura**. 04 dez. 2013. Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/12/triunfo-vence-licitacao-de-trechos-de-tres-rodovias-entre-distrito-federal-e-minas-gerais-4353999.html>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

SAMORA, Nerter. Relação entre a Galwan e desembargadores do TJ privilegia apartamentos de luxo e regalias para clãs. **Grupo Núcleo Político**. 19 jun. 2009. Disponível em: <<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/nucleopolitico/conversations/topics/393>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

SAMPAIO, P B et al. Spatial analysis of new cases of leprosy in the State of Espírito Santo, Brazil, between 2004 and 2009. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, 45(3):380-384, mai-jun, 2012

SANTOS, A. C. de O. **Perfil no Linked In**. [s.d.]. Disponível em: <<http://br.linkedin.com/pub/antonio-claudio-de-oliveira-santos/48/448/351>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

SANTOS, J. **Vila Velha: Onde começou o Estado do Espírito Santo/Fragmentos de uma História**. Ed. do Autor, 1999.

SCHLUMBERGER. Oilfield Glossary. **Kelly Hose**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.glossary.oilfield.slb.com/en/Terms/k/kelly_hose.aspx>. Acesso em: 19 jan. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DE VILA VELHA. Comportas do dique do canal Guaranhuns já estão abertas. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 28 dez. 2013. 2013a. Disponível em: <<http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2013/12/comportas-do-dique-do-canal-guaranhuns-ja-estao-abertas-4705>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DE VILA VELHA. Prefeitura de Vila Velha lança Plano Estratégico da cidade. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 09 ago. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://vilavelha.es.gov.br/noticias/2013/08/prefeitura-de-vila-velha-lanca-plano-estrategico-da-cidade-4096>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. The 50 Most Violent Cities in the World. 2014. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/finish/5-prensa/200-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-em-2014/0>> Acesso em: 03 jun. 2014.

SENADO FEDERAL. Autógrafo. Glossário Legislativo. [s.d.]. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/glossario-legislativo/autografo>>. Acesso em: 15 set. 2013

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. **Relação de dirigentes**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.senac.br/institucional/dados-de-gestao-e-transparencia/lido-2013-lei-12708-de-17-de-agosto-de-2012/relacao-de-dirigentes.aspx>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

SILVA, Rachel. Operação Titanic - entenda o caso. **Site Empresa Limpa**. 11 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.empresalimpa.org.br/index.php/noticias/operacao-titanic-entenda-o-caso>>. Acesso em: 30 jan. 2013

SILVA, S. M. **Composição florística e fitossociológica de um trecho de floresta de restinga na Ilha do Mel, Município de Paranaguá (PR)**. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

SIM NOTÍCIAS. Cônsul Russo visita Vila Velha. Site Sim Notícias. **Site Sim Notícias**. 12 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.simnoticias.com.br/2012/index.php/noticias-2/item/214-c%C3%B4nsul-russo-visita-vila-velha>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **24º Censo Imobiliário**. Nov. 2013. 2013a. Disponível em: <http://www.sinduscon-es.com.br/sinduscon/upload/banner_anexo_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Censo_Novembro_2013%20Imprensa%20_10730.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2013.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Sinduscon-ES divulga 23º Censo Imobiliário. **Site do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo**. 08 ago. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.sinduscon-es.com.br/sinduscon/cgi-bin/reportagem.asp?id=1132>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Leste Oeste estará pronta para tráfego em dois anos. **Site do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado do Espírito Santo**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.sindicopes.com.br/index.php?id=/noticias/materia.php&cd_matia=1750>. Acesso em: 15 dez 2013.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Grampo na Rede Gazeta: quatro anos depois, nenhuma explicação. **Site do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Espírito Santo**. 7 dez. 2009. Disponível em: <<http://sindijornalistases.org.br/index.php/grampo-na-rede-gazeta-quatro-anos-depois-nenhuma-explicacao-2>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Frencoop Municipal de Vila Velha é lançada com grande entusiasmo pelo Sistema OCB-SESCOOP/ES. **Site do Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo**. 20 dez. 2013. Disponível em:

<http://www.ocbes.coop.br/ocb/index.php?module=m_noticias&pag=inf_noticia&id_noticia=2541>. Acesso em: 13 mar. 2014.

SIQUEIRA, M. da P. S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Revista Fênix de História e Estudos Culturais**, ano 6, vol. 6, nº 4, 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF21/ARTIGO_10_Maria_da_Penha_Smarzaro_Siqueira.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

SIQUEIRA, M. da P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). Ranking do Saneamento - As 100 maiores cidades do Brasil. 2011. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/ranking-100cidades.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SITE MORRO DO MORENO. As Cinco Pontes (Florentino Avidos). **Site Morro do Moreno**. 29 set. 2011. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/as-cinco-pontes-florentino-avidos.html>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

SITE MORRO DO MORENO. Fotos de enchentes em Vila Velha. Site Morro do Moreno. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/galerias/enchente-vila-velha-.html>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

SITE MORRO DO MORENO. Itaparica e Coqueiral. **Site Morro do Moreno**. 01 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/galerias/enchente-vila-velha-.html>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

SITE MORRO DO MORENO. Terceira ponte. **Site Morro do Moreno**. 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/terceira-ponte.html>>. Acesso em: 27 mai. 2014.

SITE SENADOR MAGNO MALTA. Magno Malta elogia governo de Paulo Hartung. **Site Senador Magno Malta**. [s.d.]. Disponível em: <

<http://www.magnomalta.com/portal2/index.php/outras-notas-mainmenu-45/1721-magno-malta-elogia-governo-de-paulo-hartung>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

SOARES, Leonardo. Vídeos mostram como, em poucos segundos, da paz fez-se a guerra. **Jornal Gazeta Online**. 18 jun. 2013, atualizado em 27 ago. 2013. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013_jun_noticias/cidades/1449933-videos-mostram-como-em-poucos-segundos-da-paz-fez-se-a-guerra.html>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. *Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20-45, Porto Alegre, jul.-dez, 2006.

SUGUIO, K. & TESSLER, M. G. Planície e cordões litorâneos quaternários do Brasil. In: Lacerda et al. (Orgs). *Restingas: Origem, Estrutura e Processos*. Niterói: CEUFF, 1984, p.15-25.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Prefeito sanciona Lei do PDM de Vila Velha. **Site da Prefeitura de Vila Velha**. 10 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/prefeito-sanciona-lei-do-pdm-de-vila-velha-3978>>. Acesso em: 17 de julho de 2013.

TECHNIP. **Flexibras – fábrica de tubos flexíveis**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.technip.com/pt-br/entities/brasil/ativos>>. Acesso em: 29 out. 2013.

TEIXEIRA HOLZMANN. Novo empreendimento no ES. **Site da Teixeira Holzmann**. 06 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.teixeiraholzmann.com.br/noticia-completa.asp?idnoticia=70>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

TERRA, V. R. et al. Avaliação microbiológica das águas superficiais do rio Jucu Braço Sul, ES, Brasil. **Revista Natureza Online**, 2008. Disponível em: <http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/09_TerraVRetal_4852.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

THOMPSON, Priscilla. Vila Velha: o endereço do novo eldorado. **Jornal Gazeta Online**, Vitória, 26 nov. 2011, atualizado em 26 nov. 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011_nov_noticias/a_gazeta/dia_a_dia/1039801-vila-velha-o-endereco-do-novo-eldorado.html>. Acesso em: 06 abr. 2014 .

TOMAZELLI, Rondinelli. 55% não sabem quem são os vereadores de Vila Velha. **Gazeta Online**, Vitória, 01 mar. 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/03/noticias/a_gazeta/politica/788691-55-nao-sabem-quem-sao-os-vereadores-de-vila-velha.html>. Acesso em: 29 abr. 2013.

TOMAZELLI, Rondinelli. Empresas querem tirar Praia Mole da briga por superporto. **Jornal Gazeta Online**, Vitória, 06 dez. 2012. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012_dez_noticias/dinheiro/1379436-empresas-querem-tirar-praia-mole-da-briga-por-superporto.html>. Acesso em: 13 dez. 2012.

TOSCANO, A. Prefeito quer porto de águas profundas na Serra. **Site da Prefeitura da Serra**. 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.serra.es.gov.br/cg-coordenadoria-de-governo/2013/06/prefeito-quer-porto-de-aguas-profundas-na-serra>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

TRIBUNA ONLINE. **Programa Nove Minutos de 01 out. 2013**. 03 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.redetribuna.com.br/televisao/9minutos/videos/1831>>. Acesso em: 20 fev.2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, Classe: Ação de Inconstitucionalidade, 100110030515, Relator: CARLOS SIMÕES FONSECA, Órgão julgador: TRIBUNAL PLENO, Data de Julgamento: 08 mar. 2012, Data da Publicação no Diário: 15 mar. 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. PDM de Vila Velha: recursos não são conhecidos no Pleno. **Site Do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**. 06 jun. 2013. Disponível em: <http://www.tjes.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7567:pdm-

de-vila-velha-recursos-nao-sao-conhecidos-no-pleno&catid=3:ultimasnoticias>.

Acesso em: 09 jun. 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Pleno do TJ diz que é inconstitucional PDU de Vila Velha. **Site Do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.** 19 nov. 2012. Disponível em: <http://www.tjes.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5775:pleno-do-tj-diz-que-e-inconstitucional-pdu-de-vila-velha&catid=3:ultimasnoticias>. Acesso em: 29 abr. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Registro de Candidaturas. Eleições 2012.** [s.d.]. Disponível em: <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=ES>>. Acesso em: 23 set. 2013

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Divulgação de Registro de Candidaturas. Eleições 2010.** Max Mauro. [s.d.]. Disponível em: <<http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/abrirTelaDetalheCandidato.action?sqCand=80000000364&sgUe=ES>>. Acesso em: 17 ago. 2013

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado de eleições. [s.d.]. Disponível em: <www.tse.com.br>. Acesso em: 05 nov. 2013.

TUPYNAMBÁ, J.P. Alíquotas interestaduais sobre importados ficarão em 4% a partir de 2013. Estados importadores reclamaram, enquanto governo defendeu a medida por proteger a indústria nacional. **Portal de Notícias do site do Senado Federal.** 24/04/2012. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/retrospectiva2012/aprovada-unificacao-da-aliquota-de-icms-sobre-produtos-importados>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

UNESCO. Managing Water Under Uncertainty and Risk. In: _____. **United Nations World Water Development Report 4.** Paris: mar. 2012. Disponível em: <http://www.zaragoza.es/ciudad/medioambiente/onu/en/detallePer_Onu?id=71>. Acesso em: 13/04/2013.

UN-HABITAT. Land and Conflict: Toolkit and Guidance for Preventing and Managing Land and Natural Resources Conflict. Interagency Framework Team for Preventive

Action, 2012. Disponível em: <http://www.un.org/en/events/environmentconflictday/pdf/GN_Land_Consultation.pdf>. Acesso em: 05 set. 2013.

UNHCR. The Environment: A Critical Time. **Revista Refugees**. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d3fecb24.html>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

UOL NOTÍCIAS. Políticos do Brasil - Almir Neres. **Site da UOL**. 2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2012/vereador/es/27111968-almir-neres.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UOL NOTÍCIAS. Políticos do Brasil – Anadelso da Garoto. **Site da UOL**. 2008c. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/prefeito/25111965-dyonizio-ruy-junior.jhtm>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UOL NOTÍCIAS. Políticos do Brasil - Dyonizio Ruy Junior. **Site da UOL**. 2008a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/prefeito/25111965-dyonizio-ruy-junior.jhtm>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UOL NOTÍCIAS. Políticos do Brasil - Pastor Almir. **Site da UOL**. 2008b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2008/vereador/27111968-pastor-almir.jhtm>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UP NEWS. Edição Acampa no Riacho das Pedras. **Revista Up News da Missão Praia da Costa**. 2013. Disponível em: <<http://issuu.com/upmissao/docs/upnews>>. Acesso em: 01 mar 2014.

VALE. Revista Nossa História 2012. **Site da Vale**. 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale_Livro_Nossa_Historia_cap2.pdf>. Acesso em: 26 out. 2013.

VALFRÉ, Vinícius. Câmara de Vila Velha alterou ata sobre viagem de Rodney. **Jornal Gazeta Online**. 28 jan. 2014, atualizado em 29 jan. 2014. 2014a. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014_jan_noticias/politica/1477332-camara-de-vila-velha-alterou-ata-sobre-viagem-de-rodney.html?fb_action_ids=760768570600438&fb_action_types=og.recommends&fb>

_source=other_multiline&action_object_map=%5B291316601024045%5D&action_type_map=%5B%22og.recommends%22%5D&action_ref_map=%5B%5D>. Acesso em: 28 jan. 2014.

VALFRÉ, Vinícius. Ricardo Ferraço desiste e vai apoiar Casagrande. **Jornal Gazeta Online**. 02 abr. 2014, atualizado em 04 abr. 2014. 2014a. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/04/noticias/politica/1483551-ricardo-ferraco-desiste-e-vai-apoiar-casagrande.html>. Acesso em: 03 abr. 2014.

VALFRÉ, Vinícius. Câmara de Vila Velha alterou ata sobre viagem de Rodney. **Jornal Gazeta Online**. 28 jan. 2014, atualizado em 29 jan. 2014. 2014b. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014_jan_noticias_politica_1477332_camara-de-vila-velha-alterou-ata-sobre-viagem-de-rodney.html?fb_action_ids=760768570600438&fb_action_types=og.recommends&fb_source=other_multiline&action_object_map=%5B291316601024045%5D&action_type_map=%5B%22og.recommends%22%5D&action_ref_map=%5B%5D>. Acesso em: 02 abr. 2014.

VAN METER, D.; VAN HORN, C. 1975. *The policy implementation process*. Administration and society, California, v. 6, n. 4, 445-488.

VILA VELHA (Município). Lei Orgânica nº 01 de 25 de outubro de 1990. Vila Velha, 25 de outubro de 1990. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L11990.html>>. Acesso em: 03 out. 2013.

VILA VELHA (Município). Ata da quinta Sessão Ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2014. **Diário Oficial do Poder Legislativo do Município de Vila Velha**, Vila Velha, ES, 21 fev. 2014, ano 9, nº 1966. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/imprensa/DPL%2021.02.2014.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da Audiência Pública realizada em 04 de julho de 2011 - 3ª audiência pública da comissão especial do PDM. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 04 de julho de 2011. 2011c. Disponível em:

<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/Atas_resumidas/ATA%2004.07.11-APPDM%203%C2%AA.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima terceira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 03 de dezembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 03 dez. 2013. 2013i. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2083%C2%AA%20SO-03.12.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima quarta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 05 de dezembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 05 dez. 2013. 2013l. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/84%C2%AA%20SO-05.12.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima quinta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 10 de dezembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 10 dez. 2013. 2013p. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/85%C2%AA%20SO-10.12.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da octogésima primeira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 26 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 26 nov. 2013. 2013q. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2081%C2%AA%20SO-26.11.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da quinquagésima oitava sessão ordinária da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 05 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 05 set. 2013. 2013d. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas_resumidas/ATA%2005.09.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima nona sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 19 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 19 nov. 2013. 2013g. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2079%C2%AA%20SO-19.11.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima sexta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura realizada em 07 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 07 nov. 2013. 2013k. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2083%C2%AA%20SO-03.12.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima quarta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 31 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 31 out. 2013. 2013n. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2074%C2%AA%20SO-31.10.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da septuagésima oitava sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 14 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 14 nov. 2013. 2013r. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2078%C2%AA%20SO-14.11.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima sétima sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 08 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 08 out. 2013. 2013h. Disponível em: <http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas_resumidas/ATA%2005.09.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima segunda sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima

legislatura, realizada em 19 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 19 set. 2013. 2013j. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2083%C2%AA%20SO-03.12.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima terceira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 24 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 24 set. 2013. 2013m. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2063%C2%AA%20SO-24.09.PDF>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Câmara Municipal de Vila Velha. Ata da sexagésima nona sessão (Município) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 15 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 15 out. 2013. 2013o. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2069%C2%AA%20SO-15.10.PDF>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Câmara Municipal de Vila Velha. Primeira sessão (ordinária) da segunda sessão legislativa da décima quinta legislatura, realizada em 07 de fevereiro de 2006. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 07 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/SESS%C3%83O%20ORDIN%C3%81RIA%20DO%20DIA%2007.02.06.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Câmara Municipal de Vila Velha. Quadragésima terceira sessão (extraordinária) da terceira sessão legislativa da décima sexta legislatura, realizada em 14 de julho de 2011. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 2011a. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/43%C2%AA%20SESS%C3%83O%20EXTRAORDIN%C3%81RIA%2014.07.11.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Câmara Municipal de Vila Velha. Septuagésima quinta sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 05 de novembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 05 nov. 2013. 2013a. Disponível em: <

<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2075%C2%AA%20SO-05.11.PDF>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Câmara Municipal de Vila Velha. Septuagésima segunda sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 24 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 24 out. 2013. 2013b. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2072%C2%AA%20SO-24.10.PDF>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Câmara Municipal de Vila Velha. Septuagésima terceira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 29 de outubro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 29 out. 2013. 2013e. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2073%C2%AA%20SO-29.10.PDF>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Câmara Municipal de Vila Velha. Sexagésima primeira sessão (ordinária) da primeira sessão legislativa da décima sétima legislatura, realizada em 17 de setembro de 2013. **Site da Câmara Municipal de Vila Velha**, Vila Velha, 17 set. 2013. 2013c. Disponível em: <<http://www.cmvv.es.gov.br/sno/atas/Microsoft%20Word%20-%2061%C2%AA%20SO-17.09.PDF>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). DECRETO N° 086/2011. Regulamenta o Capítulo III - Do Licenciamento Ambiental – Do Livro II, da Lei nº 4.999, de 20.10.2010, que “Institui o Código Municipal do Meio Ambiente, dispõe sobre a política de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para o Município de Vila Velha”. **Site da Prefeitura de Vila Velha**, Vila Velha, ES, 24 de março de 2011, 2011f. Disponível em: < http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Decreto%20086_2011.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Decreto nº 33, de 09 de fevereiro de 2003. Boletim Oficial do Município em 11 fev. 2003. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/D332003.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Edital de convocação de debate público sobre alterações no Plano Diretor Municipal de Vila Velha – PDM. Diário Oficial dos Poderes do Estado, Vitória, ano 4, 01 julho de 2009. Disponível em: <<https://dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/#/p:82/e:161>>. Acesso em 26 de jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Dispensa de Licença Municipal Ambiental (entregues) – 2011. **Site da Prefeitura de Vila Velha**, nov. 2011. 2011g. Disponível em: <[http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Licen%C3%A7as%202011-2012\(1\).pdf](http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/Licen%C3%A7as%202011-2012(1).pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Edital de convocação de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 052/2010 que altera dispositivos do Plano Diretor Municipal – PDM. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Vila Velha, ano 6, 05 maio de 2011, 2011f, p. 3. Disponível em: <<https://dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/#/p:54/e:2408>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (município). Finanças do município de Vila Velha (2011) – prestação de contas (2010). Vila Velha. 2011b. Disponível em: <http://www.aequus.com.br/cartilhas/vilavelha_2011.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Lei nº 4.575, de 26 de novembro de 2007. Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) e dá outras providências. **Site Legislação Online**. Vila Velha, 2007. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L45752007.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. Dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município. Vila Velha, 10 set. 2008. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L47072008.html>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Lei nº 4.992, de 07 de outubro de 2010. Institui o programa de regularização de edificações – PRE, no município de Vila Velha. Vila Velha,

2013f. Disponível em:
 <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L49922010.html>>.
 Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). Lei Nº 4.999 de 15 de outubro de 2010. Institui o Código Municipal do Meio Ambiente, dispõe sobre a política de Meio Ambiente e sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para o Município de Vila Velha. **Código municipal do meio ambiente**. Vila Velha, outubro de 2010. 2010b. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/midia/paginas/4999_2010_C%C3%83%C2%B3digo_Meio%20Ambiente_Aut_%202720-10.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). **Lei nº 5.196, de 08 de novembro de 2011**. Dispõe sobre alterações na Lei nº 4.992, de 07 de outubro de 2010, e dá outras providências. Vila Velha, 2011d. Disponível em:
 <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L51962011.html>>.
 Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). **Lei nº 5.205, de 24 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a implantação de loteamentos empresariais com perímetro fechado e dá outras providências. Vila Velha, 2011e. Disponível em:
 <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L51962011.html>>.
 Acesso em: 26 jul. 2013.

VILA VELHA (Município). **Projeto de Lei nº 052/2010**. Dispõe sobre alterações na Lei nº. 4.575, de 26 de novembro de 2007 - Plano Diretor Municipal - PDM, e dá outras providências. Vila Velha, 23 de dezembro de 2010. 2010b. Disponível em:
 <http://www.oporrete.com.br/downloads/Mensagem_052_2010eProjeto_de_Lei_052_2010_Altera_a_Lei_n_4-1.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2010

VITÓRIA NEWS. Projetos e obras serão retomados em Vila Velha. **Site Vitória News**. 26 ago. 2013, atualizado em 27 ago. 2013. Disponível em: <<http://vitorianews.com.br/politica/noticia/2013/08/projetos-e-obras-serao-retomados-em-vila-velha-U0vhmjtUzq.html>>. Acesso em: 01 set. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência dos municípios brasileiros**. 2008. Disponível em:

<http://www.mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_municipios.pdf>.

Acesso em: 01 dez. 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil.**

1 ed. 2008. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

WATER.ORG. Ethopia. Water.org. [s.d.]. Disponível em:

<<http://water.org/country/ethiopia/>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

Gray, C; Mueller, V. Drought and Population Mobility in Rural Ethiopia. **World Development**. Amsterdam, 40, 1, 134-145, January 2012.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. London: Oxford University Press, 1987.

WWF. **Living Planet Report 2012**: biodiversity, biocapacity and better choices.

Suíça, 2012. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/1_lpr_2012_online_full_size_single_pages_final_120516.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.

ZANDONADI, Fernanda. Filho de Conselheiro do Tribunal de Contas está entre os presos na Operação Titanic. **Site Gente de Opinião**. 09 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=31871>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

ZANOTTI, A. Incêndio destrói parte da reserva de Jacarenema em Vila Velha, ES.

Site do G1. [s.d.]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/jan/incendio-destroi-parte-da-reserva-de-jacarenema-em-vila-velha-es.html>> Acesso em: 14 jul. 2013.